

ASSEMBLEIA

Vamos refletir juntos  
com muita liberdade  
o que é uma assembleia  
organizada de verdade  
comercada na base  
onde vive a sociedade

Me refiro a coop  
Mista dos vizinhos  
com seus três entre-postos  
que à esta sede pertence  
deixar e nova praça  
E mais o povo trabalhar

Se reuniram os comitês  
em março no dia três  
para escolher as chapas  
os sócios tiveram voz  
isto é um ponto positivo  
que eu descrevo pra vocês

Certo e outras pessoas  
debateram em harmonia  
e juntos escolheram os membros  
da nova diretoria  
com plena liberdade  
de expressar o que sentia

foi quase um fato inédito  
dentro do mesmo estado  
onde que as decisões  
partiram dos angustados  
graças a este trabalho  
muito bem elaborado

Assembleia geral  
pra fazer a votação  
foi no sábado seguinte  
na cidade sul, no sábado  
onde todos os projetos  
receberam aprovação

são anfitriões de elogios  
é verdade não invento  
houve a participação  
de mais de setenta por cento  
de quase 2 mil sócios  
existentes no momento

Esta grande assembleia  
trouxe mais uma lição  
que o sócio quer ser tratado  
com amor pelos irmãos  
e o devido respeito  
que merece um cidadão

mas é importante mesmo  
é sempre participaram  
e cada comunidade  
por um pra representar  
é uma empresa nossa  
não deve de fracassar

Vamos trabalhar juntos  
até o fim da caminhada  
pra que a diretoria eleita  
se sinta bem apoiada  
so assim assembleia ele eleger  
pra sempre será lembrada.

SILVIA MARIA PEREIRA DE ARAUJO

ELES — A COOPERATIVA;  
A EXPERIÊNCIA DO  
NOROESTE PARANAENSE  
1962-1979

Dissertação apresentada para  
obtenção do título de Mestre  
em História do Brasil, opção  
História Social. Departamen-  
to de História, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e  
Artes, Universidade Federal  
do Paraná.

CURITIBA

1980

A663e Araújo, Sílvia Maria Pereira de  
Eles - a cooperativa; a experiência do noroeste paranaense (1962-1979) / Sílvia Maria Pereira de Araújo . - Curitiba, 1980 . - p; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativismo - Paraná. 3. História. 4. Sociologia. 5. Ideologia. 6. Fichário-imagem. I. Título.

CDD: 334.0981

CDU: 334(816.2-16)

"1962/1979" (043.3)

## A G R A D E C I M E N T O S

Prof. Brasil Pinheiro Machado *Orientação*  
Prof. Carlos R. dos Santos *Fichário-imagem*  
Terezinha S. Caressia *Arquivo Particular*  
Emílio Carlos Bosquilia *Formulários*  
Roberto Lima *Fotografia*  
Márcia Kerstein *Tabulações*  
Denise Mansur *Apoio Bibliográfico*  
Cecília Feltrin *Datilografia*

Associados e funcionários da Cooperativa  
Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina  
Sr. Sadi Paviani - Diretor Presidente  
Dr. Pedro P. de Mello - Diretor-Secretário

Onde se lê página 33, leia-se página 30.  
 " " " " 30, " " " 31.  
 " " " " 31, " " " 32.  
 " " " " 29, " " " 33.

## SUMÁRIO

	Página
Lista de gráficos .....	v
Lista de quadros .....	vi-vii
Lista de mapas .....	viii
Lista de matrizes .....	ix
Lista de anexos .....	x-xi
INTRODUÇÃO .....	1-7
Capítulo 1. METODOLOGIA .....	8-58
1.1 Crítica das fontes .....	8-25
1.1.1 As múltiplas fontes da His- tória .....	8-24
1.1.2 Os cuidados no ofício de historiador .....	24-25
1.2 Construindo o objeto de estudo .	26-58
1.2.1 Opções metodológicas .....	26-31
1.2.2 A composição de "situações"	31-37
1.2.3 Fichário-imagem: tratamento gráfico da informação ....	37-58
Capítulo 2. DESBRAVANDO O NOROESTE .....	59-69
3. O COOPERATIVISMO NA CAFEICULTURA ....	70-81
4. O LÍDER E OS COLONOS .....	82-95
5. OS ANOS DE TRANSIÇÃO .....	96-117

	Página
Capítulo 6. DO SONHO IDEALISTA À LÓGICA DA COOPERAÇÃO .....	118-130
7. PROPRIEDADE DA TERRA - CONDIÇÃO PARA SER COOPERADO? .....	131-154
8. DAS CRISES À GERAÇÃO DE AJUSTAMENTOS	155-175
9. AS BRECHAS DO SISTEMA E A INGERÊNCIA DO ESTADO .....	176-188
10. IDEOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA .....	189-204
11. ...OU DE COMO SOBREVIVER NO MERCADO.	205-224
12. NAVIRAÍ - UM EXEMPLO DE EXERCÍCIO DO PODER .....	225-237
13. AUTOGESTÃO E ALIENAÇÃO COOPERATIVISTA .....	238-249
14. ELES - A COOPERATIVA .....	250-265
CONCLUSÕES .....	266-270
REFERÊNCIAS .....	271-281
Fontes manuscritas .....	271
Referências bibliográficas ....	272-281
Obras citadas .....	272-277
Obras consultadas .....	277-281
ANEXOS .....	282-298

## LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1. Fichário-imagem 1 - Classificação original	48
2. Fichário-imagem 2 - Classificação original	57
3. Fundadores da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. ....	77
4. Caracterização das propriedades rurais dos produtores associados .....	135
5. Curvas de valor das propriedades rurais ..	137
6. Localização das propriedades rurais .....	139
7. O cultivo do café de 1963 a 1977 .....	141
8. A cafeicultura e a pecuária nos anos 70.	146
9. Capitalização da agricultura .....	148
10. Caracterização das produções secundárias .	150
11. Situação dos associados admitidos e cadastrados (1962-1977) .....	152
12. Admissão na cooperativa e a presença nas assembleias .....	194
13. Movimentação no Setor Consumo - 1973 .....	201
14. Movimentação no Setor Consumo - 1977 .....	203
15. Os cafeicultores no comando .....	219
16. Produção dos cotonicultores .....	221
17. Os médios produtores de café e mandioca ..	222
18. A presença de Mato Grosso do Sul .....	229
19. "Performance" dos produtores de algodão ..	232
20. Situação das propriedades dos dirigentes .	258

## LISTA DE QUADROS

	Página
1. População total do Estado do Paraná - 1940-1950-1960 .....	61
2. Cooperativas de cafeicultores fundadas no Estado do Paraná - 1957-1964 .....	72
3. Moradia anterior dos associados e tempo de residência em municípios paranaenses da área de ação da cooperativa. Ano base: 1973.....	79
4. Naturalidade dos associados .....	80
5. Estabelecimentos rurais por estratos de área - 1960-1975-1977 .....	97
6. Número e área dos estabelecimentos na área de ação da cooperativa - 1970-1975 .....	99
7. Grupos de pessoal ocupado - 1970 .....	102
8. Grupos de área de lavoura - 1960-1970-1975..	103
9. Estabelecimentos cultivados com 2 a 20 ha em Nova Londrina, Loanda e Marilena - 1970-1975	104
10. Número de homens ocupados em lavouras por alqueire .....	105
11. Utilização das terras - 1960-1970-1975 .....	107
12. Rebanho Bovino - década de 70 .....	109
13. Algodão em caroço beneficiado na cooperativa - 1963-1967 .....	110



	Página
14. População residente - Anos 1960, 1970, 1975, 1977 e 1978 .....	115
15. Número médio de propriedades por cooperado, em diferentes anos de recadastramento .....	133
16. Propriedades e proprietários cadastrados na cooperativa em diversos anos .....	133
17. Mão-de-obra rural - 1972 .....	144
18. Movimento de comercialização de café. 1969-1976 .....	157
19. COPAGRA - composição dos recursos próprios e de terceiros - 1967 a 1972 .....	158
20. COPAGRA - empréstimos e financiamentos concedidos - 1970 a 1972 .....	159
21. Produção de algodão em caroço - 1969-1976 ..	167
22. Produção de mandioca - 1969-1976 .....	169
23. Presença nas assembleias gerais ordinárias - 1962-1978 .....	196
24. Associados operantes na entrega de produção-1973-1975-1977 .....	206
25. Entrega de produção em relação ao total de associados que cooperaram nos anos 1973-1975-1977 .....	218
26. COPAGRA - produção recebida pela cooperativa - 1969-1978 .....	230

## LISTA DE MAPAS

	Página
<p>MAPA 1 - Estado do Paraná - Microrregião homogênea Norte Novíssimo de Paranavaí e municípios da área de Ação da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. ....</p>	2
<p>MAPA 2 - Paraná - Cooperativas similares de cafeicultores constituídas entre 1957 e 1964 .....</p>	73
<p>MAPA 3 - Microrregião homogênea Norte Novíssimo de Paranavaí - Estado do Paraná. Municípios paranaenses da área de ação da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. ....</p>	100
<p>MAPA 4 - Principais municípios da área de Ação da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo - 1978 ....</p>	228

## LISTA DE MATRIZES

	Página
Matriz 1. Fichário-imagem 1: A terra e suas formas de exploração .....	40
Matriz 2. Fichário-imagem 2: A participação do associado na cooperativa .....	50

## LISTA DE ANEXOS

	Página
1. COPAGRA - Modelo padronizado de ficha cadastral de sócio .....	283
2. Características do cooperado - Ficha para coleta de informações .....	284
3. Características da propriedade - Ficha para coleta de informações .....	285
4. Ficha: Controle numérico .....	286
5. Ficha: Admissões e demissões de cooperados .	287
6. Ficha de controle individual de entrega de produção - Algodão .....	288
7. Ficha de controle individual de entrega de produção - Mandioca .....	289
8. Produção anual - 1963/1978 - Ficha para coleta de informações .....	290
9. Planilha: Entrega de produto - 1967/1978 ...	291
10. Relação dos livros de registro de cooperativas - Arquivo da Junta Comercial do Paraná - Levantamento de cooperativas de produção do Estado. Jul./dez.1977. ....	292
11. Ficha para coleta de dados sobre cooperativas de produção - Arquivo da Junta Comercial do Paraná .....	294

	Página
12. COPAGRA - Lista nominativa dos associados fundadores .....	295
13. SPADINI, Leonardo. Salve 6 de julho - dia do cooperativismo internacional .....	296
14. SPADINI, Leonardo. Mensagem sempre oportuna de cooperativismo. Nova Londrina, em 27 de agosto de 1970. Mimeografado .....	298

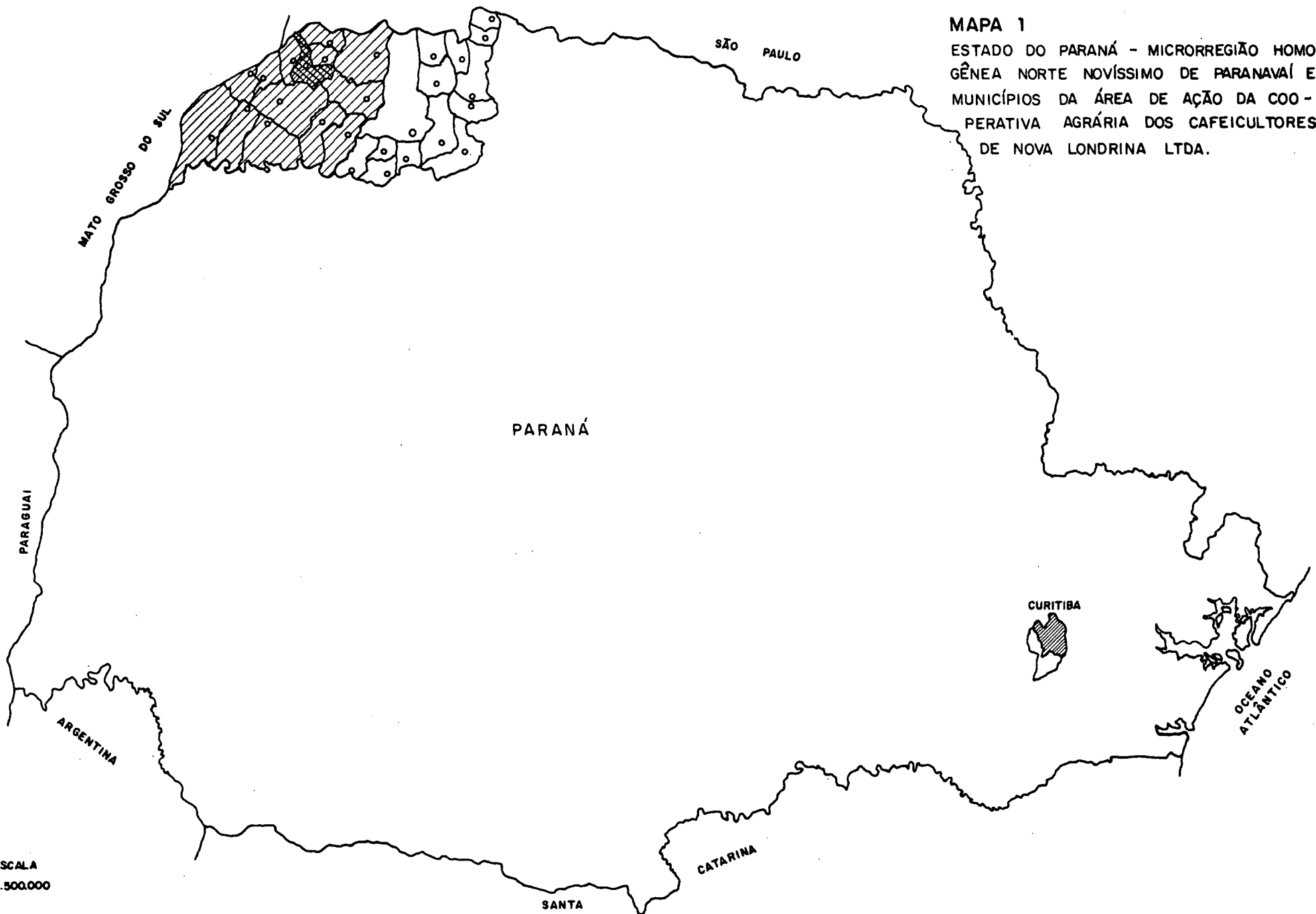
## INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a análise da adesão e participação em uma instituição cooperativa de produtores agrícolas, relacionando seu funcionamento desde a sua fundação, com as transformações que se operaram na estrutura econômico-social da região.

Dentre os fatores que influenciaram a escolha da área onde atua a cooperativa destaca-se o fato de ser uma zona de colonização recente, ocupada com fins declarados de envolvimento na economia mercantil.

Neste contexto de uma área-limite da fronteira agrícola em terras paranaenses - o extremo noroeste (V. Mapa 1) - estudou-se a atuação de uma cooperativa, procurando perceber a lógica de suas atividades sob a égide de expansão do modo de produção capitalista ao campo.

A escolha da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina (COPAGRA) deveu-se, principalmente, por sua atuação voltada, no princípio, para a comercialização de um produto forte no esquema de exportações brasileiras - o café. Fundada em 1962, a cooperativa cresceu e modificou as condições sócio-econômicas do próprio município-sede. Também, a opção de estudo recaiu em uma organização onde a participação de determinados grupos étnicos não pôde, por sua tradição cultural em associativismo, condicionar o seu desempenho. Ao con-



**MAPA 1**

ESTADO DO PARANÁ - MICRORREGIÃO HOMO-  
GÊNEA NORTE NOVÍSSIMO DE PARANAÍ E  
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COO-  
PERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES  
DE NOVA LONDRINA LTDA.

ESCALA  
1: 2.500.000

trário, a cooperativa em foco pode ser considerada um exemplo vivo deste tipo de associação em moldes bem brasileiros - a composição de seu quadro social está assentada, basicamente, em participantes de nacionalidade brasileira, carregando consigo o cadinho de um povo, a formar-se e transformar-se.

Procura-se, portanto, contextualizar o conjunto de condições para o surgimento daquele movimento cooperativista e, a partir daí, as formas derivadas que toma. Ao mesmo tempo, busca-se saber de que forma e em que medida a cooperativa corrobora com o modo de acumulação do capital, detectando os mecanismos institucionais que desenvolve e as adaptações que empreende na prática doutrinária, para subsistir em termos capitalistas.

A dúplice natureza de reunir um grupo de associados e também constituir-se em um empreendimento a serviço das economias particulares, faz da organização cooperativa uma forma societária de penetração no mercado. Exerce tanto a função de obtenção quanto de colocação de bens, mantendo a posição intermediária entre os agricultores e o mercado. Por outro lado, a nível do discurso cooperativista, deve-se apresentar como instrumento de redistribuição de riqueza e participação social.

Parte-se do princípio amplo de que a forma de associativismo representada pela cooperativa implica em considerá-la como um instrumento de mudança social, pelo menos em potencial. De uma dimensão mais detalhada, combinadamente, há que se distinguir certos aspectos institucionais que lhe são próprios e, aqui, privilegiados em atenção - sua organização e funcionamento e sua composição social, expressos em formas participatórias por intrincada rede de relações sociais.



A verdade é que o conjunto de regras cooperativistas revela-se insuficiente para sustentar o desenvolvimento e complexidade das relações sociais que lhe dão vida e vão revelando contradições.

A preocupação de estudo, no entanto, não se prende à especificidade da cooperativa como instituição social. O que faz esta especificidade são as regras, as normas que a regula, legalmente como um tipo de associação.\*

Importa sim, compreender, num tempo e espaço determinados, como ela, uma entidade que só tem razão de ser justamente pela reunião dos produtores rurais, reproduz os esquemas de articulação da sociedade como um todo. Acredita-se que esta qualidade de reprodução é que garante a relevância do seu estudo numa perspectiva histórica. E mais, que a História Social, neste caso, tem sentido porque enfocada do ângulo do agricultor-cooperado que, em seu conjunto, suporta a cooperativa como instituição social.

Acompanhar o funcionamento da cooperativa em dezessete anos (1962-1979) pressupõe acompanhar o grupo de produtores-filiados, cujo processo mesmo de adesão e participação não é

\*Entende-se por instituição social um conjunto de regras e normas sociais sancionadas que formam um sistema. A concepção extravasa as admitidas instituições sociais tradicionais - O Estado, a Igreja, a Família, a Escola - porque "dotadas de estrutura organizacional" é-lhes imputada a responsabilidade de manutenção da ordem social, como algo estático dentro da sociedade. Muito pelo contrário, pressupõe-se que todas as ações sociais podem ser institucionalizadas, legitimadas e aceitas como as melhores para esta ou aquela sociedade em determinado momento histórico. Ou seja, admite-se com BERGER & LUCKMANN, que as experiências são repetidas, reproduzidas, sedimentadas, transmitidas, socialmente, como condutas institucionalmente adequadas. Com ressalvas a exageros na combinação de ensinamentos de Durkheim e Weber sobre a realidade social objetiva e a redução microssociológica de muitos problemas, isolando-os do processo histórico, verificar matéria em BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973. Parte 2.

simples, além de extremamente diferenciado, levando-se em conta: - alterações econômicas próprias de uma agricultura de exportação, compassada pelo lucro e pelos ditames de uma política com lances estratégicos; - alterações no uso do solo e suas formas de exploração; - alterações nas condições características do grupo de filiados; - alterações nas relações da entidade cooperativa com a comunidade mais ampla; - complexificação destas relações na medida em que estabelece alianças e coopta com o Estado; - alterações na visão do mundo dos produtores-filiados, no que tange a terra, sua ocupação e apropriação, na maneira de perceber a sua posição como agricultor e como cooperado.

O pressuposto está em que qualquer elemento de grupo ao qual se identifica ou qualquer participante de um movimento social (especificamente, de integração e defesa de sua economia individual), ao ocupar uma relativa posição na estrutura econômica, ao viver determinadas condições de sobrevivência, ao manter relações com certas esferas da sociedade, deve ter uma ideologia que lhe é própria.

O relevante resume-se em descobrir o modo como são postos em ação os sistemas ideológicos institucionais, face às transformações que ocorrem nas condições concretas de vida e nas relações que o grupo de agricultores associados mantém entre si e com a sociedade inclusiva, através da cooperativa. Trata-se de delinear a ideologia do grupo de cooperação em relação ao sistema a que pertence, mais a percepção que desenvolve da atuação da entidade ao longo desses anos.

Basicamente testa-se duas hipóteses: devido à transição de empreendimento coletivo a empresa capitalista, apresenta-se a tendência a uma participação omissa no sistema. Como

corolário, há uma defasagem entre os fatos reais e a percepção deles por parte dos associados.

Trabalhando com um grupo social possuidor de meios de produção, essencialmente, detendo a propriedade da terra, chama a atenção o fato de nos anos de movimento de agregação cooperativa, diferenciar-se notadamente a participação dos produtores. Seja no plano da organização do trabalho, seja no plano da organização da produção para o mercado, o formalismo que a institucionalização desse movimento trouxe constitui problemática justificada de investigação científica.

O interesse por cooperativismo tem explicações que se combinam, em última instância, para incitar estudo sistemático capaz de aliar duas ciências sociais - História e Sociologia. A par de todo um movimento a nível governamental de incentivo e apoio ao cooperativismo, defronta-se no Brasil com a insuficiência das análises sociológicas dessas organizações. Análises essas, até hoje muito mais preocupadas em ver a aplicação da doutrina sob a capa de um funcionamento ideal, do que procurar demonstrar a compatibilização desta prática com os princípios que a doutrina prega, em considerações mais próximas do jogo capitalista.

A literatura sobre cooperativismo, ainda que quantitativamente expressiva, qualitativamente apresenta-se repetitiva e, por vezes, com poucas elucidações conceituais. Não conseguiu ela, ainda, ser suficientemente crítica para transformar o tema de uma simples proposição ideológica em problema de conhecimento.

Esse trabalho procura sair do âmbito da doutrina de modelo econômico, para situar o estudo do cooperativismo no plano das relações sociais. Tenta fugir a esquemas fechados, con-

siderando que o tema não pode ser tratado enquanto entidade apartada, uma fórmula cooperativista que se aplica aqui e ali, como que desligada da estrutura social da qual surge e na qual evolve. E, quando se opta por uma linha crítica, fugidia a esquemas positivistas de enquadramento da realidade, também não se pode estar isento das conseqüências de uma produção científica no âmbito das ciências sociais, ou seja, em parte já se é responsável também na dimensão da praxis.

Pensando desse modo é que se justifica uma investigação dessa natureza que, privilegiando o processo histórico como condicionante do movimento cooperativista, não evidencie apenas fatores econômicos, mas tente equilibrá-los face às dimensões sociais, políticas e culturais; que, embora revelando-se num estudo de caso, procura não pecar pelo fechamento da discussão em conclusões restritas.

## 1. METODOLOGIA

### 1.1 CRÍTICA DAS FONTES

#### 1.1.1 AS MÚLTIPLAS FONTES DA HISTÓRIA

Cada vez mais se afirmam os compromissos da Nova História para com o próprio processo histórico. Sem dúvida alguma, parte da importância de que se reveste a História, que se renova, está nas relações que ela deve e pode manter com as demais ciências sociais, todas as que se ocupam com o homem, produto e produtor da sociedade. Este homem construtor objetiva a cada momento a gama de relações sociais que permitem que este mundo subsista num halo de simbolismo. Nesta faina social acumulam-se as provas deste relacionamento, as referências desta construção - estão aí as fontes onde se alimentam todas as ciências preocupadas em encontrar as razões do homem em sociedade, preocupadas em achar princípios suficientemente capazes para explicar porque as sociedades se transformam e, ao mesmo tempo, permanecem.

Cabe à História a primazia de ser guardiã e fiel utilitária do que se convencionou chamar fontes. Realmente elas se constituem no fio condutor do diálogo pregado entre as ciências do homem. Serão através do levantamento criterioso de fontes para a reconstituição histórica e do estudo metódico

empreendido por meio delas, que o historiador alçará consigo pesquisadores de outras ciências para o trabalho conjunto, reafirmando ao universo acadêmico a unicidade científica.

A História Social veio descortinar novas fontes e utilizar e desafiar ainda mais posições metodológicas muito na linha de BLOCH, o historiador da École de Annales, para quem a História é um esforço para um melhor conhecer: por conseguinte uma coisa em movimento. (...) descrever uma ciência tal como ela se faz será sempre traí-la um pouco. É muito mais importante dizer como ela espera fazer progressivamente.<sup>1</sup>

A História que se propõe analítica é uma ciência que avança na multiplicidade de opções. A escolha de alternativas vem a ser o princípio da definição de sua atuação e, também, a assunção do peso de sua responsabilidade. Assim, das divergências brotam as tendências mais aproximadas no jogo da verdade da explicação científica.

Todo fenômeno em sociedade multiplica-se na exata medida das versões que dele são dadas. É por isso que nenhum detalhe pode ser perdido em História e as fontes convergentes são importantes. Firma-se, assim, a justificativa neste estudo quanto ao uso de diversas fontes. São elas:

*1 - Arquivos da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. - COPAGRA*

De natureza e apresentação diversas são os arquivos consultados na cooperativa selecionada para análise, fundada a 18 de novembro de 1962. Para atender os objetivos de estudo propostos, os dados e as informações foram obtidos nas seguin-

<sup>1</sup>BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 2.ed. Lisboa, Europa-América, 1974. p.18.

tes fontes:

*a) Cadastro*

O cadastro da cooperativa encontra-se em bom estado de conservação. Para cada cooperado há uma pasta-arquivo contendo o número de registro, a proposta de admissão e as fichas cadastrais preenchidas em diferentes anos de recadastramento.

Os recadastramentos mais completos - quando comparado o total dos que prestaram as informações básicas com o número de associados na cooperativa naquele ano - são os dos anos iniciais da entidade (1962/63/64) e os de meados dos anos 70 (1973/74/75/76/77). Parte do serviço de cadastramento enfrenta dificuldades de atualização. No período compreendido entre 1965 a 1972 não houve, por parte da cooperativa, um trabalho mais exaustivo de levantamento cadastral dos associados, por isso, as informações são esparsas e incompletas muitas vezes. Quando da coleta de dados para este estudo - 1978/79 - para cerca de 1.500 associados encontrou-se a seqüência das informações a cada operação de recadastramento.

O conteúdo das diferentes fichas de recadastramento fornece o acompanhamento da vida do associado como produtor agrícola e/ou pecuarista e, a partir daí, possibilita conhecer as características econômicas da região. Os dados constantes nestas fichas não apresentam uniformidade dos itens solicitados a cada ano, bem como o seu uso exige correção nas medidas e sua equivalência, especialmente as áreas de propriedades rurais.

A partir de 1973 foi adotado, pelas cooperativas do Estado, um modelo padronizado de fichas cadastrais, solicitando de modo mais completo: identificação pessoal e patrimonial;

principais culturas agrícolas e criações de animais a que se dedica o associado; benfeitorias rurais; máquinas e equipamentos; descrição dos imóveis rurais; entre outros. (Anexo 1).

Perseguindo informações completas, foram selecionados alguns itens considerados importantes para o objetivo em vista e utilizadas todas as fichas de recadastramentos contidas nos arquivos.

Estes dados foram transcritos para fichas elaboradas especialmente para a coleta de dados, conforme modelos nos Anexos 2 e 3.

*b) Relatórios das atividades da Diretoria e balanços anuais*

A série de relatórios, a partir do primeiro ano de atividades da Cooperativa, apresenta um maior número de informações para os anos da década de 70. Trazem indicadores sobre a gestão imediatamente anterior, em termos econômico-financeiros, demonstrativos das safras dos diversos produtos recebidos e comercializados, descrição da situação dos diferentes setores da Cooperativa; os balanços gerais (Ativo e Passivo) e demonstrativos da conta "Sobras e Perdas", das contas patrimoniais e das de resultado de balancetes de verificação.

*c) Livros de atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias*

Num total de dois livros, o primeiro iniciado em 18 nov. 1962 e concluído em 13 jan.1974, manuscrito, registra quarenta assembléias e contém, também, a Ata da Constituição. O segundo livro apresenta as atas datilografadas e abrange assembléias realizadas a partir de 3 fev.1974, sendo de fevereiro de 1979 a última ata constante, consultada para este trabalho. A leitu-



ra das atas permite recompor a vida da Cooperativa, as decisões acerca do crescimento como instituição e da atuação mais direta dos associados.

*d) Livro de presença às assembleias*

Correspondendo às atas, neste livro o associado firma sua assinatura e número de registro, quando comparece às assembleias. Para colher estes dados utilizou-se fichas de controle numérico, onde o cruzamento dos algarismos a cada centena representa o número de cadastro do associado. Assim, cada ficha comporta 1.499 cooperados (Anexo 4). Para controle, muitas vezes, a ilegibilidade do número exigiu a leitura do nome e busca do número em listas de associados elaboradas pela administração.

*e) Livros de atas de reuniões de Diretoria e Conselho de Administração*

Para as reuniões da cúpula dirigente existem três livros de atas ao todo: dois manuscritos e o último ainda em uso, datilografado. O primeiro contém sessenta atas de reuniões ocorridas entre 12 fev.1964 e 27 nov.1968. O segundo, para o período de 15 jan.1969 a 15 fev.1973, registra sessenta e oito reuniões e o terceiro, a partir de 21 fev.1973.

Estas atas, em geral, registram decisões do seguinte teor: admissões e demissões de associados; fixação de teto para financiamentos e empréstimos a cooperados; compra e venda de bens patrimoniais; programação de contatos externos (viagens, pesquisas de mercado, consultas a órgãos normativos, etc.), fixação de condições para comercialização dos produtos (preços a serem pagos; adiantamentos, reajustes, etc.); autoriza-

ção à diretoria para empreender negócios; aprovação de matérias relativas ao funcionamento da cooperativa (contratação e demissão de funcionários, fixação de salários, etc.); autorização para participação de associados em congressos, seminários e cursos; decisão sobre assuntos que deverão constar da pauta das assembléias gerais e proposições da diretoria a serem levadas às mesmas.

*f) Livros de matrícula*

Nos livros de matrícula são anotados os dados principais do agricultor filiado, sobretudo, data de admissão, número e valor das cotas-partes e data de demissão. Para os primeiros anos de funcionamento da instituição consta, inclusive, a razão do afastamento do associado, conforme decisão do Conselho de Administração, requinte este, desaparecido com o crescimento do número de associados e possível perda do controle de participação dos mesmos. Os dados destes livros foram colhidos em fichas, conforme Anexo 5.

*g) Fichas de controle individual*

Referem-se à qualidade e quantidade de produção dos associados entregues à Cooperativa. São fichas datadas e individualizadas (Anexos 6 e 7).

Em fichas projetadas com o fito de colher os dados quantitativos por associado, registrou-se a entrega por safras, embora não haja séries completas para café (Anexo 8). As diferenças de unidades de peso para os diversos produtos - café, algodão, mandioca, milho e arroz - exigiram sua redução para toneladas, dispostas em planilhas, para facilitar o seu uso e comparação (Anexo 9).

*h) Listagens sobre os diferentes aspectos de participação do associado*

Por exemplo: listas do Movimento do Setor Consumo em diferentes anos; listas de cálculos de retorno; listas de nomes; listas de endereços, etc. Estas listagens, elaboradas pela administração da cooperativa, resultam basicamente de consulta aos livros contábeis.

*2 - Arquivo da Câmara Municipal de Nova Londrina*

Lançou-se mão das atas de sessões da Câmara Municipal de Nova Londrina como uma fonte capaz de comprovar as transformações ocorridas na região e especialmente o desenvolvimento do próprio município onde está localizada a cooperativa. São seis livros existentes e consultados: livro nº 1 - de jan.1956 a abr.1960; livro nº 2 - de abr.1960 a jun.1964; livro nº 3 - de jun.1964 a fev.1969; livro nº 4 - de fev.1969 a dez.1969; livro nº 5 - de fev.1970 a out.1975; livro nº 6 - a partir de out.1975.

Apenas os dois últimos abrigam as atas datilografadas; os demais são manuscritos. Entre os assuntos que interessaram aos objetivos da pesquisa encontrou-se a menção à legalização das terras, problemas dos cafeicultores, cooperativa, erradicação de cafezais, êxodo rural, feclaria de mandioca, formação de latifúndios, geadas, pecuária, pequenos proprietários, pequenos agricultores, preços agrícolas, sindicato rural e erosão urbana.

*3 - Arquivo de correspondência privada*

Por especial deferência da Sra. Terezinha Spadini Ca-

ressia, filha do fundador da Cooperativa de Nova Londrina, teve-se acesso ao arquivo de correspondências do Sr. Leonardo Spadini.

Espírito lúcido, idealista e realizador ao mesmo tempo, Spadini foi um líder nato, cuja característica marcante foi a crença no cooperativismo, a compreensão que possuía do trabalho em equipe e o espírito público de que era dotado.

Não raras vezes manteve correspondência com as autoridades do país, denunciando de forma clara e direta os inúmeros agravantes da condição dos agricultores, segundo o seu ponto de vista. Homem de personalidade forte e tempestuosa, durante muitos anos exerceu o cargo de Diretor Gerente, com entrada em gabinetes oficiais para resolver pessoalmente problemas ligados à instituição e ao cooperativismo em geral.

São páginas de fé no movimento cooperativista as correspondências expedidas e recebidas, a partir de 1964, o conteúdo do arquivo privado consultado.

#### *4 - Arquivo da Junta Comercial do Paraná*

Instituição criada pela Lei Estadual nº 32, de 02 jul. 1892, com objetivo de, a partir desta data, registrar todos os estabelecimentos comerciais e industriais do Paraná, de acordo com uma classificação de livros estabelecida: - firmas; - contratos; - documentos de constituição; - atas e diários oficiais; - cooperativas; - alterações; - distratos; - falências. Os documentos, arquivados por ordem de recebimento, apresentam pequenas alterações na ordem cronológica.

O presente levantamento utilizou apenas os livros de cooperativas e procurou arrolar todas aquelas de produção, mis-

tas ou não, constituídas no Paraná até o ano de 1976.\* O interesse historicamente fundado foi o de conhecer o movimento desse tipo de organização desde o seu início no Estado, aqui-latando para décadas mais recentes o surto de cooperativas de cafeicultores, especificamente.

Justifica-se o levantamento por mais duas razões. A primeira, porque somente pelo Decreto Estadual nº 4.952, de 08 de abril de 1952, foram estabelecidas as normas para registro, assistência e fiscalização às cooperativas no Estado, sob competência do D.A.C. - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Órgão da Secretaria de Agricultura do Estado. No entanto, o arquivo do extinto D.A.C. não oferece condições para consulta, tendo-se de suprir esta falha nos arquivos da Junta Comercial do Paraná.\*\*

A segunda razão fundamenta-se no estabelecido pela primeira lei rochdaleana no Brasil,\*\*\* o Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que tratava a respeito do arquivamen-

\* São consideradas cooperativas de produção agrícola nesta pesquisa, aquelas organizações que se prestam, ou se prestaram - em outras épocas - a orientar a produção agrícola, comercializar os produtos ou mesmo industrializá-los. Inclui-se nesta categoria todas as cooperativas registradas na Junta Comercial do Paraná, ligadas à produção agropecuária; por exemplo, cooperativas de mate, leite, café, algodão e até as de categoria mista, que tanto comercializam o que é produzido por seus associados, quanto colocam gêneros alimentícios e utilidades à disposição dos cooperados. Ressalta-se que nas primeiras décadas do movimento as cooperativas, para estes fins, denominavam-se com frequência: "Sociedade Cooperativa de Produção e Consumo ..." ou mesmo "Caixa Rural ...". Somente através do exame dos objetivos de cada uma nos Estatutos Sociais foi possível enquadrá-las naquela tipologia.

\*\* O arquivo do extinto D.A.C. apresenta-se parcialmente destruído, incompleto e desatualizado, devido às inúmeras mudanças de endereço que sofreu e também a diferentes orientações da Política Cooperativista no país. Parte reduzida de seu acervo (especialmente fichas de registro e cancelamento de cooperativas) encontra-se arquivada no Setor Documental Técnico da Secretaria de Estado da Administração.

\*\*\* Referência à experiência cooperativista de Rochdale, na Inglaterra, em 1844.

to dos registros de cooperativas na Junta Comercial do Paraná. Inspirada nos princípios doutrinários, esta Lei veio reformar as disposições da Lei de 1907, primeira a tentar regular as sociedades cooperativas brasileiras. O artigo 13, da Lei de 1932, refere-se às condições e formalidades que devem preencher as cooperativas em geral, a fim de que, devidamente constituídas, possam adquirir personalidade jurídica e funcionar validamente. Entre os requisitos, recomenda sejam arquivadas, na Junta Comercial das Capitais dos Estados, as cópias dos documentos registrados em cartório de registro das pessoas jurídicas do termo ou comarca da circunscrição onde a cooperativa tiver sua sede. Esta disposição está reforçada na última Lei cooperativista do país, a de nº 5.764 - de 16 de dezembro de 1971 - cujo teor procurou sustar a fragmentária sucessão de leis e decretos emitidos após 1932. Dessa forma, seu parágrafo 6º, Art. 18, Seção I, Cap. IX expressa: Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

No arquivo da Junta Comercial do Paraná, os livros apresentam-se encadernados desde o ano de 1916 até 1976. (v. Relação dos Livros - Anexo 10). São documentos de cooperativas de todas as categorias (produção, consumo, mista, de crédito, eletrificação rural, etc.) no Paraná, inclusive algumas poucas de Santa Catarina. Os livros encontram-se em bom estado de conservação, sendo que os mais recentes apresentam um pequeno índice por cooperativa e, dado o volume de atas de assembleias extraordinárias, subdividem-se em semestre ou trimestre.

A documentação constante para cada cooperativa, em geral, é a seguinte: 1. Ofício do Oficial do Cartório de Regis-

tro de Pessoas Jurídicas à Junta Comercial, enviando cópia da documentação exigida e pedindo seu arquivamento; 2. Requerimento solicitando registro da cooperativa; 3. Ata da Assembléia de Constituição ou de Instalação da cooperativa; 4. Estatutos Sociais; 5. Listas nominativas dos associados na data de fundação e outras enviadas a cada semestre.

As atas - documentos significativos para esta pesquisa - trazem local e data, as razões gerais da criação da cooperativa, a formação da diretoria e conselhos, a lista dos associados presentes dando nome, idade, profissão e, em alguns casos, inclusive, a subscrição de quotas-partes, acompanhadas de quantia correspondente.\* As listas nominativas incluem os sócios-fundadores constando: nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, residência ou domicílio (cidade ou município), produção/quilos (esporadicamente), quotas-partes e importância correspondente.\*\*

Da década de 40 em diante são arquivadas as atas de assembleias de dissolução ou liquidação de cooperativas, atas de assembleias gerais extraordinárias, atas de fusões ou mudança de nome, além de novos estatutos e listas nominativas de associados, enviadas semestralmente à Junta Comercial. As exigências quanto à documentação variam de período para período, como por exemplo, a publicação em diário oficial ou mesmo os editais de convocação de assembleias, matéria divulgada sobre a cooperativa em jornais, etc. Nos volumes dos últimos cinco anos há um formulário da Junta Comercial e, entre os demais documentos, constam: comprovante de pagamento de taxa de ex-

\* Na primeira década de formação de cooperativas no Paraná (1916-1926) a subscrição era feita por "acções".

\*\* Com pequenas variações, os indicadores sublinhados são sempre registrados.

pediente, certidão negativa expedida pela Secretaria de Estado das Finanças, certificado de regularização de situação junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)\*.

Para os objetivos do presente estudo a coleta de dados foi dirigida para informações mais precisas sobre cooperativas de produção e acompanhamento da fundação daquelas de cafeicultores. Utilizou-se uma ficha onde constam: data da ata de constituição e/ou de registro dos estatutos sociais da cooperativa; localidade; número de associados-fundadores e profissão; dados das listas nominativas; documentação arquivada (Anexo 11).

As informações completas do levantamento deste arquivo poderão ser utilizadas em outros estudos para demonstrar, principalmente, os diferentes "surtos cooperativistas" no Paraná, a fim de correlacioná-los com a ação do Estado e as diversas conjunturas político-econômicas. Tem-se subsídios também para levantar hipóteses sobre a movimentação desse tipo de sociedade no Paraná, por municípios, sendo ainda possível proceder a comparação de opiniões de sócios-fundadores de cooperativas, visto que as atas de instalação de cooperativas constantes nos primeiros três livros de arquivo trazem os motivos que levaram os indivíduos a se associarem em diversas regiões do Estado.

*5 - Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Coordenadoria Regional do Paraná - GRUCOOP - Grupo de Cooperativismo*

Implantado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 jul.1970,

\* Cabe notar a tendência à padronização de atas, estatutos, informações sistemáticas sobre as cooperativas, através de formulários e apresentação de documentação impressa ou datilografada.



o INCRA nasceu da fusão do antigo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

O INCRA tem sob sua responsabilidade a execução da política cooperativista, visando, de modo global, a expansão e consolidação dos vários subsistemas de que se compõe o sistema geral. No desempenho de suas atribuições legais ocorre a prestação de assistência técnica, realização de fiscalização e controle às cooperativas existentes.

Embora sem apresentar documentação idêntica e completa para cada cooperativa, são documentos constantes neste arquivo, a partir de 1969: - relatórios de administração; - balancetes anuais das cooperativas; - declaração de bens de membros de diretoria; - questionário de levantamento das cooperativas do Estado (1973); - relatórios de inspeção do INCRA; - documentos menos frequentes: cartas de presidentes de cooperativas expondo problemas ao Coordenador Regional do INCRA; relatórios de seminários cooperativistas; certificados de autorização para funcionamento expedidos pelo INCRA, etc.

Os documentos, apesar de bem conservados, da forma como se apresentam, são de difícil manuseio. Entre os mais significativos, conta-se com os relatórios de inspeção e as cartas de dirigentes cooperativistas, ricos em informações conjunturais.

O levantamento realizado nos arquivos do INCRA para todas as cooperativas de produção em funcionamento no Estado representou para estudo, verdadeira fonte convergente, na medida em que ofereceu comprovação para informações

<sup>2</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 5.764 - 16 dez.1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas e dá outras providências. *Diário oficial*, Brasília, 16 dez.1971. p.37.

obtidas junto à cooperativa, como permitiu um exame comparativo quanto à situação de cooperativas semelhantes.

#### 6 - Entrevistas Estruturadas

A decisão de se entrar em contato com os protagonistas da História que se propõe conhecer, vem ao encontro de duas necessidades - uma, de ampliar as fontes de pesquisa e, outra, de utilizar um instrumental capaz de levar à apreensão dos mecanismos sociais, que permeiam as relações daqueles que vivem o movimento.

O universo de análise, derivado do critério de filiação à cooperativa, compõe-se de associados e não-associados. Integram o primeiro conjunto, os associados fundadores, dirigentes, ex-dirigentes, associados operantes e não-operantes.\* E, quanto ao conjunto dos não-associados, tem-se produtores rurais não-filiados, ex-associados, técnicos cooperativistas.\*\* A opção de se entrevistar não-associados fixa a oportunidade de contrastar posições acerca do movimento cooperativista.

Cada entrevista em si mesma é um todo, cujo feixe final, analisado de modo sistemático, oferece material para reconstituição histórica das relações que aqueles agricultores estabelecem com a natureza, por um lado, na obra de conquista e fixação ao solo e, por outro, entre si, desde as primeiras

\* A categoria operante designa o associado que mantém operações com a cooperativa, seja na compra de produtos, seja na entrega de produção. Por oposição define-se o associado não-operante.

\*\* Os técnicos cooperativistas não trabalham, necessariamente, na cooperativa estudada ou na mesma região. Para estes o roteiro de entrevistas apresentou-se muito mais genérico.

manifestações de integrarem uma cooperativa. Este é, sem dúvida, escopo e domínio da História Oral - a recomposição das relações passadas, e aqui, vivificação das presentes, ambas associáveis numa experiência ainda corrente.

A pesquisa de campo foi armada passo a passo e só efetivada depois de um conhecimento prévio da história da cooperativa e da região.\* A partir de alguns ensaios em meados de 1977, as entrevistas, na região propriamente, passaram a ser realizadas em 1978.\*\* Com um roteiro deveras flexível, servindo mais como orientação de conversa, as entrevistas tiveram uma duração média de hora e meia, chegando a quarenta e três o total de realizações.

As limitações operacionais que se apresentaram vão dos ajustes metodológicos àquelas decorrentes da dispersão geográfica dos entrevistados, localizados em seus sítios na maioria das vezes, à dificuldade em gravar os depoimentos.\*\*\*

O fato de não se contar com auxiliares de pesquisa propiciou a unidade metodológica no encadeamento das entrevistas, além de facilitar as relações entre os entrevistados e a pes-

\* Para avaliar algumas questões metodológicas sobre o processo de montagem e condicionamento de uma pesquisa na linha da História Oral, ver o artigo de Aspásia Alcântara de Camargo - O ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC - In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.276-304.

\*\* A fim de se proceder à coleta de dados nos arquivos institucionais e de se realizar as entrevistas estruturadas, foram efetuadas tantas viagens quantas necessárias à região de Nova Londrina. Ao término da pesquisa contou-se um total de seis viagens: em julho de 1977, em fevereiro, julho e novembro de 1978, em fevereiro e junho de 1979.

\*\*\* Por temor ou inibição dos entrevistados, um número muito grande de entrevistas teve de ser anotado de modo completo e extensivo no momento e/ou imediatamente após a sua realização. Notou-se que, dispensando-se o gravador, maior era o clima de confiança e de estímulo à abertura nas declarações, possibilitando opiniões mais francas.

quisadora, considerada por eles como uma pessoa não envolvida nos problemas da cooperativa. Propiciou isso também, a apresentação dos objetivos do estudo a cada entrevistado e a promessa de guardar sigilo, além de se procurar o emprego de uma linguagem simples e direta. O efeito multiplicador das entrevistas em termos de material para análise está contido em parte no fato de delas participarem, algumas vezes, outros membros da família do entrevistado - mulher, filhos - aqueles que, por extensão, vivem o processo cooperativo e de visível transformação nas formas de sobrevivência na região.

#### 7 - Fontes secundárias

Serviram de fontes de dados secundários, especialmente:

*Censo Agrícola 1960* - Paraná e Santa Catarina - VII Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional Vol. II; Tomo XII-la. parte. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*Censo Agropecuário - Paraná* - VIII Recenseamento Geral - 1970 - Série Regional - Vol. III - Tomo XIX. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Superintendência das Estatísticas Primárias - DELEN.

*Estatísticas Agrícolas do Paraná* - Subsetor Lavouras Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado do Planejamento. IPARDES - Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. Curitiba - 1976.

*Anuário Estatístico do Paraná* - 1978. Secretaria de Estado do Planejamento. Departamento Estadual de Estatística. 467 p. vol.1 - 1977.

Os dados censitários foram úteis para configurar o quadro geral de transformações por que passou a região onde está a cooperativa estudada.

### 1.1.2 OS CUIDADOS NO OFÍCIO DE HISTORIADOR

O historiador trabalha com testemunhos e sua produção aproxima-se da verdade, tanto mais se aprofunda na prova de afirmação da credibilidade dos depoimentos e documentos. As operações de análise externa e interna de documentos constituem trabalho metuculoso de esclarecimento sistemático e racional dos diversos elementos que, em sua composição, respondem pela autenticidade e pela veracidade das informações nele contidas.

Inicialmente, todos os documentos a que se teve acesso foram estudados em seu todo e a partir daí, em fichas separadas, resumidos os diversos conteúdos. Da análise cronológica e da perseguição à singularidade dos fenômenos enredados surgiram novas fichas que permitiram a seleção de assuntos de interesses conexos, bem como serviram de guias para citações. Assim foi o tratamento dispensado às diferentes atas, às correspondências e aos relatórios. Também o recurso de se lançar mão de diversas fontes históricas fez com que se pudesse confirmar ou infirmar o conteúdo das mensagens contidas no documento ou no depoimento oral.

À medida que se intensificava o exercício da crítica, acentuava-se a referência à conjuntura estudada, bem como aclarava-se a referência à procedência das informações, visto a definição das fontes institucionais investigadas.

Exigiram acuidade analítica, principalmente, as cor-

respondências privadas e os relatórios de atividades da diretoria da cooperativa. As primeiras por ser o autor elemento extremamente atuante na cooperativa e na região, cujos interesses eram explicitados em cada carta enviada às autoridades. Em linguagem eloqüente, defensora do sistema cooperativista e dos grupos não-privilegiados socialmente, as mensagens puderam ser confrontadas com estatísticas e confirmações pelas atas das assembléias gerais e reuniões da diretoria.

Quanto aos relatórios de atividades da diretoria, por tratarem-se de documentos que prestam contas anuais dos administradores da cooperativa a seus associados, observou-se certa tendência em descreverem quadros pungentes de crises financeiras e econômicas, além de salientarem ocorrências que garantissem a credibilidade dos cooperados no desempenho de seus dirigentes. Foi possível contornar problemas dessa natureza consultando as atas e os demais livros sociais da cooperativa.

Diante da complexidade das realizações humanas, da verdade contida em fragmentos de depoimentos, não há outra saída para o cientista social a não ser a utilização de recursos tão diversos de pesquisa. Na base desta aceitação encontra-se a tese defendida por BECKER, qual seja, a de que não há fatos simples e sua aparente simplicidade esconde inumeráveis relações entre o fato dado e os outros acontecimentos, cujo contexto mesmo é sua razão de manifestação e de se fazer inteligível.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> BECKER, C.L. What are historical facts? *The Western Political Quarterly*, (8):327-40, sep. 1955. Apud. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p.213-4.

## 1.2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO

### 1.2.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Três grandes momentos interligados marcam o processo de investigação:

- a pesquisa histórica, propriamente dita, realizada em arquivos da cooperativa, de particular e de outras instituições;

- a aplicação de técnica de tratamento gráfico da informação, com a montagem dos fichários-imagens 1 e 2;

- a pesquisa sociológica de campo, através da realização de entrevistas estruturadas com produtores rurais associados e não-associados, ex-associados e técnicos em cooperativismo.

A explicitação dos passos de pesquisa, simultâneos inclusive, faz-se necessária para maior compreensão deste estudo. Na sua ordem de apresentação está implícita a fuga a esquematizações que possam vir a mutilar o trabalho de construção do objeto que se pretende desenvolver. Por isso, o papel da teoria que ultrapassa todo o objeto real dado ganha relevo, sobretudo, como meio de condução dos levantamentos e na crítica ao material histórico. O "beber" nas fontes constitui um ir e vir constantes - mais próximos da realidade, mais se repetem os conceitos e sua adequação, mais se conhece.\* O princípio orientador consiste em não se absolutizar a parcela que se faz mais clara, em não se colocar um ponto definitivo em

\* O postulado inspira-se em Gaston Bachelard, assim expresso: "as relações entre a teoria e a experiência são tão estreitas que nenhum método, seja experimental, seja racional, não está seguro de manter o seu valor". Em *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. p.17.

um complexo que está, ininterruptamente, a se fazer.

Colocar-se como exercício intelectual o conhecer uma realidade tão coetânea, em cerca de duas décadas de transformações, implica, certamente, em encarar de frente o problema das aproximações entre as ciências sociais, mais especificamente no caso, História e Sociologia. Implica, ainda, que se explicitem posições no âmbito do pensar científico sobre a própria ciência, entre elas, aquela que questiona a esterilidade dos estudos sociológicos quando desvinculados da base histórica e, outra, cujo eixo está em romper com o desfiar passivo de documentos diante do historiador, que alça a História ao plano da realidade processual.

Na linha da ciência que se faz superando-se o grande passo para elevar a História de simples narrativa para uma postura analítica - dado neste século com a École de Analyse - supõe aliar teoria e pesquisa, onde o esforço de armar um arcabouço teórico está em trabalhar conceitos reveladores dos fenômenos concretos em sua singularidade, sem perder o sentido da totalidade.\* Este desafio foi colocado no momento de decisão de se empreender um estudo em História Social. Estudo este que contivesse na escolha das alternativas metodológicas, o princípio da definição de sua concretização; que, ao explorar os aspectos históricos e sociológicos do tema cooperativismo, dificultasse, o quanto possível, a separação acadêmica

\* Certamente não se vai discutir aqui abordagens filosóficas acerca do que seja a realidade, apreendida em sua concreticidade, via conhecimento. Mas convém deixar claros os pressupostos que guiam as colocações feitas: existe uma ordem no real, constantemente recriada, compondo sua própria estrutura. Deriva daí o sentido de totalidade expresso, emprestado do filósofo tcheco Karel Kosik: "Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido". V. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 35.



e formal entre as duas ciências, rompendo com os limites que cada uma se põe. Outro *a priori* não poderia estar presente na junção História/Sociologia, senão aquele pautado na unidade do real e, por decorrência, na unicidade da ciência.

Em que pese o caráter restrito comumente imputado a estudos-de-caso, o desafio permanece. É a idéia de experimento que valida a busca de representatividade num estudo onde a profundidade é perseguida como uma técnica mesma de investigação empírica. Tenta-se apontar as dimensões estruturais que decorrem do todo, ao mesmo tempo que se concede às especificidades a chance de interferirem no comportamento do todo. Um tal procedimento outorga poder de alcance analítico a este estudo-de-caso.

O *locus* da pesquisa vem a ser uma cooperativa agrária situada no noroeste do Estado do Paraná, cuja área de ação na década de 70 abrange inclusive municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

A baliza temporal fica em dezessete anos de funcionamento da cooperativa desde a sua fundação, em 1962, até 1979. Aqui, no quase hoje, encontra-se o primeiro postulado justificador de um estudo no plano da História de curta duração—um lapso de tempo que desafia como e porque a História faz-se nova e não apenas renovada.\* É BRAUDEL quem oferece o argumento da autoridade para estudos puros de ligações conjunturais e estruturais de períodos recentes, quando afirma que: "a história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é o estudo

\* Com e apesar do reencontro com inúmeros problemas metodológicos e epistemológicos que a nova condição acarreta e que não cabe aqui serem levantados.

tória, como reconhece ROBIN.\* Entretanto, não é proposta deste estudo proceder a análises de conteúdo, nem mesmo trabalhar no âmbito da Linguística, com aplicação de métodos de análise de enunciados. Enfatiza-se sim, abordar as práticas discursivas dos agentes envolvidos com o sistema de cooperação econômica, num tempo e lugar determinados, captadas via alguns dos principais objetos de que falam - as categorias intelectuais. Tem-se consciência de que os textos de discurso não são unívocos, mas que se ligam entre si e refletem formações ideológicas.

Estas categorias foram sendo construídas durante o amadurecimento das idéias, conforme desenvolvia-se a pesquisa e as reflexões sobre ela. Com o sentido de fundir-se mais e mais ao concreto vêm elas responder à preocupação de explicar e esclarecer, mais que constatar e descrever, as relações conectadas, implícita ou explicitamente, no discurso do agricultor-cooperado a respeito do mundo que vive e representa para si e aos outros.

A metodologia da pesquisa de campo, a par dos cuidados na coleta da informação histórica, emergiu, principalmente, das entrevistas, na medida em que era feito o confronto entre o discurso do agente cooperado ou não e as simulações da realidade que transmitia, compondo um universo de contradições.

A ideologia está, pois para a prática, assim como a leitura está para escrita. E o que é a prática, senão situações em que os sujeitos relacionam-se entre si, diretamente ou via aparatos institucionais, com o mercado, a sociedade,

\*V. ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo, Cultrix, 1977. p.27. Mais adiante acrescenta o discurso

históricas não foi objeto de constante preocupação. As rupturas temporais encontradas, ou para explicar a existência da cooperativa, ou para examinar as transformações nas condições de produção agrícola na região, constituíram-se em elementos positivos da leitura histórica. Desenhando o espaço de uma dispersão\* útil à validação da análise, essas descontinuidades, supridas por outras fontes, revelaram momentos significativos da história da cooperativa.

Realiza-se uma análise conjuntural onde o ponto de referência centra-se no grupo de agricultores-cooperados, nas condições concretas vividas por eles, condições estas que se reproduzem e se renovam para que, como produtores rurais, mantenham-se ou não no mercado.\*\* Partindo-se da prática econômica desses agentes e das relações que os unem, objetiva-se delinear a representação social que portam daquela cooptação participativa. Com tal proposta em mente, detêm-se-se menos em nuances de estratificação social para eleger critérios buscados na própria realidade que sustenta o fenômeno de classes

\* A expressão é de Michel Foucault que na introdução de sua obra *A arqueologia do saber*, Petrópolis, Vozes, 1972, p.7-27 valoriza o deslocamento do descontinuo como um dos traços essenciais da história nova, ao permitir sua integração no discurso do historiador, não desempenhando mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir e eliminar, mas de um conceito operatório que se utiliza.

\*\* Este é um estudo de conjuntura, porque tenta o acompanhamento de um sistema de contradições vigente durante um certo tempo. São as mudanças conjunturais observadas a partir dos grupos sociais que estão a vivê-las, acompanhadas historicamente, desde a resolução de uma contradição até o aparecimento de outra ou outras. Não se confunde mudanças ocorridas no interregno de uma conjuntura com mudanças estruturais; que ocorrem somente quando muda a contradição fundamental, aquela que persegue todo um processo de desenvolvimento. Fala-se portanto, de estrutura social, no seu mais restrito significado sociológico.

sociais ligadas à cooperativa.\* Os ângulos analisados são: a. as relações que os produtores mantêm com os meios de produção, especialmente a terra. Conseqüentemente, a posição que ocupam no processo de produção, as relações que mantêm com outros homens. Importa aqui, a maneira como produzem e o destino que dão à produção; b. levando-se em conta se os produtores estão ou não habituados às condições acima, acompanha-se o papel que desempenham na organização institucional - sua participação no esquema funcional e nos processos de decisão; c. o modo e a proporção como percebem sua inserção no processo produtivo e no sistema institucional cooperativo. De forma geral, como representam a si e aos outros os seus lugares na estrutura social, expressões essas inseparáveis de sua prática econômica.

### 1.2.2 A COMPOSIÇÃO DE SITUAÇÕES

Ao viver situações no trato com a natureza e com os outros homens, o indivíduo cria suas próprias representações das coisas e elabora um sistema de noções que fixa e ao mesmo tempo percebe a realidade. Logo, para os objetivos últimos deste estudo, as entrevistas realizadas em profundidade - que se

\* Em geral, os estudos sobre ação cooperativista centram-se em questões de participação individual, tratando sob designação de participação cooperativa as características psicossociais dos integrantes. Procuram estudar a posição dos indivíduos em uma estratificação social, baseada em indicadores como nível de renda e de instrução, categoria sócio-profissional, idade, etc. Presos à perspectiva funcionalista, não tentam analisar a presença objetiva, como grupos sociais, desses indivíduos no processo produtivo. Apenas a título de exemplos cita-se: SOARES, Gláucio Ary Dillon. Classes sociais rurais e cooperativismo agrícola: nota de pesquisa. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, 9 (1):68-77, jan./mar.1966; e ALENCAR, Maria Helena. *Estudo de liderança e barreiras ao incremento de cooperativas em três municípios do meio Jequitinhonha - 1966*. Viçosa, 1967. 92 p. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa-MG.

configuram em parciais histórias da vida, no caso dos associados-fundadores, por exemplo, correspondem a fontes capazes de transmitir, através do discurso presente e momentâneo dos entrevistados, a lógica da vivência do sistema de ajuda em comum.\*

Neste sentido, complementarmente, os documentos históricos utilizados aqui, como parcelas que só *falam* quando interpretados em seu conjunto, constituem fontes reveladoras das condições concretas vividas pelas produtores-cooperados. São as situações reais dos agentes e seus confrontos - a posição que ocupam na estrutura de produção, o quadro institucional, o jogo de relações, a conjuntura que vivem - as condições mesmas de reprodução, condicionamento e caracterização do discurso.

Toma-se o discurso não apenas como mero conjunto de enunciados - frases emitidas, escritas ou faladas - mas como prática, na acepção de FOUCAULT.\*\* A prática vem a ser o conjunto de regras que envolvem e submetem o sujeito, desde que ele tome parte no discurso e por isso mesmo subentende as relações extralingüísticas que o constituem, logo, parte integrante da instância ideológica.

O nível do discurso é um objeto novo no campo da His-

\* A expressão *história de vida* exprime dados ao longo da vida de uma pessoa, tanto os relatados pela própria pessoa como os relatados por outras ou por ambas. Ainda, se inclui os dados escritos ou colhidos em entrevistas, ou nos dois casos. Cf. LANGNESS, L. L., *História de vida na ciência antropológica*. São Paulo, EPU, 1973. p.17.

\*\* A acepção expressa aqui não indica total aceitação das formulações de Foucault mais preocupado com as condições de possibilidade dos discursos, sem articulá-los com as instâncias de uma formação social.

do social, de todo o social e, portanto, do passado; e por isso também do presente, ambos inseparáveis."<sup>4</sup>

Uma tal postura diante dos estudos históricos, ou seja, fazer história de acontecimentos tão próximos da atualidade, implica, certamente, na exposição da produção ao confronto testemunhal, deixando falar a História que se processa, submetendo-se à têmpera das tensões sociais, outorgando-lhe o poder de contestação da ciência sempre provisória. Vivas ou mortas as testemunhas, qualquer interpretação é sempre uma interpretação dos fatos, que traz em seu bojo a marca dos esquemas referenciais da pena que a escreveu e o sabor das fontes onde bebeu. Para suprir o tradicional distanciamento histórico, impõe-se a experimentos dessa ordem, a adoção de um maior rigor analítico e de um conveniente distanciamento científico.

Esboça-se a necessidade de alargamento da visão do historiador e a evidência do papel da História na elaboração do futuro: compreender e fazer compreender, através do estudo da realidade e da continuidade históricas, o próprio sentido de nossa época; compreender o presente como um elo da cadeia, como um momento numa evolução de longa duração.<sup>5</sup> É a ciência histórica com poder para entender o passado e explicar o presente, revelando o potencial revolucionário dos fenômenos.<sup>6</sup>

A periodização, como empresa a que não se pode furtar no exercício do ofício de historiador, é encarada aqui do ponto de vista dos limites de um processo. A montagem de séries

<sup>4</sup> BRAUDEL, Fernand. História e sociologia. In:           . *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. p.133.

<sup>5</sup> id. Lucien Febvre e a história. *Revista de História*, São Paulo, 21(64):406, 1965.

<sup>6</sup> SIMONE, Célia Camargo de. Entrevista com Fernand Braudel; o historiador do cotidiano. *Revista de História*, São Paulo, 46(93):231-9, jan./mar.1973.

enfim. A ideologia vem a ser o modo como cada um, particularmente, e o grupo como um todo lê estas situações.\* Para captar a ideologia presente no processo de ação cooperativa, adotou-se a técnica de, nas entrevistas, suscitar situações caracterizadas fundamentalmente por relações sociais, para que o entrevistado procedesse à leitura. As categorias presentes no roteiro, a cada rememoração de situações sociais, cumpriram o papel de fazer perceber nos depoimentos as trajetórias da prática cooperativa e dos problemas de mudança na região, na seqüência reconstruída pelo entrevistado. Está implícita nesta colocação que a ação dos homens sobre outros homens, acrescida de qualquer mudança no mundo ambiente, acarreta uma transformação no sujeito individual ou coletivo e vice-versa. Exatamente esse é o objetivo das entrevistas - que só se individualizam operacionalmente, num esforço de não perder de vista a posição do grupo como um todo - captar quais são as mudanças produzidas na percepção do mundo dos cooperados.\*\*

Na importa o indivíduo, o que pensa ou opina a respeito de, nem tão pouco as opiniões e atitudes do grupo de cooperados apenas, mas a forma de inserção destes grupos no processo produtivo ao longo da composição caleidoscópica da conjuntura regional; ou melhor ainda, como se dá politicamente esta inserção, mediatizada pela pertinência à cooperativa.

O ponto de partida é a noção de cooperação, que vai de-

\* Lucien Goldmann discute em seu ensaio *Importância do conceito de consciência possível para a comunicação* como todo grupo tende, de fato, a conhecer a maneira adequada à realidade, mas seu conhecimento não pode ir além de um limite máximo compatível com sua existência. Em GOLDMANN, Lucien. *O conceito de informação na ciência contemporânea* (coletânea). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. p.38-68.

\*\* Este tipo de pesquisa difere, fundamentalmente, de pesquisas de opinião que, quando muito, procuram saber o que pensa o grupo.

finindo outras categorias reflexas. Quanto mais prolongada a análise dos significados que assume a categoria cooperação, em situações que comportam ações conjuntas, com vistas a objetivos comuns, mais aparecem reveladas as contradições e mais se dá a aproximação real do fenômeno. A definição de cooperação tal como vivida por aqueles produtores rurais não se apresenta como uma das alternativas para tratar o problema de investigação, mas encarna a própria natureza da relação social de referência.

As significações captadas e as categorias axiais e derivadas, definidas umas em função das outras, passam a ser a forma metodológica de consciência científica durante o estudo. Por exemplo, a cooperação só é gerada se houver participação e a forma que esta assume, por sua vez, condiciona a ação cooperativa, *pari passu* aos estímulos exteriores. Envolvendo diversas categorias de produtores-cooperados no percurso de posições diferenciadas no jogo da produção e comercialização dos produtos agrícolas, a cooperação põe a descoberto a situação de propriedade, seja ela dos meios de produção e da co-propriedade institucional-cooperativa.

Esquemáticamente, são estas as principais situações reconstituídas ao entrevistado para leitura, seus indicadores mais palpáveis e respectivas categorias analíticas trabalhadas:

SITUAÇÕES	INDICADORES	CATEGORIAS ANALÍTICAS
Adesão à cooperativa	Tempo de filiação	Cooperação
	Motivo da adesão-vantagem ou não-	Conceito de conveniente e inconveniente
	Conhecimento dos estatutos	Sentido de oportunidade
	Filiação anterior	



SITUAÇÕES	INDICADORES	CATEGORIAS ANALÍTICAS
	Condição de ex-cooperado	
Condição para a participação - a posse dos meios de produção	Atividade produtiva básica	Conceito de casualidade
	Propriedade(s)	Propriedade da terra
	Área/valor	Concepção de mudança
	Produção	Conceito de espaço e espaço a avançar
	O que produzia anteriormente	Relações produtor/produção
	Divisão do trabalho (família, empregados, etc.)	Relações de produção
	Outras atividades rentáveis	Trabalho - a sobrevivência
	Tempo de moradia na região	
	Motivo da vinda para o noroeste paranaense	
Entrega dos produtos na cooperativa	Produto entregue: - quantidade, produção parcial ou total, quando entrega	Contrato tácito: - participação cooperativa
	Vantagens ou não da entrega	Cooperação formal
	Programação da produção	Fetichização da mercadoria: - o produto agrícola
	Estímulos da cooperativa	As dívidas
	Uso do crédito rural	
	Destino da produção	
Atividades administrativas	Composição da diretoria, conselhos fiscais e de administração	Participação na gestão
	Organização e funcionamento da cooperativa	Esferas de decisão
	Relações com o mercado	Delegação de poderes
	Intervenção de órgãos normativos e creditícios	Papel de mediação da cooperativa
	Reuniões deliberativas	O mundo exterior - o mundo dos negócios
		O Estado

SITUAÇÕES	INDICADORES	CATEGORIAS ANALÍTICAS
A presença em Assembléias	Frequência Presença geral Motivação Voto	Participação e poder de decisão A representação democrática Compensação: sobras e retorno
A cooperativa-instituição social	Diferenças no funcionamento e organização Crescimento e problemas Benefícios ou não Patrimônio	Percepção de tempo e mudança A empresa; institucionalização e distanciamiento - processo de fetichização O mundo organizado-as normas institucionais

Em decorrência, tem-se um esquema de análise flexível, que se enriquece à medida em que as situações suscitadas são cada vez mais objetivas. Para isso, o conhecimento acumulado acerca da história da cooperativa e da região tornaram-se instrumentais indispensáveis para compreender as significações e novos problemas que se colocavam e possibilitavam uma redefinição do conjunto de categorias dotadas de sentido para eles, interligando fenômenos tão diversos.

### 1.2.3 FICHÁRIO-IMAGEM: TRATAMENTO GRÁFICO DA INFORMAÇÃO

A utilização do fichário-imagem, como técnica de tratamento gráfico da informação, prende-se a princípios da percepção visual sensível às variações de manchas do tom branco até o preto e às duas dimensões do plano. Liga-se a regras da semiologia gráfica e nela, ao uso da "graphique", um sistema de

comunicação visual proposto e desenvolvido por BERTIN, na França.\*

A concepção dos fichários-imagens obedeceu à composição de matrizes com variáveis dispostas no sentido horizontal, onde destinou-se um espaço proporcional a cada informação. Preponderou nas matrizes finais 1 e 2 o número de componentes mais significativos entre a informação disponível e questões relevantes ao objetivo do estudo. A transcrição visual passa a servir de memória artificial, cumprindo, fundamentalmente, a exaustividade e a simplicidade, como qualidades.

O conjunto de componentes (variáveis visuais) comporta diferentes categorias (Ex.: na matriz 1, para o componente Localidade, tem-se quatro subdivisões) e possibilita estabelecer relações de ordem (O), por exemplo, o tempo, as localidades, as produções agrícolas são componentes ordenados; e relações de diferença ( $\neq$ ) onde se tem a classificação dos componentes ordenáveis, como as séries de unidades de área das propriedades rurais, de valores monetários destas propriedades, de unidades quantitativas de produção a cada safra selecionada.

Estas matrizes, reproduzidas, transformaram-se em fichas, depois de assinaladas em preto as variáveis para cada caso e, dobradas em quatro partes cada uma das folhas de papel.\*\* Dispostas verticalmente em relação à matriz, as fichas obedecem à propriedade de permutas e manipulações visuais. A

\* BERTIN, Jacques. *Sémiologie graphique*. Paris, Gauthiers-Villar Mouton, 1973, às pág. 245 e 258-62, noções sobre a concepção do fichário-imagem. Especificamente sobre *la graphique*. V. (Representação), trad. de Vilma Bastos. Extrato da Enciclopédia Universalis, xerox, p.4.

\*\* Poder-se-ia adotar folhas brancas de papelão (dois milímetros de espessura), cortadas em fichas alongadas e marcadas as variáveis em sua lombada.

intenção final é o cruzamento múltiplo de informações, constituídas por manchas separadas, cuja percepção visual obtém instantaneamente uma imagem significativa do conjunto, sem perder qualquer parcela de informação original e não excluindo o todo. As imagens que se formam, quando fotografadas, revelam em seus gráficos relações as mais variadas entre os componentes trabalhados.

A opção por uma técnica de apoio gráfico neste estudo veio responder à possibilidade de seu uso na extensão da análise, além de fornecer nuances de informações geralmente massificadas ou diluídas no tratamento estatístico dos dados, ainda mais em se tratando de observar as condições concretas dos agricultores filiados à cooperativa como proprietários de terra e de suas formas de participação na entidade.

#### 1.2.3.1 *Fichário-imagem 1: a terra e suas formas de exploração (Matriz 1)*

Unidade em fichas: propriedade rural

Tendo como fonte o Cadastro da cooperativa em diversos recadastramentos de diferentes anos, cada ficha representa um imóvel rural declarado pelo agricultor ao cadastro cooperativo, portanto, definido como unidade de propriedade.\*

\* Difere, fundamentalmente, da unidade investigada pelos censos agrícolas - o estabelecimento - cujo critério é a área administrativamente declarada onde se dá a exploração agropecuária. Assim, a unidade utilizada apresenta uma maior tendência à fragmentação do solo, embora no real da administração agrária as áreas possam ser contíguas e exploradas *in totum*.



a) *Apresentação das variáveis trabalhadas graficamente:*

1 - *Ano de recadastramento do associado (Matriz 1, nº 1)*

1963-64

1973

1974-75

1976-77

O interregno total de 1963 a 1977 cobre um período de quinze anos de funcionamento da cooperativa. Agrupados a cada dois anos, apenas o ano de 1973 apresenta-se isolado, devido ao maior número de sócios recadastrados naquele ano. O período de dez anos, situado entre 1963 a 1973, representa ausência de informações cadastrais completas, possível de ser explicado pelo histórico da entidade.

Ano de recadastramento é a única variável exposta ao campo visual cujo referencial é o associado.\* As demais variáveis caracterizam a propriedade rural. A importância desta variável está em servir de baliza para o acompanhamento das mutações que se processam nos meios de produção básicos possuídos pelos cooperados, principalmente a terra.

2 - *Localização das propriedades (Matriz 1, nº 4)*

Paraná: Nova Londrina, Marilena, Loanda

Mato Grosso

Por ser muito extensa a área de ação da cooperativa,

\* Na base das fichas utilizadas, portanto fora da área de visualização, encontra-se mais duas variáveis correspondentes a cada associado: o ano de admissão na cooperativa e a quantidade de propriedades rurais que possui, além do número de cadastro, que permite identificar e acompanhar a situação do cooperado como proprietário e produtor agrícola. (Matriz 1, nº 2 e 3)

teve-se como resultado da coleta de dados e informações, uma pulverização das mesmas, tornando impossível dispensar tratamento gráfico total a esta variável e às demais a ela correspondentes. \* Desta forma, optou-se por apenas três municípios paranaenses, os mais representativos em número de associados e respectivas propriedades. Convém frisar que, para o recadastramento 1963-64, Nova Londrina e Marilena foram isoladas apenas para efeito gráfico e por força de denominação separatista encontrada nas fichas cadastrais. \*\*

A legenda *Mato Grosso* englobou todos os municípios de Mato Grosso do Sul onde há propriedades de associados, geralmente, próximas à divisa com o Paraná. Ganham maior representatividade nos anos setenta os municípios de Naviraí e Iguaçu. Irrelevantes para o conjunto, os municípios do Estado de São Paulo puderam ser dispensados no tratamento gráfico.

3 - Área das propriedades rurais dos associados (Matriz 1, nº 5)

Até	50	
Mais de	50 a 100	
Mais de	100 a 150	hectares
Mais de	150 a 200	
Mais de	200	

\* Em 1977, a área de ação da cooperativa compreendia:

*Municípios do Estado do Paraná:* Nova Londrina, Marilena, Loanda, Terra Rica, Guairaçã, Amaporã, Planaltina do Paraná. Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Diamante do Norte, Itaúna do Sul.

*Municípios do Estado do Mato Grosso:* Amambaí, Bataiporã, Caparaó, Dourados, Fátima do Sul, Glória dos Dourados, Iguaçu, Ivinhema, Jataí, Naviraí, Nova Andradina, Rio Brilhante.

*Municípios do Estado de São Paulo:* Cuiabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Rosana, Theodoro Sampaio.

\*\* Oficialmente Marilena, naquela data, pertencia a Nova Londrina, vindo a tornar-se município em setembro de 1967 (Lei nº 5.678), acontecendo a instalação a 18 de janeiro de 1969.

A distribuição dá-se em intervalos de 50 hectares com subdivisões a cada dez unidades. Dada a disparidade de unidades de medida constantes nas fichas cadastrais (alqueires, metros quadrados, hectares) todas foram convertidas em hectares.\*

4 - *Produções secundárias (Matriz 1, nº 6)*

Algodão

Mandioca

Milho

Outros

Destacam-se as produções acima por serem estes os produtos comercializados pela cooperativa, além de arroz, em menor quantidade. São denominadas produções secundárias em relação à cafeicultura. Atividade predominante na região até início da década de 70. A categoria *Outros* inclui as dispersões encontradas para produção de arroz, feijão, mamona, amendoim, etc.

5 - *Café (Matriz 1, nº 7)*

Até 5

Mais de 5 a 10

Mais de 10 a 15 mil pés

Mais de 15 a 20

Mais de 20

Esta disposição serial mantém subdivisões a cada 2.500 pés de café, que possibilita distribuir quantidades intermediárias nas fichas para formação de gráficos mais homogêneos.

\* Todas as variáveis quantitativas (área e valor das propriedades, plantações cafeeiras) chegaram a sínteses de apresentação após tabulação dos dados.



6 - *Equipamentos (Matriz 1, nº 8)*

Propriedade com equipamentos: assinalado

Propriedade sem equipamentos: em branco

A variável *Equipamentos* caracteriza a propriedade onde há qualquer espécie de máquinas, implementos agrícolas e tra-  
tores.

7 - *Pasto (Matriz 1, nº 9)*

Área com pasto: assinalado

Área sem pasto: em branco

O destaque mostra quando a propriedade dispõe de área destinada a pasto, seja ele natural ou formado.

8 - *Criação (Matriz 1, nº 10)*

Gado bovino

Outros

A marca preta representa a existência na propriedade de algum tipo de criação animal. A coluna *Outros* refere-se à criação de aves e suínos, enquanto a coluna *Gado* inclui gado leiteiro e de corte, este último, predominante na região.

9 - *Valor das propriedades - em Cr\$ 1.000,00 - valores constantes (Matriz 1, nº 11)*

Até	500
Mais de	500 a 1.000
Mais de	1.000 a 1.500
Mais de	1.500 a 2.000
Mais de	2.000 a 2.500

Mais de 2.500 a 3.000

Mais de 3.000 a 3.500

Mais de 3.500

A escala foi construída em gradações amplas de 500 unidades, com subdivisões a cada 100 (cem) mil cruzeiros, para obter melhor efeito visual. Os valores resultaram da aplicação do coeficiente de correção do Índice Geral de Preços para 1977, ano base.<sup>7</sup> O nivelamento dos valores tornou-se necessário para efetuar comparações entre os diferentes anos de recadastramentos, durante a análise.

Convém ressaltar que estes valores retirados do cadastro da cooperativa são valores declarados pelos próprios associados no ato de preenchimento das fichas. Não representam, em absoluto, avaliações imobiliárias para fins de compra e venda das áreas de terra, embora possam delas se aproximar. Podem sim, serem cotados em excesso pelo informante, para valorizar a(s) propriedade(s) com vistas ao montante patrimonial. Este é levado em conta quando as fichas cadastrais são utilizadas para fornecimento de informações que sustentam operações de repasse de crédito bancário por parte da cooperativa.

O uso deste instrumental tem por finalidade, delinear as condições concretas dos agricultores-cooperados, numa sequência de quinze anos em relação à propriedade dos meios de produção. Tem-se em mente proceder a uma avaliação dessa "performance", visto que ela ajuda a explicar (e reproduz inteiramente) algumas mudanças processadas na região durante este

<sup>7</sup> INDICE geral de preços do Brasil. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 33:(55), maio 1979.

tempo. Derivam daí as razões de se trabalhar com esta técnica de visualização. A intenção é de se obter uma análise profunda em qualidade, e não exatamente trabalhar com dados quantitativos.

A primeira questão colocada ao fichário-imagem 1 assenta-se na temática de fundo do trabalho, ou seja, o contexto em que se localiza a ação da cooperativa: até que ponto os dados referentes a certo número de associados, coletados nos cadastros da cooperativa para diferentes anos de recadastramentos, aqui dispostos em termos de fichas-propriedades, refletem as transformações que se operam na região? O acompanhamento com dados dos censos agrícolas oferece parâmetro para isso.

No sentido de recompor as malhas dos meios de produção de que são detentores os produtores cooperados procura-se indagar acerca da situação do grupo de proprietários (ou dos grupos, visto que apresentam extrema mobilidade) diante de fenômenos que contam com a sua participação naquela região.\* Com a utilização do fichário-imagem 1 pode-se acompanhar:

.Modificações nas próprias atividades agropecuárias:

- processo de substituição (ou simultaneidade) de áreas de lavoura por áreas de pasto; - processo de substituição de áreas de lavouras perenes por anuais; - os efeitos da erradicação de cafezais na década de 60.

.Variações nos tamanhos médios das propriedades:

- processo de agregação imobiliária; - processo de fracionamento da terra.

\* É pouco representativa a parcela dos associados cujas áreas rurais são arrendadas de outros ou de proprietários cujas áreas estavam arrendadas para outros, por ocasião dos recadastramentos.

.Tendências e determinantes na valorização da propriedade fundiária.

.Movimento de expansão da fronteira agrícola para Mato Grosso do Sul, mantendo ligações econômicas com a região.

A classificação original das fichas (Gráfico 1) apresenta-se por ano de recadastramento seguindo a ordenação de pesquisa, já que as fichas de transcrição (Anexos 2 e 3) contêm a informação de cadastro dos cooperados cujas pastas trazem todas as fichas de recadastramento preenchidas até o ano da coleta - 1978.

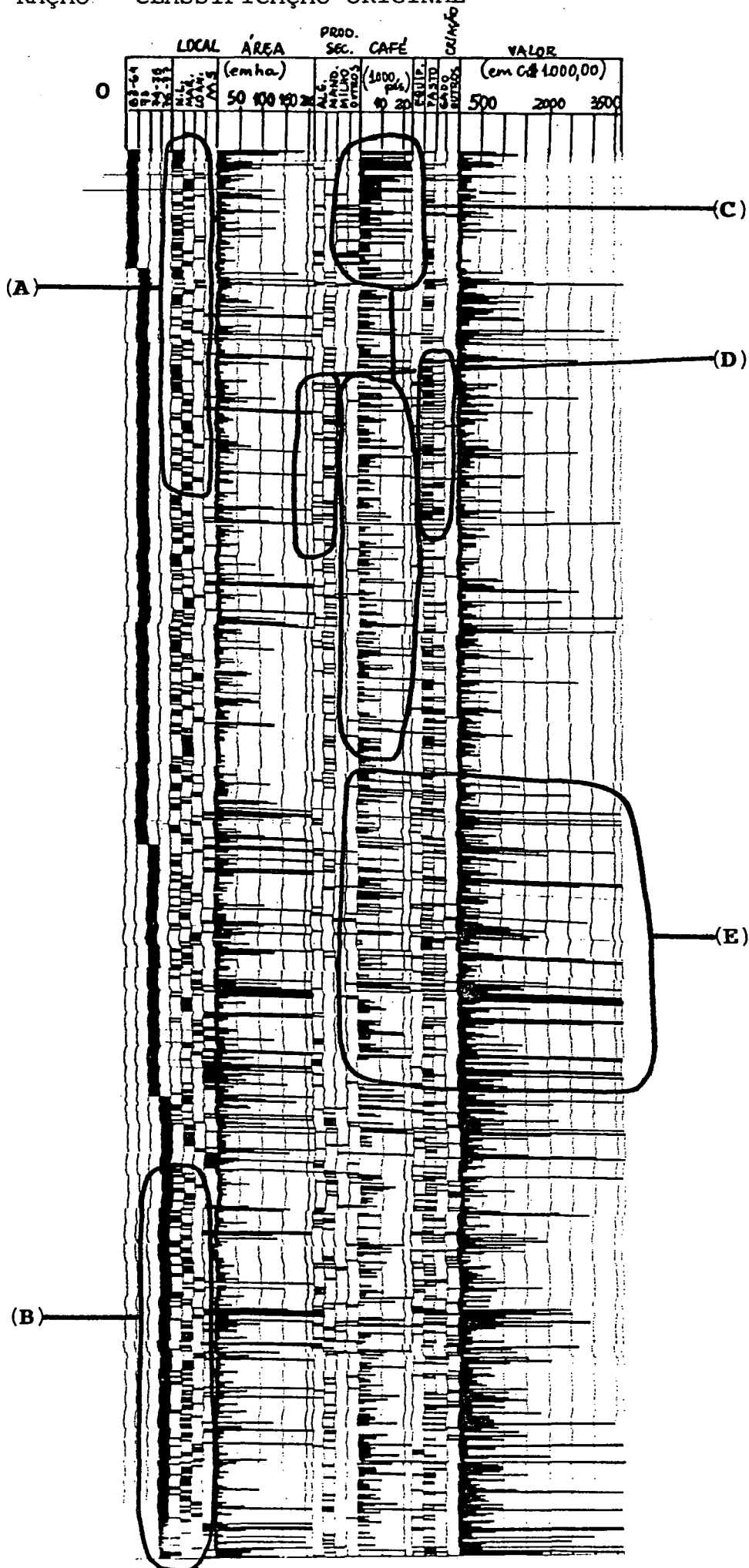
Observa-se através da primeira imagem algumas tendências significativas, que fazem a diferença de situação do início da década de 60 para a seqüência de anos da década seguinte. Isso posto, levando em conta o reduzido número de associados no início da cooperativa, na região em processo de ocupação, quando comparados com os dados disponíveis para a década de 70.

Quanto à localização das propriedades, em qualquer período de recadastramento a predominância realmente é do município-sede da cooperativa (A) muito embora, pela proximidade geográfica o município de Marilena apresente boa freqüência em termos de propriedades de cooperados, principalmente nos anos 1976/77 (B)

No que diz respeito à produção cafeeira por exemplo, proporcionalmente, há uma redução da área plantada após dez anos (1963-73) (C), enquanto se pode vislumbrar também a ampliação de áreas de pastagens e a presença de rebanhos, além da produção de algodão e mandioca, paralelamente à produção de café (E)

Por outro lado, verifica-se uma intensificação da cul-

GRÁFICO 1 - FICHÁRIO-IMAGEM 1: A TERRA E SUAS FORMAS DE EXPLO-  
RAÇÃO. - CLASSIFICAÇÃO ORIGINAL



tura cafeeira sobretudo, em áreas maiores nos recadastramentos de 1973 e 1974/75, a par da elevada valorização das propriedades (E).

A partir da consideração inicial da terra como capital torna-se necessário compreender a lógica desse capital, quando associado às manifestações do trabalho de transformação econômica do solo (presença de lavouras, criações, equipamentos) e também, quando associado à configuração geográfica e dimensão espacial do imóvel. Mais ainda, trata-se de compreender a que mecanismos de expansão geográfica e de mudança nas atividades agropecuárias obedece o valor imputado a terra. Isto é, naquela região, em diferentes segmentos conjunturais, que fatores predominantes valorizam a propriedade rural: a localização? a área? as produções? a quantidade de café plantado? as criações de gado? o pasto?

Os gráficos que se configuram e as respostas a tais indagações são considerados mediadores da avaliação da percepção do produtor-cooperado a transformações que afetam, sobremaneira, suas condições de sobrevivência como agricultor.

#### 1.2.3.2 *Fichário-imagem 2: a participação do associado na cooperativa (Matriz 2)*

Unidade em fichas: agricultor-cooperado

*b) Apresentação das variáveis trabalhadas graficamente:*

1 - *Admissão na cooperativa (Matriz 2, nº 1)*

Ano a ano: de 1962 a 1978

Fonte: Livros de matrícula

MATRIZ 2. FICHÁRIO-IMAGEM 2: A PARTICIPAÇÃO DO ASSOCIADO NA COOPERATIVA

- ADMISSÃO - 1		ATIV. ADMINIS	SETOR CONSUMO (Cr\$ 1000,00.)	ENTREGA DE PRODUTOS (por tonelada)									DEMISSÃO 73-77		
PRESENÇA EM ASSEMBLÉIAS				Diretoria Cons. Adm. Cons. Fiscal	ANOS 73 77	CAFÉ SAFRA			ALGODÃO SAFRA			MANDIOCA SAFRA			
62	65 67 69/70 73 76 78					75-6	76-7	77-8	72-3	74-5	76-7	72-3		74-5	76-7
			1050100+1050100+	10 20 30	10 20 30	10 20 30	100 500 1000	100 500 1000	100 500 1000	50 100	50 100	50 100			
2		3	4	5.1			5.2			5.3		6			

NO CAD.

7

O controle do ingresso na cooperativa permite que se possa correlacionar o tempo de filiação com inúmeras formas de participação.

A apresentação gráfica desta variável vem acoplada à presença em assembléia, ocupando a mesma escala de distribuição anual. A oportunidade de abrir uma só coluna para o tratamento de duas informações está em poder apreender o real exercício dos direitos pelos cooperados.

2 - *Presença em assembléias (Matriz 2, nº 2)*

Ano a ano: 1962 a 1978

Fonte: Livros de presença dos associados nas assembléias gerais

Figura apenas a freqüência às assembléias gerais ordinárias (AGO) realizadas, obrigatoriamente, uma vez por ano.\* Nestas assembléias são feitas as prestações de contas da diretoria, acompanhadas do parecer do conselho fiscal; são postos em votação o relatório da gestão, o balanço anual do exercício findo e o demonstrativo das sobras e perdas apuradas, bem como a respectiva destinação das mesmas; são discutidos os planos de ação da sociedade e o orçamento de receita e despesas. Entre outros assuntos de interesse social, as AGO são soberanas para eleger os componentes da diretoria e do conselho fiscal e fixar os respectivos *pro-labores* ou verbas de re-

\* Embora realizadas mais amiudamente, as assembléias gerais extraordinárias (AGE) não constam neste fichário-imagem, por não congregarem número elevado de associados. Geralmente, as AGO são realizadas no decorrer do primeiro trimestre que sucede o término do ano social que, no caso, compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. *Estatutos sociais*. Curitiba, Ed. Lítero-Técnica, 1974. Cap.I, Art. 1º, p.3.



apresentação.<sup>8</sup>

O início efetivo das atividades da cooperativa deu-se em 1963 e neste ano não houve assembléia. Justifica-se também a inclusão do ano de 1978, visto que a AGO/78 apresenta a prestação de contas de 1977 que, por sua vez, aparece para tratamento gráfico da informação na variável *Entrega de produtos - safra 1976/77*. Por lapso da administração, 1968 e 1970 não contam com listas de presença às AGO.

3 - *Atividades administrativas (Matriz 2, nº 3)*

Diretoria

Conselho Administrativo

Conselho Fiscal

Fonte: Livros das atas das reuniões de Diretoria e Conselho Fiscal - período de 1962 a 1979

Mesmo sem especificar o período da participação na gestão cooperativa e ao incluir também os cargos de suplências nos conselhos, a constatação dessa forma de participação procura identificar e caracterizar o grupo de associados à direção do empreendimento.

4 - *Setor de Consumo\* (Matriz 2, nº 4)*

Anos de 1973 a 1977 (em Cr\$ 1.000,00-valores constantes).

Até menos de 10  
10 a menos de 50  
50 a menos de 100  
100 a mais

\* O setor consumo da cooperativa corresponde à seção de vendas de adubos, fertilizantes, inseticidas, ferragens e implementos agrícolas, inclusive, a Casa de Consumo (Supermercado).

<sup>8</sup> COPAGRA. *Estatutos sociais*. Curitiba, Ed. Lítero-Técnica, 1974. Cap.V, Seção II, Art. 27, p.17-8.

Fonte: listas do movimento anual por associado no setor de consumo

Os dados desta coluna são fornecidos em cruzeiros e a uniformidade dos valores para comparações foi obtida pela aplicação do coeficiente do Índice Geral de Preços no Brasil para o ano de 1978.<sup>9</sup>

Das listas de dados disponíveis, a opção pela utilização daquelas referentes aos anos de 1973 e 1977 justifica-se em termos de vida da cooperativa. Explicando, o ano de 1973 coincide com o término de uma crise financeira um tanto rigorosa, mantendo-se apenas relativo equilíbrio de recursos para a operação da entidade. Por outro lado, 1977 foi um ano de bons resultados no setor consumo, principalmente, no supermercado. Com a introdução de novas técnicas de "marketing", com a elevação na venda de insumos após a contratação de um engenheiro agrônomo, além de modificações na estrutura, este setor apresentou uma participação de 33% no faturamento global da cooperativa.<sup>10</sup>

5 - *Entrega de produtos\** (Matriz 2, nº 5)

Apresentação gráfica:

- por produto: café, algodão, mandioca
- por safra
- por tonelada

Fonte: fichas de controle individual de entrega de produção (Anexos 6 e 7)

\* As gradações quantitativas de recebimento de produção resultaram da tabulação dos dados colhidos, enquanto os dados originais de unidades de peso (café em sacos de 60 kg; algodão em arrobas) foram convertidos para toneladas.

<sup>9</sup> Índice geral de preços no Brasil. Op.cit.

<sup>10</sup> COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 31 dez. 1977. n.p.

*Café (Matriz 2, nº 5.1)*

Safras: 1975/76	Até 10 t
1976/77	Mais de 10 a 20 t
1977/78	Mais de 20 a 30 t
	Mais de 30 t

*Algodão (Matriz 2, nº 5.2)*

Safras: 1972/73	Até 100 t
1974/75	Mais de 100 a 500 t
1976/77	Mais de 500 a 1.000 t
	Mais de 1.000 t

*Mandioca (Matriz 2, nº 5.3)*

Safras: 1972/73	Até 50 t
1974/75	Mais de 50 a 100 t
1976/77	Mais de 100 t

Café, algodão e mandioca são produtos mais comercializados pela cooperativa e em vista disso, dignos de um exame. Nesta composição as safras de algodão e mandioca aparecem intercaladas, enquanto as de café estão em seqüência de três anos, incluindo 1975, ano de ocorrência de fortes geadas na região.

*6 - Demissão (Matriz 2, nº 6)*

Associado demitido, eliminado ou excluído: assinalado

Associado inscrito na cooperativa: em branco

Fonte: Livros de matrícula

A introdução desta informação torna-se importante na

medida em que marca o afastamento do associado no período entre 1973 a 1977. Preenchida a coluna, ela justifica a situação do cooperado que naquele período não operou com a cooperativa ou manifestou qualquer forma de participação.

*7 - Número do cadastro do associado (Matriz 2, nº 7)*

Esta variável, colocada fora do campo visual dos gráficos, representa a informação de controle e comparação dos resultados, comparação esta, feita com as informações do fichário-imagem 1, visto que ambos se complementam.

A intenção na montagem de um fichário-imagem com fontes tão diversas está justamente na possibilidade de se trabalhar com esferas interligadas de relacionamento agricultor-instituição cooperativa, abarcando diferentes níveis do "permanecer em contato com o sistema optado", que aqui se denomina - mundo das decisões coletivizadas (presença em assembleias); mundo da autogestão cooperativa (participação nas atividades administrativas); mundo do suprimento (movimento com o setor consumo); mundo da troca objetivada (entrega de produtos).

A questão básica que se faz às manipulações do fichário número 2 é esta: quem participa na cooperativa e em que circunstâncias? Com o tratamento gráfico das diversas variáveis que compõem as formas mais evidentes de participação na cooperativa, objetiva-se tratar as hipóteses formuladas a respeito da desigual participação relacionada com a forma também diferenciada da propriedade dos meios de produção. Está em jogo não apenas o pequeno, o médio e o grande proprietário de terras, mas o pequeno, o médio e o grande produtor rural.

À medida que se caracteriza o agricultor filiado como proprietário de terras, procura-se, concomitantemente, dar relevância à categoria cooperado-produtor, a fim de dimensionar o grupo do ângulo das variantes de participação formal na instituição, cuja natureza prima pela autogestão cooperativa. A seleção das variáveis componentes do fichário-imagem 2 atende a este objetivo, tomando por critério somente aqueles associados que nas safras estudadas entregaram produção. A ordem para confecção deste instrumental foi dada pela numeração progressiva de cadastro, donde resulta a classificação original reproduzida no gráfico 2.

Como roteiro as manipulações do fichário-imagem 2 correspondem a questões:

- Em que circunstâncias e em que medida o agricultor-cooperado faz pleno uso de suas atribuições e direitos institucionais?

- O que é um pequeno, um médio e um grande produtor na região?

- Quais as características dos associados operantes a cada ano e qual a relação com o número total de associados?

- Existem características peculiares ao grupo de associados-fundadores em termos de participação?

- Somado ao fichário-imagem 1, que variáveis são reveladoras de uma participação desigual?

- Qual o significado da produção entregue para levar a uma maior participação, primeiramente na esfera das decisões?

Numa primeira observação geral pode-se deduzir pelo menos quatro grandes tendências reveladoras através desse auxílio técnico: - os primeiros associados na cooperativa, mais

O

-ADMISSÃO- PRESENCIA EM ASSEMBLEIAS		SETOR	ENTREGA DE PRODUTOS	
ANOS 65 67 69 71 73 75		73-6	7-0	72-9

(E)

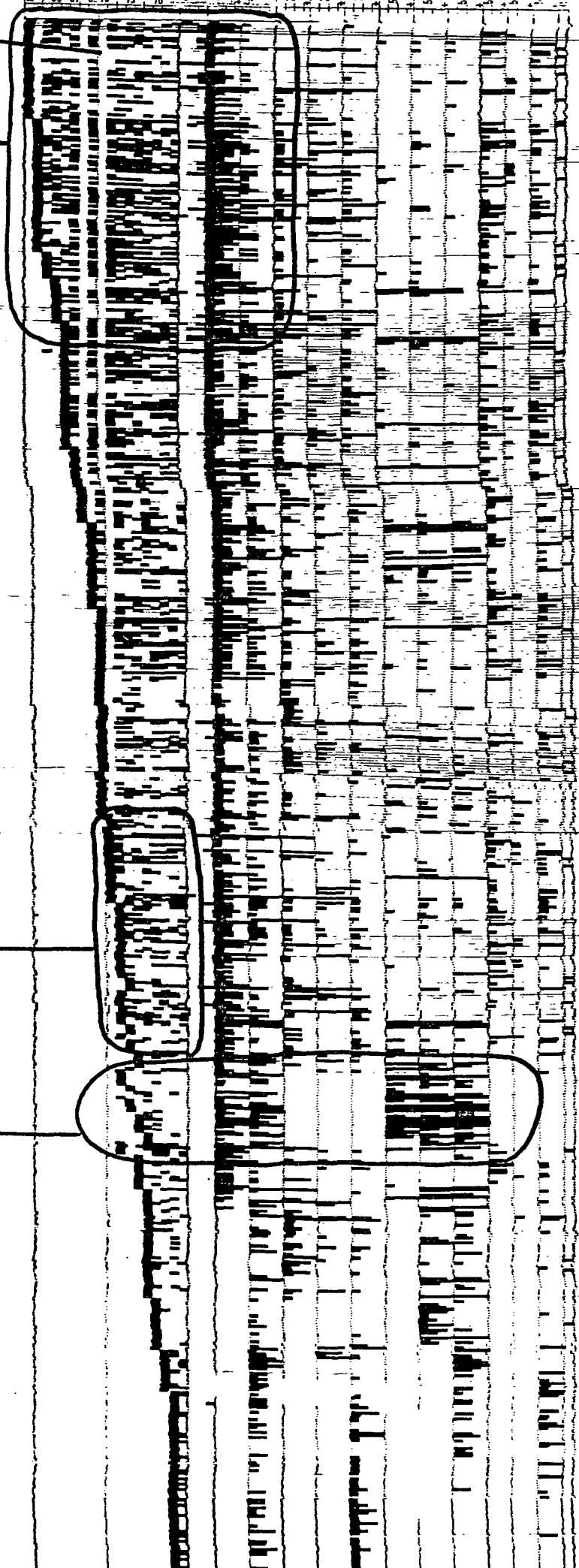
(A)

(D)

(B)

GRÁFICO 2  
FICHÁRIO-IMAGEM 2:  
A PARTICIPAÇÃO  
DOS ASSOCIADOS  
NA COOPERATIVA

(C)



que outros, fazem parte, de um modo mais evidente, nas atividades administrativas (A); - os primeiros anos da década de 70 caracterizam-se pela entrada maciça de grandes produtores de algodão (B); - o ano de 1977 leva a marca da adesão de pequenos cafeicultores (C); - nos primeiros anos que se seguem à filiação cooperativa é mais freqüente a presença às assembleias (D).

A guisa de conclusão deste capítulo para fixação dos pontos metodológicos, tanto teóricos quanto instrumentais, ganha corpo na reflexão de ordem eminentemente epistemológica: porque mergulhados na prática que as relações sociais propiciam, somos todos - pesquisador e produtores-cooperados - sujeitos cognoscentes, partícipes em graus diferentes da articulação viver/perceber. E aqui exatamente, ao nível do conhecimento é que se aproximam as experiências, seja no domínio científico, seja no domínio do cotidiano. O exercício de mediação a que se entrega o pesquisador para detectar os mecanismos de percepção do universo do produtor-cooperado, num esforço de apropriação do real, a um só tempo revela as malhas de condicionamento sociais que um e outros estão envolvidos. O primeiro, buscando desvendar a segunda intenção, a essência das coisas, a "coisa em si", que para aqueles que estão a vivê-la mostra-se capaz de perder a transparência e de se revestir de significados outros, formando um mundo coerente de aceitação.

## 2. DESBRAVANDO O NOROESTE

Com todos os problemas estruturais próprios de regiões condicionadas às oscilações de uma economia de exportação e de um mercado local e regional limitado, a economia paranaense - baseada de meados do século passado até as primeiras décadas deste apenas em atividades extrativas, insignificantes lavouras e pecuária - passou, a partir da década de trinta, a girar em torno da cafeicultura e culturas agrícolas de cunho mercantil.

A itinerante cultura cafeeira fez do Paraná um receptor de freqüentes levas de migrantes, dirigidas, especialmente, às terras roxas encontradas no Norte do Estado. Sem dúvida, este é um fenômeno ligado ao caráter extensivo da produção agrícola brasileira, reflexo da herança histórica de exploração agrária que se desenvolveu com a concorrência de duas condições: a abundância de terras e a mão-de-obra elástica.<sup>1</sup>

Marca a expansão da fronteira agrícola, a incorporação de novas terras à propriedade privada, transformando a terra em meio de produção pelo uso quase que imediato. O alargamento da fronteira econômica capitalista instaura a frente pio-

<sup>1</sup> FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Análise do modelo brasileiro*. 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p.89-122.



neira, com toda uma rede comercial, bancária e de outros serviços, loteando terras, comprando e vendendo mercadorias, financiando a produção e o comércio.\* Em momentos bem definidos de expansão da fronteira agrícola é que se delinea a participação do Paraná no processo de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que se dá a ocupação efetiva e extensiva do seu território.

Fatos conjugados fazem parte do norte do Paraná uma experiência inovadora, baseada em um sistema de colonização privada com a venda destacada de pequenos lotes.\*\* Daí dizer-se que em termos de estrutura e produção agrária assistiu-se à ruralização do avanço ocupacional no Paraná, onde, ao lado das combinações de cultivos e da lavoura cafeeira, com alta densidade de mão-de-obra, encontram-se centros de beneficiamento e consumo próximos.<sup>2</sup> Em três décadas a população aumentou três vezes e meia, é o que comunica o quadro 1.

\* Para José de Souza Martins em seu trabalho "Frente pioneira; contribuição para uma caracterização sociológica" a característica básica da frente pioneira é a propriedade privada da terra e a renda dela gerada, que permita o funcionamento do mercado, regulador da riqueza e da pobreza. *Capitalismo e tradicionalismo*; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. p.43-50.

\*\* Inúmeros estudos interpretativos têm dado conta da transformação que ocorreu naquela região do Estado com a expansão da cafeicultura e o empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável por parte da colonização.

<sup>2</sup> GRAHAM, Douglas & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1971. v.1, mimeo.

## QUADRO 1 - POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ -1940-1950-1960

	1940	1950	1960
População	1 236 276	2 115 754	4 277 763
População rural	934 004	1 587 259	2 949 781
População urbana	302 272	528 272	1 327 982

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Censos demográficos.

Esta onda expansionista propiciada pela cultura cafeeira varreu o Paraná estendendo-se desde o Norte Velho (Região de Jacarêzinho), aprofundou-se no Norte Novo (Região de Londrina e Maringá) e chegou ao Norte Novíssimo (Região de Paranavaí) no extremo noroeste.

A área noroeste foi primeiro penetrada ao final da década de 20 por pioneiros vindos de São Paulo cruzando o Rio Paranapanema. Da Fazenda Montoya firmou-se o primeiro núcleo colonizador de caráter oficial do Governo-naquela-região, hoje cidade de Paranavaí.\* Irradiaram-se dali movimentos de apropriação e reconhecimento de glebas concedidas pelo Estado enquanto proliferaram irregularidades nos processos de concessão das terras devolutas.\*\*

\* Pela Portaria nº 8.568, de 1939, iniciou o Governo Estadual uma nova fase de colonização no norte e a oeste da Companhia de Terras Norte do Paraná, fundando várias colônias: Içara, Jaguapitã, Centenário, Pagu e Paranavaí. Informação contida em WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná moderno. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, (7): 16, 1968.

\*\* O Decreto nº 800, de 8 de abril de 1931, fez com que retornassem ao domínio estatal as terras e as autorizações para seu loteamento.

A Fazenda Experimental do Estado - Montoya - criada pela Companhia de Navegação Estrada de Ferro e Colonização, depois da retomada das concessões de terras pelo Estado, passou a chamar-se Fazenda Brasileira e apresentou sensível decréscimo em sua escalada de crescimento populacional. Somente após 1943, quando em condições de pleno acesso pela Estrada da Boia-deira, que ligava Arapongas à Colônia Paranavaí, começou a existir um núcleo mais denso.\*

Geograficamente situada a noroeste de Paranavaí, a Região de Nova Londrina e Marilena constitui área de passagem do antigo "picadão" que, na década de 1930, ligava o Porto São José no Rio Paraná, divisa dos Estados Paraná/Mato Grosso, com a Fazenda Montoya. Desde 1947 posseiros instalaram-se na região, empreendendo derrubadas e abrindo as primeiras picadas de ligao do extremo noroeste com o norte do Estado. Proprietários de uma área de 24.000 alqueires de terras, situada na Gleba Paranapanema, às margens do Rio Paraná, nas proximidades do Porto São José, os irmãos Volpato são considerados os primeiros colonizadores oficiais das terras que hoje constituem os municípios de Nova Londrina e Marilena.<sup>3</sup>

\* O município de Paranavaí são veio a ser criado com o desdobramento do de Mandaguari pela Lei Estadual n 790, de 14 de dezembro de 1951 e instalado um ano após, precisamente. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros* mostra que o município de Paranavaí foi desmembrado em 26 de novembro de 1954, pela Lei n 253. Desligaram-se de seu amplo território os seguintes municípios autnomos: Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Nova Londrina, Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara e São Carlos do Ivaí. FUNDAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 1959. v.31, p.379.

<sup>3</sup> FUNDAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959. v.31, p.379.

Vista a situação nem sempre legal das concessões de terras, os conflitos não tardaram a ocorrer.\* Muitos litígios pela posse da terra, inclusive, prolongaram-se exigindo a intervenção de órgãos da Justiça.\*\*

O espaço ganho na luta de conquista e destruição da natureza foi sendo preenchido por paulistas e gaúchos, sobretudo. Configurou-se assim, importante movimentação de massa populacional alimentada, de um lado, pelas propostas das companhias imobiliárias e de colonização e, de outro, deslumbrada diante das condições reunidas na região para a prática agrí-

\* "Meu pai era comerciante, nada tinha a ver com a agricultura ... comprou um pedaço de terra porque o vizinho havia comprado quinze lotes e o Prefeito de onde morávamos, em São Paulo, reuniu um grupo para vir a Nova Londrina. Uma pessoa tradicional da região de Loanda escolheu um pedaço pro pai, (uns vinte alqueires, mais próximos de Nova Londrina), que ele deixou vago algum tempo. (...) Aqui, entravam na terra abrindo picadas. Marilena nós conhecíamos por 'feijão cru'... surgiu antes de Nova Londrina. E Areia Branca do Tucum, então... imaginava-se um deserto de areia branca (...) O pessoal foi se aproximando das terras e o interesse pela terra começou a ser demasiado e ... surgiu grilagem. Sabem, uns grileiros ocupavam a terra que era da família e eu vim prá cá numa guinada de vida. O velho me deu este lote e uma importância em dinheiro e um caminhão ... Vim sem nada ... em 1955 ... com armas, remédios e galinhas de boa espécie. No caminho geou e o café ficou queimado ... No início tive mesmo que enfrentar o grilo. Pus fogo na terra, no canavial. Contratei jagunços e fiz uma casa de dois andares, com vigilância constante. Afinal, eu tinha quitação dos Volpato, com escritório em Londrina. Tive, até, até a visita do Juiz de Paz prá apresentar provas (...) Fiquei um ano e meio na terra, perdendo dinheiro, com muitas frustrações ... Eu não sabia trabalhar a terra, mas encontrei pessoas em piores situações e me fiz líder. Era época do Governo de Moisés Lupion (...). Na Colônia Água do Bandeira ao lado do rio, formou um povoado e havia necessidade de uma escola... então ... fui nomeado professor." In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*. Nova Londrina, 1979: Entrevista com Prof. Daniel, cooperado, em 26 de fevereiro de 1979.

\*\* Em sessão da Câmara Municipal de Nova Londrina, já em 14 de abril de 1958, vereadores discutiam a questão de impedimento aos empréstimos do Banco do Brasil, devido ao problema de litígios existentes na área há alguns anos, "uma espécie de calamidade pública" e que deles dependiam cerca de vinte mil pessoas. Livro 1, f.114.

cola e possibilidade de imediata inserção no mercado.\*

Em 1951 um grupo de colonizadores de Londrina - Armando Valentim Chiamulera, Salim Zaidam, Leopoldo Lauro Bender, Silvestre Dresch e Ewaldir Bordin - conseguiu junto ao Governo Estadual concessão para exploração e colonização da Gleba Paranapanema e áreas circunvizinhas, cerca de 2.000 alqueires, localizados no então distrito de Paranaíba. O passo seguinte foi a fundação de uma companhia imobiliária.\*\* A derrubada da mata e o início da colonização deu-se a partir de outubro de 1951.\*\*\*

Inicialmente, o plantio do café dominou a preocupação agricultável do solo, retalhado em pequenas porções destinadas a sítios e chácaras, como orientação quase uniforme das diversas companhias imobiliárias na região. Seus procurado-

\* "Vim prá cá com 21 anos .... do Rio Grande do Sul, em 1951. Os caminhões vinham roçando o mato na abertura dos caminhos, até que se via uma placa 'Breve - Cidade de Nova Londrina'. Também eu, fui um 'Jacu de Marilena', porque fui um dos primeiros. O apelido de Marilena era 'feijão cru' ... o dono do hotel servia feijão cru. Tinha muita gente e Marilena era um caminho para entrar em Monte Castelo e Querência. Foi no local 'Água de Marilena' que comecei com serraria." Cf. ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...*, Nova Londrina, 1978. Entrevista com Avelino Antônio Colla, cooperado fundador e primeiro prefeito de Nova Londrina, em 17 nov. 1978.

\*\* Companhia Imobiliária Nova Londrina Ltda. Cf. Registro nº 19.883, em 03 de agosto de 1950, dos arquivos da Junta Comercial do Paraná. Pelo Termo de Autenticação daquela data, lavrado em livro do antigo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), o Governo Estadual cedeu à Imobiliária Nova Londrina Ltda, as Glebas Ribeirão do Tigre e Ribeirão do Tigre Seção "A" e partes da Gleba Areia Branca do Tucum. Este último local já era um núcleo da Companhia Paranapanema em 1940, segundo o Suplemento Especial Comemorativo dos 25 anos de Paranaíba, do Diário do Noroeste de 14 dez. 1977, que transmite informações colhidas nos livros de Registro de Montoya e em entrevistas com pioneiros.

\*\*\* Oficialmente, Nova Londrina foi fundada a 20 de outubro de 1952.

res, corretores e especuladores - picaretas de terra - não raras vezes, tornaram-se os primeiros povoadores. Participantes desta ação ocupacional, a maior parte deles foi também protagonista do desbravamento e colonização do norte pioneiro: Eu? Eu nasci no nordeste, no Pernambuco. Aqui, eu cheguei em Nova Londrina no dia 24 de março de 1953. Eu era volante em Mandaguari e o pessoal de Mandaguari colonizou-se todo aqui em Nova Londrina. Vim formã empreita de café ... desta, comprei um sítio na Gleba Erechim, cinco alqueires. E plantei capim (...) Vendi e em 63 mudei prá Nova Londrina e comprei aqui nove alqueire e meio com café, posto e lavoura branca (...) Fizemo muito abaixo-assinado prá que a terra ficasse prá Nova Londrina, mas ficou prá Loanda.<sup>4</sup>

O trabalho de desbravamento daquelas terras, principalmente pelos empreiteiros de cafezais, é que permitiu o desenvolvimento de atividades agrícolas para fins comerciais mais intensos, confirmando como o trabalho primeiro, transforma o capital em instrumento de produção fazendo da terra, conseqüentemente, uma condição de troca altamente valorizada.\*

Delineou-se mais ou menos claramente uma primeira fase de apropriação da terra com o ensaio de disciplina imposto pelas modalidades particulares de colonização, delegando juri-

\* Para Marx, o capital é também um instrumento de produção, é trabalho passado, objetivado, já que não há produção possível sem trabalho passado acumulado. Cf: Introdução à crítica da economia política. In:     . *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p.199-231.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 27 fev. 1979.

dicamente com auxílio do Estado a constituição de propriedades fundiárias.\*

Para os primeiros colonizadores a situação era nova, na medida em que os fazia sujeitos da ação. A facilidade de acesso à terra propiciava relações sociais mais simétricas, todos, sujeitos de uma mesma mudança, no encalço de um mesmo objetivo, isto é, a apropriação da natureza: Somos gaúchos, mas viemos de Santa Catarina. Foram dez dias de mudança com nosso caminhão. Em Nova Londrina corria dinheiro ... a derrubada deu dinheiro (...) A vida foi difícil, viu? Aqui não tinha nada (...) Eu nunca tinha trabalhado na roça, na enxada. O sol queimava a terra, fazendo bolhas enormes nos pés. Construimos o rancho com toras que encontrávamos prá cortar na máquina ... o tempo todo da construção, choveu. Os primeiros dias dormimos ao relento, embaixo de uma ponte ... hoje faz bem recordar... saber que vencemos ... os filhos estão formados. A gente já está indo prá Mato Grosso. Temos um filho lá.<sup>5</sup>

Se, à época da ocupação e apropriação do solo, a terra parecia ao pioneiro um meio de "vencer na vida", a "conquista de um futuro promissor", vinte anos depois, a terra próxima, inacessível para os pequenos e médios agricultores, torna-os tendencialmente itinerantes, parecendo querer recuperar um tempo perdido. O desejo de concretizar uma oportunidade de ser fazendeiro, incorporado ao mercado, trabalhando uma terra "barata", na medida em que dispensa cuidados de fertilização - procedimentos assumidos com sacrifícios por aqueles que não

\*"Com a movimentada procura de terras e datas, a imobiliária viu-se pressionada, pois o Estado e a Prefeitura, mais tarde, exigiam sua quitação nas terras comercializadas, embora com as áreas maiores o Estado desse quitação com a aprovação das imobiliárias." In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre...* Nova Londrina, 1978. Entrevista com Armando Chiamulera, cooperado fundador e um dos sócios da Companhia Imobiliária Nova Londrina, em 17 nov. 1978.

<sup>5</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 27 fev. 1979.

conseguem acompanhar o ritmo da acumulação, arcando com altas despesas para produzir - fã-los demonstrar a necessidade de encarar sempre a terra como algo seu, propriedade plena de recursos naturais a explorar.\*

Transformada no novo eldorado do Paraná na década de 1950, a região do extremo noroeste prometia para os primeiros a realização de projetos de vida pessoal-tornar-se proprietário de terras. Muitos, como formadores de cafezais, ascenderam na escala social e transformaram-se mais tarde em proprietários. Passar da condição de explorado para explorador foi, para muitos, um momento que marcou o mito da possibilidade de ascensão e conseqüente enriquecimento. A vida econômica estruturou-se e em pouco condicionou as atividades agrícolas e o acesso a terra. A gradativa e relativa estabilização da sociedade deu-se pela configuração jurídico-administrativa da região\*\* e, concomitantemente, pela definição de uma classe dominante com base nos incipientes núcleos urbanos e extensões nas fazendas de café e gado.

Com a progressiva titulação das terras, substituiu-se o sentimento de posse ganhando base a propriedade legal. Nova fase se afirma - o ganhar desta vez compõe o capital como ele-

\*Muitos dos primeiros colonizadores, em entrevistas, deixam claro a perda de oportunidade de adquirir "mais terras" no início, quando era grande a euforia do ganho, do corte da madeira, do cafezal formado em terra virgem, e ainda era baixo o preço das datas e sítios.

\*\* Em 29 de agosto de 1953, a Câmara Municipal de Paranavaí votou e aprovou, conforme Lei nº 47, a categoria de Distrito para Nova Londrina. De acordo com a Lei nº 253, de 26 de novembro de 1954, Nova Londrina foi elevada a município, comportando em sua porção territorial, além da sede, os municípios de Itaúna do Sul, Diamante do Norte e o Distrito de Cintra Pimentel. Instalado o município a 7 de janeiro de 1956, em maio do mesmo ano, Nova Londrina passou a pertencer à Comarca de Loanda, desmembrando-se da de Paranavaí.



mento dominante da organização social em formação.\* A relação intensa com a natureza faz da prática agrícola o meio da plena incorporação ao mercado. Assim, o capital é a condição primeira para a aquisição da terra comercializada e também para a sua transformação em bem de produção - ele deve ser explicado antes da propriedade fundiária, enquanto ganha forma mais e mais concreta e complexa durante o processo de produção.<sup>6</sup>

Partindo das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza para produzir em sociedade, indaga-se das características que assume uma forma de associação cooperativista entre produtores agrícolas, numa região onde os cafezais prometiam repetir a façanha de brotar cidades - Nova Londrina, Querência do Norte, Terra Rica, Diamante do Norte, Paranacity, Nova Esperança, Paraíso do Norte - que revivem em seus nomes o sabor da conquista e a realização de uma busca.

O pano-de-fundo da estrutura social e do desenvolvimento da região torna-se importante neste estudo, pela possibilidade que abre na tessitura de entendimento do espírito explorador e pioneiro, que se incorpora como uma tendência constante na ação dos homens que trabalham aquelas terras. A antevisão de novos espaços geográficos começa a avançar, o usufruir o solo até o esgotamento, a adaptabilidade a empreender

\* "Hoje em dia quase todas as terras do município são legalizadas, e que assim facilita o cafeicultor a fazer financiamentos (...) para que mesmo os pequenos pecuaristas possam suportar as despesas iniciais na construção do estábulo, cercas, plantações e até mesmo financiamento para as primeiras cabeças de gado." Cf. NOVA LONDRINA. Câmara Municipal. *Ata da Sessão Ordinária* de 13 de outubro de 1969. Nova Londrina, 1969. Livro 4. f.67.

<sup>6</sup> MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p.225.

novas culturas agrícolas podem bem conter vestígios da conquista primeira, ainda tão recente, impregnada do desejo maior de ganhar que de possuir.

### 3. O COOPERATIVISMO NA CAFEICULTURA

O fim da década de 1950 marcou o início do surto cooperativista na cafeicultura do Paraná. Surgiram as primeiras organizações em Jacarêzinho, Rolândia, Londrina, Cornélio Procopio e Marilena, no noroeste do Estado.<sup>1</sup> Despertaram os produtores brasileiros para iniciativas dessa natureza premidos, sobretudo, pela necessidade de reduzir custos e competir no livre jogo do mercado mundial de café.

Não foi apenas esse o motivo. Com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1952, passou o país a dispor de uma autarquia para realizar a política econômica do café brasileiro nos mercados externo e interno. Entre os seus objetivos um era o de incentivar o cooperativismo de produção, de crédito e de distribuição entre os cafeicultores, visando oferecer melhor remuneração e aprimoramento da qualidade do café.

Motivados por estímulos do IBC na forma de financiamento a custo subsidiado para a instalação de instituições, os cafeicultores fundaram inúmeras cooperativas, firmando-se cada vez mais a necessidade de serem fixadas normas para evitar a degeneração dos princípios cooperativistas.

<sup>1</sup>ARAÚJO, Sílvia M. de. *O cooperativismo agrícola paranaense*, segundo os arquivos da Junta Comercial do Paraná. Curitiba, 1978. Inédito.

Dos Estados brasileiros, São Paulo foi o primeiro em matéria de aplicação do cooperativismo à cafeicultura. Fundada a Cooperativa Central dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo, em 1948<sup>\*</sup>, durante algum tempo fez ela a defesa política da classe, até ser fundada a Associação Paulista de Cafeicultores.<sup>2</sup> Isso atesta como a linha demarcatória entre sindicatos, associações e cooperativas ainda não estava bem definida nos termos da legislação em vigor.\*\*

A fundação da Federação Brasileira das Cooperativas de Café em Ribeirão Preto deu-se em 1960, depois de uma pulverização de organizações que tentavam suprir o desconhecimento por parte dos produtores acerca da comercialização do produto no mercado externo. Entretanto, a própria legislação cooperativista vigente até 1971, podia ser apontada como um obstáculo, por não adaptar-se à dinâmica das operações comerciais, requerida por um produto para exportação, como o café.\*\*\*

Por outro lado, pode-se dizer que o tardio aparecimen-

\* São consideradas cooperativas centrais aquelas fundadas nas capitais dos Estados ou cidades que constituam mercados de exportação de produtos ou centros de zona economicamente dependente, com objetivo de promover a defesa integral de determinado produto ou produtos, em regra destinados à exportação. Cf. Art. 36 do Decreto-Lei nº 22.239, de 1932.

\*\* Nos intervalos do revigoramento do Decreto nº 22.239 - primeira lei para o cooperativismo - houve o Decreto-Lei do sindicalismo-cooperativista (1933-34) e o Decreto-Lei que tomou o nº 5.893 (1943), com disposições de sabor intervencionista. In: LUZ FILHO, Fábio. *Direito cooperativo*. Rio de Janeiro, Pongetti Ed, 1962. p.201.

\*\*\* Autores de trabalhos sobre movimento cooperativista brasileiro, com frequência referem-se ao Decreto nº 581 e em 1945, do de nº 8.401 - legislação especificadora das atividades cooperativistas - como portador de entraves ao desenvolvimento do cooperativismo, seja pela ausência de orientação e apoio ao Estado, seja por destituir as cooperativas de mecanismos para superar os reversos do mercado.

<sup>2</sup> MARTINS, Araguaya F. Arregimentam-se cooperativamente os cafeicultores. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (62):9, maio/jun.1961.

to do cooperativismo na cafeicultura apresenta-se como um reflexo do caráter competitivo da lucrativa produção e comercialização do produto, imperante no Brasil por mais de um século.\*

Mesmo assim, organizações de cunho cooperativista proliferavam. Só no Paraná, de 1957 a 1959, sete cooperativas de cafeicultores foram constituídas, sendo que, nos primeiros anos da década de 1960, este número mais que quadruplicou. (v.Mapa 2).

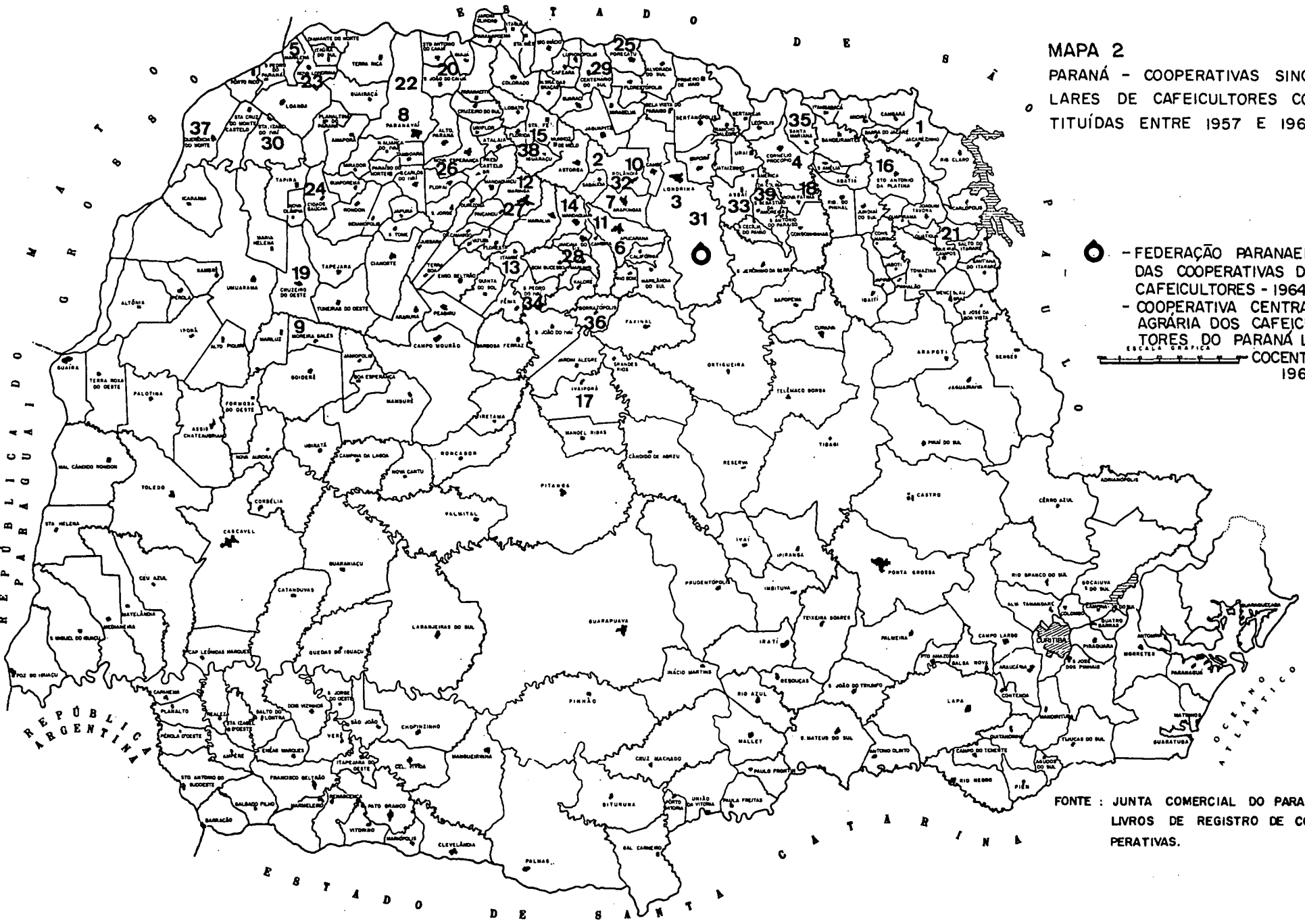
QUADRO 2 - COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES FUNDADAS NO ESTADO DO PARANÁ - 1957-1964

Ano	Nº Cooperativas	%
1957	1	2,6
1958	4	10,3
1959	2	5,1
1960	3	7,7
1961	2	5,1
1962	11	28,2
1963	9	23,1
1964	7	17,9

FONTE: JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. LIVROS DE REGISTRO DE COOPERATIVAS

Embora não usufruindo da Lei Estadual como a Lei paulista nº 2855 de 10.12.1954, que favorecia a formação de recursos básicos - proporcionar a incidência do Imposto de Venda e Consignações (IVC) somente na venda para o exterior e a retenção de 50% deste imposto pela cooperativa - os primei-

\* Luiz Mendes de Lima reforça esta colocação quando se refere ao processo político-econômico do café, assentado na história das relações entre a lavoura, o comércio e o governo. In: História do cooperativismo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (43):57, jul./ago.1974.



MAPA 2  
 PARANÁ - COOPERATIVAS SINGU-  
 LARES DE CAFEICULTORES CONS-  
 TITUÍDAS ENTRE 1957 E 1964.

○ - FEDERAÇÃO PARANAENSE  
 DAS COOPERATIVAS DE  
 CAFEICULTORES - 1964.  
 ● - COOPERATIVA CENTRAL  
 AGRÁRIA DOS CAFEICULT-  
 TORES DO PARANÁ LTDA.  
 ESCALA GRÁFICA COCENTRAL  
 1969.

FONTE : JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
 LIVROS DE REGISTRO DE COO-  
 PERATIVAS.

ros anos da década de 60 foram promissores para as cooperativas paranaenses de café. Naquela época o "livre trânsito" permitia às cooperativas de cafeicultores enviarem seus lotes de café ao porto de embarque sem os entraves burocráticos de autorização do IBC. Os incentivos cessaram a partir de meados da década quando o benefício foi generalizado a organizações meramente comerciais.

Em clima de vantagens às cooperativas de cafeicultores com a ação da nova mecânica de comercialização, é que foi fundada a organização a que se dedica este assunto.\* Com o objetivo econômico de "beneficiar, rebeneficiar, padronizar, vender e exportar a produção de seus associados e promover a defesa de seus interesses econômicos e profissionais e de bem-estar social", foi constituída a 18 de novembro de 1962 a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina (COPAGRA).<sup>3</sup>

Época de excelente desempenho da economia cafeeira em terras paranaenses, pois nos anos de 1962/63 a produção estadual apresentou o mais alto índice de participação relativa na produção global do país, em torno de 63%. A conjuntura nacional para o café, no entanto, não era propícia - os estoques acumulados, os preços internacionais pressionados pela desproporção da oferta, agravavam ainda mais a crise de superprodução, levando o Governo

\* São notórios os incentivos do IBC, não só às cooperativas, como se pode observar pela recomendação dos vereadores de Nova Londrina ao Sr. Prefeito Municipal, "para que procure receber um auxílio da Junta Administrativa do IBC, em face de uma verba de seis bilhões de cruzeiros, destinada aos municípios de zonas cafeeiras, visando assim uma parcela apreciável para a solução das reivindicações municipais, no caso, combate à erosão, água, construção do prédio da Prefeitura e Câmara". NOVA LONDRINA, Câmara Municipal. *Ata da sessão de 8 de agosto de 1962*. Nova Londrina, 1962. Livro 2, verso f.118.

<sup>3</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. COPAGRA. *Ata da assembléia de constituição*, realizada em 18 de novembro de 1962. Nova Londrina, 1962. Ata n.1, Livro 1, f.3.

a tomar medidas no sentido de disciplinar a cafeicultura e proceder a erradicação de cafezais.\*

Assim, a Cooperativa dos Cafeicultores de Nova Londrina, embora em meio a cafezais de menor idade, estava fadada desde o nascimento a depender do comportamento que assumiria a atividade econômica que lhe deu origem.

Fundada em 1962, na passagem de auge para declínio da economia cafeeira, a cooperativa, até fins da década de 70, apresenta reflexos de uma valorização crescente das terras e de uma agricultura dominada pelo capital comercial. O esgotamento do solo e a transformação de seu uso para pastos artificiais, as culturas agrícolas diversificadas, lado a lado ao café, marcam o desempenho da instituição onde coexistem pequenos e grandes produtores, em uma região que segue a marcha do pioneirismo capitalista, em direção a novas fronteiras.

A operação que tornou possível a criação da cooperativa em Nova Londrina resumiu-se na compra do patrimônio - uma máquina completa de benefício de café, inclusive secadores e vinte e três datas urbanas - da firma Café Nova Londrina (CANOLOND) que funcionava como semi-cooperativa e foi dissolvida.\* Só em

\* Em outubro de 1961, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), vinculado ao IBC.

\*\* Mercado pelo histórico caráter fragmentário da legislação cooperativista no Brasil, era ainda na década de 60, o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 - revigorado pelo Decreto-Lei nº 581, de 1º de agosto de 1938 e pelo de nº 8.401, de 19 de dezembro de 1945 - a carta magna que regia a constituição e funcionamento de entidades de cooperação. Em seu Art. 1º afirmava: "Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, para lograr fins comuns de ordem econômica ...". E em seu Art. 6º, § 2º - "É permitido às cooperativas adotar por objeto qualquer gênero de operações ou de atividades na lavoura, na indústria, no comércio, no exercício das profissões e de todos e quaisquer serviços de natureza civil ou mercantil, podendo ser, ou não, lucrativo, contanto que não ofenda a lei, a moral e os bons costumes."



termos de associados ela contribuiu com cerca de 80% dos subscritores de quotas-partes na cooperativa.

Dessa forma, reuniu-se o capital social mínimo inicial de Cr\$ 6.595.000,00 (seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil cruzeiros) dividido em 65.950 (sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta) quotas-partes de cem cruzeiros cada uma, conforme determinação dos estatutos sociais.<sup>4</sup> Cada associado subscreveu uma parcela inicial de cem quotas-partes cada uma e mais cinquenta quotas-partes por unidade de mil pés de café.\*

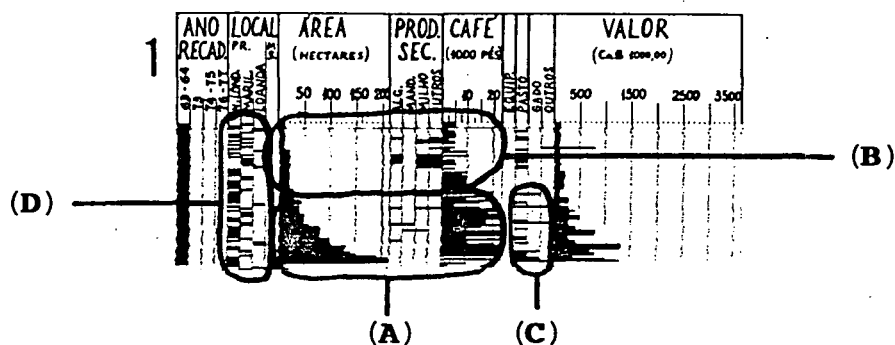
Pode-se dizer que a decisão de constituir uma sociedade de defesa de interesses comuns derivou neste caso, não do espontaneísmo dos produtores de café, mas da reestruturação em moldes cooperativos de uma empresa que já atuava no ramo há quatro anos. O patamar da experiência prévia estava, portanto, galgado.

Os fundadores e primeiros associados eram pequenos - e médios proprietários rurais, conforme atesta o Gráfico 3, com base no recadastramento de 1963 e 1964.

\*"... poderá se estipular que a participação de cada associado no capital social seja proporcional à soma de operações que o associado mantiver com a cooperativa, ou ao quantitativo dos produtos a serem beneficiados ou transformados, ou, ainda, na razão da área cultivada, ou em relação ao número de plantas em produção." (Art. 6º, 16º, § 5º, alínea d). E mais, "É facultativo estipular que cada associado pague uma jóia de admissão (...), destinada a constituir ou a reforçar o fundo de reserva, ou a atender às despesas de instalação da sociedade." (Art. 6º, § 7º, Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932).

<sup>4</sup> COPAGRA. *Estatutos sociais*. Nova Londrina, 1962. Art. 7º.

GRÁFICO 3 - FUNDADORES DE COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA



Produtores de café, em sua maioria possuindo mais de 20 mil pés de café (A), apenas os donos de pequenas propriedades conjugavam culturas de subsistência com plantações de até 5 mil pés de café (B). Também eram os médios (de 50 a 100 ha de terra) e os grandes (mais de 100 ha de terras) os proprietários que, de modo ainda incipiente, dedicavam-se à formação de pastos e criação de gado (C).

Uma forma determinada de propriedade - propriedade privada da terra - distingue socialmente o grupo de agricultores proprietários, colocando-o em oposição ao de não-proprietários. A apropriação da terra sob a forma de propriedade legal ou como arrendador habilita o agricultor apresentando-se como a condição mesma de produção e admissão em uma instituição cooperativista de natureza agrária.

Com propriedades rurais nos municípios de Londrina, Marilena\* e Loanda (D), nem todos os integrantes da entidade

\* Marilena a esta época era apenas designação local, não se constituindo, ainda, em município.

formada residiam na região à época da fundação, embora nela mantivessem culturas de café, exigência aliás, para o ingresso na cooperativa.\* Do total de trinta e nove associados fundadores (V. lista nominativa - Anexo 12), dois apresentavam-se como firmas agrícolas, representadas pelo Sr. Leonardo Spadini - gerente e sócio da então Fazenda de Café Ipanema Ltda., bem como da firma CANOLOND\*\* - enquanto treze elementos residiam fora da área de ação da cooperativa, ou seja, em cidades dos Estados do sul do país.\*\*\*

A condição de associado-fundador, bem como de grande parte dos cooperados confunde-se em 90% dos casos com a de pioneiro na região. Com dados de recadastramento de 1973,\*\*\*\* sabe-se que mais de 50% dos cooperados residiam em municípios paranaenses da área de ação da cooperativa há mais de quinze anos em relação a 1973. Isto quer dizer que acompanharam o desbravamento da região.

\* "É lícito dispor nos estatutos, que só poderão ser admitidos como associados, pessoas de determinada profissão, classe ou corporação." (Art. 6º, § 8º - Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932.)

\*\* Conforme dispõe o Art. 7º, § 2º, do Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932: "Nas cooperativas agrícolas em geral, poderão ser admitidas como associadas as pessoas jurídicas, cuja existência tenha por fim a prática da agricultura e da pecuária."

\*\*\* Em 1962, a área de ação estava restrita a Nova Londrina, Itaúna do Sul e partes confinantes dos municípios de Loanda, Guairaçã e Terra Rica. Art. 4º, Cap. I dos Estatutos Sociais da Assembléia de Constituição.

\*\*\*\* Em 1973 havia 863 associados. Uma amostragem de 345 cooperados com dados completos no recadastramento representa 40% do quadro social da época.

QUADRO 3 - MORADIA ANTERIOR DOS ASSOCIADOS E TEMPO DE RESIDÊNCIA EM MUNICÍPIOS PARANAENSES DA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA - ANO BASE: 1973

	Há menos de 1 a 4	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 anos a mais	Total	%
Municípios da região norte do Paraná	4	15	27	28	20	94	35,74
Estado de São Paulo	5	10	34	16	25	90	34,22
Estados Rio Grande do Sul e Santa Catarina	2	4	7	12	21	46	17,50
Outros	5	8	5	9	6	33	12,54
Total	16	37	73	65	72	263*	-
	6,08	14,06	27,75	24,61	27,40	-	100,00

\* Inclui 59 associados nascidos em São Paulo e região nordeste, cuja procedência e residência é a região noroeste paranaense.

FONTE: COPAGRA. FICHAS CADASTRAIS. Recadastramento de 1973.

A composição do quadro social na década de 70, incluindo os fundadores, era um retrato da mescla de procedência (moradia anterior à atual) dos produtores da região de Nova Londrina, ou seja, a contribuição parcelar das ondas migratórias oriundas dos municípios do norte do Paraná, municípios do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme o Quadro 3.

Portanto, a exploração do extremo noroeste do Paraná obedeceu à seqüência migratória, expansão da fronteira agrícola, e contou com elementos de origens bem definidas - São

Paulo e regiões nordeste e sul. Basta observar o Quadro seguinte, onde o destaque é da natalidade paulista de cerca de 40% dos associados e igual proporção para levas provenientes dos Estados do nordeste e do Rio Grande do Sul.

QUADRO 4 - NATALIDADE DOS ASSOCIADOS

LOCAL	Nº DE ASSOCIADOS	%
São Paulo	137	39,71
Rio Grande do Sul e Santa Catarina	61	17,68
Minas Gerais e Nordeste	85	24,63
Países diversos	40	11,60
Outros**	22	6,38
Total	345	100,00

\*\* Includos os nascidos no Paraná.

FONTE: COPAGRA. FICHAS CADASTRAIS. Recadastramento de 1973

Associados estrangeiros são naturalizados, em sua maioria, e guardam as mais diversas origens - japoneses, portugueses, espanhóis, etc. O desempenho da associação cooperativa do noroeste paranaense ganha relevância enquanto não privilegia qualquer etnia em especial em sua constituição, fator este que tem sido pesado em descrições de experiências cooperativistas bem sucedidas. Cooperativa-caipira, composta de brasileiros em sua quase totalidade, essa característica está na base das formas que assume para se manter.

E estas formas que se vão compondo estão, obrigatória-

mente, submetidas não somente às decisões no âmbito cooperativista, mas ao complexo problema cafeeiro no Brasil, visto o seu papel estratégico na política externa. Assim, a mesma especialização que o café imprime à propriedade onde é cultivado - elevado valor da produção e o seu caráter intensivo - cria condicionamentos à ação cooperativa, exigindo dela um desempenho à altura das repercussões nas transações comerciais. Alie-se a isso as reais dificuldades que a região noroeste enfrentou e ver-se-á, então, quão estratégico foi, sim, o papel de um líder necessário no momento certo, para o empreendimento não esmorecer.

#### 4. O LÍDER E OS COLONOS

Ao longo dos anos de funcionamento da cooperativa, duas fases distintas transparecem no que concerne à linha e embasamento imprimido ao movimento. A primeira estende-se até meados da década de 60 e confunde-se com os primeiros anos pós-fundação, cuja marca é a do espontaneísmo na ação, a crença ingênua nas instituições de apoio, o trabalho artesanal e improvisado premido pelas necessidades imediatas, o idealismo emotivo, empenhado na identificação cooperado/cooperativa, principalmente por parte dos fundadores. A segunda fase coincide com o acelerado ritmo do capitalismo no campo que os anos 60 marcam bem.

Como um empreendimento social a cooperativa teve a sustentar-lhe a idéia e a quota de esforço na concretização, a ação de pioneirismo e experiência de um líder - Leonardo Spadini - nome ligado ao fortalecimento do cooperativismo no noroeste do Paraná. Batalhador e defensor dos direitos do agricultor, com grande capacidade de trabalho, devotou-se inteiramente a essa organização. Entendeu desde logo que a redenção dos lavradores, principalmente dos pequenos, estaria na sua reunião em bases cooperativistas. Atendendo ao seu chamamento e acreditando nos empreendimentos que idealizava, muitos cafeicultores associariam-se à cooperati-

va.\* Como diretor-gerente, organizou a comercialização em moldes cooperativistas e tinha planos de montar uma usina de açúcar, que trouxesse melhores resultados ao pequeno agricultor.

Não só os depoimentos são elogiosos, como na própria região existe um clima de consideração por esse que se revelou um líder entre os lavradores. Uma ponta de saudosismo encontra-se em referências ao "tempo do velho Spadini". Sua experiência anterior definiu as linhas que imprimiu: Veio de Capinzal, do vale do Rio do Peixe e tinha experiência em cooperativismo ... lá, a Cooperativa Ouro. Foi bem no começo, com vantagens para o pequeno.<sup>1</sup> Ou ainda, o Sr. Leonardo Spadini pertencia a uma cooperativa em Santa Catarina ... tinha entrosamento com os pequenos colonos e ambiente de cooperativa. Nas reuniões ele explicava o que era cooperativismo e como era a exploração das máquinas de café, no preço, no pagamento, na classificação do café. Não tinha condições ... a cooperativa foi equilíbrio e os frutos se viu agora, de sete, oito anos prá cá.<sup>2</sup>

Fica nítida nesta fase da cooperativa, a preocupação com os pequenos produtores e mesmo com as dificuldades iniciais o apoio não era negado - naquele tempo os financiamentos eram diretos pela cooperativa ou endosso da cooperativa, amparo legal ao produtor(...) Os mentores da cooperativa, a princípio, eram apaixonadíssimos ... dariam a vida pela cooperativa. Hoje, hoje os dirigentes pensam um pouco diferente, embora combatentes. A prin-

\* Há dezoito anos vim para cá, atraído pela riqueza. Queria exercer a profissão ... sou advogado. Prá mim, a agricultura foi ocasional. Vim trabalhar na CANOLOND, com o Spadini. Com ele visitamos uma série de futuros cooperados ... muitos olhavam enviezado. (...) Spadini era idealista, fazia planos, contas, mil economias ... acreditava nisso. In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 26 fev.1979.

<sup>1</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1978. Entrevista com Armando Chiamulera, cooperado fundador, em 16 nov.1978.

<sup>2</sup> *ibid.* Nova Londrina, 1978. Entrevista com Maurílio Salame, cooperado fundador, em 16 nov.1978.



cípio, nem vencimentos queriam ter ...<sup>3</sup> Sabe, eu saí do Rio de Janeiro em 45, fui pra São Paulo. De lá fui se formado de café em Mandaguari. Era uma região muito alegre, com muito arroz e café com substância boa. Acabei vindo pra cá em 1952, também como formado de café. Quando eu ficava doente, trabalhava de barbeiro. Até que consegui dois alqueire de terra no Mandiocão e estô na cooperativa desde 1963, quando entrei com vinte contos de cota. Eu não tinha nada, foi o velho Spadini que fez minha ficha em Loanda, no Banco do Brasil. No começo, ajudou muito.<sup>4</sup> Homem público, Leonardo Spa-

dini fazia de sua voz, a voz da cooperativa e, identificava-se com os grupos de colonos que defendia, por sua própria condição de administrador, e não de proprietário de uma fazenda de café.

A cooperativa precisava organizar-se. Assim, já na primeira assembléia geral realizada em fins de 1963<sup>5</sup> ficou decidida a instalação de uma secção de compras em comum, cujo armazém forneceria a crédito, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários, gêneros alimentícios e artigos de consumo em geral aos associados e seus familiares.<sup>6</sup> A proposta era de que fosse sempre guardada uma diferença para menos nos preços da praça, e se mantivesse o estoque sem sacrificar o cooperado.<sup>7</sup>

Naquela assembléia discutiu-se também a construção de um armazém, a compra de um caminhão e a contratação de emprês-

<sup>3</sup> *ibid.* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 26 fev. 1979.

<sup>4</sup> *ibid.* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 25 fev. 1979.

<sup>5</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA-COPAGRA. *Ata da assembléia geral extraordinária*; realizada em 5 de dezembro de 1963. Nova Londrina, 1963. Ata n. 5, Livro 1.

<sup>6</sup> COPAGRA. *Estatutos sociais*, Nova Londrina, 1962. Art. 12, cap. 1/2.

<sup>7</sup> *id.* *Reunião da diretoria e conselho de administração*; realizada em 28 de fevereiro de 1964. Nova Londrina, 1964. Ata n. 2, Livro 1, verso f. 2.

timos junto a entidades creditícias, como o Banco do Brasil, o Banco Cooperativo e o Instituto Brasileiro do Café. Lançava-se a cooperativa à corrente de dependência de recursos financeiros de terceiros que vai marcar sua história e, mais amplamente, a sobrevivência mesma do sistema cooperativista no país. O auxílio creditício constante não pode mais ser retirado sob pena de sucumbir o empreendimento. Isso levando-se em conta que a cooperativa, em seus primeiros anos, não recebeu auxílio dos poderes públicos, porque a sua sede e o seu patrimônio localizavam-se então, em terras litigiosas, embora tenha nascido e crescido "graças ao crédito bancário".<sup>8</sup>

Recebendo, de início, apenas a produção de café dos associados, conclamava-se a classe cafeicultora a unir-se em agrupamento maior, face à urgente necessidade de criação de uma Federação Paranaense de Cooperativas de Cafeicultores, para uma defesa mais organizada. Foi aprovado o ingresso da cooperativa na formação da Federação, com sede na cidade de Londrina.<sup>9</sup> O sistema cooperativo a serviço da cafeicultura tendia a ampliar-se institucionalmente, mas nas bases, a cooperação não existia de todo.

O início de 1964 foi marcado pelos compromissos financeiros a saldar e a insistência do corpo administrativo para que todos os associados entregassem sua produção de café. O Art. 10 dos Estatutos Sociais era infringido - "Toda produção do associado deve ser entregue à cooperativa." Ameaçava-se

<sup>8</sup> SPADINI, Leonardo. *Empréstimo de 100 milhões, para as seguintes finalidades ...* Nova Londrina, 1966. Correspondência dirigida ao presidente e demais membros da Junta Administrativa do I.B.C. e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo e à Cafeicultura em 21 mar.1966.

<sup>9</sup> COPAGRA. *Ata da assembléia geral extraordinária.* op. cit.

com punições aqueles que não colaborassem.\*

Operando num mercado concorrencial, conjugando a produção de seus associados, a cooperativa como instituição econômica é também um instrumento catalizador das crises desse mercado. Fenômenos de estímulos e retratação de mercado refletem-se em seu funcionamento, bem como no relacionamento de indivíduos e grupos representativos da estrutura social em seu interior. Observa-se, portanto, manifestações nas relações extracooperativas e intracooperativas, expressando particularidades de momentos históricos.

Um ano após a fundação, com armazéns lotados de café beneficiado para comercialização, acarretando problemas de espaço e com pedidos dos cooperados para a realização de assembleias mais periódicas, outro produto entra para a pauta da cooperativa: o algodão. Uma reforma dos estatutos regularizou a entrada de cotonicultores, alternativa para manter-se a entidade.

Decidiu-se pela montagem de uma usina de algodão com financiamento do Banco do Brasil. As razões eram claras - em Nova Londrina não havia usina e todo o algodão produzido na região era levado a Paranavaí para ser comercializado, ficando a mercê dos preços pressionados para baixo, em épocas de safra e do pagamento feito em parcelas. Urgia ainda, por um ponto final nas despesas de viagens e perdas de tempo para o produtor. O interesse expresso - com a usina, os cooperados poderiam receber o preço ficado pelo Governo, além do lucro

\* O ano terminou com um relatório da diretoria louvando os que cumpriram com o seu dever cooperativista, entregando seu produto à cooperativa e comunicando haver a mesma triplicado o patrimônio inicial. COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1964. n.p.

da industrialização.<sup>10</sup>

Dificuldades no fornecimento de energia elétrica ao município retardam o início da operação da usina de algodão até setembro de 1964.\* Mas, não era só esta usina foco de atenção, pensava-se numa proposta para concorrência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a montagem de uma usina de açúcar em Nova Londrina, plano do gerente-fundador Spadini. Industrializar parece sempre ser a saída para o cooperativismo-gerar capital para auto-sustentar-se.

Na verdade, a cooperativa já se encaminhava para uma fase controversa e por força das circunstâncias ingressava na faixa da industrialização. A cafeicultura atravessava dias difíceis e, operando apenas com café, a organização ficava cerceada de obter compensações da livre comercialização. Também na época, o sistema de autorização dado pela assembléia à diretoria, para venda de lotes de café, dificultava a operação, embora facilitasse a padronização do produto.

Dirigindo-se a autoridades sobre a retirada dos cafés despachados nos Armazéns Gerais da Estrada de Ferro (AGEF) em Nova Londrina, Spadini esclarece: Nossa cooperativa, com mais de dez mil sacas de cafés beneficiados para embarcar, com os produtores sem dinheiro e ainda falta de lugar para receber o restante dos cafés em mãos de produtores, encontra-se diante de uma situação insustentável, (...) contrariamente à nossa vontade, os compromissos de nossos cooperados junto ao Banco do Brasil e outros estabelecimentos bancários serão levados à cobrança judicial, com graves repercussões econômico-financeira, para mais

\* Depois de anos de promessa por parte do Estado, em 1968 a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) propõe a venda de ações a curto e médio prazo, inclusive para a Prefeitura e para a Cooperativa, a fim de ser levada energia elétrica à sede de Nova Londrina.

<sup>10</sup> COPAGRA, *Ata da assembléia ...*, realizada em 24 de novembro de 1963. Nova Londrina, 1963. Ata n.4, Livro I, f.11.

de uma centena de pequenos e médios produtores.<sup>11</sup>

A situação de endividamento dos lavradores chama a atenção de outras autoridades. Os vereadores de Nova Londrina pedem a manifestação da Câmara Municipal junto aos órgãos competentes, solicitando para os lavradores a isenção do pagamento das dívidas das sementes adquiridas no ano passado, cujas promissórias estão ameaçadas de protesto.<sup>12</sup> E também reiterando apelos "com relação à fixação de preços dos produtos agrícolas da próxima safra, estendendo-se ao Sr. Presidente da COPAGRA, no interesse, na salvaguarda do lavrador."<sup>13</sup>

Paralelamente, agiam os intermediários e o produtor nem sempre optava pela cooperativa. Questão difícil de ser controlada, a assembléia geral de 1965 trouxe à baila a possibilidade de contratar um avaliador para fiscalizar as lavouras de cooperados, a fim de que entregassem toda a produção na cooperativa. De um lado, as necessidades coletivas da entidade, de outro, a expectativa de preços mais compensadores pelo produtor. Romper a especulação realizada individualmente no jogo dos atravessadores não era tão simples.\* Indagava-se então, ao cooperado: Se não fosse a cooperativa em Nova Londrina, os cafeicultores teriam a máquina de beneficiar café? Os cotonicultores teriam a máquina de beneficiar algodão e, em breve também a fiação e tecelagem? A fábrica

\* Em 1965, chegou-se mesmo a substituir um Diretor Secretário que, infringindo prescrições estatutárias, continuava como sócio de uma máquina de café, incompatibilizando-se com o cargo.

<sup>11</sup> SPADINI, Leonardo. *Retirada dos cafés despachados nos armazéns da AGEF em Nova Londrina*. Nova Londrina, 1965. Carta dirigida ao Instituto Brasileiro do Café em Londrina, em 23 nov. 1965.

<sup>12</sup> NOVA LONDRINA. Câmara Municipal. *Ata da sessão de 12 de agosto de 1964*. Nova Londrina, 1964. Livro 3, f.10.

<sup>13</sup> id. *Ata da sessão de 27 de novembro de 1964*. Nova Londrina, 1964. Livro 3, f.28.

de sacos de algodão? Todos sabemos que seria impossível para um colono, individualmente, construir uma só destas indústrias, quem diria todas elas. É de ressaltar, por isso mesmo, que o cooperativismo praticado pelos colonos de Nova Londrina e adjacências através da COPAGRA, tornou possível essas grandiosas realizações, em menos de três anos. (sic)<sup>14</sup>

Os conflitos de grupos de pressão e a luta pelo poder manifestavam-se, levando os associados a externar contentamento pelo "ótimo trabalho dos senhores diretores em prol do bem estar comum, contradizendo com realizações àqueles que, com espírito mesquinho procuravam por inverdades, difamar a cooperativa."<sup>15</sup> Salientavam ainda a necessidade de maior união para lograr a "fase de amadurecimento da cooperativa" e também dos próprios cooperados. Desaprovações, em conjunto ou isoladas, persistiam, no ritmo de ajuste dos interesses individuais aos objetivos da instituição. Há a considerar a natureza do grupo fundador e empreendedor na continuidade da cooperativa, grupo esse de reconhecida liderança local, com seus membros ocupando postos na administração municipal ou exercendo profissões liberais em seu meio.

A descapitalização do cafeicultor forçava a comercialização imediata para atender necessidades financeiras. E este fato, nem sempre possível de ser contornado pela ação cooperativista, de difícil convencimento, encontra várias explicações a nível da cooperativa.

Na defesa de melhores condições para o pequeno produtor o líder Spadini faz inúmeras investidas para sensibilizar as autoridades estaduais e federais: É natural, que o colono

<sup>14</sup> COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1965. n.p.

<sup>15</sup> id. *Ata da assembléia ...*, realizada em 19 de setembro de 1965. Nova Londrina, 1965. Ata n. 11, Livro 1, f. 43.

que desde todos os tempos, está na dependência dos usurários (emprestadores de dinheiro a juros que vão de 2,5% ao mês), nas mãos dos especuladores - intermediários, gananciosos, açambarcadores e inescrupulosos, por certo desconfiam, não pode estar propenso a nenhum associativismo. É natural que pela sua ignorância - doutrinado pelos "sperts", pelo anti-cooperativista e pelos maus cooperativistas - tenha medo de não só cooperativismo, mas, também, refute todos os "ismos", - ruralismo, sindicalismo, previdencialismo -. Pois ele, pobre, mais pobre, que filho de rato (excetuamos aqui os fazendeiros, porque na verdade, estes, são por vezes ricos, não plantam, mandam plantar), *in principium* se lhe exige mensalidades, e os benefícios vão quando muito, em promessas escritas, promessas que são remotas ou nunca lhe chegam.<sup>16</sup> (sic).

Como instituição de atendimento a interesses comuns, a cooperativa procurava, em meados da década de 60, meios de segurar o produtor em seu quadro de operações, adaptando-se à engrenagem do mercado. Amplia-se com a fiação de algodão e a compra de nova máquina de café em 1966, contando com adesões de compromisso de entrega de produção por parte de grande número de associados.

A industrialização dos produtos agrícolas era tema que levantava discussões e dividia opiniões nas assembléias. Em termos nacionais, na década de 60 não havia ainda uma orientação da política cooperativista a esse respeito. Este alargar do círculo de relações da cooperativa com o mercado, aparecia aos olhos de muitos cooperados, como fuga ao âmbito de decisões apenas internas. Assim é que para a instalação da

<sup>16</sup> SPADINI, Leonardo. Empréstimo de 100 milhões ... Op. cit. f.1.

fiação de algodão lançou-se inúmeros argumentos.\*

O relatório da diretoria de 31 de dezembro de 1966 é enfático: O café com quanto fosse o ramo que deu origem à organização da COPAGRA, continua dando resultado que consideramos fraco. E, a última safra, quer pela sua pequena quantidade beneficiada, quer pela sua qualidade inferior em grande parte, com broca e, má bebida, e, principalmente, pelo esquema de comercialização através de suas inúmeras agências e preço baixo, o resultado irá ser ainda pior. (sic) Vem daí a necessidade de alternativas, além de café e algodão a cooperativa passava a receber a produção de amendoim, milho e soja, acarretando problemas de armazenagem em 1967.\*\*

Sérios transtornos são enfrentados com associados em débito prolongado, cogitando-se, em reunião dos dirigentes, a hipótese de execução judicial dos devedores.<sup>17</sup> O problema reflete a conjuntura econômica da época e Spadini volta a dirigir-se às autoridades expondo o que chama "a verdadeira si-

\* Negócio vantajoso para a cooperativa porque o algodão de bom tipo que alcança bom preço no mercado continuará a ser comercializado normalmente e o algodão inferior será transferido para a fiação e tecelagem para fabricação de tela de algodão para sacas brancas, fazendo economia de frete, impostos, etc. Além do mais, o algodão inferior exige as mesmas despesas e o seu preço no mercado reduz em parte o lucro do algodão bom. Ainda, com as duas indústrias a cooperativa estaria empregando trinta a cinquenta pessoas. COPAGRA. *Ata da assembléia geral extraordinária*; realizada em 18 de novembro de 1966. Nova Londrina, 1966. Ata n.12, Livro 1, f.36.

\*\* Também neste ano, 1966, surgia o primeiro serviço de assistência médico-hospitalar, em convênio com o antigo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI).

<sup>17</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 5 de janeiro de 1967. Nova Londrina, 1967. Ata n. 30, Livro 1.



tuação permanente do colono".\*

Como líder cooperativista e local, Spadini era acionado para intervir junto às autoridades federais "reivindicando melhores preços para os produtos agrícolas.<sup>18</sup> Sempre descrevendo de modo enérgico o estado de sobrevivência do "rurícola", compulsoriamente, taxado em toda a sua atividade" (...) e "não obstante, não tem estradas, nem escolas; não tem assistência médico-hospitalar-dentária; não tem luz elétrica, nem rádio; não tem televisão, nem cinema, nem teatro, nem goza de nenhum benefício apropriados pela ciência, acessíveis apenas para seus irmãos citadinos." - "imputa a culpa nos efeitos negativos da má política agrária executada pelos governantes (...) que consciente ou inconscientemente são os culpados. Uns nadam em riquezas e outros, mesmo trabalhando como heróis anônimos, levam uma vida de semi-selvagens.<sup>19</sup>

À medida em que cresciam os compromissos financeiros da cooperativa e diversifica-se, ano a ano, as suas atividades, maior parte das sobras eram capitalizadas e não rateadas aos cooperados na proporção de suas operações. As retenções das sobras líquidas destinadas aos fundos e a retenção do mon-

\* Ele não pode fazer preço das mercadorias que produz. Quando escapa do risco das geadas, das chuvas de mais ou de menos - estiagem - quando se livra das pragas, dos granizos e colhe uma boa colheita, o preço avilta e, o prejuízo é certo. Quando a colheita minguia - por influências climáticas, então, obtém bons preços pelos seus produtos, mas, não tem quantidade para vender. (...) De fato, ele, o colono, não tem vez. Tudo que precisa comprar sobe de preço, e o que produz, cada dia é mais onerado com impostos e taxas, e como se isto não bastasse para sua desgraça, ainda baixa de preço. Os preços mínimos garantidos. Após deduzir sacaria, frete, carga e descarga, armazenagem, ICM, previdência social rural, minguia tanto que, se dista mais de 500 quilômetros dos centros consumidores, o melhor que pode fazer é deixar seus produtos apodrecerem. Cf. SPADINI, Leonardo. *Situação de calamidade na agricultura*. Nova Londrina, 1967. Correspondência dirigida ao Presidente da República, Governador do Estado do Paraná, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, Presidente do Senado Federal, Câmara Federal e Assembléia Estadual do Paraná, em 4 fev.1967.

<sup>18</sup> NOVA LONDRINA, Câmara Municipal. *Ata da sessão de 22 de fevereiro de 1967*. Nova Londrina, 1967. Livro 3, verso f.108.

<sup>19</sup> SPADINI, Leonardo. *O agricultor, o herói anônimo ...* Nova Londrina, 1967. Correspondência enviada à primeira dama do país, D. Yolanda Costa e Silva, em 13 jun.1967.

tante igual a 6% calculado sobre o capital integralizado, em forma de juros, conforme reforma dos Estatutos Sociais em outubro de 1967, eram consideradas "a garantia de continuidade do cooperativismo.\* As retenções das sobras apareceram sempre como a "quota de sacrifício por parte dos cooperados.<sup>20</sup>

Capital de giro - um dos graves obstáculos ao desenvolvimento cooperativo rural - levantava a cogitação em 1967 quanto à criação de um "fundo especial para capital de giro". A idéia dos dirigentes era ir gradativamente diminuindo os elevados juros bancários que até aqui nos vimos forçados a pagar, como por exemplo, os juros pagos na comercialização da última safra de algodão. (...) e que, com capital de giro próprio, esta despesa seria evitada em menos da metade, resultando uma rentabilidade muito satisfatória aos cooperados.<sup>21</sup>

A solução de se recorrer a órgãos de crédito, nem sempre dá resultado. Como consequência, vem queixa do Diretor-gerente de que "se a cooperativa dispusesse do dinheiro para depositar, já não precisava mendigar crédito". Com a falta de capital de giro a cooperativa fraquejou na sua missão. Foi obrigada a suspender o recebimento, de nada menos, 130.000 arrobas de algodão, de seus cooperados, passando-se em consequência a estes, nada menos de Cr\$ 130.000,00 de prejuízos, pois, entregando o seu produto sem intermediários, com rigorosa classificação e menor preço por arroba, e perder ainda as so-

\* Aquela reforma estatutária recomendava fossem observadas as determinações sobre as sobras líquidas apuradas em balanço: 10% para o Fundo de Reserva Legal; 20% para o Fundo de Desenvolvimento; 4% para o Fundo de Educação. Das sobras capitalizadas seriam retidas importâncias correspondentes para regularização dos exercícios anteriores. Cf. COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*; realizada em 29 de setembro de 1967. Nova Londrina, 1967. Ata n. 43, Livro 1, f. 43. e COPAGRA. *Ata da assembléia geral ordinária*; realizada em 15 de outubro de 1967. Nova Londrina, 1967. Ata n. 20, Livro 1, verso f. 54.

<sup>20</sup> COPAGRA. *Ata da assembléia ...*, realizada em 19 de fevereiro de 1976. Nova Londrina, 1976. Ata n.51, Livro 2, f.43.

<sup>21</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 29 de setembro de 1967. Nova Londrina, 1967. Ata n. 43, Livro 1, f.35.

sobras que a sua cooperativa lhes daria, é natural o prejuízo mencionado.<sup>22</sup> Contudo, em seu líder fundador, falecido em 1970, permanecia firme a fé no cooperativismo, como a solução para o que denominava "os males da agricultura", (v. Anexos 13 e 14). A verdade é que os rearranjos sociais e os desequilíbrios e tensões institucionais não deixam de transparecer mesmo no decorrer de um curto tempo econômico.

Mais um produto agrícola entrava em pauta para beneficiar. Em agosto de 1968 era lançada a subscrição de quotas-partes para a formação de capital necessário à montagem de uma indústria de beneficiamento de mandioca. Estabelecida uma base de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por alqueire adquirido de mandioca como quota-capital, com apenas trinta e um associados inscritos iniciou-se a feclaria. A justificativa para o novo empreendimento fazia menção ao fato de a região ser uma das melhores em produção de mandioca e ser satisfatório o índice de fécula.<sup>23</sup>

Em 1968 transparece a incompatibilidade entre ser dirigente da cooperativa e ser fazendeiro à testa dos próprios negócios. O problema foi discutido e ficou aprovado com parecer expresso, ampliação das atribuições e competência do cargo de gerente, "a fim de evitar entraves administrativos, provocados por problemas de ordem democrática ao exigir a presença do Diretor Secretário nas assinaturas de cheques e documentos."<sup>24</sup> Argumentava-se que os conselheiros requisitados

<sup>22</sup> SPADINI, Leonardo. *A agricultura em deficit ...* Nova Londrina, 1967. Correspondência enviada ao Presidente da República e outras autoridades, em 16 maio 1967.

<sup>23</sup> COPAGRA. *Ata da assembléia ...*, realizada em 4 de agosto de 1968. Nova Londrina, 1968. Ata n. 22B, Livro 1, verso f. 58.

<sup>24</sup> id. *Estatutos sociais*, Nova Londrina, 1968, Art. 36.

eram ruralistas e por isso afastavam-se para cuidar de seus afazeres particulares e tal fato adiava a concretização dos negócios da cooperativa.<sup>25</sup>

O momento primeiro da cooperativa vai se esgotando diante do aceleramento das mudanças na região. A situação do agricultor, a sobrevivência do cooperado nas injunções do mercado, o protecionismo, a ação conjunta ainda sob controle vai se desvanecendo. As diferenças entre os pequenos e grandes produtores vai ficando mais nítida.

<sup>25</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 23 de setembro de 1968. Nova Londrina, 1968, Ata n. 57, Livro 1, f. 46.

## 5. OS ANOS DE TRANSIÇÃO

É inegável o desgaste crescente que sofreu a natureza naquela região do Estado, consequência da exploração intensa do solo. Exploração essa que, visando o rendimento a curto prazo arrasou, sobretudo, o equilíbrio ecológico, interferiu nas formas de relacionamento social e privilegiou poucos na fruição daquele bem. O produtor associado à cooperativa vive essas condições e elas devem ser conhecidas.

Observe-se o quadro 5 - Estabelecimentos rurais por estratos de área - para acompanhar a reestruturação agrária em pouco mais de uma década e, mais especificamente, no espaço de cinco anos entre os dois últimos censos (1960, 1970 e 1975), nos municípios onde têm suas propriedades os produtores que participam da cooperativa.\*

Nitidamente percebe-se a diferença entre os censos de 1970 e 1975. Com a redução em números absolutos do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e o aumento da área daqueles que estão no estrato imediatamente acima. Se em 1970,

\* A recente conformação administrativa com a criação de novos municípios pelo desdobramento dos anteriores, na década de 60, impede que se tome dados censitários agrícolas de 1960 para todos eles separadamente. Merecerão destaque aqueles municípios cuja contribuição à cooperativa tem sido maior na procedência do produto e do produtor. São eles, no Paraná, principalmente, Nova Londrina, Marilena, Loanda, Itaúna do Sul, Diamante do Norte e Santa Isabel do Ivaí. Genericamente os municípios da área de ação da cooperativa estudada, no Estado do Paraná, serão denominados aqui - Região de Nova Londrina.

QUADRO 5 - ESTABELECIMENTOS RURAIS POR ESTRATOS DE ÁREA - 1960 - 1970 - 1975

a) <u>Números absolutos</u>	Anos	Totais		Menos de 10 ha		10 a 100 ha		100 a 1.000 ha		1.000 ha e mais	
		Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Paraná	1960	269 146	11 384 934	93 477	532 892	159 087	4 741 381	15 567	3 684 627	-	-
	1970	554 488	14 625 530	295 272	1 575 024	240 936	6 097 366	17 158	4 220 799	1 086	2 571 739
	1975	478 857	15 754 735	237 865	1 289 279	218 461	5 828 552	20 195	5 081 824	1 378	3 555 080
Microrregião 283 Norte	1970	24 679	962 824	12 445	70 774	10 745	269 473	1 374	386 706	115	235 871
Novíssimo de Paranavaí	1975	16 242	1 016 947	6 685	36 716	7 758	225 858	1 656	467 287	143	287 086
Municípios:*											
Loanda	1960**	533	53 632	108	665	344	9 929	74	22 507	6	8 384
	1970	1 559	66 679	858	5 097	586	15 430	109	36 168	5	7 020
	1975	1 032	69 848	448	2 644	463	13 012	114	39 300	1	2 964
Nova Londrina	1960***	1 181	65 014	669	4 387	1 106	25 971	101	27 960	5	6 696
	1970	586	26 116	337	2 335	196	4 974	50	15 819	3	3 531
	1975	408	27 681	208	1 073	144	3 984	52	17 612	4	5 012
Diamante do Norte	1970	552	22 883	279	1 600	241	5 335	28	11 180	2	4 767
	1975	456	22 947	227	1 335	205	4 648	20	6 855	4	10 109
Itaúna do Sul	1970	467	12 761	260	1 519	186	3 888	20	6 273	1	1 082
	1975	396	15 331	234	1 287	135	3 310	24	7 046	3	3 688
Marilena	1970	833	17 708	569	3 144	239	5 442	23	6 444	2	2 708
	1975	700	20 327	457	2 430	209	5 081	32	10 162	2	2 644
Sta. Isabel do Ivaí	1960	1 024	39 762	471	2 772	514	11 174	34	6 741	3	3 853
	1970	1 742	55 520	899	5 065	777	18 404	57	14 087	9	17 964
	1975	1 384	57 540	673	3 766	621	16 441	83	21 430	7	15 903
b) <u>Percentagens</u>											
Paraná	1960	100,0	100,0	34,73	4,70	59,10	41,64	5,78	32,36	-	-
	1970	100,0	100,0	53,25	10,76	43,45	41,68	3,09	28,85	0,19	17,58
	1975	100,0	100,0	49,67	8,18	45,62	36,99	4,21	32,25	0,28	22,55
Microrregião 283 Norte	1970	100,0	100,0	50,42	7,35	43,53	27,98	5,56	40,16	0,58	24,49
Novíssimo de Paranavaí	1975	100,0	100,0	41,15	3,61	47,76	22,20	10,19	45,94	0,87	28,22
Municípios:*											
Loanda	1960*	100,0	100,0	20,26	1,23	64,54	18,51	13,88	41,96	1,12	15,63
	1970	100,0	100,0	55,03	7,64	37,58	23,14	6,99	54,24	0,32	10,52
	1975	100,0	100,0	43,41	3,78	44,86	18,62	11,04	56,30	-	4,24
Nova Londrina	1960**	100,0	100,0	56,64	6,74	93,64	39,94	8,55	43,00	0,42	10,29
	1970	100,0	100,0	57,50	8,94	33,44	19,04	8,53	60,57	0,51	13,52
	1975	100,0	100,0	50,98	3,87	35,29	14,39	12,74	63,62	0,98	18,10
Diamante do Norte	1970	100,0	100,0	50,54	6,99	43,65	23,31	5,07	48,85	0,36	20,83
	1975	100,0	100,0	49,78	5,81	44,95	20,25	4,38	29,87	0,08	44,05
Itaúna do Sul	1970	100,0	100,0	57,67	11,90	39,82	30,46	4,28	49,15	-	8,47
	1975	100,0	100,0	59,09	8,39	34,09	21,59	6,06	45,95	0,75	24,05
Marilena	1970	100,0	100,0	68,30	17,75	28,69	30,73	2,76	36,39	0,24	15,29
	1975	100,0	100,0	65,28	11,95	29,85	24,99	4,57	49,99	0,28	13,00
Sta. Isabel do Ivaí	1960	100,0	100,0	45,99	6,97	50,19	28,10	3,32	16,94	0,29	13,03
	1970	100,0	100,0	51,61	9,12	44,60	33,14	3,27	25,37	0,51	32,35
	1975	100,0	100,0	48,63	6,54	44,86	28,57	5,99	37,24	0,50	27,63

\* Municípios que apresentam maior número de produtores associados à cooperativa, segundo fichas cadastrais.

\*\* Inclusive os futuros municípios de Porto Rico e S. Pedro do Paraná.

\*\*\* Inclusive os futuros municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul e Marilena

FONTE: Fundação IBGE. Censos Agrícolas.

a área dos estabelecimentos do total da microrregião com mais de 100 ha somava 622.577 ha e equivalia a 64,66% da porção territorial daquela parte do Estado, em 1975, a área com estabelecimentos dessa dimensão subiu para 754.373 ha, passando a dominar 74,18% da área total. Pode-se dizer que em linhas gerais, agregam-se estabelecimentos, crescendo as mais altas faixas de área, ao mesmo tempo em que ocorre o parcelamento de áreas menores.

Por sua vez, os municípios de maior representatividade na procedência dos associados perseguem tendências pouco diferenciadas, ligadas ainda à recente fase de ocupação da região, que imprimiu uma repartição da terra em parcelas reduzidas, através da ação de diversas companhias particulares de imóveis e colonização.\* Predomina nestes municípios o pequeno e o médio estabelecimento rural, com uma soma insignificante em termos de área, quando confrontada com a que é ocupada pelos estabelecimentos com mais de 100 ha, quantitativamente, em número bem mais reduzido de estabelecimentos. Em média, em 1970, 56,44% do número de estabelecimentos possuía menos de 10 ha e ocupava 10,39% da área. Em 1975, estes percentuais caíram para 52,86% quanto ao número total de estabele-

\* Não se apresentam homogêneas as condições de divisão da terra e distribuição dos estabelecimentos por municípios, sendo que em alguns a área média dos estabelecimentos é elevada, como é o caso de Querência do Norte, que apresenta o menor número de estabelecimentos por área. Mesmo baixando a taxa em 1970, este município continua a deter a maior média de área dos estabelecimentos: 239,40 ha e 67,35 ha, respectivamente, nos censos de 1960 e 1970. Quanto aos municípios com terras mais repartidas, uma derivação da forma de colonização e, apresentando portanto, maior número de estabelecimentos por área, está Marilena, que em 1970 detinha 21,25 ha como área média dos estabelecimentos, seguido de Itaúna do Sul com 27,32 ha.

cimentos da microrregião, ocupando apenas 6,72% da área.\*

Quanto aos estabelecimentos do estrato de 10 a 100 ha, estes têm mais representatividade em número, embora não em área, justamente por seu tamanho intermediário, prestando-se, economicamente, às principais culturas permanentes e temporária da região, respectivamente, café e algodão.

A atuação da cooperativa se faz sentir na representação dos quatorze municípios paranaenses de sua área de ação, (V. mapa 3) quando postos em relação aos dados totais da microrregião Norte Novíssimo de Paranavaí (V. quadro 6).

QUADRO 6 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA - 1970-1975

	Ano	Nº Estabelecim.		Área em hectares	
		Número absoluto	Nº relativo	Número absoluto	Nº relativo
Microrregião Norte Novíssimo de Paranavaí	1970	24 679	100,00	962 824	100,00
	1975	16 242	100,00	1 016 947	100,00
Municípios - área de ação da cooperativa	1970	12 814	51,92	535 441	55,61
	1975	9 691	59,66	569 646	56,01

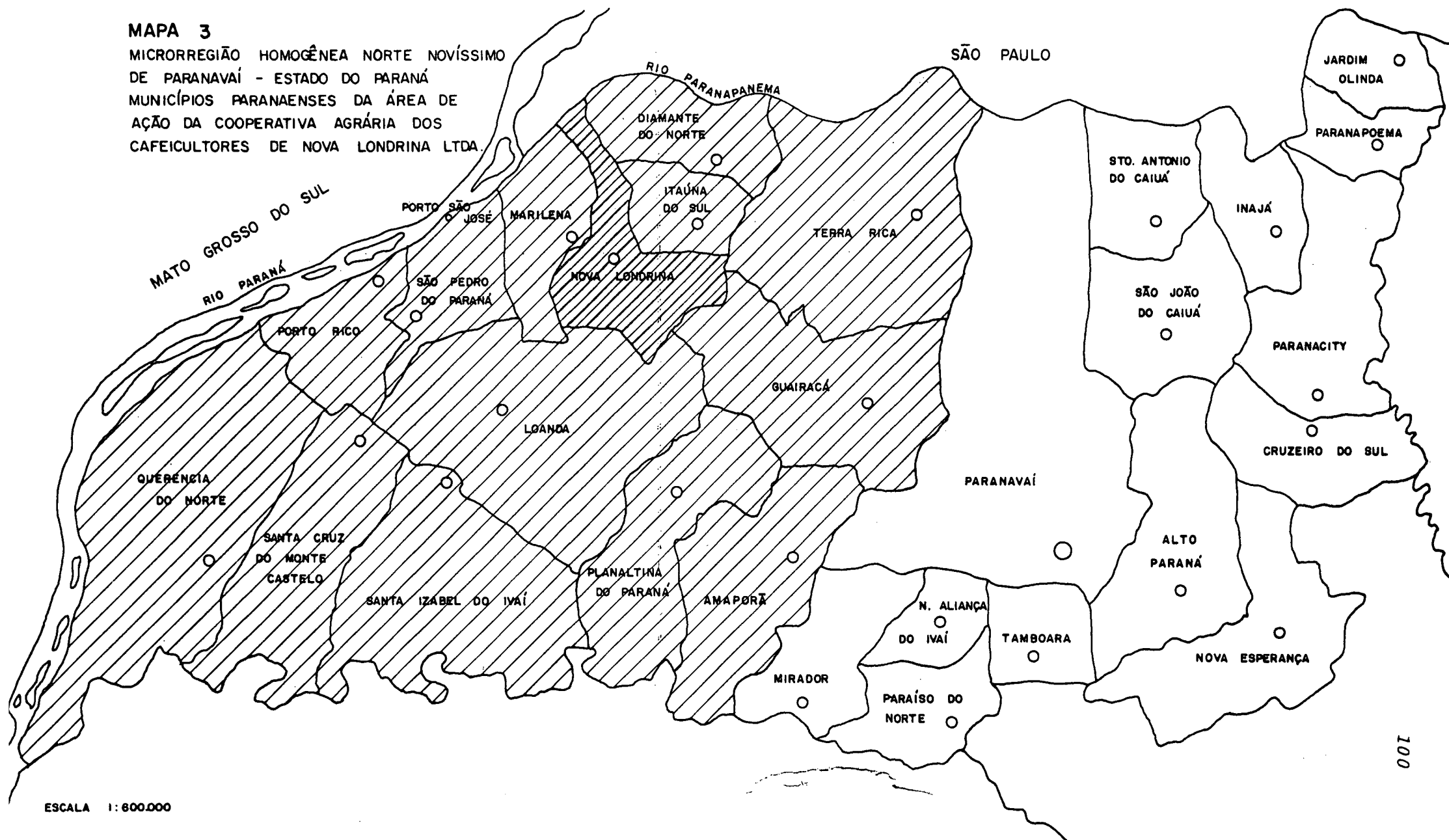
FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Censos Agrícolas.

\* É fato que se reproduz na região em estudo o fenômeno que ocorre a grosso modo, a nível de Estado. Segundo os censos agrícolas, no Paraná como um todo, decresceu em 14% o número de estabelecimentos em 1975, se tomados em relação aos resultados do censo de 1970. Foram exatamente os grupos de área menor - menos de 10 ha e de 10 a 100 ha - aqueles que apresentaram decréscimo no número de estabelecimentos (-20%) e respectivas áreas (-10%) no interregno de cinco anos agro-intercensais. Todavia, os grupos de áreas maiores (100 até 1.000 ha e com mais de 10.000 ha) tiveram um aumento em torno de 12% no número de estabelecimentos. Surpreendentemente, quase dobrou o número daqueles situados no estrato superior a 10.000 ha. É evidente, sem dúvida, o processo de capitalização das atividades agropecuárias e o espaço que vai dominando a grande empresa capitalista de exploração do solo. Por exemplo, em 1975, estabelecimentos com 100 ha e mais cobriam uma área de 8.636.904 ha, representando 54,82% da área total dos estabelecimentos do Estado. A variação percentual é da ordem de 8,38% em relação a 1970 e de 32,46% se se tomar por referência os dados de 1960.



### MAPA 3

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA NORTE NOVÍSSIMO  
DE PARANAVÁ - ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIOS PARANAENSES DA ÁREA DE  
AÇÃO DA COOPERATIVA AGRÁRIA DOS  
CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA LTDA.



ESCALA 1:600.000

Em 1975, a soma da área daqueles municípios cobria cerca de 56% da área total da microrregião, apresentando, por outro lado, significativo decréscimo no número de estabelecimentos rurais em geral, indicando reunião de estabelecimentos menores, quando explorados isoladamente, já se antevê que a orientação inicial da colonização em pequenos imóveis rurais vem sendo modificada na década de 70. Diminui sensivelmente em números relativos a área de pequenos e médios estabelecimentos (estrato de menos de 10 até 50 ha), administrados certamente por pequenos produtores familiares, grupo que ainda não incorporou de todo o trabalho assalariado.

Vale ressaltar que este amplo estrato comporta a mais alta frequência de estabelecimentos com áreas de lavoura na região de Nova Londrina, além de ser o que mantém ocupadas cerca de 95% das pessoas, muito embora seja reduzido o número de pessoas por estabelecimento, levando a crer no peso da força de trabalho familiar, conforme o quadro 7 - Grupo de pessoal ocupado. Por outro lado, note-se o elevado número de pessoal ocupado por estabelecimento na faixa de 20 a 100 ha, considerados como médios na região.

Cerca de 90% dos estabelecimentos da região de Nova Londrina mantêm áreas cultivadas, sendo que na faixa de 5 a menos de 10 ha encontra-se o maior número de estabelecimentos com lavouras. Portanto, são pequenos estabelecimentos (2 a 20 ha) os que mantêm como predominante a atividade agrícola e não a pecuária.

Observe-se o quadro 8 - Grupos de área de lavoura - e ver-se-á que, mesmo detendo a mais alta percentagem, quanto ao número dos estabelecimentos com área cultivada na faixa de 2 a 20 ha, esta tende a cair, favorecendo leve acréscimo para

QUADRO 7 - GRUPOS DE PESSOAL OCUPADO - 1970

	Total		Menos de 5 ha		5 a menos de 10 ha		10 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 ha e mais	
	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabele- cimentos	Número pessoas	Estabe- lecim.	Número pessoas
Paraná	554 488	1 981 471	421 492	984 705	116 984	718 531	13 487	160 611	1 955	55 706	396	26 204	174	35 714
Microregião 283	24 679	80 142	19 783	42 999	4 228	25 740	536	6 609	112	3 154	16	1 065	4	575
Amaporã *	403	1 274	344	737	45	273	11	151	2	60	1	53	-	-
Diamante do Norte	552	2 090	403	942	132	793	12	147	4	125	1	83	-	-
Guiaraçã	655	1 570	589	1 036	58	349	6	80	1	30	1	75	-	-
Itaúna do Sul	467	1 383	381	837	83	509	3	37	-	-	-	-	-	-
Loanda	1 559	3 837	1 420	2 767	122	720	11	145	5	124	1	81	-	-
Marilena	833	2 183	720	1 472	105	600	7	91	1	20	-	-	-	-
Nova Londrina	586	1 521	516	1 048	65	376	4	54	1	43	-	-	-	-
Planaltina Paraná	793	2 205	680	1 366	99	592	10	114	3	82	1	51	-	-
Porto Rico	674	1 856	568	1 192	99	577	7	87	-	-	-	-	-	-
Querência do Norte	1 187	3 674	983	2 050	170	995	26	340	7	192	1	97	-	-
Sta.Cruz M.Castelo	983	3 596	723	1 785	241	1 462	12	144	6	148	1	57	-	-
Sta.Isabel do Ivaí	1 742	5 812	1 354	3 298	356	2 087	28	317	4	110	-	-	-	-
S.Pedro do Paraná	693	1 944	602	1 182	78	477	7	99	6	186	-	-	-	-
Terra Rica	1 687	4 761	1 456	3 094	202	1 258	25	309	4	100	-	-	-	-

\* Municípios paranaenses da área de ação da cooperativa.

FOUITE: Fundação IBGE. Censo Agrícola 1970.

QUADRO 8 - GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURA - 1960 - 1970 - 1975

Anos	Nº Estab. bolecin. Total	Nº Estab. c. área de lavoura	Menos de 1 ha	1 a me- nos de 2 ha		2 a me- nos de 5 ha		5 a me- nos de 10 ha		10 a me- nos de 20 ha		20 a me- nos de 50 ha		50 a me- nos de 100 ha		100 a me- nos de 200 ha		200 a me- nos de 500 ha		500 a me- nos de 1.000 ha		
				%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Paraná - Total	1960 269 146	263 694	1 685	0,71	6 981	2,64	89 251	33,85	82 209	31,18	23 756	9,00	4 444	1,66	1 873	0,71	653	0,32	163	0,06	51	0,02
	1970 554 434	529 591	8 378	1,53	25 744	4,86	207 830	39,24	175 252	33,09	22 775	4,30	3 734	0,70	1 563	0,30	677	0,13	121	0,02	33	0,06
	1975 478 357	461 211	8 087	1,75	24 303	5,27	163 563	35,46	138 887	30,11	33 468	7,24	7 288	1,58	3 200	0,69	1 483	0,32	261	0,05	79	0,02
Microregião 283	1970 24 679	22 632	356	1,37	703	3,10	6 947	30,69	8 056	35,59	1 517	6,70	329	1,45	133	0,58	45	0,20	6	0,03	2	-
	1975 16 242	13 916	391	2,80	592	4,25	3 985	28,63	4 240	30,47	1 335	9,59	342	2,45	136	0,98	42	0,30	8	0,06	1	0,09
Araporã*	1970 403	336	13	3,86	32	9,52	89	26,48	104	40,95	22	6,54	5	1,48	4	1,19	1	0,29	-	-	-	-
	1975 265	188	3	1,59	10	5,31	56	29,78	49	26,06	20	10,63	4	2,12	4	2,12	-	-	-	-	-	-
Dumont do Norte	1970 552	524	-	-	6	1,14	143	27,29	174	33,20	44	8,39	10	1,90	3	0,57	3	0,57	-	-	-	-
	1975 456	443	1	0,22	5	1,12	133	30,02	137	30,92	39	8,60	15	3,38	2	0,45	2	0,45	1	0,22	-	-
Quatipã	1970 655	591	3	0,50	6	0,10	135	22,84	166	26,08	84	14,21	23	3,89	13	2,19	2	0,33	1	0,16	-	-
	1975 605	557	29	5,20	38	6,82	105	18,55	167	29,96	66	11,64	20	3,59	11	1,97	1	0,17	-	-	-	-
Itaúna do Sul	1970 467	447	-	-	9	2,01	125	27,96	156	34,89	24	5,36	3	0,67	4	0,89	1	0,22	-	-	-	-
	1975 396	371	6	1,61	15	4,04	112	30,18	138	37,19	18	4,65	5	1,34	2	0,53	-	-	-	-	-	-
Marilena	1970 833	790	5	0,63	12	1,51	310	39,24	308	36,98	32	4,05	2	0,25	-	-	-	-	-	-	-	-
	1975 700	648	4	0,61	27	4,16	270	41,66	212	32,71	28	4,32	5	0,77	1	0,15	-	-	-	-	-	-
Itaúna	1960 533	519	-	-	2	0,38	91	17,56	113	21,81	96	18,53	28	5,40	27	2,51	14	2,70	-	-	-	-
+ P. Rico, S.P. Paraná	1970 1 559	1 422	3	0,21	14	0,98	511	36,44	526	37,51	96	6,34	22	1,56	4	0,28	3	0,21	-	-	-	-
	1975 1 032	859	17	1,97	31	3,60	249	28,98	261	32,71	67	10,12	15	1,74	5	0,58	1	0,11	1	0,11	-	-
Nova Londrina	1960 1 681	1 854	4	0,21	6	0,32	532	28,69	606	32,68	265	11,05	61	3,29	23	1,24	9	0,48	-	-	-	-
+ D. Norte/Itaúna Sul/ Marilena	1970 586	519	26	5,00	33	6,35	173	33,33	161	31,02	35	6,74	6	1,15	6	1,15	-	-	-	-	-	-
	1975 408	310	29	9,35	17	5,48	106	34,19	82	26,45	20	6,45	2	0,64	2	0,64	1	0,32	-	-	-	-
	1970 793	700	1	0,14	48	6,85	269	38,42	225	32,14	30	4,28	2	0,28	3	0,42	-	-	-	-	-	-
Planaltina do Paraná	1975 460	361	8	2,21	14	3,87	142	39,33	101	27,97	21	5,81	8	2,21	1	0,27	2	0,55	-	-	-	-
	1960 316	307	-	-	16	5,21	94	30,61	62	20,19	50	16,28	11	3,58	6	1,95	5	1,62	2	0,65	-	-
Querencia do Norte	1970 1 187	1 137	5	0,43	57	5,01	436	38,34	435	38,25	55	4,83	15	1,31	7	0,61	7	0,61	-	-	-	-
	1975 652	521	11	2,11	49	9,40	246	47,21	103	19,76	31	5,95	7	1,34	3	0,57	1	0,19	-	-	-	-
Sa. Cruz M. Castelo	1960 533	524	-	-	7	1,33	159	30,34	155	29,55	55	10,49	25	4,77	12	2,29	4	0,76	-	-	-	-
	1970 933	902	-	-	21	2,32	563	40,24	295	32,70	34	3,76	12	1,33	6	0,66	1	0,11	-	-	-	-
	1975 718	620	13	2,16	40	6,66	224	37,33	200	33,33	27	4,50	8	1,33	5	0,83	-	-	-	-	-	-
S. Pedro do Paraná	1970 693	657	7	1,06	17	2,58	179	27,24	258	39,26	39	5,93	9	1,36	5	0,76	-	-	-	-	-	-
	1975 464	419	2	0,47	11	2,62	121	28,87	137	32,69	40	9,54	6	1,43	2	0,47	-	-	-	-	-	-
Porto Rico	1970 674	651	13	1,99	32	4,91	258	39,63	222	34,10	26	3,99	6	0,92	-	-	-	-	-	-	-	-
	1975 673	632	14	2,21	34	5,37	260	41,13	203	32,12	22	5,06	2	0,31	2	0,31	-	-	-	-	-	-
Terra Rica	1960 837	817	1	1,12	4	0,48	115	14,07	248	30,35	131	16,03	17	2,08	11	1,34	2	0,24	-	-	1	0,12
	1970 1 627	1 475	23	1,89	22	1,49	425	28,79	564	38,21	68	5,96	11	0,74	3	0,20	1	0,06	-	-	-	-
	1975 1 535	1 317	40	3,03	47	3,56	331	28,92	495	37,58	63	4,78	16	1,21	7	0,53	1	0,07	-	-	-	-
Sta. Isabel do Ivaí	1960 1 024	1 014	1	0,09	4	0,39	278	27,41	296	39,05	89	8,54	21	2,07	6	0,59	8	0,78	-	-	1	0,09
	1970 1 742	1 626	6	0,36	39	2,39	569	36,22	589	36,22	81	4,98	9	0,55	5	0,30	-	-	1	0,05	-	-
	1975 1 384	1 181	22	1,86	52	4,40	442	37,42	397	32,76	50	4,23	10	0,84	1	0,08	-	-	-	-	-	-

\* Municípios paranaenses da área de ação da cooperativa.

Fonte: Fundação IBGE. Censos Agrícolas.

aqueles situados entre 20 a 100 ha. Para os municípios de maior representatividade em termos de associados na cooperativa o fenômeno tende a ser idêntico.

QUADRO 9 - ESTABELECIMENTOS CULTIVADOS COM 2 A 20 ha, EM NOVA LONDRINA, LOANDA E MARILENA - 1970-1975

LOCAL	Números relativos	
	1970	1975
Nova Londrina	79,57	77,09
Loanda	89,85	81,71
Marilena	93,53	89,95

FONTE: FIBGE. Censos Agrícolas.

Possivelmente, reorganiza-se a atividade agrícola em empresas maiores em áreas, obedecendo a um cunho capitalista de produção. Relativamente, contudo, e em comparação com os censos de 1960 e 1970, de modo geral, em 1975, reduz-se a proporção de estabelecimentos com área cultivada.

As transformações na agricultura da região respondem efeitos na "performance" da prática cooperativa. Embora a transição seja permanente em áreas de avanço do capitalismo no campo, pode-se se referir à vida da cooperativa nos últimos anos da década de 60, como um tempo de transição.

Os dois elementos conjugados presentes neste estudo: os produtores agrícolas e a instituição cooperativista devem, portanto, ser vistos sob o pano-de-fundo da crescente necessidade de reprodução do capital.

Do total de noventa e um associados que foram demitidos, excluídos ou eliminados entre 1964 e 1967, cerca de 65%

saíram da cooperativa por terem vendido sua propriedade e mudado de domicílio.\* O êxodo intensificou-se na medida em que as geadas ocorridas nos anos de 1955 e 1963 forçaram os pequenos agricultores a erradicar os seus cafezais e, dessa forma, não mais podiam tirar da terra o sustento de suas famílias, sendo obrigados a vender os seus lotes, uma vez que os cereais que colhem não lhes dão a renda suficiente.(...) Mais de 300 famílias já se mudaram do município nos últimos seis meses, sem contar outro tanto (...) e extensas pastagens estão se formando, juntamente com os latifúndios que se esboçam. Uma onda de desemprego se avizinha, pois a pecuária dispensa a mão-de-obra.<sup>1</sup>

Começava a região a enfrentar sérios problemas de excesso de mão-de-obra rural, agravando-se em meados da década de 70. Compare-se a realidade da ocupação de homens na agricultura pelo quadro 10.

QUADRO 10 - NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS EM LAVOURAS POR ALQUEIRE

Alqueire	Homens x dias
Café	268
Algodão	168
Amendoim	164
Arroz	129
Milho	83
Mamona	81
Soja	78
Feijão	78

Segundo cálculos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

FONTE: FAESP - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

\* O fenômeno está registrado em atas de reuniões da diretoria e do conselho de administração da cooperativa. As causas dos afastamentos foram lançadas nos livros de matrícula dos associados.

<sup>1</sup> NOVA LONDRINA. Câmara Municipal. *Ata da sessão de 29 de junho de 1969*. Nova Londrina, 1969. Livro 3, verso f. 2

Sem dúvida, a cafeicultura é a atividade que mais requer braços para ser desenvolvida. Diante, porém, do programa de erradicação de cafezais para aquela área, não só devido às geadas, mas sobretudo, por sua menor produtividade, comparativamente com outras da região do norte, resultante do solo (Arenito Caiuã) não tão apropriado à cafeicultura, quando comparado com outras regiões do Paraná, pouco podia ser feito.\* Tentativas de substituição da cultura cafeeira surgiam aqui e ali, sem se firmar uma cultura padrão. Persistiu o algodão e cada vez mais se expande as áreas de pecuária.

Na verdade, conforme atestam os dados do quadro 11 - Utilização das terras, houve redução na área de lavouras, tanto permanentes quanto temporárias na região, de 1970 para 1975; enquanto as áreas de pastagens formadas em 1970 guardavam expressivas percentagens, numa média de 57%, logo, mais da metade do total da área de pastagens formadas significava 58,0% do total da área de Nova Londrina, enquanto a área de lavoura permanente equivalia a 14,9% do total, e a área de lavoura temporária correspondia a 7,8% da área total apenas.

Para os municípios já existentes na data de operação

\* "A respeito da erradicação do café (aqueles que devem ser erradicados por serem em zonas impróprias), nem sequer foi ainda pelas autoridades estudada a ajuda de custo para arrancar os cafezais, não que compreender as autoridades que não se arranca um pé de café por menos de Cr\$ 0,30 cada um, e que o cafeicultor não dispõe de recursos. Passaram-se mais de 80 dias em que se deu a geada, e o cafeicultor está ainda aguardando. (...) Nós dirigentes da COPAGRA, sabemos que os nossos cooperados no ano de 1968 - encerrou-se o balanço anual, com um saldo devedor de duzentos e dezessete mil cruzeiros novos - saldo que não puderam pagar. O produto colhido não deu para pagar o financiamento que lhes fizemos. A mais, ficaram devendo no Banco do Brasil S.A. OITENTA MIL CRUZEIROS NOVOS.(sic) SPADINI, Leonardo. *A agricultura sobre o impacto da geada e de uma estiagem*. Nova Londrina, 1969. Carta dirigida ao Senhor Presidente da República, em 25 de setembro de 1969.

QUADRO 11 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS \* - 1960 - 1970 - 1975

Anos	Total Estabele- cimentos	Lavouras - áreas (ha)				Pastagens - áreas (ha)				Matas e Florestas (ha)		Terras desc. improdutiv. Não utiliz. Área (ha)
		Área ha **	Permanentes Área (ha)	%	Temporárias	Naturais	Plantadas Área (ha)	%	Naturais	Plantadas		
Estado	1960	269 146	11 384 934	1 657 104	-	1 783 867	1 912 081	781 949	-	2 839 158	188 075	1 918 954
	1970	554 488	14 625 530	1 306 223	-	3 412 383	1 809 429	2 700 281	-	2 365 400	205 163	2 203 725
	1975	478 857	15 754 735	1 135 404	-	4 409 829	-	-	-	-	-	-
Microregião 283	1970	24 679	962 824	168 485	17,49	87 045	6 724	549 169	-	102 226	1 400	21 787
	1975	16 242	1 016 947	143 099	14,07	45 626	-	-	-	-	-	-
Anapórá ***	1970	493	34 699	2 068	5,95	1 663	9	26 619	76,71	2 728	134	366
	1975	265	39 880	1 404	3,52	1 318	-	-	-	-	-	-
Diamante do Norte	1970	552	22 883	5 344	23,35	1 626	51	8 933	39,03	6 147	2	290
	1975	456	22 947	6 111	26,63	980	-	-	-	-	-	-
Guairaçá	1970	655	49 744	8 995	18,08	1 900	226	30 244	60,79	7 001	167	546
	1975	605	46 949	7 351	15,65	1 340	-	-	-	-	-	-
Itaúna do Sul	1970	467	12 761	4 510	35,34	460	3	6 474	50,73	1 019	2	31
	1975	396	15 331	3 431	22,37	201	-	-	-	-	-	-
Loanda	1960	533	53 632	13 456	25,08	3 702	366	4 508	8,40	30 801	602	99
	1970	1 559	66 679	11 152	16,72	3 757	1 208	40 412	60,60	7 726	88	1 353
	1975	1 032	69 848	9 083	13,00	1 302	-	-	-	-	-	-
Marilena	1970	833	17 708	4 680	26,42	1 362	115	9 675	54,63	920	30	609
	1975	700	20 327	4 313	21,21	775	-	-	-	-	-	-
Nova Londrina	1960	1 881	65 014	20 565	31,63	7 926	-	-	-	-	-	-
	1970	586	26 116	3 461	13,25	1 884	1 677	7 796	11,99	20 459	334	2 900
	1975	408	27 681	2 436	8,80	597	467	17 179	65,77	2 338	16	335
Planaltina do Paraná	1970	793	32 089	3 091	9,63	2 842	-	-	-	-	-	-
	1975	460	33 547	2 357	7,02	1 654	276	20 044	62,46	3 995	24	1 497
Porto Rico	1970	674	17 197	3 501	20,35	1 613	-	-	-	-	-	-
	1975	673	20 857	3 665	17,57	1 219	9	8 344	48,52	2 600	2	547
Querência do Norte	1960	316	75 651	5 762	7,61	1 997	-	-	-	-	-	-
	1970	1 187	79 951	2 328	2,91	10 137	4 913	7 044	9,31	52 761	670	633
	1975	622	85 005	1 437	1,69	3 272	1 922	40 191	50,26	14 742	43	3 582
Sta. Cruz M. Castelo	1960	533	23 136	7 876	34,04	1 559	-	-	-	-	-	-
	1970	983	41 218	4 989	12,10	3 967	79	1 724	7,45	10 330	938	172
	1975	718	41 870	3 752	8,96	1 837	46	25 948	62,95	4 131	2	1 294
Sta. Izabel Ivaí	1960	1 024	39 762	14 390	36,19	2 216	-	-	-	-	-	-
	1970	1 742	55 520	9 738	17,53	5 386	81	3 973	9,99	18 635	240	203
	1975	1 384	57 540	8 308	14,43	1 647	740	28 998	52,22	5 914	15	3 255
S. Pedro do Paraná	1970	693	22 099	4 622	20,91	2 452	-	-	-	-	-	-
	1975	464	22 835	4 080	17,86	816	46	11 416	51,65	2 707	89	416
Terra Rica	1960	837	38 806	12 973	33,43	1 541	-	-	-	-	-	-
	1970	1 687	57 468	11 274	19,61	2 827	1 501	4 268	10,99	12 701	362	2 213
	1975	1 508	65 029	11 172	17,18	1 546	287	36 732	63,91	4 600	7	510
Subtotal para os municípios da área de ação da coopera- tiva - Ano 1970 -		12 814	536 132	79 753		41 876	5 405	311 209		66 568	621	14 621
					121 629			316 614				

\* Inclusive áreas improdutivas

\*\* Incluídas as terras irrigadas

\*\*\* Municípios paranaenses da área de ação da cooperativa

FONTE: Fundação IBGE. Censos Agrícolas.



do censo de 1960, a diferença para 1970 é de seis vezes a expansão da área de pastagens formadas. É o destaque à posição da pecuária, com o crescimento do rebanho bovino verificado no intervalo de cinco anos - 1970/75 - cujo efetivo na microrregião e municípios da área de ação da cooperativa teve um crescimento médio da ordem de 50%\* (V. quadro 12 - Rebanho bovino).

Quanto à categoria gado de corte, o rebanho da região de Nova Londrina corresponde a 60,2% do rebanho total da microrregião. Assim, para 1970 o índice é de 1,55 cabeças de gado por hectare de pastagem, natural e/ou plantada.\*\*

Esta é, realmente, a grande modificação que ocorreu na composição da estrutura agropecuária da região - a substituição das lavouras de café (projeto original das intenções dos primeiros colonizadores e razão inicial de ser da cooperativa) por produtos diversos de cultura temporária, tais como o algodão, o milho e, mais recentemente, na década de 70, a mandioca.

Diante deste panorama que privilegia o setor pecuário na região de Nova Londrina, com a queda contínua da proporção da área destinada a lavouras, questiona-se o papel da cooperativa que, comercializando produtos agrícolas, utiliza o gado de corte criado na região apenas para o atendimento ao setor de consumo da organização. Persiste a pergunta: a que categoria de produtor a cooperativa beneficia? Tudo leva a afirmar que o criador de gado, de modo geral, dispensa os serviços da cooperativa.

\* Índice extraído dos quadros 11 e 12 - Utilização das terras e Rebanho Bovino.

\*\* Pelo censo de 1970, o rebanho da microrregião Norte Novíssimo de Paranavaí era o maior rebanho regional do Estado, seguido pelo das microrregião Norte Novíssimo de Umuarama e Norte Novo de Londrina.

QUADRO 12 - REBANHO BOVINO - DÉCADA DE 70

	EFETIVO	TOTAL	EFETIVO	FINALIDADE DO REBANHO - 1970				
	1970	1975	Variações % (1970-75)	Corte	Repres.-Per- centual rel. ao total	Leite	Corte e Leite	Animais de tra- balho e final. ignorada
Paraná	6 566 653	4 692 677	39,9	2 238 869		1 809 550	603 775	40 483
Microrregião 283	1 264 412	848 500	49,0	572 764	67,50	199 896	72 441	3 399
Amaporã *	68 106	48 481	40,4	33 251	68,58	4 878	10 352	-
Diamante do Norte	22 465	14 227	57,9	10 622	74,66	2 420	1 121	64
Guairaçã	55 814	43 657	27,8	34 140	78,20	4 788	4 526	203
Itaúna do Sul	16 443	10 433	57,6	6 850	65,65	1 877	1 697	9
Loanda	100 320	63 877	57,0	51 436	80,51	11 337	1 105	9
Marilena	22 428	17 805	25,9	14 011	79,69	2 723	1 070	1
Nova Londrina	37 222	25 026	48,7	16 907	67,55	5 279	2 833	7
Planaltina Paraná	47 928	29 654	61,6	26 542	89,50	3 109	-	3
Porto Rico	21 550	13 597	58,4	10 070	74,06	3 526	-	1
Querência Norte	96 787	59 024	64,9	39 433	66,80	14 961	4 488	142
Sta.Cruz M.Castelo	57 466	39 415	45,7	15 543	39,43	20 871	2 766	235
Sta.Isabel do Ivaí	71 468	51 125	39,7	25 476	49,83	23 454	2 127	68
S.Pedro do Paraná	22 257	17 649	43,1	14 571	82,55	3 073	-	5
Terra Rica	89 853	59 874	50,0	46 095	76,98	10 136	3 070	573
SUBTOTALS **	733 107	493 854	-	344 947	-	-	-	-

\* Municípios paranaenses da área de ação da cooperativa.

\*\* Subtotais relativos aos municípios da área de ação da cooperativa.

FONTE: Fundação IBGE. Censo Agrícola.

Criada para satisfazer as necessidades dos cafeicultores, ano a ano, a cooperativa vai se firmando como receptora e comercializadora de algodão, industrializando a fibra, inclusive. O quadro 13 demonstra como, no período de quatro safras da década de 60, a quantidade de algodão em caroço beneficiado na cooperativa cresceu dezessete vezes.

QUADRO 13 - ALGODÃO EM CAROÇO BENEFICIADO NA COOPERATIVA  
1963-1967

Safras	Arrobas
1963/64	18 000
1964/65	68 000
1965/66	144 000
1966/67*	300 000

\* Estimativa

FONTE: SPADINI, Leonardo. *Correspondência expedida*. Nova Londrina, 1963-67

Estimulando a ampliação da área de plantação de algodão, o início de 1969 veio surpreender os dirigentes cooperativistas com uma perspectiva de recebimento de 900.000 arrobas da malvãcea, desprovida a cooperativa, no entanto, de qualquer financiamento para oferecer adiantamentos à altura do mercado aos seus associados.\*

Sua situação era idêntica a outras cooperativas de cafeicultores no norte do Paraná que instalaram usinas de beneficiamento de algodão, no intuito de diversificar e na tenta-

\* O apelo do líder Spadini era colocado em termos de "verdadeiro retrocesso cooperativo" o não poder receber a produção por falta de meios de pagamento. Cf. SPADINI, Leonardo. *Correspondência expedida ao Presidente do Banco do Brasil*, em 15 de fevereiro de 1969. Nova Londrina, 1969.

tiva de sobreviver. Mas, o Banco do Brasil financiava 40% da produção (especificamente financiamento da produção de algodão) na dependência do limite cadastral de cada produtor. Assim, o produtor que entrega a sua produção a sua cooperativa, quase nada pode esperar em matéria de financiamento, e observamos nos últimos dois anos que mais de 50% da produção do cooperado foi desviada para maquinistas, ficando as cooperativas com suas máquinas ociosas e seus funcionários e operários sem o que fazer.<sup>3</sup>

Em março de 1969 a COPAGRA ingressou na Cooperativa Central (COCENTRAL) fundada em Londrina. O Sr. Leonardo Spadini, então diretor-gerente, foi eleito seu superintendente. Em assembléia, o presidente discorreu sobre os objetivos e benefícios a todas as cooperativas associadas, principalmente, no que tange à comercialização, quer no mercado interno ou externo. (...) Oito cooperativas instalaram usinas de algodão em seus parques industriais e, por intermédio da COCENTRAL haverá uma só oferta para comercialização do algodão em pluma, advindo disto enorme vantagem, evitando que as próprias cooperativas façam concorrência na oferta, em prejuízo da rentabilidade dos próprios associados das cooperativas. (...) Sem uma central aparelhada com técnicos competentes e, que com a produção de todas as associadas poderá oferecer quantidade e qualidade, nenhuma cooperativa, isoladamente, terá condições suficientes para encetar esta caminhada, na qual certamente haverá embargos por parte de velhos exportadores tradicionais.<sup>4</sup>

O ano de 1969 foi repleto de resultados positivos para a cooperativa, com um balanço considerado compensador. Demonstrando uma fase bem sucedida das operações, a ata da assembléia geral ordinária de 1970 contém elogios e felicitações à

<sup>3</sup> KAMITANI, Akira & SPADINI, Leonardo. *Correspondência expedida à Comissão do Financiamento da Produção e diretores do Banco do Brasil S.A.*, em 23 de abril de 1970. Maringá, 1970.

<sup>4</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA-COPAGRA. *Ata da assembléia geral extraordinária*, realizada em 14 de março de 1969. Nova Londrina, 1969. Ata n. 25, Livro 1, f. 63.

direção.<sup>5</sup>

A fase de bom desempenho reflete-se também nas manifestações de outras esferas. Assim é que, em sessão da Câmara de Vereadores de Nova Londrina, foi aprovado por unanimidade o envio de um requerimento da cooperativa, solicitando isenção total de todos os impostos municipais. Na oportunidade, ficou registrado que a cooperativa vem prestigiando a classe mais humilde, que é o lavrador, incentivando a produção e comercializando o produto, dando serviços a operários, e com toda honestidade, recolhe todos os impostos. Empresa que só traz benefícios, deixando lucros aos homens da lavoura.<sup>6</sup>

Também o extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário publicou naquele ano um exemplar do jornal INDA COOPERATIVO, em homenagem à atuação da cooperativa em Nova Londrina.<sup>7</sup>

Após poucos anos de funcionamento da cooperativa já se apresentam problemas que serão uma constante nas assembleias gerais ordinárias: as assembleias realizam-se sempre em terceira convocação e o baixo número de associados que comparece obriga a publicação em tom de ameaça do Art. 17 dos estatutos sociais em editais de convocação.\* Quanto ao andamento dos trabalhos, alinham-se problemáticas tais como: as demonstrações de balanço e relatórios anuais raríssimas vezes são discutidos ou sobre eles, levantadas questões; as solicitações para que

\* As deliberações serão tomadas com qualquer número de associados.

<sup>5</sup> id. *Ata da assembleia realizada em 1º de fevereiro de 1970.* Nova Londrina, 1970. Ata n. 28, Livro 1, f. 65.

<sup>6</sup> NOVA LONDRINA. Câmara Municipal. *Ata da sessão de 24 de novembro de 1969.* Nova Londrina, 1969. Livro 3, fl. 97.

<sup>7</sup> COPAGRA. *Relatório da diretoria.* Nova Londrina, 31 dez. 1969.

a assembléia conceda autorização à diretoria para contrair empréstimos, efetuam-se no final das reuniões, deixando pouco tempo para reflexão dos associados diante dos compromissos financeiros que juntos assumem; \* as recomendações para retenções das sobras; apelos sobre a necessidade de a entidade possuir capital de giro; as queixas sobre a não-equidade e baixos honorários dos membros da diretoria causam por vezes algumas demissões de dirigentes; a mínima renovação dos membros participantes do conselho de administração (mandato de dois anos) e do conselho fiscal (mandato de um ano); pedidos insistentes de cooperação para o associado entregar sua produção na cooperativa.

Considerando os abusos em matéria de crédito na casa de consumo e que muitos cooperados mesmo em débito não faziam entrega de sua produção, o conselho de administração reunido baixou uma norma de vendas somente à vista e a cooperados, excetuando-se empregados de associados vinculados à propriedade rural, identificados como tal. Um dos conselheiros manifestou-se no sentido de que, doravante, a cooperativa siga rigorosamente as normas estatutárias e todas as leis do país que regulam o cooperativismo, bem como seja feito cadastro de todos os cooperados, estabelecendo-se os limites de créditos respectivos.<sup>8</sup>

O impacto de um comunicado de proibição de vendas da casa de consumo a não-cooperados foi tão grande na comunidade, que provocou reação imediata, principalmente, por parte da po-

\* Para contratação de empréstimos a cooperativa deve oferecer as garantias necessárias, inclusive penhora de bens e hipotecas de bens imóveis, além de avais, junto às entidades financeiras.

<sup>8</sup> id. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 26 de agosto de 1971. Nova Londrina, 1971. Ata n. 95, Livro 2, f.43.

pulação da cidade, obrigando a direção da cooperativa a rever a decisão e examinar a situação legal da entidade.

A verdade é que a cooperativa imprimiu ritmo próprio à vida do município-sede. Ela trouxe movimentação comercial, empregos e melhorou a arrecadação do município.\* Um dos indicadores na definição do desenvolvimento pode ser apreciado pelo quadro 14. De todos os municípios paranaenses da área de ação da cooperativa, Nova Londrina é o único em que a população residente na área urbana chegou a representar o dobro em relação à população rural em meados da década de 70, quando na década anterior a situação era exatamente inversa.

Assunto que sempre suscitou polêmicas entre os elementos da cúpula diz respeito aos associados devedores. No princípio dos anos 70, uns eram a favor da execução judicial, outros pediam cautela e contemplação para com os devedores. Os primeiros argumentavam que aqueles associados estavam de certa forma, valendo-se da organização sem olhar o aspecto cooperativista e (...) que deveriam assinar notas promissórias e duplicatas na compra de mercadorias avalizadas.<sup>9</sup>

O fato é que, com o acréscimo expressivo de novos associados - de 1970 para o ano seguinte, cerca de 25% a mais no número de associados\*\* - a parte administrativa da cooperativa começou a se ressentir e, assim, medidas restritivas foram tomadas pelos dirigentes, não só relativas aos cooperados em débito, como ligadas à admissão de novos, restringindo-se es-

\* O relatório da diretoria de 31 dez. 1971 é expresso: "Somos responsáveis por 70% do desenvolvimento de Nova Londrina e nos pesa o dever de corresponder".

\*\* Ver quadro 23. *Presença nas assembleias gerais ordinárias* (1962-1978), no cap. 13.

<sup>9</sup> id. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 18 de outubro de 1971. Nova Londrina, 1971. Atan. 99, Livro 2, f. 49.

QUADRO 14 . POPULAÇÃO RESIDENTE - ANOS 1960, 1970, 1975, 1977 E 1978

LOCAL	1960			1970			1975*	1977***			1978		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Microrregião Norte Novíssimo de Paranaíba (Total)	...	...	...	123 738	212 722	336 460	351 586	157,1	228,2	385,3	163,3	232,2	395,5
Municípios da Área de Ação da Coopera- tiva (Total)	25 871	85 705	111 576	41 654	107 992	149 586	154 726	54,4	117,0	171,4	56,4	118,7	175,1
Amaporã	...	...	...	1 744	3 104	4 848	4 037	2,1	3,4	5,5	2,3	3,5	5,8
Diamante do Norte	1 013	2 297	3 310**	1 900	5 743	7 643	...	2,3	6,3	8,6	2,4	6,3	8,7
Guairaçã	391	8 998	9 389	1 096	6 826	7 922	6 614	1,3	7,4	8,7	1,3	7,6	8,9
Itaúna do Sul	1 317	3 603	4 920**	1 095	3 509	4 604	3 838	1,2	3,7	4,9	1,3	3,7	5,0
Loanda	8 175	12 437	20 612	8 464	10 816	19 220	22 513	11,1	11,5	22,6	11,5	11,8	23,3
Marilena	861	2 942	3 803**	1 265	5 680	6 945	8 127	1,5	6,1	7,6	1,6	6,1	7,7
Nova Londrina	6 068	12 298	18 366	6 280	4 399	10 679	12 576	8,2	4,8	13,0	8,6	4,8	13,4
Planaltina Paraná	377	1 307	1 684**	2 366	6 181	8 547	9 983	3,0	6,7	9,7	3,1	6,8	9,9
Porto Rico	865	2 657	3 522**	1 025	5 167	6 192	7 247	1,1	5,6	6,7	1,2	5,6	6,8
Querência do Norte	1 423	6 094	7 517	2 342	11 890	14 232	16 630	2,9	13,3	16,2	3,1	13,4	16,5
Sta.Cruz M.Castelo	1 297	5 902	7 199	3 172	10 008	13 180	15 495	4,2	10,9	15,1	4,3	11,1	15,4
Sta.Isabel do Ivaí	955	11 680	12 635	5 580	15 611	21 191	25 144	7,9	16,8	24,7	8,0	17,1	25,1
S. Pedro do Paraná	...	...	...	760	5 619	6 379	7 468	1,0	6,0	7,0	0,9	6,1	7,0
Terra Rica	3 129	15 490	18 619	4 565	13 439	18 004	15 054	6,6	14,5	21,1	6,8	14,8	21,6

(\*) - Estimativa da população residente em 01/07/1975

(\*\*) - Distrito

(\*\*\*) - Estimativas obtidas no Anuário Estatístico do Paraná - 1978

FONTE: Fundação IBGE



ta somente aos proprietários rurais.<sup>10</sup>

A preocupação com os critérios para admissão de novos associados levou a ser aprovada, em 1973, a condição de que só fossem aceitos aqueles que apresentassem certidão de propriedade do imóvel rural.<sup>11</sup> E mais, suas propostas só seriam aprovadas com a triagem e o laudo técnico do agrônomo.\*

Vê-se que à medida que a cooperativa se amplia e, inclusive, financeira e materialmente se fortalece, há uma tendência de se aplicar critérios de seleção muito mais rigorosos. Isso, precisamente, no momento em que a entidade poderia ser mais útil aos produtores e já seria tempo suficiente para ter-se estruturado o movimento na região, caso fossem mobilizados os agricultores mais débeis diante da situação econômica. Explica-se em parte esse acontecimento porque os dirigentes saídos, geralmente, dos setores dominantes, como promotores do cooperativismo e aplicadores das normas que o regem,

\* Cinco anos depois, em 1978, é proposto por um técnico, um estudo para aumentar o valor da "jóia" e quota-capital do cooperado que entra. Para tanto, seria necessária uma reforma estatutária para se proceder o aumento das subscrições e quotas-partes, o que não foi levado a termo na ocasião. Poucos meses depois surgem problemas com a demissão de novos associados, o que faz os dirigentes e técnicos ponderarem as causas do sucedido do seu ponto de vista; para eles eram grandes as facilidades para admissão, cobrando quantia irrisória. Com isso, surgem algumas sugestões para disciplinar a situação; dever-se-ia levar em conta a produção do futuro cooperado e este deveria receber doutrinação através de comitês educativos formados por cooperados; dever-se-ia admitir arrendatários também; para novas admissões seria exigido a apresentação de quantia equivalente a dois MVR (maior valor de referência) fixada pelo Banco Central, que se destinaria a quotas-partes também, com a parcela mínima a pagar no ato. In: COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*. Nova Londrina, Atas n. 231 e 240, de 17 fev. e 19 set. 1978, respectivamente, Livro 3.

<sup>10</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*. realizada em 26 de agosto de 1971. Nova Londrina, 1971. Ata n. 95, Livro 2, verso f. 43.

<sup>11</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 24 de janeiro de 1973. Nova Londrina, 1973. Ata n.125, Livro 2, verso f.93.

não são capazes de evitar que estas mesmas normas venham a reforçar o controle derivado da estrutura social vigente.

O movimento cooperativista apresenta também influências de natureza política, de incentivos e retrocessos legislativos em diferentes épocas, assim como exerce, evidentemente, as suas táticas, em função da própria organização e do grau de participação dos associados.

Mas em que clima, e em que circunstâncias de necessidade, senão aquelas que a situação econômica num dado momento lhe impõe: a situação do mercado, o jogo instável dos preços dos produtos agrícolas, as dificuldades de comercialização, a ação dos intermediários. Acrescente-se, no caso do noroeste paranaense, as tensões oriundas do grau de capitalização da terra, cujo uso impõe condições mínimas de rentabilidade.

## 6. DO SONHO IDEALISTA À LÓGICA DA COOPERAÇÃO

Persegue este estudo a preocupação em compreender como, historicamente, vem a se constituir uma manifestação cooperativa no meio rural. Para isso, faz-se necessário discutir também a própria concepção de "cooperação" que a embasa. Assim como uma entidade social vai transmutando sua forma e conteúdo ao longo do tempo, mudam também as idéias fundamentais que a configuram.

Tratar de cooperativa é tratar de cooperação. É tratar da natureza das relações que entre si os homens estabelecem com vista a um objetivo comum. Sendo no caso, o interesse econômico aquele que reúne e desencadeia a ação, tratar de cooperação é trabalhar a dimensão de social propriamente dito, com base nas relações concretas que se passam no plano econômico.

Sociologicamente, a cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Teoricamente esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos. No meio rural são eles representados, sobretudo, pela ação exploradora de intermediários na fase de comercia-

lização dos produtos ou por danos causados à produção seja por intempéries, seja pelas dificuldades de armazenagem ou de estocamento do que foi produzido. Importa frisar a razão que, na maioria das vezes, leva à associação cooperativista de organização das economias individuais: a ação de intermediários, uma constante nas justificativas.\*

A ação de cooperar - operar em conjunto - constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência os homens reúnem esforços, surgindo daí uma força nova de natureza coletiva. A cooperação é, portanto, uma força social. Não há porque não o admitir.

Preconizada como a forma ideal de manter a harmonia social, as ciências sociais têm procurado conceituar cooperação, bem como os demais conceitos correlatos ou seus determinantes. Do prisma da Sociologia sistemática, preocupada em determinar categorias universais, pode-se dizer que a cooperação é uma atividade integradora, cuja ação conjugada entre pessoas permite que se organizem para alcançar o mesmo objetivo.<sup>1</sup> Neste esquema, comumente, ela é descrita como um dos processos sociais responsável pelas interações. Daí, classificarem-na como base de outro processo social, a competição. Em decor-

\*"O intermediário, o agente de negócios ou revendedor, aparece debaixo de distintas formas. O intermediário é uma coisa muito complexa. Comerciantes, especuladores, frigoríficos, companhias de refrigeração comercial, cerealistas e bancos são algumas das organizações que atuam entre o produtor e o consumidor e extraem no trajeto todo o tributo que podem. Isto constitui o intermediário. Produtores e consumidores lutam contra ele. Por meio de associações agrárias de venda, o produtor rural obtém preços mais justos, e em geral, a economia obtida não é às expensas do consumidor, senão a de prescindir do intermediário." WARBASSE, J.P. *Democracia cooperativa*. Buenos Aires, Ed. Americalee, 1956. p.287.

<sup>1</sup>MANNHEIM, Karl, *Sociologia sistemática*. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1971. p.133.

rência é estabelecida a oposição conceitual entre cooperação e rivalidade, dando margem a ulteriores concepções que, transpostas ao nível da prática coletiva, carregam de teor puramente idealista a própria cooperação econômica.

Ao desprezar o tratamento histórico na formulação dos conceitos, interpretações integracionistas da sociedade prendem-se a uma concepção histórica de harmonia e ordem social permanentes. Vem daí o esvaziamento de cooperação, enquanto conceito, quando lhe é imputado, unilateralmente, conteúdo positivo. Negando estatuto de cooperação àquela manifestação que se apresenta como determinada circunstancialmente, abordagens como estas admitem apenas que "a cooperação genuína importa em atuação conjunta livre e voluntária".<sup>2</sup>

Deve-se atentar, entretanto, para a condição deste sentido não-obrigatório, que implica em todo um julgamento de valor subjetivo de participação pessoal e livre arbítrio, quanto resume acanhada noção de política, como prática social. Pode-se denominar de altruísta ou idealista, a concepção de cooperação decorrente desse tipo de abordagem. Acredita-se, entretanto, que o conceito necessita ser criticamente avaliado, ao nível da ação e da formulação teórica e ser encarado como categoria analítica.

Para fins deste estudo, interessa a cooperação do ponto de vista econômico, conceituado genericamente como sendo uma forma de organização do trabalho associado, de indivíduos ou grupos com interesses comuns. Delimitando-se ainda mais, tem-se uma tríade conjugada de aspectos: cooperação, coopera-

<sup>2</sup>BOGARDUS, E. S. *Princípios de cooperação*. Rio de Janeiro, Lidador, 1964. p.19.

tivismo, cooperativa - a ação, a orientação ideária e doutrinária, a associação concreta.\*

Não cabe neste estudo reportar minuciosamente aos primórdios do cooperativismo como movimento social que materializa o corpo de idéias doutrinárias. Cabe discutir, não a doutrina em si (isso é tarefa para outro estudo), mas o fundamento teórico de cooperação econômica, sobre o qual se assentam as relações estabelecidas entre os homens. Partindo-se do pressuposto de que se o cooperativismo no presente é considerado "um produto de organização capitalista moderna da sociedade"<sup>3</sup>, convém repensar a que princípios atendeu desde o seu início, que padrão de cooperação o inspirava e, se para os padrões da sociedade atual ainda continua atendendo.

É encarada a cooperação como um método de trabalhar em

\* Interligados, os três elementos chegam a ser confundidos do ponto de vista analítico. A literatura existente, sobretudo os trabalhos que tratam das primeiras manifestações cooperativistas, com frequência conceituam no mesmo diapasão - cooperação e cooperativismo.

<sup>3</sup> GAYOTTO, Adelaide Maria. *Formas primitivas de cooperação e precursores*. 8.ed. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1976. p.3.

comum de inspiração socialista pré-marxista, embora encontrada na humanidade há muitos séculos.\* Os autores localizam as primeiras experiências bem sucedidas, na fase final do século passado, destacando uma cooperativa de consumo constituída em 1844 por vinte e oito tecelões de Rochdale, em Lancastria, na Inglaterra.\*\*

Da experiência de Rochdale, permaneceram os princípios de associação cooperativa, considerados fundamentais: - controle democrático; cada associado representa um voto, excluindo assim, o voto do poder das sociedades anônimas, por exemplo; - interesse limitado sobre o capital; o dinheiro colocado pelo associado na cooperativa tem um propósito social. Em

\* Quase simultaneamente foram numerosos os partidários de Saint-Simon (1760-1825), de Fourier (1772-1837), de Proudhon (1809-1865), de Pierre Leroux (1779-1831) durante a primeira metade do século XIX. Teve-se na França uma doutrina socialista mais teórica, que encontrava apoio no iluminismo, no tradicionalismo, no romantismo, no cristianismo. In: TOUCHARD, J. *História das idéias políticas*. Lisboa, Publ. Europa-América, 1970." v. 5, p.128. Por outro lado, na Inglaterra, teve-se um socialismo de inspiração utilitarista, que produziu um Robert Owen (1771-1858), capaz de imprimir um sentido prático ao socialismo britânico, ao promover a "aliança entre o movimento operário, o cooperativismo e os intelectuais". In: RAMA, C. *Las ideas socialistas en el siglo XIX*. Barcelona, Ed. Laia, 1976." p.56. Marx e Engels tecem severas críticas aos fundadores desses sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, taxando suas propostas de reacionárias e utópicas, na medida em que seus planos e sua propaganda defendiam a classe operária como a "classe mais sofridora", não reconhecendo nela qualquer iniciativa histórica ou movimento político próprio. Cf. MARX, Karl & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. In: \_\_\_\_\_. *Textos*. v. 3, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977. p.44-5.

\*\* Antigo missionário Oweniano, proclamado o "pai da cooperação" pelo Congresso Cooperativo de 1895, o historiador dessa experiência é HOLYOAKE, G. J. *Os 28 tecelões de Rochdale*; história dos probos pioneiros de Rochdale. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1933. Como tentativas associativistas pré-rochdaleanas são apontadas uma sociedade de alfaiates, fundada em Birmingham, na Inglaterra, em 1777 e em 1794, em Mongewell, Oxfordshire, uma associação cooperativa fundada por um bispo. Cf. COOPERATIVISMO. Rio de Janeiro, Caixa de Crédito Cooperativo, 1947.

princípio, portanto, a sociedade cooperativa não pode ser empregada para fins de aplicação capitalista; - retorno dos excedentes, devolvidos em forma de dividendos ou aprimoramento dos serviços que a organização presta aos associados; - número ilimitado de associados; - filiação voluntária; - determinada percentagem de fundos sociais é empregada para fins educativos no campo da cooperação; - neutralidade em questões políticas e religiosas; - a sociedade deve expandir suas operações em outros campos, com objetivo de produzir o que os associados necessitam e ter acesso às matérias-primas; - as sociedades cooperativistas deverão unir-se a outras, constituindo federações cooperativas.

Os princípios concretizaram-se em um método que permitiu a ação de outros realizadores.\* Analisadas as razões de existência desses movimentos dos quais derivaram outras formas de atividades, vê-se que se propunham a aliviar grandes questões de interesse coletivo numa Inglaterra abalada por profundas crises em decorrência do "factory system". A doutrina cooperativa surgiu, sem dúvida alguma, como reação ao funcionamento da economia capitalista da época.\*\*

\* Ao final do século XIX, logo que se pretendeu determinar a finalidade última da cooperação, duas correntes surgiram propondo ou a emancipação do produtor (grupo de Londres) ou a soberania do consumidor (grupo de Manchester). Firma-se a última proposta. A respeito, existem posições críticas como esta: "Abolição do salário ou abolição do lucro? Na fatalidade desta alternativa entre cooperação de produção e cooperação produtiva, entre apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores ou pelos consumidores reside (...) o motivo pelo qual, apesar de se terem revelado as cooperativas um meio poderoso de defesa das classes economicamente mais débeis, não se realizou, nem realizará nunca, o grande sonho dos cooperativistas integrais, a república cooperativa que traria ao mundo uma nova estrutura econômica e social." In: CORREIA, Sêrvulo. *Cooperação, cooperativismo e doutrina cooperativa*. Lisboa, Ramos Afonso & Moita, 1965. p. 23.

\*\* Para conhecer a história inicial do movimento cooperativo, consultar DESROCHE, Henri. *Le projet coopératif*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1976. Parte 1.



Permaneceu, contudo, a impressão de sucesso, o rastro de um mito. Mito este, que se desloca para o plano da sociedade global. Assim, os movimentos cooperativos, principalmente aqueles no âmbito da produção entre agricultores, com frequência centralizam-se na obtenção de uma ordem social mais justa e igualitária. Não deixa de ser uma tentativa de, pelo menos em princípios, ultrapassar o presente hierarquizado. Estes mitos têm-se voltado para o passado, para a recriação de uma idade de ouro marcada pela experiência bem sucedida de Rochdale; ou, ao futuro, visando o estabelecimento de uma mudança na educação e "mentalidade" do homem do campo, que seja propícia e aberta a ações dessa natureza.

O sistema cooperativo não segue uma filosofia rígida predeterminada dogmaticamente. Admite-se que, existindo no seio da sociedade capitalista, sua filosofia emana muito mais das práticas que encontra como as mais adequadas para poder persistir.

Do ponto de vista histórico-estrutural, a cooperação é entendida como "a forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente".<sup>4</sup> Ou seja, admitindo que não é a cooperação capitalista que se expressa como forma histórica especial de cooperação, mas que ela mesma está na base do modo de produção capitalista.\*

A organização cooperativa, porque inserida no sistema

\* Marx refere-se à produção manufatureira; porém, a face às formas que assume a cooperação é possível seguir uma análise que vislumbre indícios da cooperação na produção industrial também para a agricultura.

<sup>4</sup> MARX, Karl. *O capital*; crítica da economia política. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, v.1, p. 384.

capitalista acaba por corresponder às exigências deste para sobreviver como associação. Portanto, em suas características organizacionais uma cooperativa de produtores rurais, por exemplo, coincide com os pontos vitais da própria gênese da produção capitalista: congrega a ação simultânea de um número elevado de produtores que se encontram no mesmo campo de atividades - a exploração do solo; produzindo pois, uma mesma espécie de mercadoria - os produtos agrícolas; e embora não estejam sob o comando de um mesmo capital, na medida em que a atividade mercantil que desempenham requer alta composição de capital, não raras vezes, a cooperativa exerce a função de repassadora de financiamentos, como entidade legal. Ainda mais, o controle capitalista através da ação institucional realiza-se ao reunir a produção de muitos agricultores isolados e colocá-los em relações de força na competição do mercado.

Percebendo a criação de uma força produtiva nova, a força coletiva capaz de, ao simples contato social, provocar emulação entre os participantes e aumentar a capacidade de realização de cada um, MARX conceitua cooperação como "a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos."<sup>5</sup>

Sob este prisma, a ação aqui analisada adquire especificidade nos moldes cooperativistas que se apresentam hodiernamente.\*

\* Existe uma predisposição entre os intelectuais de diversos países, de "falar e escrever das associações cooperativas, à base dos princípios de Rochdale, quase no sentido de que esta forma específica de cooperação seja equivalente ao processo de cooperação em geral". Este é o alerta de SMITH, Lynn. Observação sobre o estudo sociológico da cooperação. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (117): 18, nov.1967.

<sup>5</sup> MARX, Karl. Op. cit., p. 374.

Em primeiro lugar, porque a cooperação não se dá ao longo de todo o processo de produção. Ao contrário, ocorre exatamente num momento crítico para a produção agrícola - a comercialização, com todos os fatores implicados nesta fase do processo. Logo, os agricultores não trabalham juntos, mas têm um objetivo final individual, cuja satisfação coletiva delegam à entidade cooperativa. Com a reunião das produções particulares, ela realiza a complementação mútua dos trabalhadores, relacionando-os com a esfera externa de comercialização.\*

Em segundo lugar, o plano que supostamente orienta a ação conjunta dos produtores transforma-se no "plano de cooperativa", acontecendo a correspondência com os objetivos da instituição, dirigidos ou não por questões circunstanciais mais amplas de política econômica.

E, finalmente, pelo papel de conexão que a cooperativa desempenha entre todos os processos de produção particulares e diferentes, na medida em que se propõe reunir as produções isoladas dos associados e oferecer outros serviços de assistência técnica ou social a eles.

A cooperação surge realmente do trabalho e toma corpo como trabalho combinado. Na cooperativa é o resultado do trabalho de cada associado que importa para os objetivos como instituição social. Cada associado representa uma parte do todo institucional, assim também a produção de cada um entregue

\* Grande parte das cooperativas brasileiras que congregam produtores rurais, embora se intitulem agrárias são, essencialmente, de comercialização. Justamente por não serem de propriedade coletiva os meios de produção (no caso, instrumentos de trabalho e a terra), a ação cooperativa apenas se realiza na fase final do processo produtivo, ou seja, na comercialização dos produtos, na transformação desses em mercadoria, nas relações que a cooperativa vai manter com o "mundo exterior", o mercado, com sua função de intercambiar.

na cooperativa existe como uma parte apenas. É sempre o conjunto a ser levado em conta. Por isso é que a designação "cooperado" pressupõe aquele que é ajudado, auxiliado, "assistido", como se uma entidade supra "cooperasse para ele". Quando é, na verdade, parte do todo, ele é o "cooperador". A ação de cooperar vai se concretizar na força coletiva resultante da atuação institucional cooperativa formal, já que existe amparo legislativo e uma regulamentação que atinge o país.

O funcionamento das cooperativas na atualidade assenta-se na concepção de cooperação capitalista, embora, muitas vezes, o discurso institucional fundamente-se na concepção altruísta e idealista de cooperação. Há uma nítida diferença entre elas. A noção idealista de cooperação coloca-se como um fim em si mesmo. Nesta linha compreende "um complexo de aspirações, anseios, normas e valores sociais, que tornam verdadeiros, valores tais como: dignidade individual, liberdade humana, autogoverno, relações equitativas, respeito mútuo, necessidades universais, assim como o desenvolvimento e o enriquecimento da existência do grupo."<sup>6</sup> O referencial é o indivíduo relacio-

nando-se, harmoniosamente, com o mundo social, a ponto de a cooperação inculcar-lhe um potencial de transformação, independente das estruturas em que se inserem as relações sociais: "somente quando um membro de qualquer cooperativa encara a colaboração como uma causa tão universal quanto a humanidade, desaparece a apatia e multiplica-se a atividade."<sup>7</sup>

Classicamente, concebe-se como suplementares as atividades realizadas separadamente e combinadas no processo de trabalho. Cooperar implica em "repartir um trabalho comum", logo, cooperação só existe onde há divisão do trabalho.<sup>8</sup> No en-

<sup>6</sup> BOGARDUS, E. S. Op. cit., p. 20

<sup>7</sup> Id. Op. cit., p. 21

<sup>8</sup> DURKHEIM, E. *De la division del trabajo social*. Buenos Aires, Schapire Ed. 1967. p. 109

tanto, a clássica concepção durkheimniana de divisão do trabalho idealiza uma integração social funcional, ao fundamentar a interdependência de tarefas nas diferenças individuais.

Ao se examinar a cooperação do ponto de vista capitalista, verifica-se que ela só se concretiza através da divisão do trabalho social, cujo pressuposto penetra na estrutura mesma do processo de produção em sociedade, da forma como os homens se combinam para produzir.\* Aqui, a ação cooperativa apresenta-se como um instrumental dotado de racionalidade, acionado pelo modo de produção, tendo em vista a realização do capital.\*\* O fim mascara-se ao longo do processo.

Em uma, como em outra concepção, a cooperação resulta do trabalho em conjunto. A cooperação ao nível idealista, entretanto, situa-se mais no plano discursivo, dando ênfase à causa comum, propondo-se, inclusive, a atingir esferas universais. Enquanto a cooperação no sentido objetivo destaca o meio, o plano que a orienta, colocando o resultado último no capital que se multiplica, com o patrimônio institucional que cresce. Neste caso ela se identifica com a própria lógica do sistema capitalista. As duas variantes distan-

\* "Sendo um animal social, o homem desenvolve tanto a cooperação como uma divisão social do trabalho (isto é, especialização de funções) que não só é possibilitada pela produção de um excedente acima do que é necessário para manter o indivíduo e a comunidade da qual participa, mas também as possibilidades adicionais de geração desse excedente. A existência desse excedente e da divisão social do trabalho tornam possível a troca." Cf. MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 16.

\*\* Marx refere-se ao capital, em *O capital*, p. 370-85, que põe e mantém juntos os assalariados. Em cooperativas o capital é patrimônio mesmo da entidade à disposição dos associados, somado a todas as relações estabelecidas com vistas à reunião da produção e ampliação das operações.

ciam-se no que tange à própria prática do cooperativismo. Não colocam em cheque os princípios doutrinários, mas ganham independência com relação a eles. Ambas servem a objetivos imediatos diferentes. Uma, no plano idealista, já não encontra coerência para sua existência no seio das cooperações modernas. Faz parte, isso sim, do discurso de convencimento da doutrina, mediatizando a ação conjugada entre as pessoas para alcançar um fim, porém apenas ideologicamente revestida de valores positivos, harmonizadores, consensuais.

A outra, obedece ao que se pode chamar o ritmo do capitalismo. O caráter racional da cooperação capitalista está justamente em constituir-se ao nível da ação. Ela é a ação concretizada, mesmo quando ao nível da pregação ocorre a difusão de uma cooperação idealista e integradora.

Pode-se afirmar assim, que o cooperativismo, como manifestação doutrinária, expressa-se dubiamente em ação de dupla natureza: uma, no plano teórico-ideal de sociedade e, outra, no plano prático-racional. Evidencia-se então para o desempenho no plano prático a função legitimadora exercida pelo discurso ideal-cooperativo.

Paradoxalmente, a cooperação econômica, formalmente institucionalizada, surge como reação à intensa divisão do trabalho, que separa as atividades de produção e do comércio, modernamente, como na agricultura. Assim, a nova cooperação que surge, instituída legalmente, tenta recuperar espaços cedidos a outros (os intermediários, por exemplo), no processo produtivo, na realização de valores e acumulação de capital. Internamente a divisão apresenta-se na medida em que são delegadas tarefas, a cargo da cooperativa, delegação que exige, também, controle por parte do produtor. Deixando de existir

ou arrefecendo o controle, o círculo vicioso instala-se novamente. E uma vez mais torna-se rígida a divisão social do trabalho.

## 7. PROPRIEDADE DA TERRA - CONDIÇÃO PARA SER COOPERADO?

O grupo de produtores-associados à cooperativa não se apresenta como uma massa homogênea. Existem diferenças que particularizam a situação de verdadeiros subgrupos, quando vistos do ângulo sociológico. Sejam essas diferenciações apontadas pelo maior ou menor volume de produção, pela valorização maior ou menor da atividade agrícola a que se dedicam pela propriedade de grandes ou pequenas porções de terra, pela forma como eles se introduzem e vivenciam a instituição cooperativa, seja como eles se identificam no processo de produção.

Por ser variável, temporalmente, o conjunto de indivíduos cooperados, parte-se de dois pressupostos para dar conta do fenômeno. Um, de que a caracterização temporal dos grupos reproduz, em boa medida, as mudanças que se processam na região com a expansão e consolidação do capitalismo; outro, de que a soma do produto do trabalho individualizado, que a cooperativa arregimenta, expressa um estágio de desenvolvimento da divisão do trabalho que se apresenta como uma entre tantas formas de propriedade, determinando também as relações recíprocas dos indivíduos, relativamente a matérias-primas, instrumentos e produtos do trabalho.\*

\* Referindo-se à divisão do trabalho, MARX frisa o quanto é relativa a posição dos grupos individuais, determinada pelos métodos empregados, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. In: \_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.114.



A condição mais significativa para o grupo de produtores-cooperados é a da propriedade da terra, a propriedade privada do solo - base do modo capitalista de produção. Dos associados recadastrados em 1973, apenas 4,5% colocavam-se na categoria de arrendatários e 7,5% na de parceiros, com documentação arquivada no setor de cadastro.\* Estas taxas modificam-se no recadastramento 1976/77. Ou seja, do total de proprietários cadastrados na cooperativa, 16,9% apresentam-se como arrendatários, sendo que a representação de cooperados parceiros cai para 4,1%.

Vê-se que, embora crescendo a participação do arrendatário-capitalista na cooperativa, não é ele ainda o personagem-chave do processo de produção na região. Entre os cooperados, o proprietário da terra confunde-se com o de dirigente do processo produtivo. Dessa forma, ao não se configurar, na maioria das vezes, a separação entre os agentes sociais representantes do capital e da propriedade da terra, esta permanece sendo o elemento básico que garante a realização da margem de lucro.\*\*

Tomando-se por base os dados do fichário-imagem 1, nota-se que muitos cooperados, especialmente no início da década de 70, possuíam mais de uma propriedade na região, chegando até a ter cinco ou seis, com uma média de 2,5 propriedades

\* Duzentos associados recadastrados em 1973, conforme quadro 11 - Propriedades e Proprietários - cadastrados na cooperativa - 1963 a 1977.

\*\* Para esclarecer inúmeros aspectos contraditórios da significação da propriedade fundiária para a reprodução do capital, em termos de tendência histórica no Brasil, consultar WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: ARAÚJO, Braz José de (coord.). *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.15-40.

por cooperado. Isso se explica, possivelmente, por não se apresentarem, naquela época, suficiente urbanizados, os investimentos.

QUADRO 15 - NÚMERO MÉDIO DE PROPRIEDADES POR COOPERADO EM DIFERENTES ANOS DE RECADASTRAMENTOS

ANO DO RECADASTRAMENTO	ÍNDICE
1963-64	1,8
1973	2,8
1974-75	2,5
1976-77	2,5

FONTE: COPAGRA, Cadastros.

Observa-se pelo quadro 15 que nos últimos anos de informação (1976/77) a proporção de cooperados com mais de uma propriedade tende a cair, o que pode ser explicado pela concentração da propriedade rural, fenômeno que vem ocorrendo na região, bem como pela elevada mobilidade da terra como bem de compra e venda, favorecendo as transferências de propriedade. O baixo índice de associados proprietários de muitas áreas no início da década de 60 está ligado à proximidade temporal com a fase de ocupação e colonização, quando a ênfase era a pequena propriedade.

QUADRO 16 - PROPRIEDADES E PROPRIETÁRIOS CADASTRADOS NA COOPERATIVA EM DIVERSOS ANOS

Ano de Recadast.	Propriid. Fechadas	Cooperados Recadast.	Coop. com uma só propriid.	coop. com mais de uma propriid.	%	
					coop. com uma só propriid.	coop. com mais de uma propriid.
1963-64	69	65	60	5	92,3	7,7
1973	348	200	119	81	59,5	40,5
1974-75	143	89	48	41	53,9	46,1
1976-77	258	171	107	64	62,6	37,4
TOTAL	818	525	334	191	-	-

FONTE: COPAGRA. Cadastros. Dados constantes do fichário-imagem 1

Perseguindo a linha que privilegia o fator propriedade da terra, no fichário-imagem 1, caracteriza-se a estrutura rural da região, em termos de verificação da extensão e forma de organização da exploração econômica empreendida pelos agricultores-cooperados.

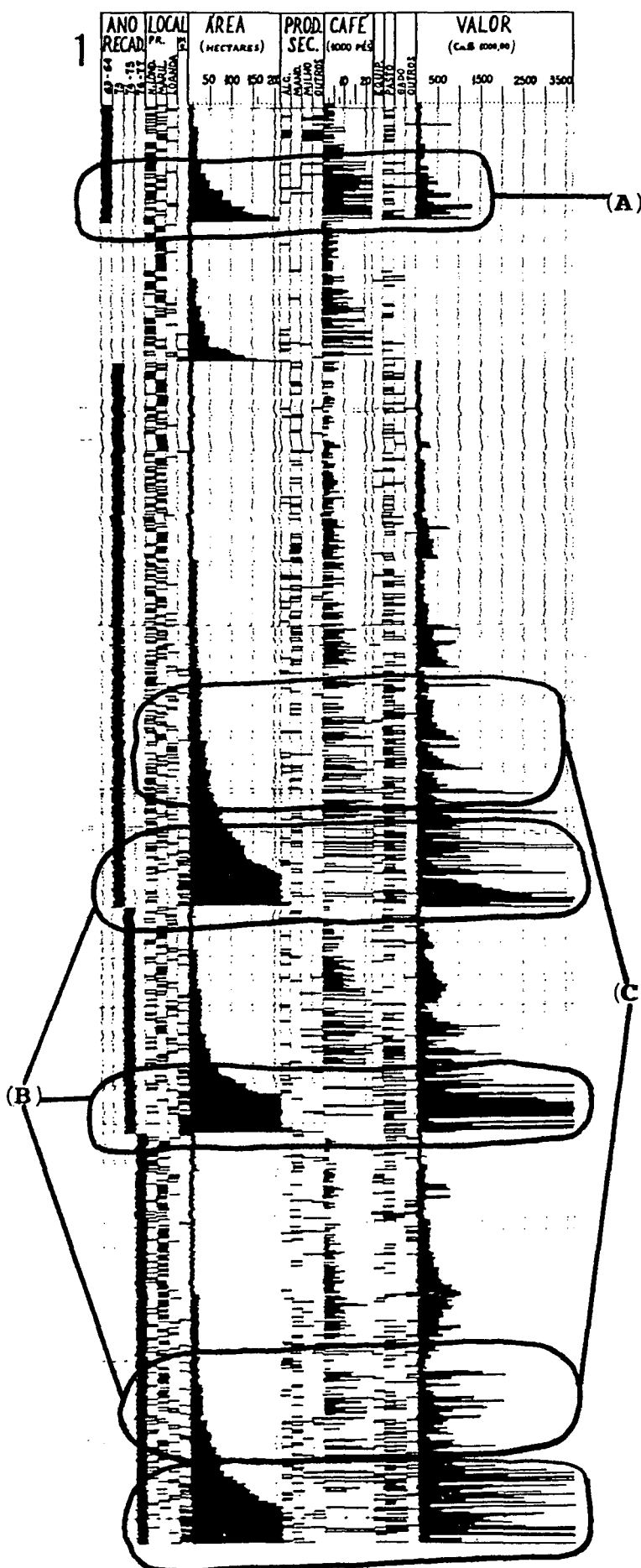
Uma visualização panorâmica do gráfico 4\* comunica uma correspondência natural acentuada entre as curvas de área e de valor da terra, além de colocar em destaque a comedita evolução da valorização das propriedades, quando comparados os recadastramentos, em faixas de 100 a 200 ha, isto é, aproximadamente entre 40 e 80 alqueires, consideradas grandes propriedades no início dos anos 60 (A), certamente devido ao caráter mais extensivo da cultura cafeeira.

A ascendência da curva de área das propriedades evidencia uma maior proporção de grandes propriedades nos anos 70, que ultrapassam inclusive, a marca dos 200 ha. Por outro lado, há uma visível polarização no tamanho das propriedades, com uma redução no número relativo de propriedades médias para a região, isto é, 30 a 100 ha (B). Este fato está ligado, conseqüentemente, ao fenômeno de reagrupamento da propriedade rural pela anexação de pequenos sítios por fazendeiros e também por empresas agrícolas, dedicadas sobretudo à atividade pecuária.

Fica ainda evidente nos recadastramentos recentes (1973 a 1977) que existe um tamanho adequado de propriedade rural na região (entre 30 a 50 ha), o qual permite aos médios produtores intensificar e associar, para escala comercial, vas-

\* Mantendo a classificação por recadastramento, ordenou-se as fichas por tamanho das propriedades, incluindo algumas fichas referentes ao período de ligação entre 64 e 73, cujos dados não trazem o valor das propriedades.

GRÁFICO 4 - CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS PRODUTORES ASSOCIADOS



tas culturas de café com culturas temporárias e criação de gado, garantindo a valorização do imóvel. (C)

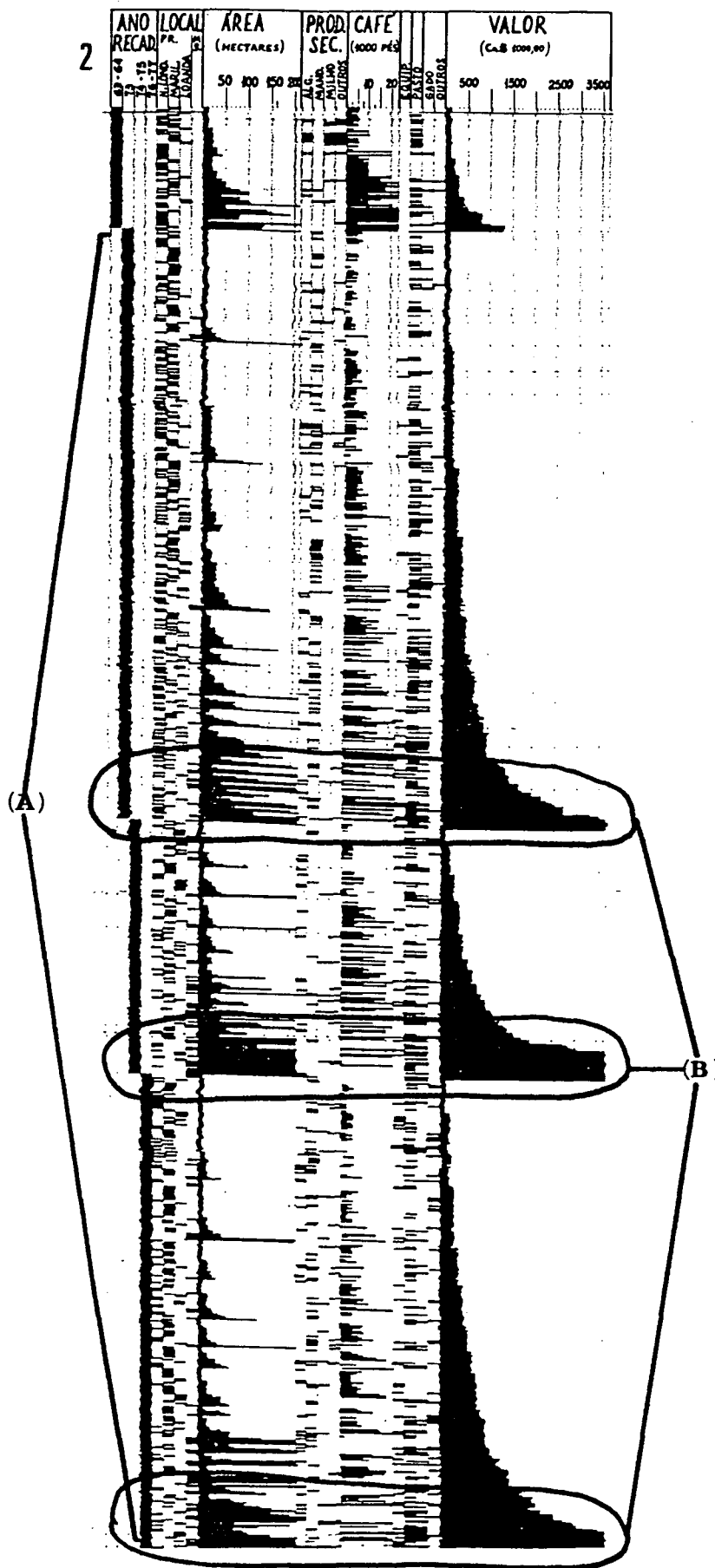
Ao ponto de partida básico, a terra -bem mercantil como outro qualquer - acrescenta-se um detalhe por força da conjuntura: supervalorizada. A terra, como parâmetro financeiro, é resposta às condições que o capitalismo lhe impõe. Como meio de produção impedido naturalmente de multiplicar-se, sendo portadora de valor, cada vez torna-se mais inacessível àqueles que realmente a trabalham, isso sem violar, é claro, o princípio de que "não há terra sem dono."\* Acompanhe-se a leitura do Gráfico 5.\*\*

Um primeiro fenômeno perceptível em toda a visualização vertical, acentuado na primeira metade da década de 70, é a valorização da terra, paralelamente à propriedade de grandes áreas rurais por parte dos cooperados. (A) Eis aí a condição primeira do produtor ao filiar-se à cooperativa - a propriedade ou arrendamento da terra. Só este requisito já o posiciona na estrutura de classes da sociedade em que vive. Ainda, pela natureza das atividades econômicas desenvolvidas, deve ele dispor de um mínimo de capital (terras e meio de produção) para lançar-se ao empreendimento agrícola em escala comercial, como é característica daquela região.

Se para 1973 a alta taxa de valorização estava ligada à cultura do café em grandes extensões, associada à área de

\* Ignácio Rangel discute as condições em que a terra emergiu: como meio de acumulação e como reserva de valor, em seu artigo *Estrutura agrária, sociedade e Estado. Reforma Agrária*, Campinas, 8 (6): 25-33, nov./dez.1978.

\*\* Sem olvidar o maior número de propriedades cadastradas na década de 70, há que se observar as curvas de valor acentuadas quando comparadas com a que se obteve com os valores imputados às propriedades dos anos 60, levando-se em conta quantidades semelhantes de cafeeiros plantados.



pasto com rebanho, para os anos mais recentes de recadastramentos (1974/75 e 1976/77) há uma dispersão do café e a valorização da propriedade liga-se mais à existência de pastos com gado. (B)

Observando-se os recadastramentos de 1973 a 1977, o Gráfico 5 demonstra horizontalmente para as grandes áreas (mais de 200 ha) e equivalente valor (até Cr\$ 3.500.000,00 e mais), a localização em Mato Grosso do Sul de propriedades destinadas à atividade pecuária, essencialmente.\*

Em Nova Londrina, já no primeiro recadastramento, tem-se a presença de maiores propriedades cujas áreas abrigam mais de vinte mil pés de café. É o que se observa no Gráfico 6.\*\* As condições de ocupação e colonização de Nova Londrina e de Marilena foram mais ou menos semelhantes e, no entanto, Nova Londrina firma a posição de município cafeicultor e terras muito valorizadas até o Recadastramento 1976/77, quando surge um vazio na coluna referente à cafeicultura para propriedades de alto valor, substituído por culturas diversificadas e áreas destinadas a pastagens e rebanhos (A). A diversificação agrícola e o aumento do plantio do algodão na região são decorrência da grande geada de 1969 e da erradicação financeira (e

\* Como limite máximo de valor de propriedade em Mato Grosso do Sul encontrou-se o valor declarado de Cr\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzeiros) no recadastramento de 1973. Este é um indicador de que os preços da terra alcançam tamanha importância "onde o modo capitalista de produção está pouco desenvolvido e todas as suas peculiaridades ainda não se desdobraram." Cf. MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v.6, p.929.

\*\* A separação das fichas por localidades (Nova Londrina, Marilena, Loanda e Mato Grosso do Sul), conservando as distinções por recadastramento e, na medida do possível, sem desordenar a formação resultante da manipulação das fichas pela variável "valor", demonstrou nítida divisão na área das propriedades rurais, além de variações das atividades agropecuárias por município.





mais tarde, espontânea) dos cafezais por parte dos agricultores.

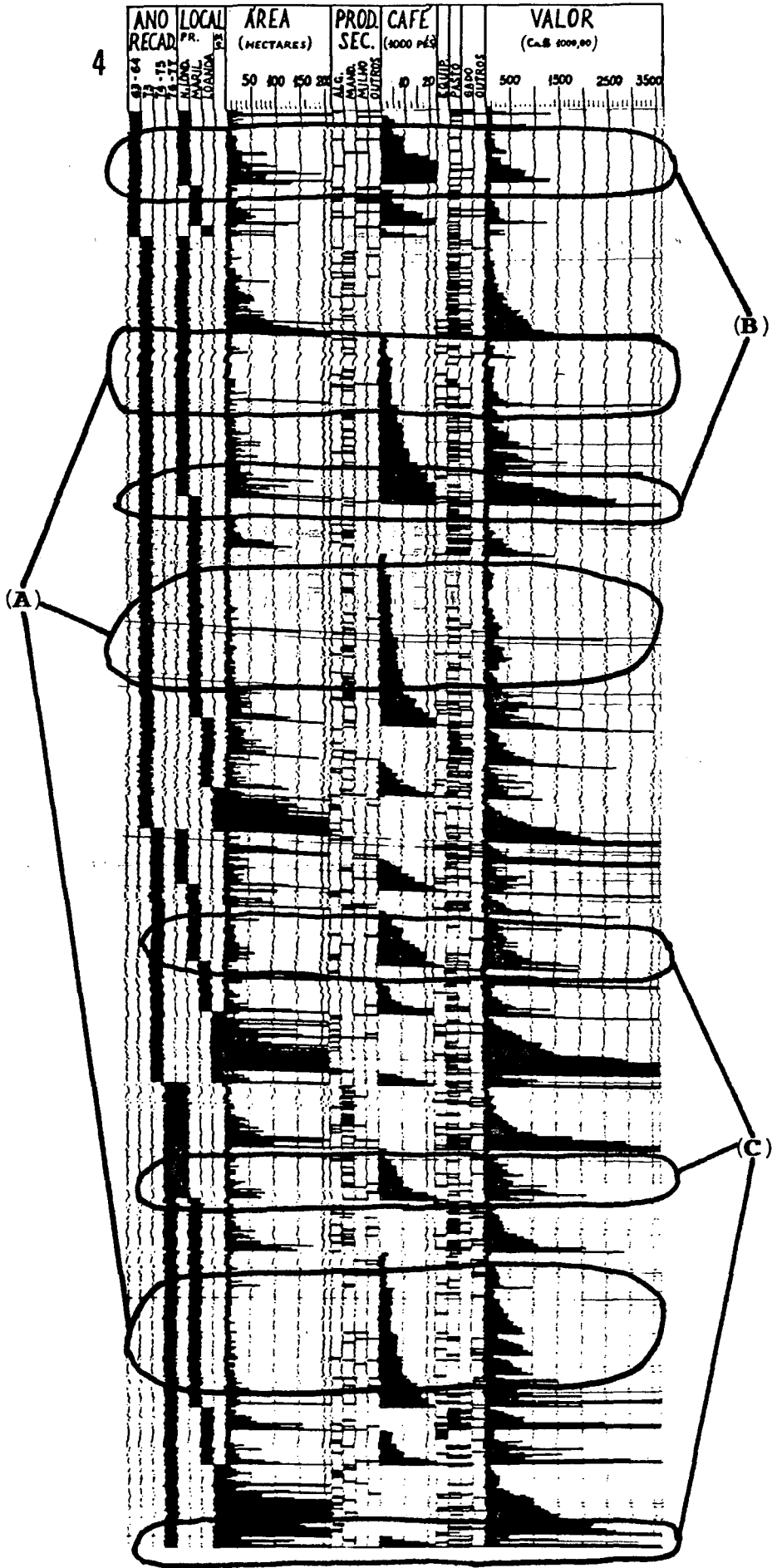
A imagem alerta para a frequência de propriedades com área reduzida - 10 ha, equivalendo a até 4 alqueires - que se aglutinam no município de Marilena, o que vem significar desigual divisão das antigas glebas de colonização por diferentes companhias imobiliárias (B). A conseqüente acessibilidade em termos de valor associa-se uma mediana produção agrícola, café e milho principalmente.

Quanto à localização das propriedades em Loanda, muito embora seja mínima a participação de cooperados na década de 60, vê-se que ocorreu uma mudança acentuada na estrutura fundiária daquele município para a década de 70. Observa-se propriedades com mais de 200 ha, valores elevados e, significativamente, a atividade pecuária como marcante (C).

O Gráfico 7\* explicita o número considerável de propriedades pequenas e médias dedicadas à cafeicultura no Paraná. Em contraposição, em todos os municípios trabalhados na parte sul do Mato Grosso, a não existência da cultura cafeeira significa áreas extensas e incidência maciça de pastagens e rebanhos.

Há indicação de que, com raras exceções, na pequena propriedade (até 20 ha) encontra-se em cultivo uma média de cinco mil pés de café, nos municípios de Nova Londrina e Marilena, principalmente (A). Se para a década de 60 e início da de 70 a produção elevada de café coincidia com maiores áreas de terras (B), para os anos de 1974/75 e 1976/77 de re-

\* Uma visão geral da composição resultante da manipulação que privilegiou a cultura cafeeira, conservando a ordenação das variáveis "ano de recadastramento" e "localização".



cadastro, certamente, pelo cultivo dentro de técnica mais modernizada, produções representativas de café (até ou mais de 20 mil pés) encontram-se em áreas na faixa de 50 ha em média, para os municípios do Paraná, e em faixas mais elevadas para Mato Grosso do Sul (C).

As propriedades rurais com maior incidência de cultura cafeeira, cuja quantidade média pouco ultrapassa os 10 mil pés de café, cultura essa geralmente associada à da mandioca, são aquelas que se situam na faixa de 10 a 20 ha (de 4 a 8 alqueires, aproximadamente), durante os anos 70.

Explica-se assim, visualmente, o tipo de atividade econômica e, até certo ponto, infere-se a organização do trabalho. Em busca de relativa estabilidade os pequenos produtores principalmente, procuram associar lavouras permanentes e temporárias: Eu? ... eu tomo conta do sítio de meu irmão. Tem seis alqueires de café, a meia na produção, e o que eu planto nas ruas - milho, arroz - é meu. Entrei com o mano na cooperativa, mas é do cunhado as terras que cuidamos. (...) Sabe, na última reunião ordinária, eu cheguei atrasado e o cunhado ficou brabo. É sempre assim ... quando precisa vem avisã, quê aquelas coisadas toda ... eu assino. Quando é prá ir na reunião, ele não avisa.<sup>1</sup>

Sob a situação objetiva de proprietários rurais dispõem eles, diferentemente, daquele meio de produção. Os pequenos produtores, geralmente, trabalham diretamente a terra, auxiliados por familiares e, esporadicamente, por empregados contratados temporariamente.

Aqueles residentes no meio urbano adotam o sistema de percentagem a trabalhadores moradores (a participação do "porcenteiro") combinado à utilização esporádica da mão-de-obra

<sup>1</sup>ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Itaúna do Sul, 1979. Entrevista com cooperado em 24 fev.1979.

volante.

Em uma reunião de agricultura que requer capital em bases comerciais para produção em escala, os associados proprietários de grandes áreas e, via de regra, identificados como grandes produtores, supervisionam o trabalho desenvolvido em suas propriedades por empregados contratados em regime permanente (famílias moradoras) e temporários (trabalhadores volantes): Nos três primeiros anos trabalhei com duas famílias de porcentageiros. Mas, depois de 1975, todo mundo virou volante. Hoje há mais procura que oferta de trabalho, porque muita gente está deixando o café. No café compensa ter porcentageiros, desde que seja um peão bom, mas eu trabalho com volantes só, embora tenha que ir lá todo o dia e fazer 22 km.<sup>2</sup>

Realmente, e as estatísticas cadastrais do INCRA - 1972, confirmam para aquela data, a supremacia dos trabalhadores assalariados na região como um todo e em cada município paranaense na área de ação da cooperativa, conforme o quadro 17.

Este contingente de trabalhadores, dependente exclusivamente da venda da sua força de trabalho para subsistir, origina-se, sem dúvida, das modificações nas relações de produção que a erradicação cafeeira provocou em fins da década de 60, liberando mão-de-obra e desvinculando-a de relações não totalmente capitalistas. Obviamente, não será a atividade pecuária que irá absorver este excedente de força de trabalho, muito pelo contrário, sua própria natureza, expulsa o homem do campo.

<sup>2</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 26 fev.1979.

## QUADRO 17 - MÃO-DE-OBRA RURAL - 1972

LOCAL	Número de Imóveis	PESSOAL OCUPADO NO IMÓVEL		
		Assalariados permanentes	Nº máximo de Assalariados	Dependentes prop. trab.
Microrregião Norte Noro- vísimo de Paranavaí	15 455	12 502	65 759	15 954
Municípios paranaenses da área de ação da coo- perativa (total)	8 371	5 592	28 461	7 090
Amaporã	282	180	1 507	350
Diamante do Norte	329	323	2 687	184
Guairaçã	525	623	2 798	345
Itaúna do Sul	272	266	1 695	257
Loanda	1 027	914	3 184	1 246
Marilena	635	195	1 621	527
Nova Londrina	383	362	1 393	228
Planaltina do Paraná	482	174	1 557	703
Porto Rico	366	232	948	590
Querência do Norte	577	391	1 711	839
Sta. Cruz Monte Castelo	561	467	1 327	618
Sta. Isabel do Ivaí	1 436	519	2 743	085
São Pedro do Paraná	384	487	903	341
Terra Rica	1 112	459	4 387	777

FONTE: INCRA. Estatísticas Cadastrais - 1972.

Nos recadastramentos dos anos 70, a situação das propriedades difere nos seguintes aspectos, observados através do Gráfico 8.\* O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta es-

\* Esta formação de imagem privilegiou a ordenação das propriedades cafeicultoras, aglutinando as colunas equipamentos pasto e gado, separadamente, para as propriedades que não dispunham de cafezais. Ainda obedecendo a ordem crescente de número de pés de cafés, as fichas foram ordenadas por localização das propriedades. Tudo isso, respeitando as datas de recadastramento.

toque de terras, com utilização parcial para cultivo de algodão e/ou mandioca, ou mesmo sem declaração de existência de pasto e gado. (A) Areas de pastagens com rebanhos são características das propriedades de amplas dimensões (mais de 100 ha). (B)

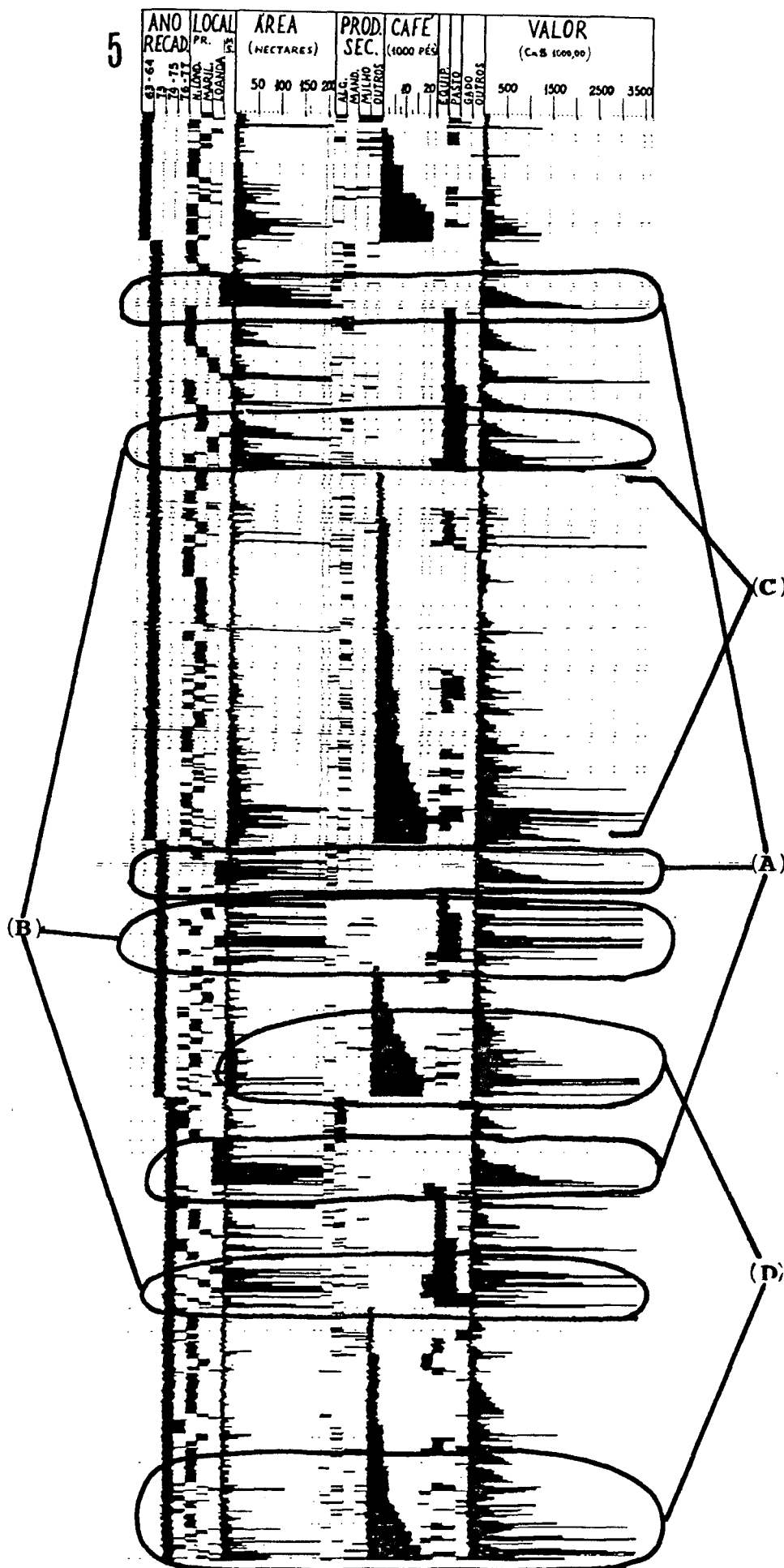
Fica evidenciada que a cultura cafeeira não se realiza apenas em médias e grandes propriedades. Cada vez mais é significativa a proporção de pequenos cafeicultores, com propriedades abrigando até 10 mil pés de café, frequentemente produtores de mandioca também, no recadastramento de 1973. (C)

A cafeicultura aprimora-se tecnicamente aumentando a produção em menor área. (D) Significa também que o proprietário e/ou arrendatário produtor produz, essencialmente, mercadorias e só converte de imediato em meios de subsistência para si, proporção evanescente desses produtos. Completando, cada vez mais é o capital investido e não a terra que submete a si a produtividade e o trabalho agrícola.

No noroeste do Paraná a corrida pela terra (fase da procura imobiliária) seguiu-se imediata incorporação da mesma ao mercado produtivo, ou seja, o montante equivalente ao preço de aquisição da terra pôde ser recuperado em poucos anos, com os resultados da venda de produção.

O uso intensivo do solo, a par de sua exploração extensiva, aponta a tendência ao esgotamento de sua fertilidade natural, devido o pouco capital investido em insumos nos primeiros anos de utilização das terras. Teve-se com o café uma fase de maior participação de capital variável, representado pela intensiva ocupação de mão-de-obra, hoje reduzida, dando lugar a uma composição orgânica mais elevada de capital, com a maior participação de capital constante no trato da lavoura

GRÁFICO 8 - A CAFEICULTURA E A PECUÁRIA NOS ANOS 70



e com a dispensa de trabalhadores nas propriedades transformadas em pastagens para pecuária. A capitalização da agricultura naquela região é um fato comprovado pelo Gráfico 9.\*

A coluna totalmente branca da categoria "equipamentos" para os anos 1963/64 demonstra como aquela época ainda não estava tecnificada a agricultura na região. A formação de áreas para pastagem convive com a cultura cafeeira, embora já exista a especialização pecuarista. (A)

Áreas com pasto, mas sem a presença de gado, indicam, na maioria dos casos, pastos em formação e/ou pasto alugado para outros. (B) Enquanto para as datas dos recadastramentos mais recentes (1974/75 - 1976/77), vale notar as colunas de escassez de café para propriedades que têm gado e pasto. (C) Fica evidente também que as propriedades que dispõem simultaneamente de equipamentos, áreas para pasto e rebanhos bovinos são muito valorizadas. (D)

Mancha significativa no recadastramento 1976/77 é aquela referente a outras criações, representadas na região por aves e suínos. (E) A atividade avícola e a suinocultura em pequena escala apresentam-se momentaneamente como atividades complementares ou alternativa, geralmente em pequenas propriedades (10 a 20 ha) e com maior freqüência no município de Marilena.

A predominância do cultivo do café nos anos 1963/64 face a outras produções, confirma a origem da cooperativa. No

\* Conservando a ordem de apresentação e aglutinação das propriedades por recadastramentos em diferentes anos, esta manipulação procurou concentrar propriedades que dispunham de equipamentos (tratores, implementos agrícolas modernos, etc.), de áreas destinadas a pasto e apresentavam atividades de criação de animais (gado e outros, ou seja, aves e suínos), estabelecendo curvas de valor.





entanto, é significativa a mancha de produções secundárias, sobretudo, algodão, milho e outros, este incluindo feijão, arroz e algum trigo nesta época. (V. Gráfico 10\*). Mais significativa ainda, quando se observa que estas produções combinam-se com café e pasto em propriedades de reduzida área e de baixo valor. (A) Conclui-se que coexistem no início da década de 60, propriedades cafeeiras com agricultura de subsistência, propriedades onde justamente a diversificação agrícola e a existência de pasto garantiam a sobrevivência.

No recadastramento de 1973 a tendência que se repetirá nos anos seguintes é o cultivo da mandioca em pequenas propriedades (10 a 40 ha, em sua maioria), na medida em que mesclam produções de mandioca e algodão. (B) Enquanto que este último, na década de 70, é cultivado em médias e grandes propriedades, localizadas em Mato Grosso do Sul. (C)

No que respeita à produção de milho e outros, esta apresenta-se menos representativa na década de 70, tanto para o próprio consumo quanto para comercializar, quando comparado ao número de propriedades fichadas. Já a categoria "outros" no recadastramento 1976/77 responde pela produção de arroz recebida pela cooperativa nestes anos. (D)

Recebimento deste ou daquele produto pela cooperativa está muito em função das reações e estratégias de ação diante de processos concretos desencadeados na região e aos quais estão os associados envolvidos. São eles, essencialmente, produtores de troca - não produzem o que querem e como querem pa-

\* Esta imagem resultou da seguinte manipulação: por ordem de produção secundária (algodão, mandioca, milho e outros), procurando manter os valores das propriedades em ordem crescente e conservando as balizas de recadastramento.



ra depois vender. Desprovidos em boa medida, do real controle dos seus meios de produção, submetem-se a programas de trabalho precisos, plantando o que é mais conveniente a cada momento, ou para destiná-lo à exportação, ou para a transformação industrial. Estão sim, subordinados ao ritmo da produção capitalista.

A substituição das culturas por pastagens é uma opção mais viável, em grande escala para os grandes, assim como a tentativa de diversificação é uma constante entre os pequenos. Daí poder-se afirmar que as gradações de produtores-proprietários-associados fundamentam-se em elementos pré-requisitados como a expressão do "capital" de que são possuidores.

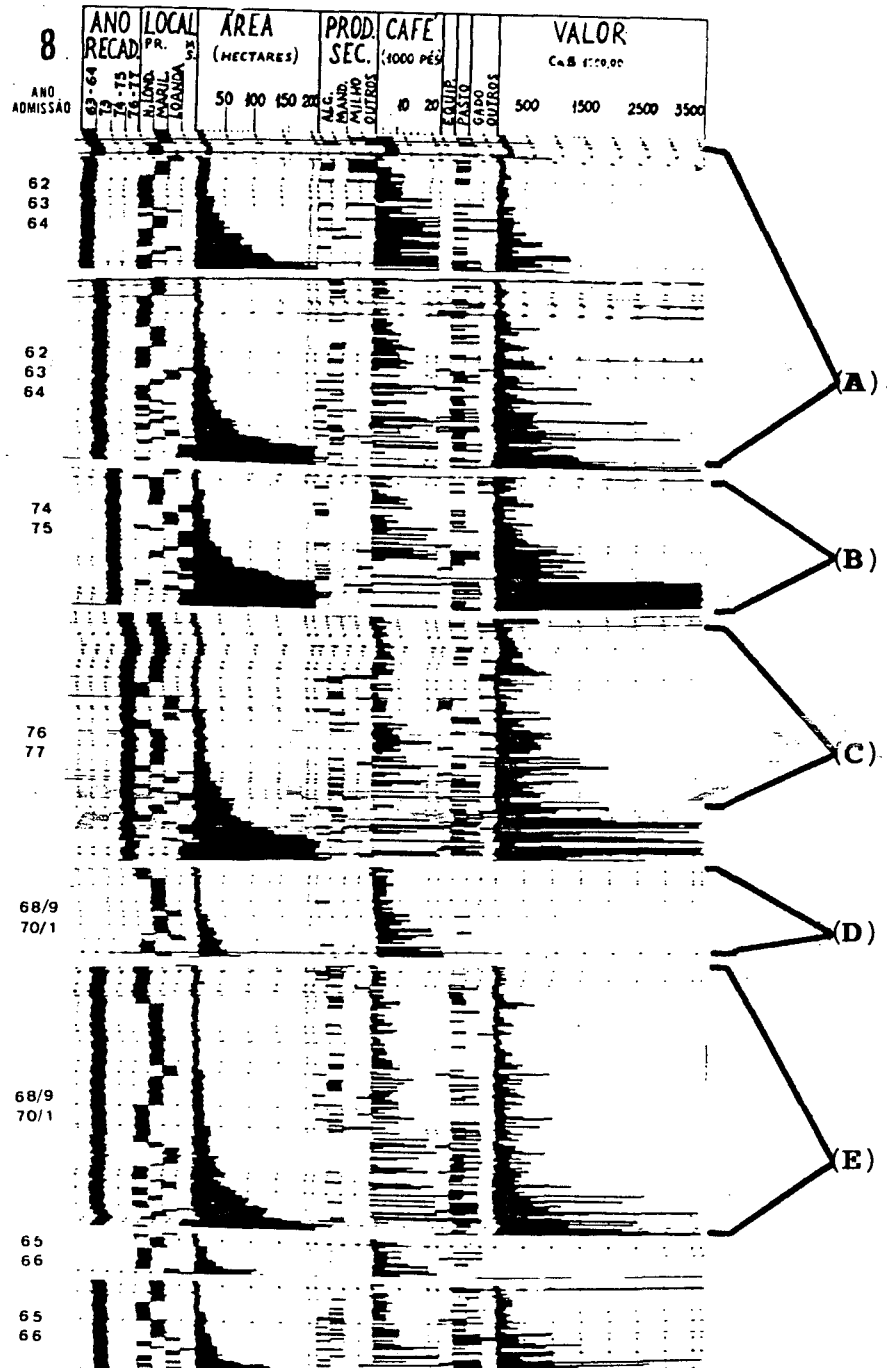
Pelo Gráfico 11<sup>\*</sup>, comparando as imagens 1 e 2 observa-se que no período de dez anos aumentou a proporção de agricultores/pecuaristas, bem como de associados com propriedades em Mato Grosso do Sul. (A)

Entre os que ingressaram na cooperativa em 1974/75 e nestes mesmos anos foram cadastrados, há um grande número de grandes proprietários em Mato Grosso do Sul. A valorização des-

\* O princípio para esta manipulação foi combinar a data de recadastramento com o ano de admissão dos associados, informação colocada fora da área de visão da imagem resultante, procurando sempre os recadastrados pela primeira vez. Em seguida, selecionar, crescentemente, as áreas das propriedades agrupando-as por localização. Imagens.

- 1-Admitidos e cadastrados em 1962/63/64. Objetivo: verificar a situação dos primeiros associados como proprietários.
- 2-Admitidos e cadastrados em 1962/63/64 e recadastrados dez anos após. Objetivo: comparar com a imagem 1.
- 3-Admitidos e cadastrados em 1974/75. Objetivo: verificar a situação dos agricultores que ingressaram nestes anos.
- 4-Admitidos e cadastrados em 1976/77. Objetivo: verificar a situação dos associados que ingressaram nestes anos.
- 5-Admitidos e cadastrados nos anos de 1968/69, 1970/71. (Fichas incompletas - não contêm a categoria do valor das propriedades). Objetivo: verificar a situação dos que ingressaram nestes anos.
- 6-Admitidos em 1968/69, 1970/71 e cadastrados em 1973. Objetivo: comparar com imagem 5.

GRÁFICO 11 - SITUAÇÃO DOS ASSOCIADOS ADMITIDOS E CADASTRADOS (1962 - 1977)



tas propriedades explica-se pela sua extensão juntamente com outras localizadas em Nova Londrina e Loanda. (B)

Os anos de 1976/77 marcaram o ingresso na cooperativa de um grande número de pequenos proprietários em Nova Londrina, Marilena e Loanda (10 a 20 ha), cafeicultores e mandiocueiros em reduzida escala. (C)

Interessante notar que os que entraram para a cooperativa nos dois últimos anos da década de 60 e nos dois primeiros anos da década de 70, em sua maioria arregimentados em Marilena e Nova Londrina, eram pequenos proprietários (até 50 ha) e plantavam café, basicamente. (D) A imagem oferece uma idéia da transformação na situação dos cadastrados em 1973, não somente em termos de área e localização, mas sim na redução da área plantada com café e a opção pela diversificação agrícola. (E)

Convém frisar que no noroeste esta é a cooperativa de maior movimento, detendo 70% das adesões de toda a microrregião Norte Novíssimo de Paranavaí, sendo que aqueles municípios com maior frequência de cooperados, segundo o cadastro da cooperativa, representam cerca de 84% dessas associações.

Desde o início da colonização, a terra foi encarada no noroeste do Estado como meio de produção, capaz de multiplicar o capital inicial investido. O mesmo não aconteceu recentemente, quando muitos cooperados avançaram como proprietários de terra em direção a Mato Grosso do Sul, onde são muitas as propriedades adquiridas com o objetivo específico de especulação e valorização do patrimônio, funcionando a terra como reserva de valor.

Em terras do noroeste paranaense, na década de 70, a tendência apontou justamente o contrário - mais provável é o

pequeno proprietário vender sua propriedade e tornar-se um assalariado ou conviver com a duplicidade das situações por um período de transição. Isto porque, paradoxalmente, naquela região está-se diante do processo de parcelamento do solo e ao mesmo tempo de reunião de terras. Parcelam os que partilham pobreza, insuficiente subsistência herdada dos pais pioneiros; incorporam os que multiplicam riqueza, competem no mercado e dispõem de uma acumulação anterior. O certo é que não é resultado do capital o processo histórico, mas o seu pré-requisito. E só por meio desse processo "o capitalista insere-se como um intermediário (histórico) entre a propriedade da terra, ou qualquer outro tipo de propriedade, e o trabalho."<sup>3</sup>

<sup>3</sup>MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.102.

## 8. DAS CRISES À GERAÇÃO DE AJUSTAMENTOS

Cooperados e cooperativa - dois lados de uma mesma moeda. A associação cooperativista motivada, genericamente, por conjunturas desfavoráveis para os negócios individuais, não descola dos grandes impasses que o processo econômico se coloca. E as cooperativas refletem bem este problema - sua existência é um consumir permanente de contradições.

As cooperativas, principalmente aquelas que operam com produtos de exportação (café, soja, algodão), estão atreladas a campos externos de decisão. Têm elas suas atividades condicionadas aos ditames de um mercado altamente competitivo, que lhes obriga cada vez mais a transmudarem-se em macroempresas agrocomerciais. Com isso, criam-se embaraços de compatibilização entre o seu desempenho necessário para manter-se nos moldes capitalistas e os propalados princípios de funcionamento de organizações cooperativas, pautados idealmente em termos de igualdade, democracia, não-lucro e deliberações coletivas.

Se os últimos anos da década de 60 foram bons para os negócios, os primeiros da de 70 trouxeram crises financeiras



mais ou menos prolongadas para a COPAGRA.\*

O café é acionado como o produto que contrabalança a situação da cooperativa. O início da década força a venda do café, devido a problemas financeiros e a urgência em utilizar os armazéns para a safra de algodão. O gerente é enfático: Temos com caro custo sustentado até aqui a situação financeira sem vender café e basta verificar o saldo devedor dos cooperados, da ordem de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), para se convencer de que todos estão apertados.<sup>1</sup>

Observe-se o Quadro 18 - Movimento de Comercialização de Café - para constatar a redução de sacas comercializadas nos municípios da área de ação da cooperativa. Em média o movimento entre as safras 1969/70 e 1970/71 caiu para um terço, com alguns municípios drasticamente afetados, como é o caso de Itaúna do Sul, Porto Rico e Terra Rica, este último cafeicultor por excelência na região da cooperativa. Convém chamar a atenção também para a reação apresentada no movimento de comercialização da safra seguinte 1971/72, ocorrência que não mais se repetiu, inclusive a nível de Estado e microrregião.

A par disso, apresentaram-se dificuldades de comercialização do algodão, externa e internamente. Tentativas foram

\* Elas (as geadas) prejudicaram os cafezais de nosso Estado, trouxeram modificações em negócio de café (...) e em vista da pequena produção do ano vindouro, o café tardará a subir (...) o que evidentemente trará grande benefício aos cooperados que entregaram seus cafês na cooperativa. COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 12 de julho de 1969. Nova Londrina, 1969. Ata n. 66, Livro 2, f. 8. A modificação referida veio na forma de novas perspectivas de comercialização no mercado externo: dois terços do estoque de café foram embarcados via Instituto Brasileiro do Café (IBC) em janeiro de 1970.

<sup>1</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 13 de janeiro de 1970. Nova Londrina, 1970. Atan. 71, Livro 2, f. 14.

QUADRO 18 - MOVIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ - 1969-1976\*

LOCAL	S A F R A S						
	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76
PARANÁ	8 465 012	3 917 743	14 097 288	7 559 529	5 251 979	9 693 350	5 769 984
Microrregião Norte Novíssimo de Paranaíba	1 262 961	372 470	1 727 342	1 123 934	688 641	1 138 576	612 124
Municípios paranaenses da área ação coop. (total)	337 902	112 525	625 682	483 823	271 434	588 172	269 649
Amaporã	1 000	-	2 622	-	3 764	6 395	-
Diamante do Norte	20 869	7 187	41 461	30 649	9 777	64 969	18 612
Guairaçá	6 820	2 265	22 577	16 786	9 940	39 582	11 092
Itaúna do Sul	3 520	370	5 571	6 773	3 902	11 707	2 980
Loanda	71 366	22 239	120 158	91 070	59 588	79 756	33 885
Marilena	-	-	15 066	22 421	17 957	17 613	7 684
Nova Londrina	34 103	11 693	104 848	93 327	37 576	94 216	35 014
Planaltina do Paraná	13 046	-	23 430	20 512	544	14 773	5 973
Porto Rico	17 828	893	20 122	11 890	8 020	20 317	15 275
Querência do Norte	200	1 210	2 691	3 735	2 623	2 238	-
Sta. Cruz Monte Castelo	16 729	14 680	47 398	14 164	14 346	35 818	5 375
Sta. Isabel do Ivaí	36 983	26 925	80 898	96 904	31 942	113 398	39 506
São Pedro do Paraná	6 455	-	2 132	8 694	8 382	5 692	1 070
Terra Rica	108 983	25 063	136 708	66 898	63 073	81 698	93 183

\* Os dados são apresentados em sacos de 60 kg de café beneficiado.

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE.

feitas para colocá-lo no mercado, o que não se resolve a contento até meados do ano de 1970.<sup>2</sup> Dois dados são suficientes para demonstrar a fase de crise. O primeiro, através do quadro 19.

QUADRO 19. COPAGRA - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS - 1967 A 1972

ANO	PRÓPRIOS (%)	TERCEIROS (%)
1967	17	83
1968	30	70
1969	22	78
1970	54	46
1971	22	78
1972	11	89

FONTE: INCRA. Sinopse do Cooperativismo no Paraná - 1973

Depois de um certo equilíbrio em 1970, os anos seguintes voltaram a apresentar elevada contribuição dos recursos de terceiros, comparada com os recursos próprios da cooperativa - quase 90% em 1972.

A dependência financeira do apoio bancário, sobretudo estatal, é cada vez maior. O quadro 20 demonstra a situação nos três primeiros anos da década de 70, quando em 1971 esta dependência aumentou onze vezes em relação ao ano anterior.

<sup>2</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 19 de junho de 1970. Nova Londrina, 1970. Ata n. 77, Livro 2.

QUADRO 20. COPAGRA - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS  
1970 - 1972

ANO	Cr\$
1970	1.870.126,79
1971	12.669.004,73
1972	15.308.959,28

FONTE: INCRA. Sinopse do Cooperativismo no Paraná - 1973

O balanço do exercício de 1971 atesta, realmente, sério deficit financeiro. A instituição, no entanto, continua a crescer materialmente.

Com o aumento significativo da cooperação de plantadores de algodão na parte vizinha de Mato Grosso do Sul, em 1970 foi criado o entreposto de Naviraí, para já no ano seguinte ser instalada a unidade nº 2 da usina de beneficiamento de algodão. Os empreendimentos prosseguem com a instalação de um pequeno frigorífico em 1972, face ao desenvolvimento da pecuária na área de ação da cooperativa. Para tanto, esclarecia-se que o cooperado não seria sacrificado com mais este investimento, pois a cooperativa buscaria o capital através do seu crédito junto aos órgãos financeiros.<sup>3</sup>

A vida da cooperativa é afetada, sem dúvida, pelo ritmo impresso à conjuntura econômica do país relacionada com o próprio desenvolvimento do binômio agricultura-indústria. Desde 1964, o Brasil (...) procura e está conseguindo a sua fase de desenvolvimento. (...) Estamos pagando caro estas tomadas de posições (constantes mutações decorrentes de decisões governamentais). O

<sup>3</sup> id. *Ata da assembléia geral extraordinária*, realizada em 18 de junho de 1972. Nova Londrina, 1972. Ata n. 34, Livro 1, verso f. 79.

fardo está sobrecarregando uma geração. Especificamente em 1972, e nisto vai nosso dever de honestidade declará-lo, fomos ultrajados em nossos esforços na procura de melhores resultados aos cooperados. (sic)<sup>4</sup>

A cooperativa somente em 1974 aprovou sua reforma estatutária, adaptando-se assim às novas condições cooperativistas no país, em vigor desde 16 de dezembro de 1971 com a Lei 5.764, quando passou para a alçada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a tarefa de fiscalização e controle de todas as cooperativas, em suas diversas modalidades. A nova legislação veio, sem dúvida, descortinar opções de sobrevivência às entidades cooperativas, ao mesmo tempo que instituiu uma formalização do sistema em termos nacionais que, inclusive, fazia-se necessária.

Com todas as características de uma cooperativa de compras e vendas em comum, grupos discordantes debatiam, com frequência, sobre a questão da casa de consumo vender a não-cooperados. Em 1972, o Diretor Secretário argumentava a respeito da distorção na filosofia do cooperativismo que, no caso de Nova Londrina tinha que visar o agricultor por excelência, aquele procurava na casa de consumo o "artigo de combate", como artigo de primeira necessidade, enquanto que os considerados de lucro e não essenciais à massa dos cooperados, deveriam ser abolidos, proibindo-se a sua aquisição, a não ser com ordem "expressa" da diretoria.<sup>5</sup>

A idéia corrente expressa no relatório anual era de que o departamento de consumo deveria funcionar apenas como complementação das atividades da cooperativa e não "erroneamen-

<sup>4</sup> id. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1972. n.p.

<sup>5</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 4 de novembro de 1972. Nova Londrina, 1972. Ata n. 121, Livro 2, f. 85.

te, como se fosse a própria representação da vitalidade de uma cooperativa de produtores, que não se confunde com as cooperativas de consumo." (sic)<sup>6</sup>

Em 1974, com a reavaliação do Ativo Imobilizado, a assembléia realizada em agosto autorizou o setor de consumo a operar com não-cooperados,<sup>7</sup> explicitando as razões: por não constar do estatuto; pela aproximação do final das obras e transformação do antigo sistema de atendimento em moldes de supermercado; pela necessidade do aumento do volume das vendas para minoração dos custos operacionais administrativos; para vir de encontro ao anseio de muitos agricultores que não são associados por motivos diversos; mesmo de parte da população urbana que com insistência tem procurado a diretoria, para solicitar atendimento na aquisição de bens de consumo, que até então têm sido negados.<sup>8</sup>

O ano de 1972 apresentou um mercado nada favorável para a comercialização, seja do café, do algodão ou da fécula de mandioca. E isso agravou ainda mais a situação financeira da cooperativa. \* Analisados os recursos, sua aplicação e posição patrimonial da entidade, com base no balancete de 31 de março

\* "Sustentamos durante 10 meses, 15.000 fardos de algodão em pluma e 40.000 sacas de fécula de mandioca e, finalmente, obrigados a sua comercialização por cotações abaixo da cotação inicial. Fomos forçados pelo fisco estadual a recolher o ICM do setor consumo, inconstitucional, e claso. Se a isso somarmos os Cr\$ 2.675.168,07 de juros bancários pela falta total de (capital de) giro próprio (inconveniente perigoso), até que fomos felizes nos resultados, considerando que procedemos adiantamentos aos cooperados pelos produtos entregues além das possibilidades e da própria convenção aceita pelas cooperativas de produtores (que seria o valor do financiamento, menos as despesas de benefício)." Cf. COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1972. n.p.

<sup>6</sup> id. *Relatório ... 1972*.

<sup>7</sup> BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.764 - 16 dez.1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativistas e dá outras providências. *Diário Oficial*. Brasília, 16 dez.1971, Cap.11, art.85-6.

<sup>8</sup> COPAGRA. *Ata da assembléia ...*, realizada em 11 de agosto de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 43, Livro 2, f. 10.

de 1973, ficou demonstrada a impossibilidade de qualquer imobilização que não estivesse amparada por financiamento, considerando a natureza fictícia do saldo, visto que apenas havia equilíbrio entre recursos e patrimônio.<sup>9</sup>

Ao final de 1973 era premente a necessidade de comercializar os produtos existentes, para o equilíbrio financeiro da cooperativa.<sup>10</sup> Dispensou-se, portanto, tratamento de comercialização imediata a toda fêcula de mandioca e estoques de algodão e café. O sistema adotado consistia em autorizações dadas à diretoria e gerência, solicitadas e concedidas por escrito ou aprovadas em reunião, acompanhadas de cálculos elucidativos da posição do mercado com suas possíveis variações.

A comercialização do algodão, por outro lado, dava-se sob o sistema de "pool", consistindo em reunir a produção dos associados, desde que apresentasse as mesmas características de qualidade, variedade e classificação comercial numa determinada época, formando-se os lotes. Quanto ao pagamento aos cooperados, faz-se na base de um preço médio rateado, com a vantagem de beneficiar os produtores retardatários na entrega.<sup>11</sup>

Reclamada a morosidade das operações, a tendência era ajustar o sistema de comercialização à exigência de maior di-

<sup>9</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 13 de junho de 1973. Nova Londrina, 1973. Ata n. 144, Livro 3, f. 22.

<sup>10</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 14 de novembro de 1973. Nova Londrina, 1973. Ata n. 157, Livro 3, f. 39.

<sup>11</sup> MOURA, Valdiki. Regras fundamentais na cooperação de produção. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (46):15, jan./fev.1959.

namicidade das transações comerciais capitalistas.\* É o que veio a acontecer mais tarde, ainda que de modo incipiente, em quase todas as grandes cooperativas: Não fazemos mais adiantamento. No ano passado já operamos com o que chamamos de "operação de fixação do preço ou fechamento". Sabe, né ... a cooperativa compra a produção do cooperado. Ela não é só cooperativa, já é quase uma sociedade anônima.<sup>12</sup>

Os anos de 1974 e 1975 repetiram dificuldades financeiras, coincidindo com as edificações do supermercado, dos escritórios e de armazéns em Nova Londrina e Naviraí. Explicações eram procuradas para aquelas dificuldades que persistiam, recaindo sobre os fatos geradores da crise nacional, como a troca de Governo e os elevados custos para a produção agrícola, cujos preços de venda não condiziam com os do mercado internacional, bem como os limites solicitados e as con-

\* O sistema cooperativo de recebimento e a questão da comercialização freqüentemente são motivos que geram afastamentos de associados, como se pode apreciar pelo depoimento: "Sou comerciante e agricultor. Planto de tudo em quadro pedaços de terra ... e ainda tenho porcenteiro, mensalista e diarista. Entrei na cooperativa porque um amigo pediu e não pude falar não. No momento ela não ajuda em nada, porque também eu não procuro. (...) Entrego pôco prá conservar o nome. O problema é que o sistema deles é muito demorado. A gente tem porcenteiro, sabe, precisa de dinheiro logo prá acertar os negócios quando eles pedem. A cooperativa não quer saber. A gente entrega, assina uma carta autorizando a venda e só depois que eles vendem é que se vê o dinheiro. Olha, dona, a verdade é que estou sempre pendurado. Tenho meus compromissos e a senhora sabe ... O Banco do Brasil é o pai de todos. (...) Não é pelo preço que eu não entrego na cooperativa. Preço por preço, um dia se faz bom negócio nas máquinas, outro dia na cooperativa. O caso é que eles não resolvem o problema da gente ... na hora. Mesmo prá receber o dinheiro, acredito que se o sistema mudasse e eles comprassem como essas máquinas boas, muita gente ia voltar a trabalhar co'a cooperativa. (...) Quando eu colho o produto, eu já tenho compromisso e tenho que tê o dinheiro ... não posso receber só uma parte como adiantamento." In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, realizada em 27 de fevereiro de 1979.

<sup>12</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979. Entrevista com técnico cooperativista, realizada em 24 de fevereiro de 1979.



cessões efetuadas pelas casas de crédito não chegaram a atingir 50% do solicitado para efetuar adiantamentos aos cooperados.<sup>13</sup>

Numa expressão de dependência do comportamento do mercado para regularizar a situação, em matéria de finanças, o algodão em pluma era vendido mesmo em face das condições pouco favoráveis para o comércio, devido à baixa na bolsa de produtores agrícolas em 1973, justificando-se a operação pelas pressões financeiras impostas.<sup>14</sup> Também, foi tomada a decisão de suspender os pagamentos aos cooperados, para cumprimento de obrigações bancárias e de fornecedores, visto que todas as previsões de compromissos aniquilaram-se, diante da disposição da companhia multinacional de fabricação de óleo de algodão com a qual operavam, não mais comprar o caroço antes do final de 1974.\*

Inserida na concorrência capitalista, a instituição cooperativa tem sempre o seu funcionamento condicionado pelo sistema dominante e, operando de modo *sui generis* o domínio do mercado muitas vezes lhe escapa.<sup>15</sup> Daí o depoimento: Eliminamos o pequeno intermediário, mas tem-se o grande intermediário

\*Ainda nesta época, surgiram problemas com firmas fornecedoras de insumos e compradoras dos produtos da cooperativa, que abriram falência ou pediram concordata, obrigando-os a executar a cobrança das duplicatas por intermédio do departamento jurídico. COPAGRA. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 20 de novembro de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 172, Livro 3, p. 72.

<sup>13</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 9 de junho de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 172, Livro 3, f. 63.

<sup>14</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 7 de agosto de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 172, Livro 3, f. 67.

<sup>15</sup> VIENNEY, Claude. *Vers une analyse économique du secteur coopératif*. Paris, Centre de Recherches Cooperatives, 1961. 207 p. especialmente p. 75-88. Apud. RIOS, Gilvando. Participação cooperativa e participação social: significado histórico da experiência de Rochdale. *Cooperativismo & Nordeste*, 1(1): 8, 1966.

rio, que são as multinacionais.<sup>16</sup>

Reproduzindo alterações e condições do sistema capitalista, as crises que se repetem são fulcros de contradições. Contradições essas, perceptíveis a cada novo mecanismo acionado para superação da crise: a dependência do crédito, as variações de preços dos produtos agrícolas, as novas formas de comercialização, os esquemas de sanções institucionais aos cooperados, as concorrências obrigatórias e, mais que tudo, a incompatibilidade que surge constantemente entre agir como empresa e não descurar dos associados.\*

O ponto de estrangulamento da vida financeira da cooperativa, a constante necessidade de capital de giro, exige por várias vezes a contratação de empréstimos ou o aumento das quotas de capital dos associados, através de novas subscrições, tal como veio acontecer em 1974. Era idéia naquela ocasião que o aumento do capital social seria o caminho mais certo para a solução dos problemas financeiros. Assim, deu-se a amortização dos títulos, através da retenção das sobras sobre um patrimônio avaliado em vinte milhões de cruzeiros.

Segundo produto mais importante da pauta da cooperativa, o algodão em caroço, em sua safra 1974/75, não chegou a ser comercializado. Nos anos anteriores o algodão era financiado pelas firmas compradoras com mais ou menos 50% de adian-

\* Para a teoria econômica burguesa as crises que ocorrem no sistema capitalista são "crises de purificação". Além de cada crise ocorrer ciclicamente, ela purga os momentos autônomos que respondem pela situação subjacente e inicia nova fase de expansão até que sobrevenha nova crise. Esta é uma das questões discutidas por ALTVATER, Elmar. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado. In: SONNATG, Heinz Rudolf & VALECILLOS, Héctor, comp. *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. 2.ed. México, Siglo Veintiuno, 1979. p. 117.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Campo Mourão, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista, realizada em 20 de julho de 1977.

tamento. Entretanto, devido à crise econômica geral isso não aconteceu e a solução foi partir para mais um empréstimo bancário, com desconto de duplicatas e notas promissórias rurais.<sup>17</sup> O uso do crédito, em última instância, vem gravitar sobre os próprios associados. É o que provam as ações. Além do mais, exige-se muita cautela ao se operar, permanentemente, com capital alheio.

A frustração das safras 1974/75 trouxe para os cotonicultores, a disposição de abandonar a cultura do algodão. Esta perspectiva, somada à geada que afetou os cafezais, colocou a administração diante de sério impasse - buscar outras fontes de produção e novas áreas de ação.\*

Tudo indica que a diversificação agrícola na região noroeste concretizou-se apenas parcialmente. As pastagens vão se alastrando, desde que o solo arenoso e desgastado não é dos mais propícios à cultura de cereais. Entre outros produtos, a cultura do algodão, com parcela considerável de contribuição na cooperativa a partir de 1973, vai decaindo no tocante à área colhida e quantidade produzida. O quadro 21 - Produção de

\* Esta é a preocupação presente no relatório da diretoria de 31 de dezembro de 1975. O jogo instável do mercado traz contradições nas orientações. Em 1975 justificava-se a diversificação no recebimento dos produtos agrícolas pelo fato de diminuir custos. Um ano após, a recomendação era de que a cooperativa só receberia arroz e milho dos cooperados, dentro de suas possibilidades de armazenamento, cobrando as taxas devidas pelo serviço com base no volume e tempo decorrido. Também os financiamentos desses produtos pelos órgãos de crédito seriam feitos diretamente ao associado, cabendo à cooperativa apenas a emissão do competente recibo de depósito. COPAGRA. *Ata da assembleia geral ordinária*, realizada em 2 de fevereiro de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 45, Livro 2, f. 15 e id. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 18 de março de 1976. Nova Londrina, 1976. Ata n. 25, Livro 3, f. 136.

<sup>17</sup> COPAGRA. *Ata da assembleia ...*, realizada em 24 de fevereiro de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 46, Livro 2, f. 19.

QUADRO 21 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO - 1969 A 1976

LOCAL	1969 *		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***	Area (Ha) **	Quant. (t) ***
PARANÁ (Total)	418 982	521 425	447 413	525 772	402 212	500 939	354 868	519 709	294 910	419 875	310 000	480 500	267 000	377 695	...	...
Microrregião Nor te Novíssimo Pa- ranavaí (Total).	63 890	63 573	64 415	59 606	62 750	54 538	56 650	50 610	32 430	26 906	33 441	22 020	22 020	28 953	...	...
Municípios para- naenses de ação da coop. (Total)	31 550	24 872	34 015	26 051	34 480	25 472	32 850	23 280	15 470	10 554	10 395	6 966	4 080	3 426	3 723	4 520
Amaporã	1 100	1 485	900	1 215	930	1 255	900	1 215	300	315	200	210	280	302	170	255
Diamante do Norte	1 800	1 350	2 500	1 875	2 500	1 875	2 300	1 725	700	525	50	38	50	38	...	...
Guairaçã	1 800	1 350	1 800	1 350	1 600	2 767	1 500	1 125	250	188	800	840	50	38	30	23
Itaúna do Sul	2 100	2 835	2 000	2 700	2 050	1 200	2 000	2 700	1 100	1 155	50	38	40	30	50	38
Loanda	4 000	4 200	4 500	3 375	4 600	3 450	4 150	2 490	2 070	1 553	1 500	1 125	400	372	300	315
Marilena	2 500	1 500	3 000	2 250	2 800	2 100	2 500	1 875	400	300	50	38	80	60	120	90
Nova Londrina	2 500	1 500	3 000	2 2250	3 000	2 250	2 500	1 875	800	480	45	27	70	52	45	34
Planaltina Paraná	2 400	2 520	2 640	1 980	2 700	2 025	2 500	1 500	800	720	700	630	580	634	338	507
Porto Rico	1 250	1 312	1 375	1 031	1 400	1 050	1 500	900	750	563	700	525	180	147	150	181
Querência do Norte	2 300	1 380	2 300	1 725	2 500	1 500	2 500	1 875	2 000	900	1 700	765	700	285	800	1 140
Sta.C.M. Castelo	3 500	1 125	2 000	900	2 000	600	2 000	900	2 000	900	1 600	720	500	450	700	735
Sta. Isabel do Ivaí	1 800	540	2 000	900	2 000	600	2 000	600	1 800	1 080	1 600	960	600	594	800	960
S. Pedro do Paraná	2 000	2 100	2 000	1 500	2 400	1 800	2 500	1 500	1 500	1 125	1 300	975	150	124	160	212
Terra Rica	2 500	1 675	4 000	3 000	4 000	3 000	400	3 000	1 000	750	100	75	400	300	40	30

(\*) - De 1969 a 1972 os dados foram transformados de arroba para tonelada.

(\*\*) - Área colhida

(\*\*\*) - Quantidade produzida

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal.

algodão em caroço - 1969 a 1976 é elucidativo. Além da baixa produtividade apresentada em 1974 e nos dois anos subsequentes nos municípios da área de ação da cooperativa, o cultivo do algodão teve a sua área colhida reduzida para cerca de 10% no conjunto de municípios.

Quanto ao setor fecularia, este não se apresentou como bom negócio. Em 1975, para a fecularia funcionar com apenas 50% de sua capacidade, o adiantamento feito aos cooperados produtores foi superior às condições financeiras da cooperativa. Decorre daí uma intermitência operacional do setor - algumas vezes havia superprodução, em outras, a necessidade de suprir com matéria-prima de outras fontes. Ou, ocorria o problema, de difícil controle, de terceiros entregarem mandioca, em nome de cooperados, bem como de associados que adquiriam produção de mandioca de outros para entregá-la à fecularia.<sup>18</sup>

De outra forma, a cooperativa, independente da produção recebida, deveria promover plantação própria para garantir o funcionamento da indústria sem ociosidade. Na realidade, o conhecimento da situação do setor fecularia levava à precaução quanto ao suprimento de matéria-prima, para aproveitamento de toda a capacidade da indústria, bem como incentivo aos cooperados através de ajuda financeira para plantio de mandioca e, até mesmo, o arrendamento de terras por parte da cooperativa.<sup>19</sup>

Pelo quadro 22 - Produção de mandioca - observa-se que na região da área de ação da cooperativa, nos anos de 1975 e

<sup>18</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 20 de dezembro de 1972. Nova Londrina, 1972. Ata n. 124, Livro 2, verso f. 91.

<sup>19</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 18 de maio de 1976. Nova Londrina, 1976. Ata n. 207, Livro 3, f. 139.

QUADRO 22 - PRODUÇÃO DE MANDIOCA - 1969 A 1976

L O C A L	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975		1976	
	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **	Area (Ha) *	Quant. (t) **
PARANÁ (Total)	81 329	1 790 372	85 020	2 054 484	91 092	2 264 711	77 135	1 882 362	91 608	1 884 392	85 500	1 818 500	99 530	1 953 470	...	...
Microrregião Nor- te Novíssimo Pa- ranavaí (Total).	2 694	51 000	2 850	55 610	2 799	58 640	1 954	45 620	2 949	63 348	4 404	85 270	3 532	76 374	...	...
Municípios para- naenses de ação da coop. (Total).	10 785	384 935	1 511	34 330	1 555	38 500	1 170	33 400	1 961	48 535	3 378	67 030	2 023	47 400	3 571	36 515
Anaporã	230	3 450	230	3 450	230	3 450	...	...	150	6 000	650	13 000	321	8 988	291	6 170
Diamante do Norte	40	720	40	720	50	900	60	1 080	150	3 000	250	5 000	180	5 040	160	2 780
Quairaçã	250	3 750	250	3 750	250	3 750	...	...	180	3 600	380	7 600	280	7 840	360	6 240
Itaúna do Sul	20	300	20	300	30	450	40	600	120	2 400	180	3 600	80	1 400	200	3 400
Loanda	100	3 500	120	4 200	130	4 550	130	4 550	43	1 505	150	2 750	50	750	80	1 528
Marilena	40	720	200	3 000	40	720	40	800	190	3 800	120	2 400	150	2 900	100	1 700
Nova Londrina	40	720	40	720	120	2 160	150	3 000	350	7 000	500	10 000	170	4 760	250	4 250
Planaltina Paraná	100	3 500	120	4 200	130	4 550	135	4 725	100	3 000	230	3 600	170	3 400	260	5 500
Porto Rico	65	2 275	78	2 730	80	2 800	85	2 795	90	3 150	100	2 000	100	2 000	...	...
Querência do Norte	100	2 500	100	2 500	250	6 250	250	6 250	100	3 000	200	4 000	150	2 360	150	3 010
Sta. C.M. Castelo	3 500	75 000	..	...	...	...	...	...	...	...	60	1 600	62	972	700	735
Sta. Isabel do Ivaí	1 800	36 000	150	4 500	75	4 500	100	5 000	100	3 000	120	2 400	40	600	800	960
S. Pedro do Paraná	2 000	140 000	78	2 730	80	2 800	80	2 800	88	3 080	88	3 080	90	1 350	180	212
Terra Rica	2 500	112 500	85	1 530	90	1 620	100	1 800	300	6 000	350	6 000	180	5 040	40	30

(\*) - Área colhida

(\*\*) - Quantidade produzida

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal.

1976 há sensível redução da quantidade de raiz produzida na maioria dos municípios, quando se toma por base o ano de 1974, que foi de bom desempenho.

A assembléia geral ordinária de 1976 procurou demonstrar, graficamente, a normalização da situação econômico-financeira, cuja posição consolidada era verificável pelo relatório de desempenho nos diversos departamentos: café, fecularia, fiação e tecelagem, algodão, fazendas, consumo-supermercado, posto de gasolina, insumos modernos, agropecuário, social e administrativo.

No exercício de 1976 a administração passou a operar com repasses financeiros oficiais. A disposição era de renovação dos equipamentos, sobretudo os do departamento de fiação e tecelagem, com objetivos tecnicamente determinados: Se é intenção da cooperativa atuar em nível de competição de mercado, haverá necessidade urgente de se estudar esta situação, incorporando-se tecnologias mais avançadas, consequentemente diminuindo os custos operacionais.<sup>20</sup>

Eram mudados os rumos de um velho projeto, sonho dos fundadores - não seria mais implantada a usina do álcool anidro, cujo anteprojeto já tramitava no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Os reflexos da política econômica faziam-se sentir em mais uma alternativa de ação.

<sup>20</sup> COPAGRA. *Relatório ...*, 1976.

Retornando, a questão do recebimento de mandioca pela cooperativa acabou por desembocar em delicada situação em 1977 e 1978. Dois fatores concretos fizeram-se presentes. De um lado, a diretoria, preocupada em suprir a fecularia, incentivou o plantio da mandioca. De outro lado, foi oferecido ao associado um alto adiantamento, não sustentado pelo preço mínimo do governo em 1978, que foi abaixo da média daquele que a cooperativa fixou. Como resultado o prejuízo dificilmente pôde ser coberto, porque, naturalmente, os cooperados retraíram-se para não serem descontados. Apesar do exercício de pressões, nem medidas legais, estatutárias, conseguiram obrigar os cooperados a repor as perdas.

"O ano de 1978 não foi bom ano para a cooperativa e também para ninguém. O resultado de uma cooperativa está em função da movimentação."\* Movimentação que não ocorreu. Diminuiu o volume da produção entregue devido às secas do início do ano.\*\* Isso afetou o faturamento da cooperativa e a composição do capital de giro próprio.

Mesmo assim, aconteceu a instalação de um entreposto em Querência do Norte e a compra de novas máquinas para o setor de fiação e tecelagem, prevendo aumento da produção e, conseqüentemente, um acréscimo no número de funcionários. Justificava-se que o resultado negativo do setor devia-se a sua baixa produtividade.

\* Com estas palavras, o presidente da cooperativa abriu a sessão da assembléia geral ordinária realizada em 18 de fevereiro de 1979. Cf. ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979.

\*\* O relatório da diretoria de 1978 acusa também "a falta de conscientização dos cooperados de que esta, é a sua casa, e que devem portanto, entregar seus produtos nela, fortalecendo sempre mais a cooperativa". (sic) Nova Londrina, 31 dez.1978. n.p.



As dificuldades de ordem financeira obrigaram, uma vez mais, a capitalização das sobras na conta de cada cooperado, decidida na AGO de 1979, por recomendação da diretoria. O departamento de algodão, que sempre apresentava resultados compensatórios, não teve, em 1978, o desempenho esperado. O departamento de fecularia apresentou desencaixe, com 41 mil sacas de fécula estocadas, com dificuldades de comercialização.

Tornava-se premente a necessidade de obter capital, através da subscrição de quotas-partes\* para cobrir o desencaixe da fécula de mandioca e, também, para fazer frente aos 20% de capital próprio com que a cooperativa deveria participar na aquisição dos equipamentos para uma destilaria de álcool.\*\*

A subscrição de quotas-partes não deixa de ser um problema controverso, porque a promoção para a subscrição de novas quotas, embora necessária, nem sempre produz resultados a contento. Adverte BRENES, que na maioria dos casos, os associados, pelas limitações próprias dos grupos que formam cooperativas, já realizaram o seu máximo esforço na subscrição inicial, e ainda quando estejam muito convencidos da necessidade de subscrever novas quotas, a verdade é que, muitas vezes, não estão capacitados a fazê-lo.<sup>21</sup>

O problema, no entanto, não se dá apenas neste nível.

\* Sobre a formação do capital social, subdivido em quotas-partes, às quais o associado não poderá subscrever mais de 1/3 (um terço), consultar Cap. VI da Lei n. 5764, de 16 dez. 1971.

\*\* Ficou estabelecido, naquela ocasião, que a subscrição seria feita com base na produção de cada cooperado e na capacidade de cada qual, via aceitação de notas promissórias simples que, entregues ao banco financiador, transformar-se-iam em dinheiro e, conseqüentemente, em capital de giro para a cooperativa. O prazo seria de seis anos, com um ano de carência, a juros de 15% ao ano, restituíveis conforme as normas do banco e pagos com a produção do associado. COPAGRA. *Assembléia geral extraordinária*, realizada em 13 ago. 1978. Nova Londrina, 1978. Ata n.56, Livro 2, p. 66-7

<sup>21</sup> BRENES, Bolivar Cruz. Devemos capitalizar os excedentes das cooperativas? Rio de Janeiro, *Arco-íris*, (123):7, maio.1968.

Há sempre uma certa apreensão em começar novo empreendimento: Nessa da cana eu não entro não ... Cana, não. Não vou plantá cana, não senhora ... Só vô plantá quando todo mundo plantá se eu vê que dá resultados que compensa. Essa de entrá no negócio sem sabê o que é, eu não faço, não. E mais ... mais, eu tenho lavora e não vô arrancá prá pô cana.<sup>22</sup> A resposta à solicitação

acaba ficando restrita àqueles que, ou conhecem as principais variáveis da questão por estarem mais próximos da diretoria, ou, na verdade dispõem, materialmente falando, de condições para arriscar. Um exemplo elucidativo está nos 30% de cooperados proprietários de áreas superiores a 100 (cem) alqueires, dos oitenta associados que no total subscreveram quotas de cana-de-açúcar em 1979.<sup>23</sup> Deve-se ainda levar em conta, conforme fontes cadastrais, que não são todos proprietários de apenas um imóvel rural, além de serem as pequenas áreas (até 10 alqueires) em quase sua totalidade, dispostas para a formação de viveiros; nas demais, a área destinada para plantio de cana não chega a ultrapassar uma quarta parte da área disponível. Some-se, ao sistema adotado, o comprometimento da terra por quatro anos e, ver-se-á que, dificilmente, o cooperado que tem lavoura pode dispor da área. Há uma visível tentativa

<sup>22</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, realizada em 27 de fevereiro de 1979.

<sup>23</sup> COPAGRA. *Relação de cooperados com quotas de cana-de-açúcar*. Nova Londrina, 1979.

de apropriação da mais-valia na área de produção.\*

Todas as atenções voltavam-se para o projeto da destilaria de álcool, que durante o correr de 1978 vinha sendo ultimado. Plano antigo, pois em 1976 já era aventada a hipótese de destinar o valor arrecadado com a venda dos 500 alqueires da Fazenda COPAGRA, para um Fundo pró-implantação de um parque açucareiro.

Na assembléia geral ordinária de 1979, discutiu-se a rentabilidade da destilaria, cujo projeto estava na dependência dos contratos assinados pelos cooperados para entrega de cana. Afirmava-se ser aquele um empreendimento rentável. "Investimento seguro, garante Cr\$ 20 mil cruzeiros por alqueire de lucro líquido. Café em terra boa é o melhor negócio, mas está muito perseguido pela cana."<sup>24</sup>

Pode-se dizer que, seguindo as ondulações da conjuntura, o cooperativismo no meio rural abriga diferentes tensões. O período em estudo certifica isso ao cobrir uma fase de necessidade regional de partir para a diversificação agrícola, sem condições de bom desempenho, em face também de alternativa mais tentadora em termos econômicos - pastagens com reba-

\* Nós, na formação do viveiro de cana, já estamos fazendo assim: tomamos um alqueire do cooperado, formamos as mudas, cuidamos e, depois, ele compra as mudas. Tem que ser assim. Ele também vai ter que pagar um serviço de patrulha que teremos que ter. É o jeito ... alguém tem que arcar com o ônus do crescimento da cooperativa. (...) Por mim, quero ainda mais. Acho que a cooperativa deveria tomar do cooperado, que aceitasse, um alqueire. Destocaria, limparia, plantaria e ficaria com a produção do primeiro ano de cana ... que é o que rende mais ... entre 250/280 toneladas ... e depois, o cooperado ficaria com os outros três anos de corte. Afinal, já teríamos feito o trabalho inicial. O jeito é o cooperativismo abrir-se ao capitalismo para poder sobreviver. ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com dirigente cooperativista, realizada em 24 de fevereiro de 1979.

<sup>24</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Depoimento de dirigente cooperativista em 18 de fevereiro de 1979.

nho bovino.

Diante do quadro analisado e somando-se a ele modificações também na legislação e na política cooperativista na década de 70, é possível afirmar-se que, esvaziando-se a primeira intenção - cooperativa de cafeicultores - o cooperativismo, como doutrina e como prática econômica, mostrou-se incapaz de reter e ampliar parcela significativa no preço final do produto, que permitisse ao produtor rural, principalmente o pequeno, enfrentar o crescente fantasma da descapitalização.

Os exemplos procuraram evidenciar como a expansão do capitalismo força adaptações no sistema cooperativo para que ele venha a subsistir e se fortalecer no mercado. As crises a nível institucional expressam os momentos catalizadores de crises mais amplas. Como ao setor econômico acopla-se o político é de se notar, a partir da década de 70, uma efetiva orientação e controle do Estado, no que tange à política cooperativista. E aqui se pode concordar com MARTINS, embora para um período mais recente, de que o movimento associativista empresarial do Brasil agrário é muito mais o resultado do bloqueio das condições econômicas para a vigência do capitalismo no campo, do que consequência do florescimento de uma consciência dos interesses de classe no produtor rural.\*

\* Sobre como e porquê as associações rurais, inclusive cooperativas, têm atuação própria da sociedade urbano-industrial, sobretudo no período da política desenvolvimentista, consultar MARTINS, José de Souza. As relações de troca entre o campo e a cidade. In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975. Parte V, Cap. 3, p. 66-72.

## 9. AS BRECHAS DO SISTEMA E A INGERÊNCIA DO ESTADO

São fortes fatores, sobretudo de ordem econômica em formações capitalistas, que concorrem para o desempenho de organizações cooperativistas, colocando em cheque a viabilidade prática da aplicação do cooperativismo em sua forma pura, original. Que dizer dos fatores eminentemente políticos?

O ano de 1975 trouxe algumas surpresas para a crise que se estendia na cooperativa em foco. Por um lado, começou com um providencial aumento de capital, através de novas subscrições de cooperados, via notas promissórias descontadas em estabelecimentos de crédito e amortizáveis em parcelas anuais, por intermédio das sobras dos diversos departamentos. Com isso tentava-se equilibrar compromissos e controlar despesas desnecessárias, já que 20% dos cooperados eram devedores.<sup>1</sup> Por outro lado, instalou-se uma intervenção branca na cooperativa, encabeçada pelo órgão creditício de maior peso na sustentação

<sup>1</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA.CO-PAGRA, *Reunião da diretoria e conselho de administração*; realizada em 21 de dezembro de 1974, Nova Londrina, 1974. Ata n. 179, Livro 3, f. 75.

financeira da instituição nos últimos anos.\*

O novo quadro trouxe técnicos com a incumbência de colaborar, técnica e administrativamente, com a cooperativa para solução dos seus problemas, dando a conhecer que todas as entidades dessa natureza que aceitaram e receberam apoio semelhante recuperaram-se em pouco tempo. Em contrapartida, deveria haver uma retribuição por parte da cooperativa em todas as demais operações, principalmente quando se tratar de depósitos, acrescentando (...) que o banco não deve ser procurado só nas horas difíceis da "vaca magra", mas também por ocasião dos depósitos polpudos.<sup>2</sup> Alertaram quanto ao problema referente ao crédito para produtores, oriundo da entrega de produtos à cooperativa e da gravidade no atraso de pagamento ao agricultor, de créditos dessa natureza.

O Estado interventor incentiva, desse modo, vícios de paternalismo que vão obstaculizar a criação de hábitos e conhecimentos que devem dar origem a novos comportamentos e, dificilmente, o grupo de cooperados vai assumir completamente os problemas da organização, tomando em suas mãos, conjuntamente, a orientação da atividade cooperativista. Na maioria das ve-

\* Tal é possível pelo amparo legal cooperativista vigente no país: "O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da assembléia geral ou do conselho fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos: I - violação contumaz das disposições legais; II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade; III - paralização das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos; IV - inobservância do Art. 56, § 2º, ou seja, "o associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização". Art. 93, Cap. XIII, Seção V da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Por esta Lei a orientação geral da política cooperativista nacional cabe ao Conselho Nacional do Cooperativismo - CNC (Cap. XIV da referida Lei) e a representação do sistema à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil. (Cap. XVI da referida Lei).

<sup>2</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 9 de abril de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 185, Livro 3, f.91.

zes, a formalização do sistema estatal de apoio e fiscalização acaba ofuscando saídas mais espontaneístas para impasses do cooperativismo e os associados acostumam-se a apelar para o crédito bancário.\*

Soluções satisfatórias não eram vistas de imediato para os problemas. Para os técnicos do órgão de crédito interventor, a situação econômica era tranqüila, porém a financeira era muito delicada. Para cobrir o deficit financeiro foi autorizada a venda da Fazenda Copagra, localizada em Mato Grosso, vinculada ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo. A transação final ocorreu em tumultuada assembléia. Os participantes foram convencidos a aceitar, quando os próprios representantes da instituição financeira presentes mantiveram opinião contrária. \*\*

\* Para se ter uma noção da necessidade criada de apoio, somente pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que em 1978 atendia cerca de 20% das linhas de crédito das cooperativas, destacavam-se para as cooperativas de produção agropecuária: adiantamento aos cooperados, por conta de preços de produtos entregues para a venda (pré-comercialização); aquisição de bens de produção para posterior fornecimento aos cooperados (adubos, fertilizantes, defensivos); investimento da própria cooperativa para formação de capital fixo e semi-fixo; custeio da industrialização ou beneficiamento (sacaria, embalagens, impostos, fretes, contas de água, salários, IPNS e FUNRURAL); comercialização propriamente dita (desconto de duplicatas oriundas da comercialização própria); financiamento de quotas-partes de capital social da cooperativa. E ainda, financiamento ou repasse para cooperados: custeio agrícola e pecuário; investimento (fixo e semi-fixo); desconto de notas promissórias rurais, quando a cooperativa emite esses títulos a favor do associado em pagamento de produtos agropecuários recebidos para posterior comercialização. LINHAS de crédito cobrem só 20% das necessidades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 dez.1978.

\*\* COPAGRA. *Ata da assembléia geral extraordinária*, realizada em 7 de abril de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 47, Livro 2, f. 27. Uma das razões das controvérsias sobre venda de imóveis estava no fato de que o Art. 28, dos Estatutos Sociais, obriga que este tipo de operação conste do edital de convocação das assembléias, o que muitas vezes deixou de ser feito.

Meses mais tarde foram os técnicos da intervenção que sugeriram a venda das propriedades rurais para solver os compromissos e pagar aos associados, no ato da entrega do produto, o valor de seu adiantamento.<sup>3</sup>

A fase de dispor do patrimônio é bem nítida. A decisão pela abertura de concorrência pública para venda de todos os veículos automotores de propriedade da cooperativa (com exceção de apenas três), incluindo tratores e também alguns lotes urbanos gerou conflitos e discordâncias entre os associados.<sup>4</sup>

Daí o caráter explicativo e justificador do relatório da diretoria: Foram vendidos 1.000 alqueires da Fazenda de Naviraí por Cr\$ 8.750.000,00 e comprados 1.800 alqueires em Paragominas, perto do asfalto, por Cr\$ 2.500.000,00. A venda foi necessária para restabelecer o equilíbrio financeiro da COPAGRA, decorrente de prejuízos setor algodão. Foi vendido 2/3 da Fazenda da Naviraí. A aquisição desta fazenda foi para amparar como garantia hipotecária o investimento da nova usina de algodão de Naviraí. Naquela oportunidade, a Copagra não possuía recursos próprios para tal aquisição e portanto foram distribuídos boletins aos cooperados para integralização do seu pagamento, condicionado a que a escritura ficasse em nome da COPAGRA até a liquidação do empréstimo para Usina-2 (...). Não cumprindo nenhum objetivo social, a venda resultou numa rentabilidade não operacional de Cr\$ 7.578.915,00, rateada para os fundos estatutários. (sic)<sup>5</sup>

Os meses que a cooperativa sofreu intervenção deixaram-lhe algumas marcas. Em seu rastro, equívocos entre dirigentes e conseqüentes demissões, justificadas como estratégia para que não houvesse empecilhos no relacionamento da insti-

<sup>3</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 4 de julho de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 191, Livro 3, f. 105.

<sup>4</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 26 de julho de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 192, Livro 3, f. 107.

<sup>5</sup>id. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1975. n.p.



tuição com o órgão que a assistia financeiramente.<sup>6</sup> Deixou também, um certo protecionismo, com direito a interferências mais ou menos prolongadas na política interna da cooperativa: desde a colocação de um funcionário à disposição para orientar e facilitar operações de crédito, até recomendações oportunas para as eleições que se aproximavam, quanto à necessidade de renovação, dando oportunidade a outros cooperados de participarem da administração direta de sua empresa.\* Uma recomendação com ares de ameaça, visto que "caso a chapa eleita não se constitua de elementos que compactuem com os interesses do órgão interventor no sentido de desenvolvimento e perfeito entrosamento, certamente este usará de uma política de restrições principalmente no tocante a créditos por financiamentos."<sup>7</sup>

A exposição ilustrativa dos rumos que tomou a intermitente crise institucional leva a refletir sobre o papel do Estado capitalista em suas relações com o sistema econômico e, especificamente, o caso brasileiro. Portanto, a premissa implícita neste questionamento abarca a própria direção da política cooperativista no país, como um seu reflexo.

A principal característica do Estado no capitalismo deriva, sem dúvida, da apresentação através de suas instituições como Estado "de classe", embora, institucionalmente, seja fixada a imagem de um sociedade não dividida em classes. O Estado não chega a representar a vontade geral, da maioria,

\* A diretoria, principalmente na figura de seu presidente, completava onze anos de permanência no posto.

<sup>6</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 31 de janeiro de 1976. Nova Londrina, 1976. Ata n. 201, Livro 3, f. 127.

<sup>7</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 30 de dezembro de 1976. Nova Londrina, 1976. Ata n. 215, Livro 3, f. 156-7.

mas sim, os interesses da classe dominante.\* Isso acontece, nas formações capitalistas, em função do sistema de propriedade privada e não somente a nível de propriedade jurídica formal, mas da propriedade econômica, que implica em apropriação do real, gerando o poder econômico efetivo. Neste sentido, ocorre, de modo extremamente simples, a identificação entre interesses da classe dominante e interesses do Estado.

Outro aspecto frisado por intérpretes do fenômeno, é de que no plano do Estado ocorre autonomia específica da luta política e da luta econômica, do poder político e do poder econômico, dos interesses econômicos de classe e dos interesses políticos de classe.\*\*

No relacionamento de instituições de cunho econômico com outras, as unidades de capital geram mais valor e, só dessa forma, em um mercado competitivo, o capital pode ser produzido como capital total. O Estado é então concebido como uma forma especial de cumprimento da existência social do capital e, certamente, não o faz livre de contradições.\*\*\*

Por isso é que o Estado, nas sociedades capitalistas, cumpre, essencialmente, quatro funções: a) cria condições materiais gerais para a produção, garantindo a infra-estrutura;

\* Discordância fundamental de MARX à concepção de Estado de HEGEL.

\*\* Esta relativa autonomia é que vem responder pelo fato de ser uma fração da classe dominante que controla o Estado e também de que aqueles que realmente governam possam pertencer a uma classe distinta da economicamente dominante. Discute este ponto MILIBAND, Ralph. O estado na sociedade capitalista. In: CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E. *Política & sociedade*. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p.62-70.

\*\*\* Contudo, não se pode negar a fusão entre o Estado e o capital. Não são poucos os autores contemporâneos que se colocam a questão de investigar as condições funcionais deste mecanismo unificado. Esta é uma reação às inúmeras e divididas teorias sobre o Capitalismo monopolista de Estado, que vêem relações interpessoais íntimas entre o Estado e os monopólios; aquele como instrumento destes e sujeito autônomo dessa regulação.

b) protege o sistema legal, no qual ocorrem as relações dos sujeitos; c) regula os conflitos entre os trabalhadores e os capitalistas; d) garante a expansão do capital nacional total no mercado capitalista mundial.\*

Restrinja-se agora a ótica para o papel do Estado em sociedades onde vigora o capitalismo periférico e acompanhe-se alguns lances dos mecanismos que desenvolve em condições históricas bem específicas.

No Brasil das décadas recentes o capitalismo monopolista de Estado ganhou particularidades, resultantes da própria industrialização tardia. Esta é a proposta interpretativa de MELLO e BELLUZZO. Apontam como características particulares: a importância que assumiu o setor produtivo estatal; o intenso processo de internacionalização do sistema produtivo e a extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação.<sup>8</sup> Na verdade, o Estado postou-se a serviço do acompanhamento do crescimento econômico, intensificando a transferência de recursos ao setor privado, significando, portanto, "um aumento do grau de controle sobre o processo de financiamento da acumulação."\*\*

\* A respeito das funções históricas do Estado consultar ALTVATER, Elmar. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado. In: SONNTAG, Heinz Rudolf & VALECILLOS, Héctor, comp. *El estado en el capitalismo contemporáneo*. 2. ed. México, Siglo Veintiuno, 1979. p. 94, 103.

\*\* Segundo BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A intervenção do Estado no período recente. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, 5: 27, 1977. O mesmo fenômeno, apontado por BELLUZZO, aparece como uma tendência na história do capitalismo nos países da América Latina; ou seja, "o Estado acabou por transformar-se numa garantia política ostensiva de operações do capital privado nacional e estrangeiro", na opinião de IANNI, Octávio. O estado e a acumulação capitalista. *Debates e Crítica*, São Paulo, 3: 124, jul.1974.

<sup>8</sup> MELLO, João Manuel Cardoso & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de. Reflexões sobre a crise atual, *Escrita/Ensaio*, São Paulo (2): 1977.

Se esta é uma realidade, resta ter em mente a estrutura de classes da própria sociedade civil, para compreender o intervencionismo estatal e a peculiaridade da forma burocrático-autoritária no caso brasileiro. Centro do exercício do poder político, o Estado exerce sua intervenção na economia, sem desprender-se da classe ou fração de classe que detém este poder.

Está-se diante de complexo processo social: o de controle da mudança social. Neste sentido entende-se o planejamento - manipulação de um complexo integrado de técnicas sociais racionais - como um processo social e, a partir disso, como categoria histórica do processo de controle social.<sup>9</sup> Ele é inerente a uma fase do desenvolvimento do sistema sócio-econômico capitalista. Aplicado pelo Estado, o planejamento apresenta nos países capitalistas caráter reacionário e viabilizador da reprodução ampliada do capital.\* Acrescente-se, processo esse que amplia, igualmente, os conflitos entre as classes sociais. E, na medida em que o Estado amplia conflitos, privilegia uns e não outros em seus planos.

No que tange ao problema aqui encaminhado, há no Brasil propostas não levadas a termo muitas vezes, nas quais se propugna o financiamento de agricultores através de repasses a cooperativas.<sup>10</sup> Na verdade, nas condições atuais, o Estado

\* Esta tese é defendida por CARVALHO, Horácio Martins, Planejamento e Estado nas sociedades capitalistas. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 9: 53, mar.1979.

<sup>9</sup> PEREIRA, Luiz. História e planificação. In: \_\_\_\_. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970. p. 17.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Alexandre Caminha C. Repasses através das cooperativas. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1(6): 36, jul/ago.1977.

ainda não venceu impasses colocados por seus próprios programas.\*

Sem abalar os interesses políticos das classes dominantes, sem limitar-lhes o poder político no jogo de manobras de intensa intercomplementariedade, o Estado capitalista permite alguma garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas.<sup>11</sup> Deste ponto de vista, justamente, entende-se o cooperativismo que, manifestando uma técnica econômica, propõe-se a suprir necessidades de grupos e classes, dando-lhes, pela força da associação, uma chance de sobreviver no mercado. Suas operações econômicas não estão destituídas de força política mobilizadora. O Estado, entretanto, encarrega-se, em sua relação com o setor privado de, via planejamento, esva-ziar manifestações políticas emanadas dessas instituições.

Tal raciocínio conduz a se pensar na inocuidade de propostas que, ponderando o papel possível a ser desempenhado pelas cooperativas, especialmente as de produção, na ampliação das condições de racionalização e modernização das atividades econômicas, vêm o Estado em condições de melhor "concretizar seu projeto de desenvolvimento e/ou de crescimento", desde que

\* Daí a procedência dos comentários do ex-Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter: "um dos grandes problemas de crédito agrícola hoje é a garantia exigida para a liberação do financiamento, normalmente, a terra do produtor e a safra. Outro, é a série de exigências burocráticas que tornam a operação de financiamento muito complicada." Cf. BB (Banco do Brasil) vai instituir conta corrente para crédito rural. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 23 mar. 1979, p. 32.

<sup>11</sup> POULANTZAS, Nicos. *Traços Fundamentais do Estado capitalista*. In: \_\_\_\_, *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 186.

valendo-se das empresas cooperativas.\*

Também a justificativa de que "a evolução das cooperativas no Brasil não obedeceu a um planejamento específico e não encontrou uma economia nacional planificada,"\*\* passa a ser meia verdade, quando se discute o conteúdo do que se considera planejamento em um determinado período histórico do país.

Com variações ideológicas e práticas, ao longo dos anos 1930-70, "a idéia de planejamento foi adotada por todos os governantes, como uma nova retórica política."<sup>12</sup> O Estado passou a participar mais intensamente nas decisões e ações referentes às atividades produtivas. Em decorrência, acredita-se que, a partir do início da década de 70, o planejamento econômico governamental no Brasil abarcou a problemática do cooperativismo. Isso não quer dizer que, anteriormente, o Estado brasileiro não se definisse perante o sistema cooperativista.

\* Esta é uma das conclusões a que chega Vera Mariza Henriques de Miranda, em sua tese de doutoramento: *Doutrina e empresas cooperativas: contribuição para o estudo do cooperativismo na região de Araraquara*. Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. 1973, p. 213. Sua proposição parte da idéia de que o Estado brasileiro não se definindo perante as cooperativas, não faz qualquer uso delas, e isso, inclusive, faz com que se vejam impedidas de desencadear reformas estruturais (p. 216). Ainda, que a incorporação das cooperativas ao planejamento governamental seria a única forma de dar sentido real a sua existência. (p. 215).

\*\* A opinião é de Waldírio Bulgarelli, em 1975, então Diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), expressa em artigo da revista *Visão*. Bulgarelli conclui que as cooperativas "foram crescendo ao sabor das circunstâncias, enfrentando, até bem pouco tempo, as profundas distorções econômicas do país, de que resultaram inúmeros vícios na estrutura do funcionamento das cooperativas, alguns dos quais perduram até hoje." In: COOPERATIVAS - Estratégia para expansão do sistema. *Visão*, São Paulo, 47(9):75, out.1975.

<sup>12</sup> IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. (1930-1970). 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 312.

Ao contrário, acredita-se que o alegado abandono do cooperativismo ou a sua omissão nos planos de Governo demonstra, já, uma tomada de posição. No recente despertar, por sua vez, para um apoio mais efetivo, reforçado a partir da vigência da lei cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, transparece a concepção de quanto pode ser considerada uma força social a ação cooperativa, passível de ser direcionada politicamente.

A incorporação do sistema cooperativista nos esquemas de planejamento, mesmo implicitamente, já vinha sendo realizada; intensificou-se, apenas, a valorização da sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país na última década de 70. Mas, a que preço? Ao preço de uma integração verticalizada do sistema, muito mais que integração horizontal, isto é, reforço de cooperativas aliadas. Ocorreu o que em Sociologia denomina-se "institucionalização" do cooperativismo.\* Dessa forma, foram criados órgãos de representação hierárquica e regionalmente distribuídos; órgãos de fiscalização e controle; órgãos de apoio e assistência técnica que, respondendo, com certeza, às exigências da etapa histórica de desenvolvimento do capital, trouxeram rigidez a um sistema em moldes as-

\* A institucionalização ocorre sempre que há tipificação recíproca de ações constituídas no curso de uma história compartilhada. Porque as instituições sociais controlam a conduta humana, uma ordem institucional em expansão cria sempre um correspondente manto de legitimação (modos pelos quais pode ser "explicado" e justificado o mundo institucional), que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas. Portanto, quanto mais institucionalizada uma conduta, tanto mais ela se torna predizível e controlada, formalizando suas manifestações. Sobre a gênese do processo de institucionalização consultar BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973. Parte 2.

sociativistas, que não lograra, ainda, amadurecimento no país.\*

Logo, não é de se propor a utilização do cooperativismo pela técnica do planejamento estatal, isso já vem ocorrendo. É sim, de se questionar o caráter desse planejamento que sob a capa burocrático-autoritária também reproduz o jogo estatal, que acaba por tornar as cooperativas instrumentos a serviço do capitalismo com força redobrada. Seria o caso de enquadrar as organizações cooperativas como parte de um sistema de poder, cada vez mais ligadas ao Estado e por ele, reforçadas. Fornecedoras de ideologia, como instituições partícipes do sistema geral de dominação, estas instituições (partidos políticos, sindicatos, escolas, "massa média" entre outras) estão cada vez mais sujeitas a um processo de "estatização"; (...) esse processo tem tendência a intensificar-se pelo fato de o Estado precisar de assumir, nas condições de crise permanente do capitalismo avançado uma responsabilidade ainda maior pela doutrinação e mistificação políticas.\*\*

Este encadeamento de exemplos e idéias leva a se concluir que o sistema cooperativo tem, forçosamente, uma dimensão política. Somente uma deficiente interpretação dos chamados princípios de Rochdale pode fazer essa faceta ser ignorada. Trata-se do propalado princípio da neutralidade política, ortodoxalmente tratado, quando é difícil separar em socie-

\* MEISTER alerta para o fato ou o risco que correm tais abordagens de "participação provocada" de cair em um tecnicismo, comum no Brasil, sobre os resultados do cooperativismo - ou seja, as estatísticas, as experiências quantificadas. Diz ele: Le signe en est le chiffre: nombre de km., de routes construites, nombre de clubs de jeunesse ou de coopérateurs crée, nombre de puits creusés, d'écoles construites, etc. Completando: écoles construites mais sans instituteurs, coopératives constituées mais sans débouchés. MEISTER, *Participation, animation et développement*. Paris, Anthropos, 1969. p. 182.

\*\* Estas idéias MILIBAND desenvolve em seu livro "The State in Capitalist Society". Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1969, e reafirma-as rebatendo críticas formuladas por POULANTZAS em MILIBAND, Ralph, O Estado capitalista: resposta a Nicos Poulantzas. In: POULANTZAS, Nicos & MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto, Afrontamento, 1975. p.48-9.



dade a administração das coisas, da administração dos homens.

A verdade é que as relações entre o Estado e o movimento cooperativo tornam-se mais e mais complexas. Apresentam-se, hoje, problemas inteiramente novos à medida em que ambos guardam e manifestam, convenientemente, inúmeras contradições em sua atuação. De uma parte, as intervenções do Estado na organização geral da economia se multiplicam e de outro lado, o movimento cooperativo conquista lugar crescente nesta economia.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> COLOMBAIN, Maurice, O Estado e a cooperação. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (85): 20, mar.1965.

## 10. IDEOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA ...

O cooperativismo agrário, a nível de proposta, representa um instrumento que leva à inserção nas estruturas de produção. Um instrumento portanto, viabilizador de um tipo de participação social, isto é, a possibilidade de ensejar uma participação mais efetiva, muito mais equânime de diferentes classes e frações de classe no processo produtivo.\* Materializando-se através de cooperativas, estas, como associações de

\* Apesar das inúmeras formulações sociológicas sobre o problema conceitual das classes sociais, ainda permanece incipiente a situação das interpretações que procuram dar conta da complexidade do fenômeno. Classicamente entendido como parte da estrutura social, o conceito de classe esvaziou-se sob influência da sociologia norte-americana, que o identificou com o de estratificação social. Esta a opinião crítica de Rodolfo Stavenhagen em seu artigo *Estratificação Social e Estrutura de Classe*, na antologia *Estrutura social e estratificação social*. 5.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.133-70. Embora na perspectiva histórico-estrutural tenha avançado-se no entendimento do fenômeno e estabelecido limites e distinções, não se chegou ainda a uma definição exaustiva, nem unívoca, de classe social. É por isso que se acredita ser possível discutir a questão somente a partir da própria essência da teoria sociológica e não através de critérios arbitrariamente levantados, como recursos momentâneos, sem qualquer sustentação acadêmico-científica. Em sociedade, os homens relacionam-se para produzir e a posição objetiva dos grupos envolvidos na atividade de produção é o que define a divisão da sociedade em classes que, historicamente, revelam relações a um só tempo, complementares e de oposição. As classes sociais não são, portanto, simples grupos sociais. Por sua vez, as frações de classe não são grupos "ao lado ou acima das classes", mas são mesmo "frações" de classe. São segmentos que em sua singularidade guardam as características fundamentais do fenômeno abrangente das classes sociais: "a burguesia comercial, por exemplo, é uma fração da burguesia ...", segundo POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 25.

indivíduos, são a forma de fazer existir a participação indireta e, internamente, servir como um exercício de participação política, participação democrática através da autogestão.\*

Uma cooperativa, ao viabilizar o conteúdo doutrinário, compõe, de um lado, uma teia de relações internas, requerida pela própria natureza da organização, que transcende em muito o mero exercício das normas reguladoras e os mecanismos de agregação; por outro lado, um conjunto de transações constantemente mantidas com o mundo exterior, garantia de sua sobrevivência.

Na consideração destes dois aspectos delinea-se a especificidade de um tipo de participação - a participação cooperativa. É ela a participação formal dos associados, perceptível no desempenho da organização: a contribuição a nível da produção material; a participação na gestão da instituição; a inclusão no processo decisório, que consubstancia a política institucional; a participação em forma de fruição de bens e serviços prestados e geridos pela cooperativa.

É de se ponderar que a participação não pode ser medida em termos de integração ou não em uma associação, mas sim em termos de intensidade e qualidade da participação na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Com isso, o conceito de participação social é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas.<sup>1</sup>

\* Com base em diversos estudos, Meister classifica a participação em cooperativas no tipo "participação voluntária", onde o recrutamento é voluntário e sua origem está na organização social resultante da ação do próprio grupo, sem intervenção de elementos exteriores. Cf. MEISTER, Albert. *Participação*

<sup>1</sup> FREITAS, Bárbara, Prefácio. In: AMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977. n.p.

Em qualquer agrupamento social, o fenômeno participativo está muito em função da maneira como se articulamos grupos dentro da associação e, mais além, como os diferentes grupos e/ou categorias sociais se combinam e são vistas no sistema global. Daí a necessidade de se fazer menção à participação social.

Assim como o conceito de cooperação, o de participação é um conceito de referência, constantemente encontrado na literatura sobre cooperativismo, o que não o faz mais preciso, nem chega a explicar os fenômenos de agregação de caráter econômico, principalmente. A ambigüidade existente no plano conceitual encobre problemas teóricos e práticos, diante da solicitação que continuamente vem sendo feita à participação social.\*

Estimulado no Brasil, o cooperativismo tem sido considerado como a saída para inúmeros impasses de marginalização social em que se encontram largas faixas da população, face ao

\* Amplamente difundida - só a participação é capaz de transformar o desenvolvimento em um processo gerador de benefícios para todos - posta como antítese do problema da marginalidade social, tomada como bandeira, a participação tem ensejado a preocupação no ensaio de inúmeras políticas, diversamente rotuladas: "desenvolvimento de comunidade", "animação popular", "participação na empresa", "estratégia cooperativista", etc. De inspiração teórica modernizadora, concebendo o desenvolvimento como gerador de desequilíbrios, estas propostas assentam-se mais sobre o indivíduo, sem levar em conta a estrutura da sociedade. Eivadas de valores implícitos, na maioria das vezes, a conotação ideológica de tais propostas está na concepção dualista da sociedade e na perspectiva restrita como são encarados os problemas e tratados os conceitos de participação, marginalidade e integração.

processo mais amplo de desenvolvimento.\* As campanhas, as estratégias de ação, os projetos lançados fogem, em geral, ao tratamento do cooperativismo no plano das relações sociais. Preso a esquemas técnicos, tomado como uma entidade apartada do sistema social do qual é parte integrante, o cooperativismo tem forjado fórmulas que despontam aqui e ali, como que desligadas da estrutura da sociedade.\*\*

Como a participação cooperativa assenta-se sobre relações econômicas, sua análise não pode dispensar o jogo das classes sociais envolvidas, classes essas, cujas condições de imposição rearranjam-se em diferentes momentos históricos. Aplicam-se aqui os alertas de KOWARICK ao evidenciar que a participação e a conseqüente integração social não são alheias às estruturas da sociedade. A questão não se situa no plano de uma participação genérica e indeterminada, mas ao nível de processos que encontram na dinâmica das oposições centradas no trabalho, a pedra de toque sobre a qual se calca um conjunto significativo de exclusões sociais. Neste sentido ninguém participa aleatoriamente (...) são os valores e normas que demarcam o que é socialmente desejável e consentido. (...) É a capacidade do sistema de incorporar uma quantidade de força de trabalho nas atividades propriamente capitalistas da economia, o que toca diretamente o processo de acumulação e as relações de produção existentes na sociedade.

\* Não são poucos os questionamentos dirigidos na América Latina por diferentes autores aos efeitos desiguais do desenvolvimento - amplas camadas da população não participam no grau desejado nas decisões de política nacional. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica. In: *Ó modelo político brasileiro*. 3.ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1977. Cap. 7, p. 167.

\*\*

Autores como MEISTER evidenciam a dimensão ideológica com que vêm investidas políticas e programas de envolvimento participativo. Critica sua utilização com recursos da fraseologia democrática e humanitária do Ocidente, a qual permite seja feita a abstração dos conflitos sociais existentes e das inevitáveis tensões e rupturas provodas pelo desenvolvimento. V. MEISTER, Albert. Op. cit. p. 202.

E isso é determinante do tipo do montante de participação possível de ser realizado.\*

Nestes termos, convém acompanhar a participação formal do grupo de cooperados. Importa indagar em que medida os vários grupos - proprietários de terra, pequenos, médios e grandes produtores, fundadores ou recém-associados - tomam parte na gestão da cooperativa; como os mecanismos que propiciam o acesso às decisões - a participação em assembléias e nelas exercer o direito de voto, a representatividade em conselhos de administração e fiscal - estão ao alcance de todos e por eles são utilizados; como os sistemas organizacional e de distribuição de poder garantem e mediatizam a contribuição real dos diversos grupos à definição de metas, à elaboração e execução dos planos de ação da instituição. E mesmo, tentar compreender até que ponto a não-participação na estrutura interna da cooperativa reflete uma participação baixa ou nula no sistema.

Grupo que se destaca é aquele composto pelos primeiros associados. Entre os agricultores que ingressaram durante os primeiros anos de funcionamento da cooperativa encontra-se o maior número de associados assíduos às assembléias anuais (A). Também são estes os que de uma forma ou de outra já integraram ou integram a administração (B). Observe-se no gráfico 12 a correspondência entre as manchas de assembléias assistidas e aquelas de maior entrega de produção em diferentes safras (C).

A presença às assembléias e a entrega da produção são

\* KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 55. Enredado na compreensão do fenômeno da marginalidade, o autor chama a atenção nesta obra para a essencialidade da problemática da participação.

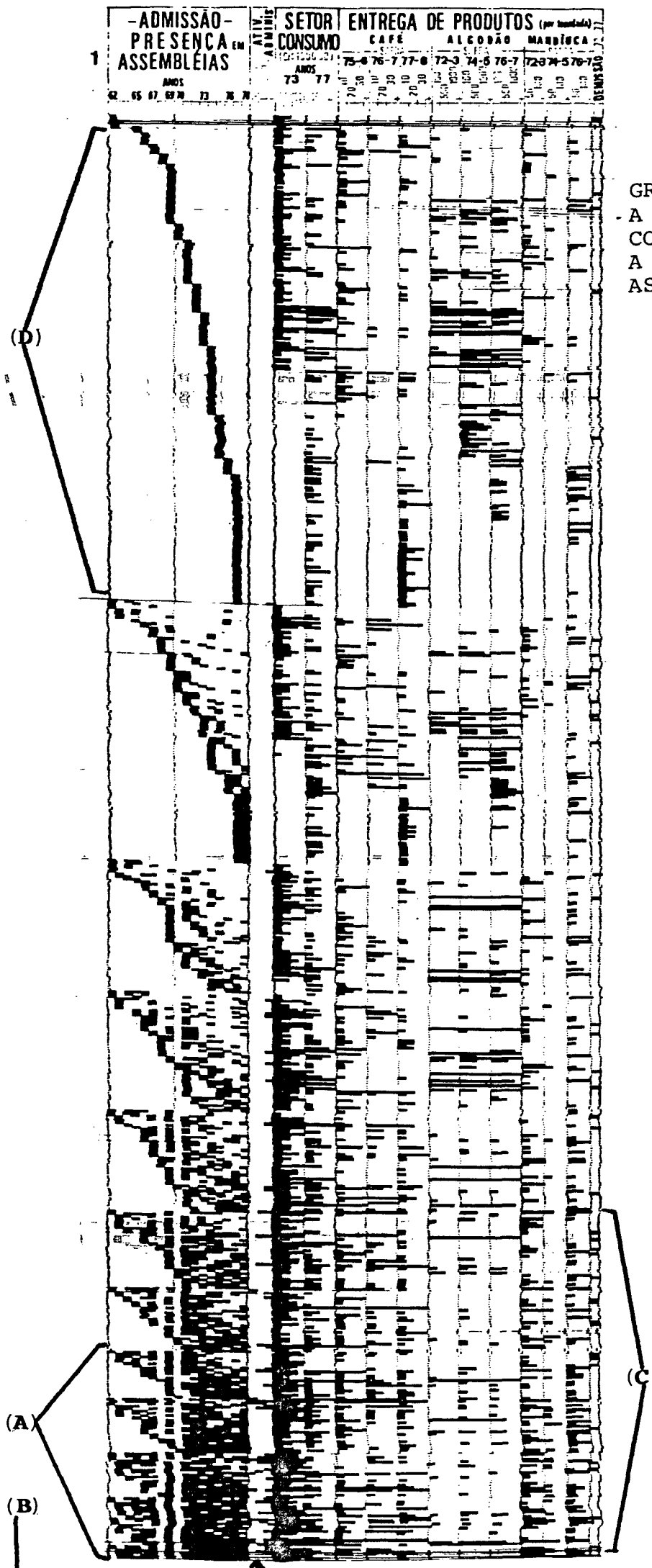


GRÁFICO 12  
A ADMISSÃO  
COOPERATIVA E  
A PRESENÇA EM  
ASSEMBLEIAS

duas formas do exercício de participação e cooperação. Entretanto, o primeiro mecanismo acionado conta com parcelas pouco significativas de cooperados ativos. Aproximadamente um terço dos associados ingressou na cooperativa e jamais compareceu a sequer uma assembléia. Esses costumam, mais que outros, ser intermitentes em suas entregas de produtos e operação com o setor consumo (D). Observação válida também para aqueles que até a data registrada no gráfico - 1978 - compareceram a apenas uma assembléia geral ordinária.

O baixo índice de presença às assembléias anuais pode ser verificado na relação estabelecida entre o número de associados cadastrados e o de presentes às assembléias em dezesseis anos de funcionamento da cooperativa, conforme o quadro 23.



## QUADRO 23 - PRESENÇA NAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS (1962-78)

Ano	Associados na Cooperativa*	Presentes nas AGO's	% Presenças
1962	39	-	-
1963	202	91**	45,04
1964	256	61	23,82
1965	290	77	26,55
1966	362	62	17,12
1967	426	180	42,25
1968	400	-	-
1969	473	228	48,20
1970	670	224***	33,43
1971	852	330	38,73
1972	875	390	44,57
1973	863	223	25,84
1974	930	227	24,40
1975	980	209	21,32
1976	978	158	16,15
1977	976	187	19,15
1978	1 011	225	22,25

\* Associados cadastrados - descontado o número de demitidos, eliminados e excluídos até o ano referido.

\*\* Em 1963 não houve AGE. O dado refere-se à AGE de 24 nov. 1963.

\*\*\* Inexiste a lista de presenças. O dado refere-se à contagem dos presentes constantes na Ata n. 22, da assembléia geral ordinária de 01 fev. 1970.

FONTE: COPAGRA. Livro de presença em assembléias e livro de matrícula.

Pela motivação inicial dos associados fundadores justifica-se um índice de quase 50% de cooperados presentes à assembléia realizada ao cabo do primeiro ano. Índices semelhantes só voltaram a se repetir nos últimos anos da década de 60, com excelente desempenho da organização e, em 1972, que

representou o interregno entre duas crises financeiras. Isso prova que fases de euforia dos negócios cooperativos despertam mais interesse por parte dos associados e, contrariamente, em fases de crise institucional, os seus membros se afastam.

As instituições favorecem a que as classes sociais possam revelar em seu interior relações determinadas, através de recursos de poder. Mesmo porque só existe posição de dominação sobre a condição de existência de setores a ela subordinados. No entanto, para que a idéia de participação não se limite a uma vaga afirmação valorativa, deve indicar que grupos, setores ou classes são capazes, num momento dado, de mobilizar e organizar setores socialmente dominados para que estes tratem de obter seus objetivos sociais.<sup>2</sup>

Os pequenos produtores-associados, são um grupo social que faz parte de uma fração de classe possuidora de terra como um meio de produção - mesmo assim não dispõem da instrumentos para impor suas representações à outra fração de classe dominante: os grandes proprietários e produtores. Cabe aqui o lamento: "Seria bom se em todas as assembléias se pudesse participá, mas a gente não participa, não tem chance ..."

Na fala do entrevistado, de repente, a descoberto, a verdade da cotidianidade alienada, a liberação de experiências cuja familiaridade embassava o conhecimento. De repente, no contraste de duas diferentes ordens de coisas - "a realidade que existe fora e independentemente de todo o espírito que conhece e o pensamento relativo a esta realidade<sup>3</sup> - a violência de encará-la, de perceber e distinguir nela elementos determinados.

<sup>2</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Participação e marginalidade: notas para uma discussão teórica. In: \_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro*. 3.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. p. 183.

<sup>3</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p. 134.

Mediatizada pela linguagem espreita-se manifestações da ideologia dominada, de aceitação das coisas como elas se impõem, a expressão da ideologia dominante assimilada. Isso porque, segundo KOSIK, a atitude primeira e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.<sup>4</sup>

Como toda ação humana embasada em interesses traz consigo certa carga emocional, esta também está presente nos depoimentos colhidos, bem como nas ações que a associação cooperativa propicia. Atente-se para as duas esferas dimensionadas de uma mesma atividade produtiva: O grande produtor é até incômodo à cooperativa, porque ele está defendendo o seu. O pequeno já é mais humilde, por natureza. Interessante é a mistura, porque os grandes dentro da cooperativa ... os grandes ... defendendo o seu interesse, acabam defendendo os dos outros. Por exemplo, eles sabem argumentar com a diretoria ... estratégias de comercialização, questões de eleição e outras.<sup>5</sup>

Captar como os produtores rurais percebem a situação de cooperados e, ao mesmo tempo, inferir o grau de consideração política que recebe o cooperativismo agrícola no país, pressupõe que o interesse por ideologia descarte resquícios de um entendimento preconceituoso. Conceito ainda enevado, ideologia não toma neste estudo a imputação que lhe é feita no sentido de ideologia política, de um grupo portador de objetivos políticos. Também, não se pretende associar o concei-

<sup>4</sup> KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 9.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Maringá, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista em 20 jul, 1977.

to de ideologia ao de consciência, tendo-se bem claro um *a priori*: as representações dos fenômenos aventados aproximam-se, mas jamais são os próprios fenômenos.

Em termos teóricos adotou-se aqui o conceito formulado por POULANTZAS, que propõe a ideologia unida à experiência do homem em suas relações com a natureza e com outros homens, relações essas fundamentais, à medida que permitem e dão forma à produção, assim como se tornam condição para as trocas sociais. Para ele, ideologia consiste em um nível objetivo específico, em um conjunto com coerência relativa de representações, valores, crenças: da mesma maneira que os "homens", os agentes numa formação, participam numa atividade econômica e política, participam também em atividades religiosas, morais, estéticas e filosóficas.<sup>6</sup> A função social da ideologia está justamente em permitir que as práticas dos homens sejam a sua forma de inserção no mundo organizado da vida em sociedade.

Face à baixa participação cooperativa daqueles que em número são maioria, e a impossibilidade de se modificar o caráter da economia, o qual imprime especificidade às relações de produção, pergunta-se se haveria de existir outra forma de cooperativismo não-excludente de grupos sociais representativos, que pudesse se desenvolver no seio do sistema capitalista.

O fundamento da eleição da cooperativa agrária, como instrumento de mudança das condições de vida do homem do campo, toma como pressuposto que a mudança na sociedade global pode ser obtida com mudanças em esferas mais reduzidas de grupos específicos - o que implica admitir que a mudança em um segmento da sociedade seja possível, sem que aconteçam mudan-

<sup>6</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 200.

ças na estrutura sócio-econômica em seu conjunto.

De uma abordagem mais abrangente sabe-se também que as mudanças são possíveis. Nada impede que a prática do cooperativismo possa desencadear processos que realmente conduzam a mudanças, mas mudanças na posição social relativa do grupo.\*

É óbvio que nem todas as atividades organizadas e nem todos os grupos sociais têm a mesma importância ou o mesmo impacto no desenvolvimento social e político. Portanto, é necessário compreender as condições que determinam a participação ou a não-participação de indivíduos e de grupos. Isso porque as diversas características da participação social estão intimamente ligadas à estrutura sócio-econômica e ao funcionamento do sistema político.

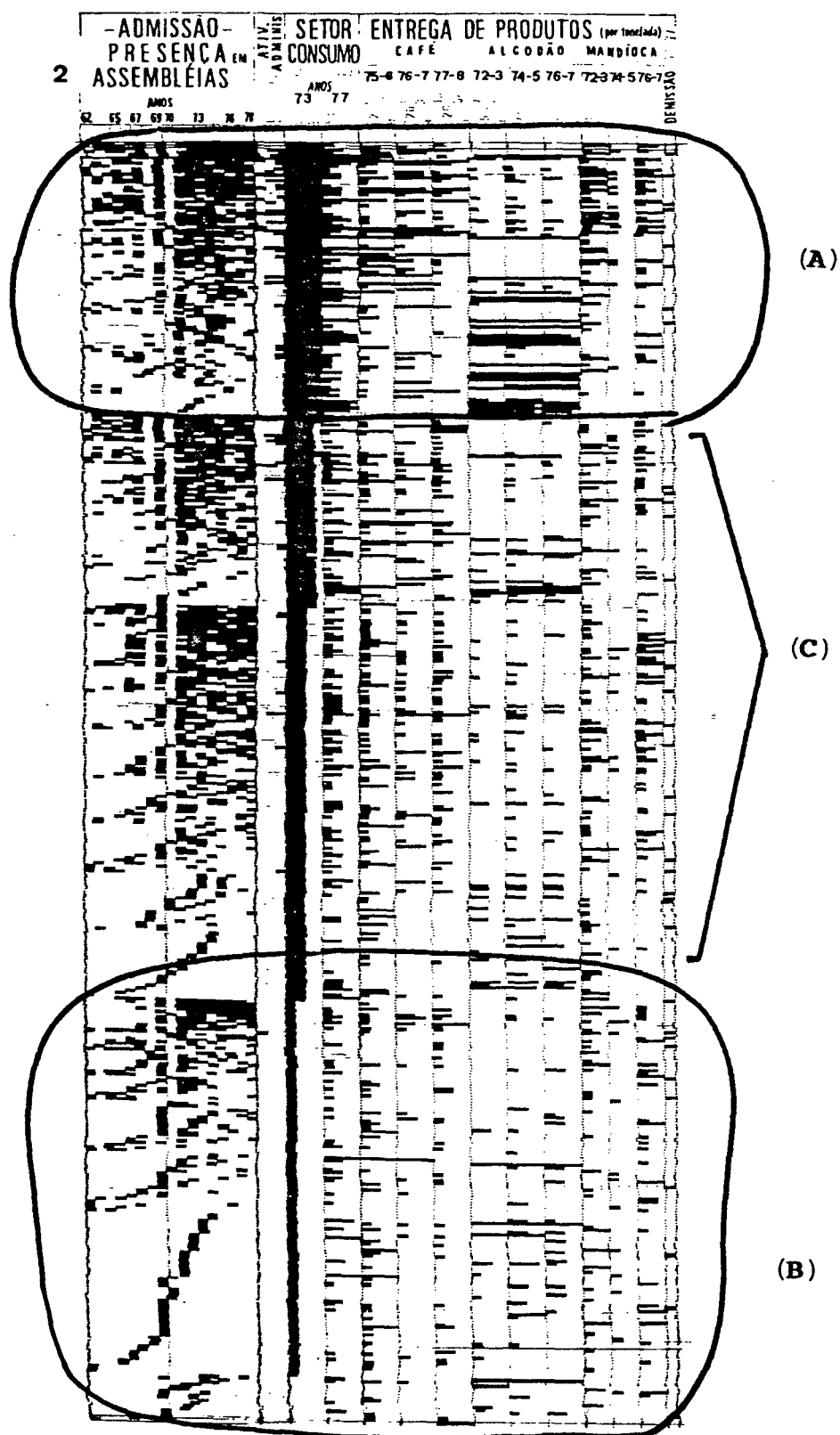
Observe-se nos gráficos 13 e 14, cujo arranjo das fichas obedeceu à movimentação em compras no setor consumo da cooperativa (aquilatada em cruzeiros) nos anos de 1973 e 1977, duas evidências: os grandes produtores, representados por aqueles que entregaram maior volume de produção nas safras apresentadas são, coincidentemente, os maiores consumidores, aqueles que movimentam mais alto montante em valor financeiro no setor consumo (A).

O movimento mais elevado do setor (até Cr\$ 100.000,00 e além dessa quantia) deve-se muito a grandes cotonicultores e cafeicultores.

Por outro lado, o cooperado que entrega pouca produção, frequenta menos assiduamente as assembléias e também consome menos no respectivo setor da cooperativa (B).

\* Esta é, por sinal, a característica fundamental de "participação social" aceita e definida no SIMPÓSIO SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA, México, Instituto Internacional de Estudos Laborales, 14 a 16 out.1969.

GRÁFICO 13 - MOVIMENTAÇÃO NO SETOR CONSUMO - 1973



Para o ano de 1973 observa-se uma correspondência bem evidente entre grandes manchas de presenças em assembléias, entrega de produção, fazer parte da administração e compras no setor consumo. Outra correlação digna de nota é aquela que associa menor volume e mesmo a intermitência na entrega da produção (o cooperado não entrega a produção em todas as safras), com despesas mais comedidas (até Cr\$ 5.000,00) no setor consumo (C).

Os gráficos evidenciam a participação desigual de diferentes categorias de associados nos processos de gestão, decisão e efetivo fruir dos serviços prestados pela instituição. O controle da organização e, conseqüentemente, do processo de produção de bens, está nas mãos de uma fração de classe, especialmente os grandes produtores e grandes proprietários, donos do capital, ou pelo menos, aquinhoados de maiores facilidades de acesso ao capital. As demais frações de classe não chegam a contribuir para a criação de um fluxo mais denso de trocas a partir da cooperativa e, por sua vez, estão excluídos de uma participação mais efetiva nas decisões e autogestão.

Princípios sempre lembrados do cooperativismo ideal, leis e normas estatutárias ajudam a tranquilizar as frações de classe dominantes na estrutura cooperativa, na medida em que enfatizam o caráter democrático e as estratégias justas e igualitárias das atividades desenvolvidas, cercadas de recomendações formais e doutrinárias. Dessa forma, aparentemente, as contradições não emergem com força total e legitimam-se as incongruências.

Com uma doutrina descolada da real estrutura da sociedade capitalista, o cooperativismo toma como "dados" alguns

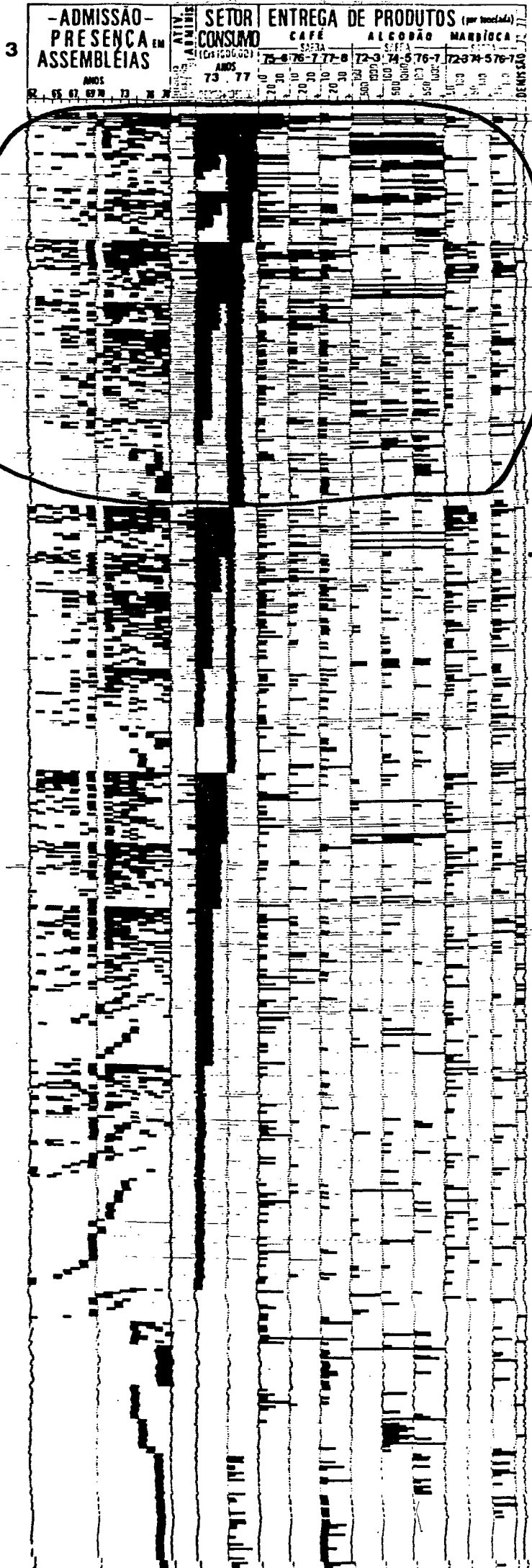


GRÁFICO 14  
MOVIMENTAÇÃO NO  
SETOR CONSUMO  
1977

(A)

(B e C)



obstáculos ao seu incremento - ausência de educação cooperativista, ignorância dos grupos associados, isolamento do produtor rural, etc. - colocando numa posição inquestionável as suas propostas teóricas e seus resultados empíricos. Somente a reflexão ajuda a questionar a situação em que se concebe o cooperativismo - "solução restrita para problemas de desenvolvimento" - como se fosse possível acioná-lo nas horas de crise e a partir daí, automatizar-se o fluxo de adesões e participações reais ao movimento.

## 11. ... OU DE COMO SOBREVIVER NO MERCADO

A entrega da produção à cooperativa é ao mesmo tempo um dever e um direito do associado - a forma socialmente mais homogeneizada de cooperação e participação.\* Em qualquer nível de representatividade social, os associados são unânimes em interpretar a entrega da produção como um compromisso - a cooperação concreta - embora não o cumpram. Veja-se pelo depoimento: Moro em Marilena desde 1953. Vim de Mandaguari, mas nasci em Minas. Sou mineiro. Comecei com dez alqueires, hoje tenho 101, com café e pasto. Estô há doze ... treze anos na cooperativa. Falavam que era bom e eu entrei ... de livre vontade. Até hoje espero, isto é, quando dá jeito, a gente entrega o produto (...). Eu sei que o crescimento da cooperativa é os cooperados. Poderia ser maior ainda se todos entregasse. Tudo que se põe lá num tem retorno, fica sempre em quota-capital.<sup>1</sup>

Para ALTHUSSER, a ideologia faz com que os indivíduos sejam sempre "já sujeitos" e como tal pratiquem, ininterruptamente, os rituais do reconhecimento ideológico, ou seja, o nível ideológico é um nível de re(conhecimento).<sup>2</sup> Partindo-se dessa proposição pode-se analisar a apreensão e prática da

\* Sobre a entrega de produção dispõem os Estatutos Sociais da COPAGRA no Cap. III, Seção I, Art. 5º II, alínea a.

<sup>1</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado em 26 fev.1979.

<sup>2</sup> ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença / Martins Fontes, s.d. p. 94.

ideologia do cooperativismo por parte do grupo de produtores que, vivendo condições já descritas de existência, praticam a sua maneira os rituais propostos.

É significativa a parcela de associados não operantes. O quadro 24, numa amostra de três anos alternados da década de 70, salienta a baixa taxa de cooperados que entregam produção, que não chega a ultrapassar os 40%, em média.

QUADRO 24 - ASSOCIADOS OPERANTES NA ENTREGA DE PRODUÇÃO

Ano	Associados Cadastrados	Associados que entregam produção*	Relação %
1973	863	296	34,2
1975	980	345	35,2
1977	976	401	41,0

\* Qualquer um dos produtores recebidos pela cooperativa.

FONTE: COPAGRA. Fichas de controle individual de entrega de produção.

Integrada por não-assalariados, produtores independentes que aspiram melhorar sua condição econômica por meio da ajuda mútua, é lógico que aqueles que se filiam à cooperativa querem se apropriar do maior valor daquilo que produzem. A instituição, em princípio, como instrumento de redistribuição de riqueza, deveria estar satisfazendo esta necessidade.

Sociedade de pessoas e não de capital, onde cada homem representa um voto e suas assembléias-quorum são baseadas no número de associados, a cooperativa tem como objetivo principal a prestação de serviços. Teoricamente, toda cooperativa não visa lucro, sendo que as sobras retornam ao associado na proporção da movimentação que manteve (entrega de produtos, compras no setor consumo, etc.), e não de seu capital social.

Isso torna muito relativo o conceito de rentabilidade em função do capital. Assim, através de certos dispositivos, ela deve procurar maximizar os retornos, favorecendo sempre os cooperados. Como explicar então, índices tão baixos de participação, sobretudo na entrega do produto?

Inúmeras explicações têm surgido para este fenômeno. Os estudiosos apontam os fracassos do cooperativismo à falta de conscientização e doutrinação cooperativista, ao baixo nível de instrução e educação, à ausência de tradição nesta área.

Em relação a experiências no meio rural, em geral, justificam-se os insucessos pelo fato de os produtores não estarem ligados uns aos outros, organizadamente, desempenhando tarefas especializadas, o que os condiciona a contatos esporádicos com outros produtores dedicados a processos semelhantes. E mais, com base em que a estrutura do processo produtivo que os envolve determina suas atividades e comportamentos sociais, fá-los quase que incapazes de participar ativamente de movimentos associativistas, visto que os requisitos desse tipo de organização, modernamente, tendem a ser incompatíveis com a sua visão do mundo, individualista e familista. Advêm daí também, explicações para o aparecimento de líderes que centralizam as tarefas importantes, enquanto ao associado é-lhe indiferente que tal suceda.

Uma das conclusões, freqüentemente encontrada, aponta, parcialmente, a decadência ou fracasso de várias organizações na área rural (entre elas cooperativas, ligas camponesas, grupos de ação a nível local, etc.) ao conflito inerente entre uma estrutura organizativa "moderna" e o caráter e ideolo-

gia essencialmente "camponesa" de seus membros.<sup>3</sup>

Não se há de negar a inter-relação existente entre as condições de vida e as atitudes e comportamentos daí gerados. No entanto, como tais condições variam muito em tempo e lugares diferentes, algumas ponderações são válidas. Por exemplo, para situações como as que se apresentam neste estudo, alguns aspectos do processo produtivo capitalista relativizam (e muito) a posição dos produtores. Eles diferenciam-se entre si pela forma como dispõem dos meios de produção (em quantidade, utilidade, etc.), isso os gráficos atestam; como também atestam a conseqüente participação diferenciada na organização cooperativista a que estão filiados.

A relativização de colocações a nível de características psicossociais faz-se necessária, no caso em estudo, a fim de que se possa distinguir níveis mais amplos de explicações. Colocados em um mercado concorrencial, sua disputa exige como *conditio sine qua non* a prática agrícola assentada na exploração o quanto mais rentável do solo. Entretanto, não fica formado um bloco monolítico de produtores. Eles continuam indivíduos, isolados até certo ponto, com seus interesses particulares, movidos pela lógica da acumulação capitalista. Tal como se refere o dirigente: A cooperativa é útil e necessária, vantajosa para os pequenos produtores. Os grandes não precisam. Na região de Nova Londrina, os grandes são pecuaristas, os pequenos plantam café, mandioca e outros. Os grandes produtores não precisam da cooperativa, porque já

<sup>3</sup>MORAES, Clodomir Santos de, Algumas consideraciones en torno a las organizaciones campesinas en Latinoamerica. In: Simpósio do Instituto Internacional de Estudos Laborales sobre Participação Social na América Latina, México, 14-16 out. 1969 (mimeo). Apud. STAVENHAGEN, Rodolfo. Marginalidad, participación y estructura agrária em América Latina. *Demografía y economía*, México, 4(3): 285, 1970.

programam a sua produção, estão informados do preço do mercado.<sup>4</sup>

A força de concorrência, que decide a sobrevivência no mercado, sobrepuja na atual fase do capitalismo no campo, condicionamentos mais restritos. Ela está presente na vida do grande, do médio ou do pequeno produtor e, sem dúvida, determina sua ação como cooperado. O que fica claro é o quanto ela é imperativa quando se trata daqueles produtores, geralmente pequenos proprietários, daqueles que não dispõem de uma segunda, terceira e até quarta propriedade na região. Enfim, daqueles que são proprietários, empresários e trabalhadores ao mesmo tempo; daqueles que, ocasionalmente, podem empregar mão-de-obra assalariada, mas são eles próprios que supervisionam as tarefas; daqueles cuja marca é a insuficiente acumulação de capital. Para esses, o próprio sistema de comercialização cooperativista chega, por vezes, a ser sério obstáculo para alçar-se da situação de endividamento prolongado e progressivo:

Entrego milho na cooperativa. Todo ano entrego. Só o ano passado não entreguei café. Tenho 6.000 covas em três alqueires que comprei do pai. Mas, o milho judia muito do café. (...) Chamo uma família de volante quando preciso ... só na época de ruação e de colheita. Mas, eu acho que na cooperativa, a maioria não entrega é devido o preço. Apesar de tá necessitada ... No meu modo de pensã, acredito na cooperativa ... vai muito da direção. (...) A união é a força. Prã está por dentro do assunto é preciso participã das assembléias ... é lógico. Na minha mente ... prã mim não deu prejuízo.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1977. Entrevista com Sadi Paviani, Presidente da COPAGRA, realizada em 15 jul. 1977.

<sup>5</sup> *ibid.* Marilena, 1979. Entrevista com cooperado em 16 jun. 1979.

Já em 1970, o líder Spadini referia-se aos pequenos lavradores descapitalizados.\* Pois a débil situação financeira da cooperativa chegou mesmo a ser posta em cheque, também com relação aos elevados débitos em contas correntes dos associados, principalmente aqueles com produção agrícola muito pequena. A exigência era fazê-los assinar notas promissórias, com a adoção de medida preferencial no recebimento de suas produções de café. Naquela época a intenção era de se proceder a um expurgo no quadro social de forma que, cooperados ociosos e que não tivessem entregue seus produtos no lapso de três anos seguidos, seriam eliminados.<sup>6</sup>

Para a grande maioria dos associados, mesmo não conhecendo os estatutos da entidade,\*\* paira como que indefinida ameaça o deixar de entregar a sua produção à cooperativa desviando-a ao comércio intermediário.\*\*\* As justificativas apre-

\* Sobre a questão da descapitalização, tem-se o exemplo entre muitos de um cooperado que compareceu à reunião de diretoria expondo seu problema de débito junto aos bancos particulares. Como havia entregue sua produção de café à cooperativa e não previa dessa renda, a retenção do valor de seu débito junto à cooperativa, lembrava que o seu conceito na praça corria sérias ameaças. Debatido o problema, a decisão recaiu em não se abrir exceções e a ele foram pedidos bens em garantia, no caso, o gado de que dispunha. COPAGRA. *Ata de reunião de diretoria e conselho de administração*, realizada em 10 nov.1971. Nova Londrina, 1971, Ata n. 100, Livro 2.

\*\* Estatuto? O que é isso? (...) Não conheço os estatutos nem nunca li. Não sei do que se trata. Entrevista com cooperado em 24 fev.1979. Lê muito bem, eu num sei direito não ... e por isso num conheço os estatutos. Sei que ele diz o que é a cooperativa. Entrevista com cooperado em 26 fev.1979. In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979.

\*\*\* Na realidade, este é um dos motivos estatutários em que a diretoria deve eliminar o associado. Diga-se "en passant" de difícil execução. COPAGRA. *Estatutos sociais*. Nova Londrina. Cap. III, Seção II, Art. 9º, § 1º, alínea c.

<sup>6</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. COPAGRA. *Reunião de diretoria e conselho de administração*, realizada em 26 de agosto e 4 de setembro de 1971. Nova Londrina, 1971. Atas n. 95, 97, Livro 2, f. 42, anverso e verso f. 46.

sentadas vão dos desacertos interpessoais a problemas de desacordo com a política da cooperativa; de motivos conjunturais de ordem econômica a vagas imputações ao sistema cooperativo.

O discurso é dúbio. Ao mesmo tempo em que a cooperativa é vista como auxiliar nas dificuldades, ela é vista como um sistema rígido em termos de acerto financeiro; e há que se

buscar um culpado: Eu sô proprietário de oito alqueire e meio. Tenho café e pasto e ... e agora ... acho que vô pô cana ... uns quatro alqueire. Eu mesmo toco a lavora, junto c'lo meu fio. Sô tô na cooperativa praquê eu acho que se a cooperativa num dá assistência prá gente, quem vai levá? A sinhora não acha? A gente pode até levá algum tombo. (...) Eu levei prejuízo de vinte milhões, não é culpa minha ... nem da cooperativa. A culpa toda é do Governo. (...) Na cooperativa eu participo com o produto ... eu ... eu me entendo bem c'lo presidente. Mas também ... nem sempre entreguei o produto na cooperativa ... mais devido o pobrema de preço. Aqui é bom ... é um capital que tá guardado. Vendendo a particulã, já se acerta e num tem muito pobrema ... Mais facilidade prá gente. É que ... é que é dívida de Banco (...). Uma coisa eu digo prá sinhora ... consigo dinheiro co'a cara limpa no banco. Isso não é preocupação prá mim. Nunca percisei de dinheiro da cooperativa.<sup>7</sup>

Sem outros meios para avaliar a situação em que se encontra, o produtor em dificuldades financeiras para reproduzir o processo de produção nas condições anteriores, que ele lembra como uma fase áurea na região,<sup>\*</sup> imputa ao governo a falta de controle para as "coisas que acontecem". O governo enfeixa para ele todas as decisões que lhe escapam. O comando da vida econômica é regido pelo governo: "O essencial... o fun-

\* Antes ... ah ... antes a terra era bonita. Agora existe muita dificuldade na terra. Se os agrônomo descobri tá bom. Se não ... fica assim mesmo. Entrevista com cooperado, concedida em 27 fev.1979. In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Itaúna do Sul, 1979.*

<sup>7</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Marilena, 1979.* Entrevista com cooperado em 25 fev.1979.



damento ... eu acho ... é a lavoura. Se o governo não dá assistência assim, se não dá valor ao produtor da roça, o povo vai embora, desanima. O governo dando amparo a mais, tá cortando o mal pela raiz. O povo sai prá cidade ... tá esbanjando ... tá consumindo ... num tá plantando. Se o governo abri os olhos é nessa parte, é na lavoura, que tem que cuidá. Cereais que necessita, sai da lavoura. Se consome, não aparece o produto. Mas como, se o governo não dá ajuda pro povo pará no lugar da lavoura?<sup>8</sup>

A verdade é que a política agrícola brasileira tem primado pelo seu caráter casuístico no encaminhamento das soluções. Estas terminam por afirmar a insegurança em que vive o agricultor na sua programação e a tendência a perecer diante dos crescentes custos, inclusive os financeiros - O negócio é que o governo abre as portas do financiamento prá cooperativa e só dá 80% do preço mínimo e pros picareta ele dá 100%. Se o governo mudasse essa política seria uma boa. O financiamento sai fácil, mas prá entrega do produto é que é difícil. É uma burocracia desgraçada e ... neste sentido ... a cooperativa perde pro particular.<sup>9</sup>

Daí que a intenção de explicitar essa ideologia de aceitação do grupo de agricultores cooperados implica, evidentemente, em fazer correlações entre os comportamentos significativos daqueles que vivem ou viveram aquela história particular e as demais transformações de aspectos da vida social, a nível institucional e regional. Isso porque, acredita-se que as ideologias surgem sempre como práticas de vida ligadas a uma concepção do mundo.\*

\* Segundo Gramsci, a apresentação histórica das ideologias e a formação de comportamentos sociais correlatos, derivam, em última instância, dos movimentos da estrutura, enquanto o caráter prolongado destes movimentos explica a permanência relativa das próprias idéias e práticas. Apud: BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: FERRI, Franco. coord. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 22.

<sup>8</sup> ibid. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado em 16 jun. 1979.

<sup>9</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 27 fev. 1979.

O sujeito "em situação" vai criando suas próprias representações das coisas, que dão liga ao universo de fenômenos vividos. Ele elabora uma gama de categoria inteligíveis, a nível do senso comum, de acordo com seus condicionamentos sociais e a linguagem que exercita nas suas formas referenciais. Essas representações reproduzem a realidade através dessa ótica condicionada, e podem bem ser diferentes dela e até contraditórias. A senhora mi pergunta porque eu tô na cooperativa. Pois é ... tem horas que se tem uma safra de milho e a gente vai na máquina e é aquele precinho abacaxi. Na cooperativa ... nela o preço é o mesmo, mas espera-se e tem um aumento (...). No ano passado muitos entregaram lá o café, como o meu sobrinho, e ... e não houve aumento nenhum, nem vantagem. Então quem é cooperado se decepçiona. (...) Também, bem que o governo podia melhorá o preço do café, mas em vez de subi, vai baxando, baxando. Sabe... é negócio lá fora, exportação, que a gente não entende. 10

A cooperativa nasceu como resposta às necessidades dos associados - colocar diretamente, sem intermediários, o produto no mercado, ou seja, agindo como uma máquina de beneficiamento de café de propriedade conjunta. A evolução da empresa multiplicou os serviços, atendendo a uma gama de necessidades dos associados, próprias do período capitalista que vivem (venda de insumos diversos, inseticidas, implementos; a diversificação no recebimento de produtos). Contudo, a necessidade básica, economicamente falando, o suprimento de capital - tão necessário para desenvolver a atividade agrícola - isso, a cooperativa não pode contribuir à altura das reivindicações, ou pelo menos, apresenta-se fraca institucionalmente, para poder assumir. Resultado: não desaparece o intermediário, pelo contrário, ele é ainda considerado "a salvação"

<sup>10</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 17 jun. 1979.

para os pequenos, que para ele vendem a vista: Entrei na cooperativa em 1966, proveniente do comércio de uma mercadoria que a gente vendia aqui ... e que ... que via vantagem. Café vendi só uma vez na cooperativa. Agora ... algodão entreguei várias vezes. (...) Dá prá esperá. Quando não, não. (...) Compro só o que eu acho que é vantagem e só entrego o que eu quero entregá ... ninguém me obriga (...) os financiamentos mesmo que eu consegui é por mim mesmo. Até os endossante meu são particulá. Nunca, nunca mesmo consegui dinheiro pela cooperativa.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> ibid. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado em 27 fev. 1979.

Na verdade, o aparecimento da cooperativa veio dar condições ao produtor de optar. As máquinas de beneficiamento de café, os cerealistas, os intermediários enfim, passaram a ter um concorrente. Se não existisse a cooperativa, o produtor venderia seus produtos em condições sempre menos favoráveis para si. Ela disciplinou o mercado local. E, embora enfrentando algumas dificuldades conjunturais, tem sido a alternativa para a entrega da produção, melhorando as condições de barganha do produtor rural.\*

\* Sô tô na cooperativa há três anos, mas faiz vinte que viemo de Mandaguari: meu pai e nove irmão prá trabaiã dezoito alqueire de terra. Hoje, a herança, metade é da minha mãe, lá em Marilena. Estô na cooperativa praquê eu sempre quis vir aqui. acho que tem vantagens. (...) eu vi esta cooperativa quando começo. Contam prá gente quem era o vêio Spadini e eu sei que isso tudo é projeto daquele tempo. Viu, dona, eu, eu sou sócio de um meu irmão mais vêio. Ele é que manda tudo ... sabe dos negócio, nóis num tem orçamento; Quando tem bastante produto nóis entrega na cooperativa, uma parte, e a otra, as veis, a gente vê o preço miôr. Nóis entrega o produto e controla a situação de crédito c'os otros tamém. Entregamo muita vecês no Troion e no Mezzaroba. (...) Crédito que a cooperativa é projeto de futuro. Antes eu comprava no armazém e a proposta era de trintã dias. A cooperativã favorece a gente em muita coisa. Veja ... aqui nóis compra por mais prazo. (...) Meu irmão assinou uns documento agora prá nóis plantã cana, praque o café tá meio vêio e num dá muito mais. Tô creditando nus graúdo que falaram na reunião que nóis vai lucrã com um alquere de cana vinte milhão por ano ... e ... eu tocando 7.200 cova de café com a minha família, não tiro nem quinze em todo o ano. Tenho dois alquere de café, mas eu não entrego tudo aqui ... eu controlo a coisa. As veis a gente precisa de dinheiro e vende a vista o café. Tenho vindo dá o café na cooperativa e peço o preço do dia prá saí já com dinheiro e espero o retorno. Sabe os que saíram, mais esperto em negócio, mais vivido, saíram praque estava descontente co'a cooperativa, co'administração. Eles diz que não vale a pena, que num ganha nada. Ora ... cada um tem um plano na vida. O meu irmão mesmo, num entrega aqui. Prá eles eu falo que isso aqui é bom, que nóis precisamos creditã neste patrimônio, que se num é a cooperativa, prá onde nóis vamo? Tá tudo ruim pru aqui, nada dá. O café tamém num é bom negócio e nóis precisamos creditar. Pur isso nóis vai plantã dois alquere de cana ... o café tá ficando meio vêio e nóis num tamo querendo plantã mais. Nóis somo pequeno, num temo empregado. Trabãio sozinho. Toco 7.200 cova de café sô eu, sô, e minha família. Nóis planta feijão e arroz no meio do café, mas a terra num é própria prá cereais, aqui não. In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 15 jun. 1979.

Além disso, deve-se levar em conta o papel histórico do intermediário.\* Não se pode, facilmente, passar sem ele, alerta GERBER ao se referir à meta sócio-econômica final das empresas cooperativas, ou seja, uma distribuição mais equitativa da renda. E acrescenta: as cooperativas, por sua própria existência, demonstram não ser ele (o intermediário) nem ao menos dispensável - pois elas mesmas nada mais são do que uma forma diferente (alternativa) de intermediário, que pertence aos próprios usuários. 12

Como organismo de defesa, a cooperativa tem sua ação frustrada diante dos mecanismos nem sempre flexíveis de comercialização, para competir numa economia de mercado. Seus ajustes institucionais para corresponder às exigências do capitalismo, que vem alijando o pequeno produtor de parte do processo, estão ainda aquém do ritmo cobrado.

A entrega do produto é o grande problema da cooperativa. Muitos cooperados são levados pelo interesse imediatista de levar o total do preço. E nem sempre a cooperativa consegue tudo. O Banco do Brasil dá 80% da produção.(...) Também deve-se considerar que os intermediários influenciam os cooperados pequenos ou descontentes. E são esses os que mais precisam da cooperativa. (...) Para eles (os pequenos) a cooperativa tem que só dar.13 O discurso dos dirigentes cooperativistas e daqueles que tendo grande produção optam com mais folga pela cooperativa, procura imputar ao agricultor endividado apenas as conseqüências de tão oportunista conduta.

O cooperado, em geral, é visto pelos dirigentes como

\* Existe um evidente exagero ao se aventar o princípio da supressão do intermediário, quando se trata de cooperativismo.

<sup>12</sup> GERBER, Henry H. Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação do cooperativismo nos países em desenvolvimento. In: *A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico* (coletânea). São Paulo, s.c., 1973. p. 50.

<sup>13</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado-fundador em 17 nov.1978.

um agente "imediatista", que só visa lucros, quando são todos partícipes, em maior ou menor grau, de um sistema de produção agrícola dominado pelo capital comercial. Aprecie-se a situação: Sê sincero co'a sinhora, o ano passado eu devorvi a sacaria. Achei preço mió em otro lugã. Eu precisava todo o dinhêro ... Por meu causo eu colhi pôco café. Se eles na cooperativa pagarem a mesma coisa dos otros, eu entrego, se não, não. (...) O negócio é que se tirassem o crédito do Banco do Brasil, um sitiante igual eu, teria que vendê a terra.<sup>14</sup>

O sistema de crédito e financiamento da produção agrícola, estabelecido pela política econômica do governo, não visa como prioridade, a solução dos problemas agrários, mas a produção de exportação com vistas ao balanço de pagamento, a fim de sustentar o crescimento econômico da nação.

Na COPAGRA, por exemplo, durante a safra de café 1975/76, os dirigentes preocupavam-se com a possível ocorrência de uma situação de boicote na entrega da produção, tal como havia ocorrido na safra anterior, quando os cooperados omitiram-se durante sessenta dias, deixando a administração às voltas com o pessoal ocioso nas máquinas de beneficiamento de café. Somente quando os preços se retraíram, os cafeicultores, sem outra alternativa, entregaram o produto na cooperativa. Em 1975, devido ao fato de os preços da praça serem superiores ao adiantamento efetuado pela COPAGRA, esperava-se que somente com a retração do mercado o cooperado entregaria a sua produção.<sup>15</sup>

A preocupação dos dirigentes tinha fundamento, pois embora a cooperativa recebesse outros produtos, como o algodão,

<sup>14</sup> *ibid.* Itaúna do Sul, 1979. Entrevista com cooperado em 15 jun. 1979.

<sup>15</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração* realizada em 12 de agosto de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 193, Livro 3, f. 109-10.

cujo faturamento era mais elevado, os cafeicultores representavam o maior número de cooperados operantes, sobretudo, na entrega do produto, ainda que, em termos relativos, essa participação tendesse a diminuir, conforme o quadro 25.

QUADRO 25 - ENTREGA DE PRODUÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ASSOCIADOS QUE COOPERARAM NOS ANOS 1973/1975/1977

Ano	Nº assoc. que entreg. prod.	Café	%*	Algodão	%	Mandioca	%
1973	296	239	79,7	75	25,3	145	48,9
1975	345	230	66,6	138	40,0	47	13,6
1977	401	223	55,6	129	32,1	160	39,9

\* Impossível somar as percentagens porque há cooperados que entregam mais de um produto.

FONTE: COPAGRA. Fichas de controle individual de entrega de produção.

A participação que ocorre define-se mais pela adesão individual a objetivos propostos do exterior ao seu meio, do que pela fixação coletiva de metas baseadas em interesses comuns.

O gráfico 15 demonstra como são os cafeicultores os que mantêm maior contato com a cooperativa, seja na frequência intensa às assembléias, seja ocupando postos na administração.

(A)

Enquanto isso a entrega da safra 1977/78 é marcada pela participação de novos cooperados, que ingressaram em 1977, a maior parte deles, pequenos cafeicultores cuja contribuição não ultrapassa a faixa das 10 toneladas.

Quanto à safra de algodão 1976/77, a cooperativa adotou como medida política, oferecer um bom adiantamento por ar-

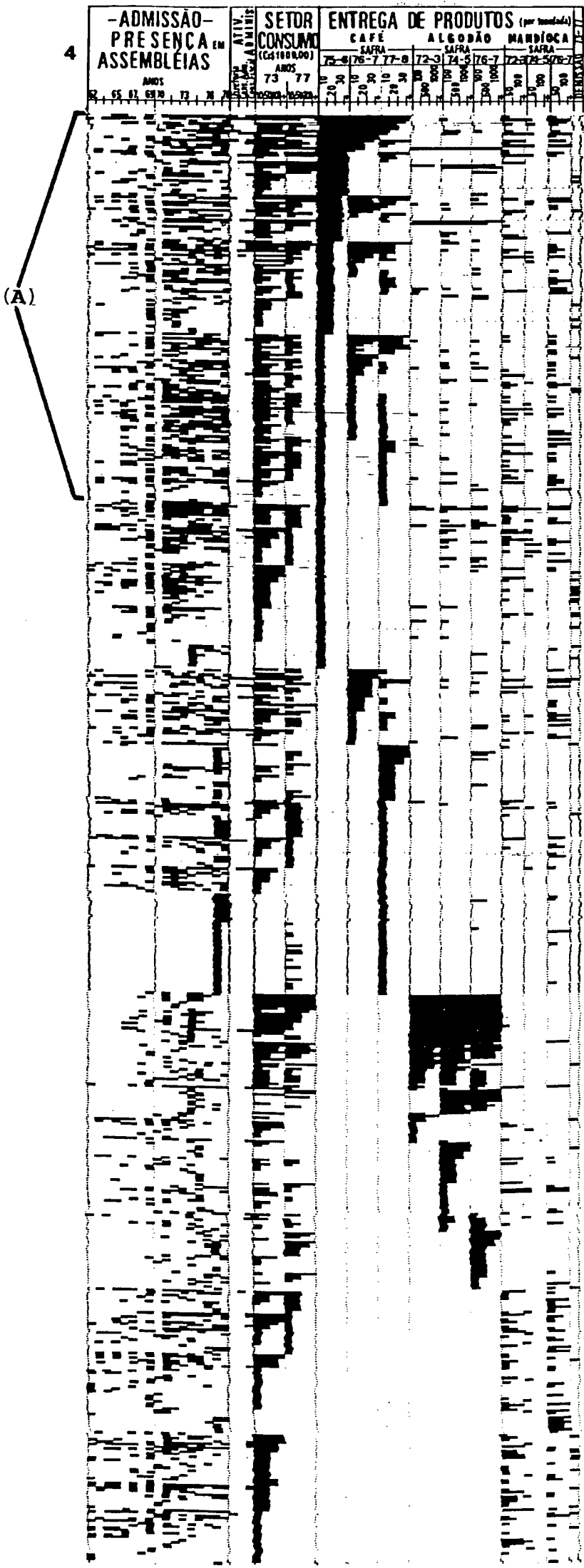


GRÁFICO 15 OS CAFEICULTORES NO COMANDO



roba e, mesmo assim, não chegou a satisfazer o produtor. Discutida em reunião de diretoria a situação de desconfiança gerada no cooperado, porque, acreditava-se, a cooperativa não tinha condições para oferecer um adiantamento daquele porte. Fato sabido - os concorrentes estavam pagando soma bem superior por arroba e fazendo, inclusive, adiantamentos compensadores. Daí a reflexão sobre a política utilizada, no sentido de melhor sensibilizar o cooperado, que nem sempre mostrava-se disposto a fazer a entrega de seus produtos com adiantamentos pequenos, preferindo vender a terceiros.<sup>16</sup>

A manipulação seguinte das fichas do fichário-imagem 2 (gráfico 16) confirma a diferença entre os cafeicultores (A) e os cotonicultores (B). Estes são mais recentes na cooperativa, comparecem às assembléias sem muita assiduidade, e entregam, em sua maioria, grandes quantidades de algodão em caroço, que ultrapassam em diversas safras a marca dos de 1.000 toneladas. Também são os cotonicultores que efetuam os mais elevados gastos no setor consumo.

Pela imagem do gráfico 17 fica claro que os grandes cotonicultores não entregam outro produto na cooperativa (A) enquanto outros produtores combinam café e mandioca (B).

Em 1977, a safra de algodão atingiu uma boa produção, bem como a sua comercialização, chegando a 62% a participação no faturamento global da cooperativa.<sup>17</sup> Na época, foram levantadas algumas questões, acerca da produção entregue no entreposto de Naviraí. Discutiu-se sobre as vantagens de adotar-se o sistema de fechamento para a comercialização do algodão,

<sup>16</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 7 de abril de 1977. Nova Londrina, 1977. Ata n. 220, Livro 3, p. 167.

<sup>17</sup> id. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, dezembro de 1977. n.p.

GRÁFICO 16 - PRODUÇÃO DOS COTONICULTORES

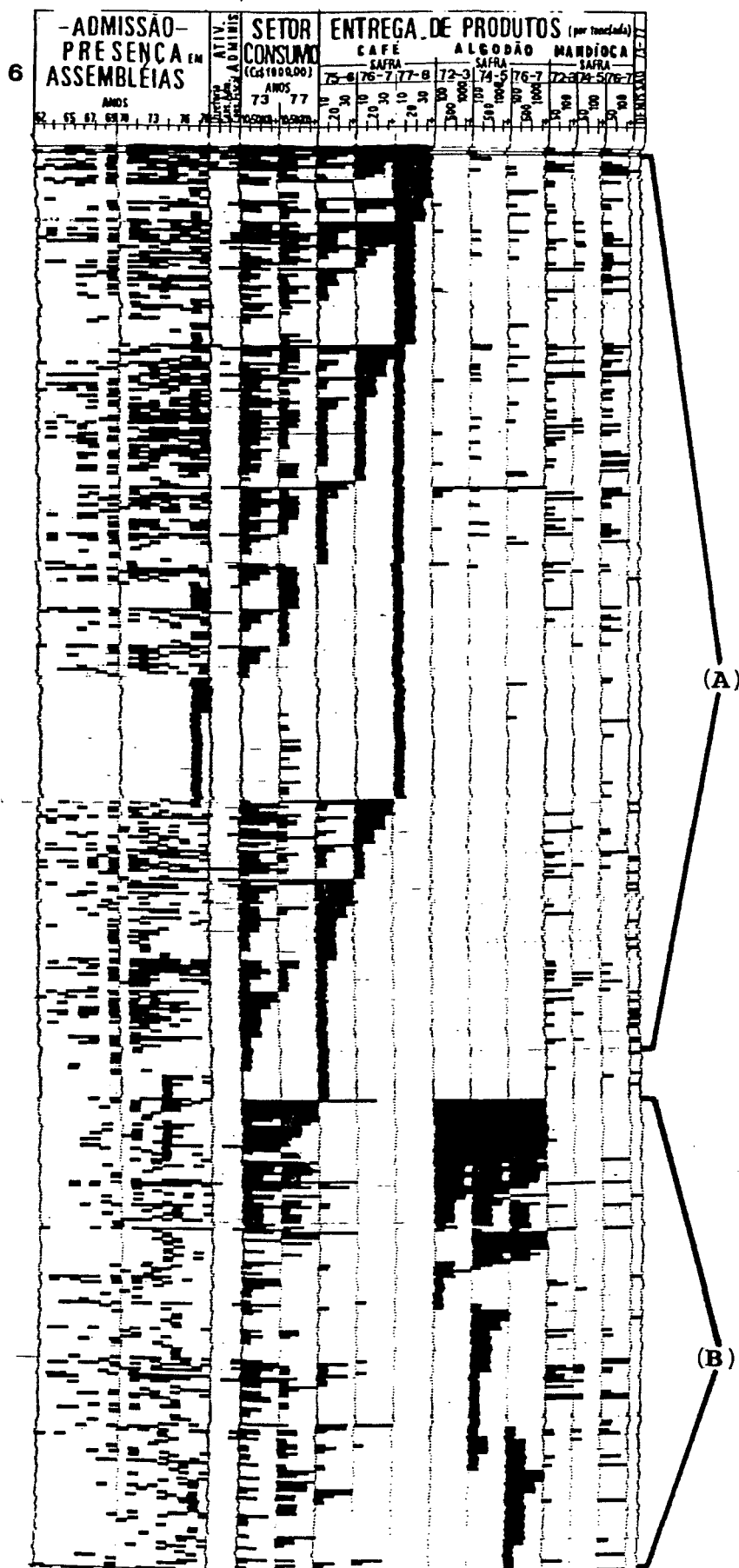
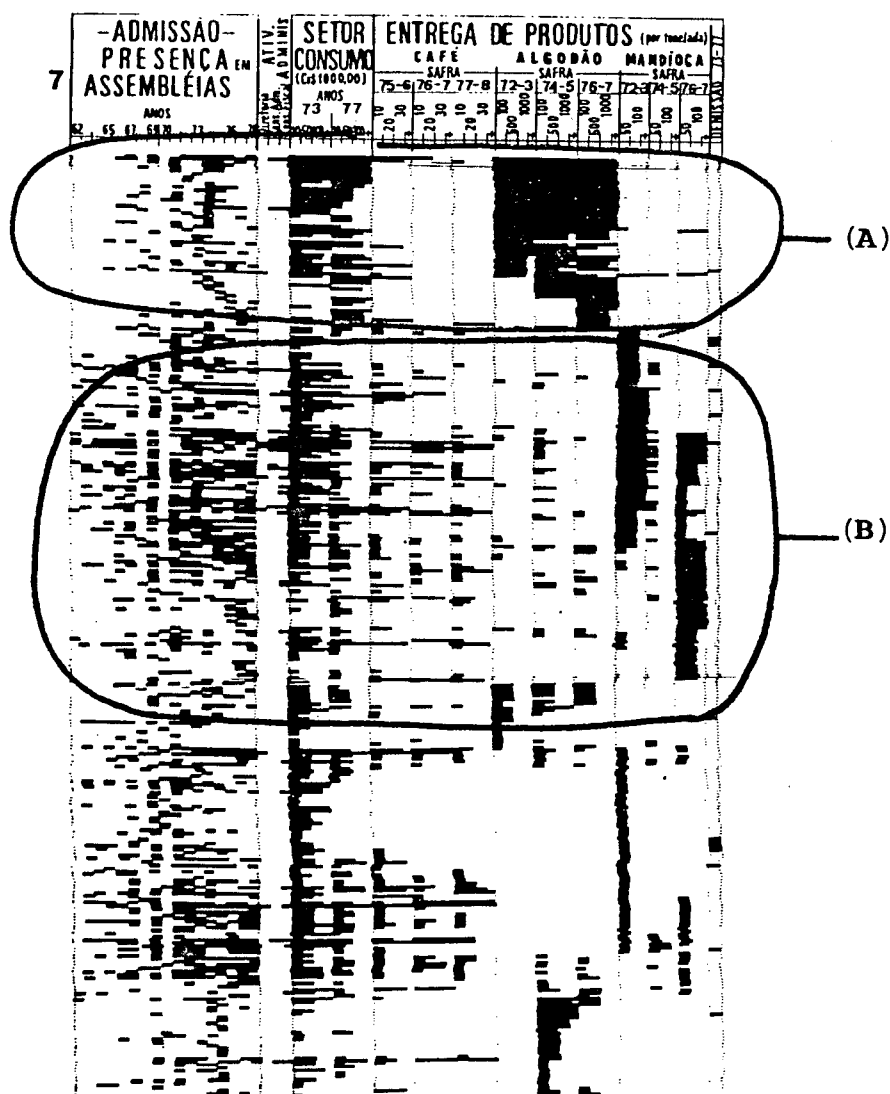


GRÁFICO 17 - OS MÉDIOS PRODUTORES DE CAFÉ E MANDIOCA



baseado no preço médio. Alguns dirigentes eram de opinião que aquele sistema não condizia com a realidade cooperativista, outros ponderavam sobre a falta de conscientização do cooperado para entregar seus produtos, receber 70% de adiantamento, e o restante somente após a comercialização, quando é feito o reajuste.<sup>18</sup> O fato é que a morosidade na comercialização, pela cooperativa, gera perda para o produtor. E... depois ... a entrega do produto está muito em função da confiança na diretoria. Ela deveria fazer propaganda como "já estamos recebendo café"; há necessidade de um trabalho de campo junto ao produtor.<sup>19</sup>

No ano de 1977 verificou-se um acréscimo no recebimento dos produtos agrícolas,<sup>20</sup> apesar da grande frustração pela comercialização do café que não se realizou, com graves problemas governamentais. O mesmo ocorreu com a fécula de mandioca, devido grande baixa de preço no mercado, o que ocasionou gastos com estoque e esgotou o capital de giro.\*

A representação periódica das crises institucionais, corresponde, via de regra, à corrente de crises na economia e freqüentes mudanças na política agrícola. Como um seu reflexo, grande ou pequeno, cada produtor rural ressentia-se da ins-

\* Quanto ao problema da fécula de mandioca estocada, parte da explicação da existência do problema vem de data anterior, quando amparada pela elevação dos preços da fécula, da farinha e do farelo no mercado, a administração da cooperativa ofereceu adiantamento aos cooperados numa média de Cr\$ 550,00 por tonelada de raiz de mandioca entregue, quando o preço mínimo era apenas Cr\$ 160,00 por tonelada. A queda dos preços nos meses subsequentes trouxe surpresas, decepções e prejuízos impossíveis de cobrir a curto e médio prazo. COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, dezembro de 1976. n.p.

<sup>18</sup> id. *Reunião da diretoria e conselho de administração* realizada em 7 de março de 1978. Nova Londrina, 1978. Ata n. 232, Livro 3, p. 202

<sup>19</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado-fundador em 16 nov. 1978.

<sup>20</sup> COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, dezembro de 1977. n.p.

tabilidade econômica. São essas, condições históricas concretas mais que suficientes para fomentar a união e interesses individuais na busca de objetivos comuns, para ensejar o surgimento de organizações cooperativistas. Entretanto, o que deveria ser uma arma de defesa esbarra em seus próprios limites e rompe-se a resistência. Com ou sem cooperativa, os produtores rurais lutam para a sua sobrevivência no mercado.

## 12. NAVIRAÍ - UM EXEMPLO DE EXERCÍCIO DO PODER

Pode-se dizer que a participação em uma organização cooperativa resume-se a um exercício político de tomadas de decisões, que envolve atribuições, representações e delegações de uns para outros, em maior ou menor grau. Esta prática política favorecida pela forma associativista, em certa medida está subordinada aos parâmetros específicos que sua natureza organizativa comporta. Ou seja, abrigando em seu interior, relações de poder, estas expressões políticas obedecem a regras de um jogo com princípios claros e bem definidos.\* Poder, entendido restritamente, como o processo pelo qual dentro de uma instituição indivíduos ou grupos podem exercer pressões que afetem outros.\*\*

O que se coloca neste capítulo é justamente um exemplo deste poder amparado legalmente, buscando reconhecê-lo sob

\* Basta lembrar que há uma legislação própria que regulamenta a ação cooperativista, e que cada unidade institucional possui os seus Estatutos Sociais.

\*\* Conceito dos mais controversos em teoria política-poder tem sido utilizado por diferentes correntes sociológicas que, não raras vezes, reduzem-no a implicações psicológicas (Kurt Lewin, por exemplo) ou a comportamentos de influência entre agentes sociais portadores de papéis a desempenhar, a nível de relações inter-individuais, como o faz o funcionalismo na Sociologia acadêmica atual. Mesmo certos autores, entre eles Dahrendorf, apresentam limitadas interpretações ao tentarem localizar os interesses de classe nas estruturas (situações). Esta posição crítica pode ser apreciada em suas nuanças em POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. Cap. 3, p. 95-116.

duas faces: uma, visível, contendo manifestações de questões rotineiras, a maior parte das vezes alimentadas por problemas reais; outra, embutida, agindo na sombra dos valores que permeiam a prática cooperativa, atravessando-se sobre a pauta da organização.\* Trata-se de acompanhar o grupo de cotonicultores cooperados, sediado basicamente no Estado de Mato Grosso do Sul. Grupo esse, que foi conquistando poder na cooperativa e medindo forças com os administradores, a par da importância que assumiu sua parcela de contribuição produtiva.

Está-se diante de uma estrutura de poder, com certeza. Sua composição apresenta-se temporalmente variável, em função dos rumos que a própria instituição tomou ao longo de transformações econômico-políticas mais amplas, como aquelas que afetaram a própria região.

Como durante onze anos de história da cooperativa (1966 a 1977) não houve renovação para o cargo de diretor presidente, ocupado por um cotonicultor, isso explica, em parte, o incremento de produtores de algodão como associados. Houve necessidade, inclusive, de se proceder a uma reforma dos estatutos sociais em 1966, legalizando o aumento da área de ação da cooperativa, estendida a alguns municípios de São Paulo e

\* Esta última face é o que BACHRACH & BARATZ denominam de área de "tomada de não-decisões". Alertam para que se perceba em estudos de poder aquela área igualmente importante, onde existe "mobilização de viés", ou seja, a possibilidade de indivíduos ou grupos limitarem a elaboração de decisões, influenciando os valores e preceitos observados, quando muitas vezes o contexto social apresenta sérios conflitos de poder, embora latentes. Consultar dos autores o artigo Poder e Decisão, da coletânea *Política e sociedade*, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevan Martins, São Paulo, Nacional, 1979. p. 43-52.

parte sul do Mato Grosso.\* (V. Mapa 4).

O entreposto de Naviraí, em Mato Grosso do Sul, criado em 1970, cresceu rapidamente. Com a operação da usina nº 2, em maio de 1973, o entreposto já podia desenvolver toda atividade peculiar à cooperativa, sob orientação direta da administração em Nova Londrina.

Para Mato Grosso expandia-se a fronteira agrícola e a corrida para compra de propriedades rurais.\*\* O Gráfico 18 registra, para os recadastramentos de 1973, 1974/75, 1976/77, extensas áreas de terras em Mato Grosso do Sul, mais valorizadas na medida em que contêm grandes rebanhos e/ou cultura de algodão, onde menor espaço é dedicado à cafeicultura.

Atente-se também para o número de propriedades com áreas além dos 200 ha cujo valor imputado não ultrapassava, muitas vezes, os Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Ainda não exploradas, essas terras são verdadeiros estoques à espera de valorização. Significam para muitos cooperados a segunda, a terceira ou até a quarta propriedade rural declarada aos cadastros da cooperativa.

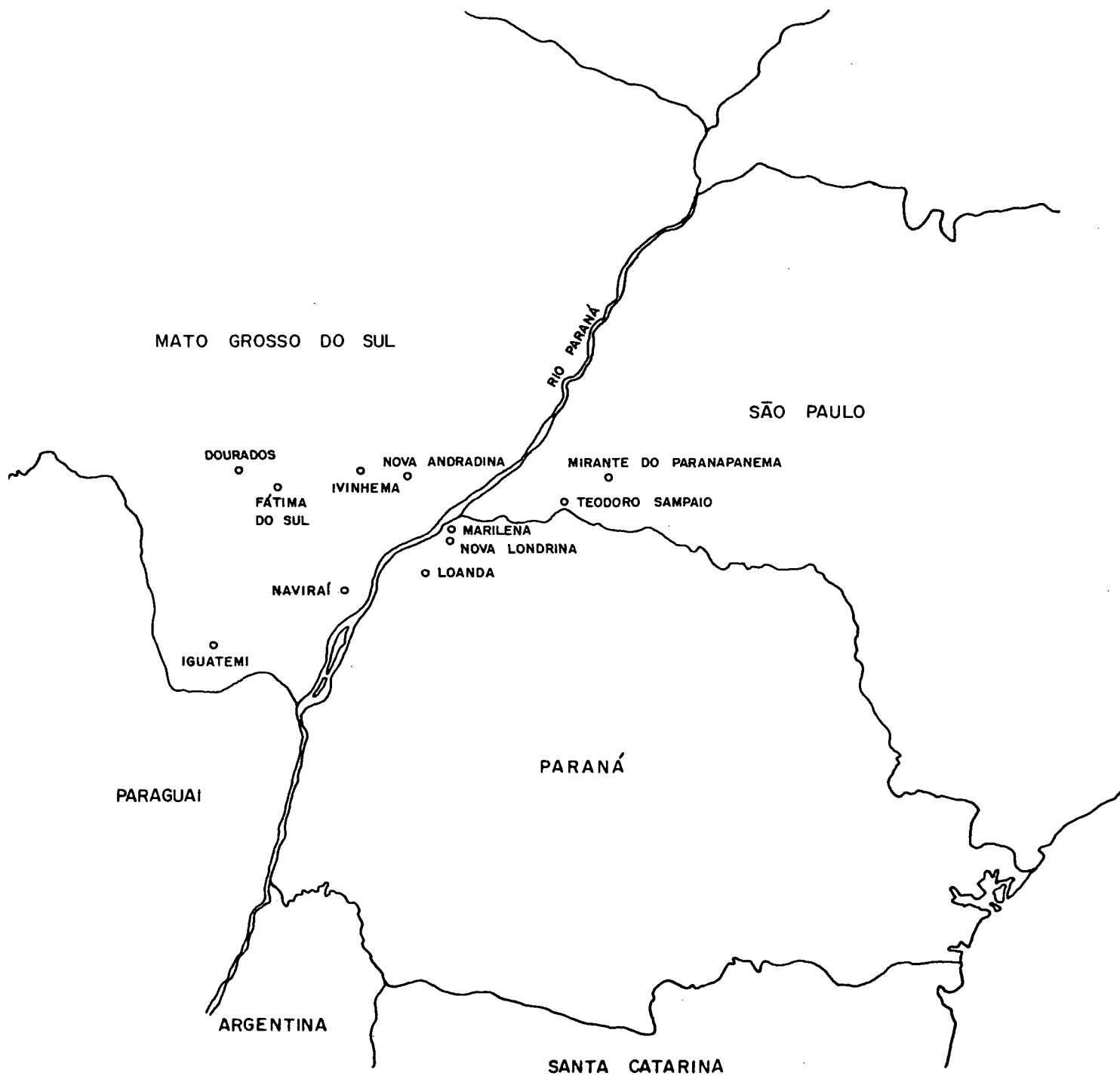
O algodão na década de 70 era cultivado em médias e grandes propriedades, localizadas geralmente em Mato Grosso do Sul, sendo os dados proporcionais às curvas de valor, com ápices bem elevados (mais de Cr\$ 3.500.000,00).

\* Aquela alteração estatutária dispôs também sobre as transformações político-administrativas que afetaram alguns distritos elevados à categoria de municípios e que passaram a integrar a área de ação da cooperativa no Paraná.

\*\* De volta de viagem ao Acre, Rondônia e Mato Grosso, membros da diretoria desaconselharam a aquisição de terras, nos locais onde estiveram, tanto por parte da cooperativa, como por grupos. COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 2 de setembro de 1972. Nova Londrina, 1972. Ata n. 117, Livro 2, verso f. 75.



**MAPA 4**  
PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE AÇÃO DA COOPERATIVA  
AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA LTDA.  
ESTADOS: PARANÁ, MATO GROSSO DO SUL E SÃO PAULO.  
1978





Aquela região, para a qual se expandiam os produtores do noroeste paranaense, passou em poucos anos à produção do café, levando à instalação de dois armazéns e uma máquina de beneficiamento de café em Naviraí, em 1974, mas a decadência da cafeicultura afetou sensivelmente a movimentação de produção na cooperativa. Por outro lado, cresceu a participação da produção algodoeira recebida pela cooperativa. (V. Quadro 26).

QUADRO 26 - PRODUÇÃO RECEBIDA PELA COOPERATIVA - 1969-1978

ANOS	PRINCIPAIS PRODUTOS		
	CAFÉ	ALGODÃO	MANDIOCA
1969	2 274,0	32 893,0	...
1970	...	8 217,0	228,3
1971	14 400,0*	5 458,5	3 770,4
1972	5 957,0	...	4 959,7
1973	2 066,0	8 638,0	15 780,7
1974	2 696,8	10 350,0	9 258,0
1975	2 071,6	11 754,5	826,0
1976	3 487,5	8 164,4	4 394,6
1977	3 026,9	10 761,8	15 361,8
1978	1 874,0	6 882,7	13 926,3

\* Maior safra de café que a cooperativa já recebeu.

FONTE: COPAGRA. Relatórios anuais da diretoria e fichas de controle individual de entrega de produção.

Nas safras de algodão dos anos 1973, 1974 e 1976, o entreposto de Naviraí respondeu com a maior parcela de contribuição, ou seja, cerca de 57%, 80% e 85%, respectivamente, da produção entregue à cooperativa. Esta alta taxa de participação produtiva trouxe, em contrapartida, um real posicionamento para as tomadas de decisão por parte do grupo de produtores dominantes. A princípio, algumas iniciativas de maior autonomia de ação, mais tarde, fazendo-se presença atuante.

O gráfico 19, resultante da manipulação das fichas daqueles que entregaram basicamente algodão nas safras alternadas 1972/73, 1974/75, 1976/77, é revelador da "performance" daquele grupo. Os cotonicultores que entregaram volumes maciços de produção, ultrapassando com frequência a marca das 1.000 toneladas por safra, dificilmente têm algodão combinado com outra cultura entregue à cooperativa. (A) Também o seu movimento no Setor Consumo apresentou-se relativamente elevado (B).

Embora tenham sido poucos os elementos que chegaram a ocupar postos na administração central da cooperativa (C) e tenham apresentado fraca e intermitente presença nas assembléias gerais (D), aquele grupo começava a deter o poder econômico; na verdade, o poder de produtores em dimensão comercial. E com isso, suas solicitações começavam também a pesar nas decisões da direção da cooperativa.

Em 1974 a assembléia determinou à diretoria passar uma procuração pelo prazo de dois anos, para dirigentes do entreposto de Naviraí, delegando-lhes amplos e ilimitados poderes para administrar seu entreposto ... podendo para tal, tratar de negócios preliminares concernentes à mesma, pagar e receber contas, comprar e vender mercadorias com prévia autorização da diretoria, podendo ainda, passar recibos, dar quitação, depositar e sacar dinheiro, emitir cheques, endossá-los e assiná-los. (...) Podendo ainda os procuradores tratarem dos negócios e representarem a cooperativa (...) nas repartições públicas federais, estaduais e municipais, assinar livros e papéis fiscais, resolver e liquidar questões trabalhistas, representá-la em juízo, ficando vedado aos procuradores apenas a emissão, endosso e/ou aval de títulos bancários, contratos de financiamentos e outros documentos constitutivos de obrigações em nome da cooperativa.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. COPAGRA. *Assembléia geral extraordinária*, realizada em 21 de abril de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 42, Livro 2, f.6-7.

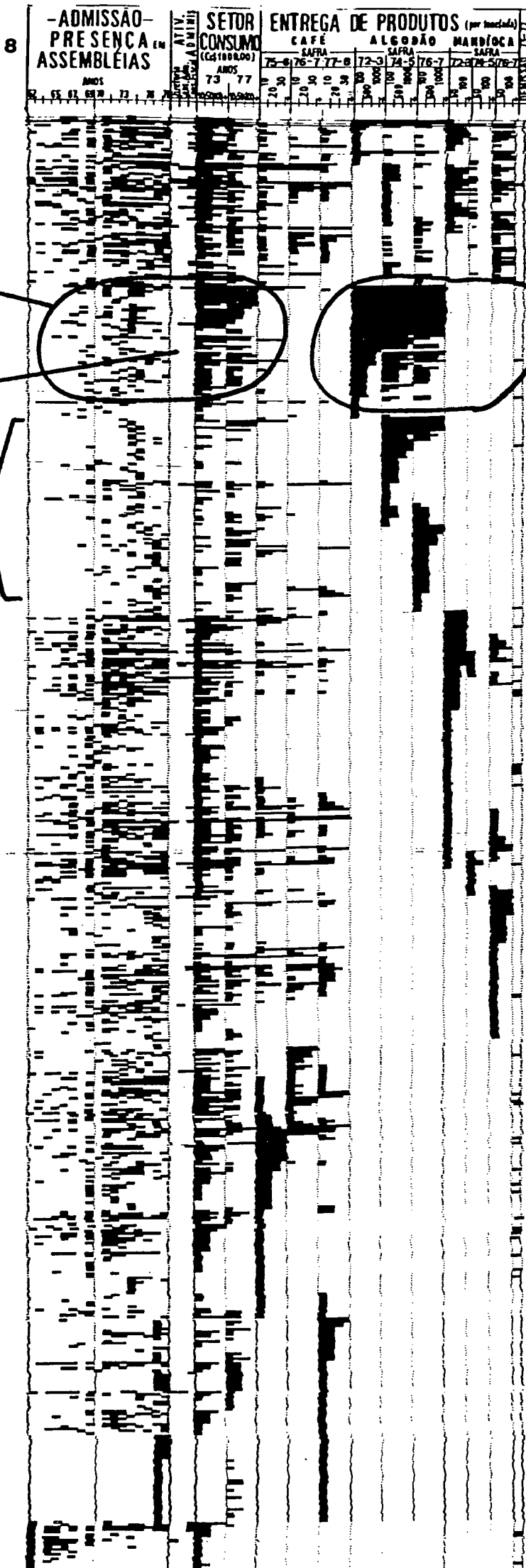


GRÁFICO 19  
"PERFORMANCE"  
DOS PRODUTORES  
DE ALGODÃO

Por essa época ainda não se suspeitava da natureza e direção do fortalecimento do referido entreposto, que ganhava autonomia não só pela distância que o separava da sede da cooperativa, mas pela força de uma região de recente exploração em Mato Grosso do Sul.

Ano negativo para a cultura do algodão, 1975 trouxe chuvas durante a época de colheitas, doenças e também alta nos preços de inseticidas. Em consequência, adveio uma quebra não prevista na produção. Face a esses problemas, os cotonicultores compareceram à sede da cooperativa, representando subgrupos. Enumeraram as garantias que poderiam oferecer para obter prorrogação do débito e concessão de recursos para preparo da próxima safra, apresentando as razões da necessidade de liberação imediata do financiamento. Contavam com aquele recurso para pagar os colhedores. Insistiam junto à diretoria quanto à impossibilidade de liquidação dos débitos bancários e com a cooperativa. Propuseram que os débitos dos cotonicultores passassem para a cooperativa. A resistência por parte da diretoria para uma solução dessa natureza veio naturalmente, já que a cooperativa não dispunha de imóveis ou bens que pudessem ser oferecidos em garantia, o que representava uma sobrecarga.\*

O entreposto de Naviraí apresentava irregularidades em seu funcionamento. Poucos meses depois, foi demitido o gerente e ponderou-se o afastamento do administrador-chefe, visto

\* Antes mesmo desta tumultuada reunião de diretoria, onde se distinguem diferentes interesses, alguns cotonicultores, em grupos ou separados, já haviam conseguido empréstimos financeiros junto à cooperativa. Cf. Atas de reuniões da diretoria e conselho de administração, n. 160, 189 e 190, realizadas em 5 de dezembro de 1973, 3 e 20 de junho de 1975, respectivamente. Nova Londrina, Livro 3.

a sua influência como "líder da colônia japonesa" - maior força da cotonicultura da região.<sup>2</sup>

A pressão aumentava, a ponto de ser realizada uma reunião da cúpula administrativa no referido entreposto. Na ocasião, os dirigentes ouviram reivindicações dos cooperados produtores de algodão, que desejavam adiantamento de 30%, tomando por base o preço mínimo da bolsa. Duas opções para negócios foram aprovadas: ou o cooperado ao entregar a produção de algodão pediria que se efetuasse o fechamento, ficando em consequência, sem o direito de retorno, dado que nessas condições receberia o valor do preço do dia; ou o associado entregaria o produto, receberia apenas o adiantamento, aguardaria a comercialização e após a assembléia geral ordinária seria creditado o retorno.<sup>3</sup>

O jogo de forças continuava. Quando da proposta de criação de um entreposto em Querência do Norte, o representante de Naviraí teceu considerações sobre a pequena produção de algodão daquela região paranaense, sua proximidade à sede da cooperativa e sobre as despesas para instalação de um entreposto, nem sempre restituíveis.<sup>4</sup>

Em agosto de 1977 já circulavam rumores em Nova Londrina sobre um possível desmembramento do entreposto instalado em Mato Grosso, e a intenção de seus administradores de transformá-lo em cooperativa autônoma. Alegavam que o entre-

<sup>2</sup>COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 12 de agosto de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 193, Livro 3, p. 109.

<sup>3</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 20 de fevereiro de 1977. Naviraí. 1977. Ata n. 217, Livro 3, p. 160.

<sup>4</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 7 de abril de 1977. Nova Londrina, 1977. Ata n. 220, Livro 3, p. 166.

posto estava amadurecido para emancipar-se e que mesmo os dirigentes de órgãos de crédito apoiavam tal desmembramento. Demonstravam alguma apreensão a respeito do projeto de instalação da destilaria de álcool em Nova Londrina, dada a possibilidade de ser onerado por hipoteca todo o patrimônio da cooperativa. Na sede, a notícia causou transtornos, visto que a cooperativa viria a se ressentir com a falta do entreposto, e seria necessário um certo tempo para sensibilizar os cooperados, a fim de que o fato ocorresse sem anormalidades.<sup>5</sup>

Em fins de 1977 e durante o ano de 1978, salientou-se uma corrente de oposição bem definida a respeito da criação da cooperativa em Naviraí. Uma forma de pressionar a diretoria foram as reivindicações crescentes: agilização da construção do escritório e a necessidade de instalação de mais uma máquina de beneficiamento de café em Naviraí.

Por questões legais, na verdade, não poderia ocorrer o desmembramento, e sim o cancelamento do registro e, conseqüentemente, a formação de duas novas cooperativas.

O movimento separatista resultou num bloco de pressão à diretoria sediada em Nova Londrina, concretizando-se com a não-entrega de produtos, principalmente algodão. A situação tornou-se insustentável.\* Em reunião com autoridades em cooperativismo no Estado, ficou decidido que apenas uma assembleia geral extraordinária teria poderes para decidir sobre o

\* Na sede, os dirigentes lançavam mão de medidas que pudessem evitar o desmembramento, como a abertura de uma conta bancária de algodão, exclusiva do entreposto de Naviraí, para ingresso de numerário de financiamentos em EGFs. Cf. COPAGRA. Reunião de diretoria e conselho de administração. Nova Londrina, 9 mar.1978. Ata n. 23, Livro 3, p. 207.

<sup>5</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 30 de agosto de 1977. Nova Londrina, 1977. Ata n. 226, p. 188-9.



desmembramento e, caso fosse aprovado, seria designada uma comissão para detalhar a questão.\*

Ressentindo-se da atuação do movimento, foi convocada e realizada uma assembléia em fins de 1978, quando foi tratada a questão da separação do entreposto, mas a maioria dos cooperados não a aceitou. Como prolongamento da crise, ainda na assembléia geral extraordinária de 1979, foi proposto e aprovado por unanimidade, conforme a leitura dos estatutos, a eliminação do cooperado-cabeça do movimento, integrante também do conselho de administração.

Levando-se em conta a natureza diferenciada das relações entre os grupos sociais dentro da cooperativa - produtores/proprietários rurais - percebe-se que sob a capa da prática dos princípios de poder, procura-se desviar o conflito social, enrustido em conflitos interindividuais e grupais. Isso porque esses mesmos grupos que dispõem dos recursos do poder, participam de forma efetiva no sistema de dominação social. São representantes de frações de classes sociais que estão no jogo das leis imanentes de concorrência da produção capitalista, as quais, impondo-se coercitivamente, instalam-se na consciência de cada capitalista, impelindo-o à ação.<sup>6</sup>

Por outro lado, não é assim tão perfeita a "automatização do aspecto econômico das ações", a ponto de fazê-las totalmente desprovidas de funções simbólicas, adverte BOURDIEU.

\* Estavam presentes àquela reunião de diretoria e conselho de administração realizada em 11 de outubro de 1978, dois representantes do INCRA (Coordenadoria do Paraná e de Mato Grosso), dois representantes da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR); representantes do BNCC, EMATER e ACARPA. Cf. Ata n. 242, Livro 3, p. 226.

<sup>6</sup> MARX, Karl. *O capital*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, v. 1, p. 364.

Ou seja, a ambigüidade das condutas expressas nas relações intencionais, que entre si estabelecem as classes sociais, contém marcas de distinções que se organizam como um sistema. Formam, portanto, um conjunto de atos e procedimentos somados ao sistema de posições estatutárias, como é o caso de uma instituição cooperativa, socialmente, bem definida. E a partir daí, a lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irredutíveis tanto às regras do jogo propriamente econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos: as relações sociais não são jamais redutíveis à relações entre subjetividades movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra "motivação" porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las, e por este motivo, estas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 23, 25.

### 13. AUTOGESTÃO E ALIENAÇÃO COOPERATIVISTA

No sistema cooperativo os associados desfrutam de dupla qualidade: são ao mesmo tempo prestatários e beneficiários dos serviços. Para essa característica aplica-se o princípio designado "controle democrático", calcado na singularidade do voto.\* Esta é, sem dúvida, uma das diferenças que as sociedades cooperativas guardam daquelas puramente comerciais. Como uma decorrência, a prática cooperativa implica na administração da empresa pelos próprios associados.

O controle democrático no sistema cooperativista implica em uma organização onde deve imperar um regime de liberdade, seja de reunião, seja de opinião, seja de voto, onde as limitações que se colocam sejam apenas aquelas derivadas das necessidades do objetivo coletivo. Basicamente, o caráter democrático da cooperativa está em poder propiciar a todos igual oportunidade de se inserir no mercado, de manifestar-se no processo de gerência dos negócios.\*\*

Em termos sociológicos não se pode conceber a autogestão apenas como uma idéia ou como uma forma de organização so-

\* Nas cooperativas singulares, cada associado presente ou representado não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. Art. 42, Seção I, Cap. IX, da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971.

\*\* Sabe-se ser um truísmo o pensar em igualdade social e não se vai aqui apresentar digressões teóricas sobre os conceitos de igualdade, liberdade e democracia.

cial, sob o risco de entrar em contradição.\* Isso porque, agindo ao nível do funcionamento de uma instituição e no domínio do campo de decisões, necessariamente ela deve estar ligada às relações das classes e essas são sempre relações de conflito. Logo, a autogestão só vai se realizar em condições democráticas plenas de admissão de esferas de oposição e contestação.

Um erro em que, comumente, se incorre, restringindo o foco da autogestão, é o de se supor que a massa democrática dirige as empresas e não é o que acontece; ela controla, sim, a gestão econômica.<sup>1</sup> Vale, portanto, penetrar um pouco mais na história da cooperativa em estudo para compreender as tensões e distensões pelas quais, administrativamente, ela passou. Destaca-se com isso, as formas de participação e princípios democráticos que se revelam diante das ações para a manutenção econômica da instituição.

Atravessando crise financeira em 1971, quando houve a proposta de incorporação de uma cooperativa vizinha para absorção do patrimônio, aumento do capital social e obrigação de saldar os débitos, expressou-se a preocupação com o gigantismo das atividades face à débil organização da cooperativa. Dada a série de empreendimentos de vulto, como é o caso da Fazenda de Mato Grosso e Usina em Naviraí, não se abrir outra frente sem que a COPAGRA tenha contratado uma equipe de técnicos que venham compor uma sessão de planejamento (...) só assim as aplicações financeiras estariam fora de quaisquer riscos que dependessem de prévio estudo técnico, acrescentando que reconhecia que as aplicações feitas até então, cujos estudos feitos pelo Sr. ge-

\* Sobre uma visão sociológica do problema consultar TOURAINE, Alain. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 143.

<sup>1</sup> WARBASSE, J.P. *Democracia cooperativa*. Buenos Aires, Ed. Americale, 1956. 28 p.

rente, este não poderia continuar se dedicando a esses planejamentos, o que seria atribuição de uma equipe de técnicos de que a COPAGRA já prescinde ... 2

Superava-se a primeira fase da cooperativa - a do ensaio e incipientes experiências, da crença no envolvimento pessoal para resolução dos problemas, quando havia lugar para um líder humanitário, idealista e paternalista, preocupado com o melhoramento das condições de vida do lavrador-cooperado. Enfim, a atuação do líder único era compatível com a fase de consolidação da instituição, e não se chocava ainda com as exigências que transformações na estrutura de produção da região vieram então acarretar.

A passagem para uma segunda fase coincide com as inúmeras mudanças dos anos 60. Ela é fruto da transição e do crescimento da cooperativa em moldes empresariais. Ampliada a rede de relações e a análise de conjunto, a preocupação fica mais voltada para o mundo exterior. Pode-se caracterizar esta fase como mais racional, mais formal, mais discursiva. Impõem-se as ações cada vez mais planejadas.

Como fonte histórica, as próprias atas das assembleias gerais documentam esta transformação: há maior presença de convidados às sessões (autoridades governamentais, representantes e gerentes de estabelecimentos de crédito, etc.); a linguagem apresenta-se de forma muito mais técnica, enquanto os programas de ação passam a ser a tônica, além da constante preocupação em diminuir os custos operacionais.

Gradativamente, a figura de um gerente polivalente, solicitadíssimo para quase todos os problemas, autorizado a tra-

<sup>2</sup> COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA. COPAGRA. *Reunião da diretoria e conselho de administração*, realizada em 10 de novembro de 1971. Nova Londrina, 1971. Atan. 100, Livro 2, verso e anverso f. 51.

trar qualquer negócio em nome da cooperativa, ganha contornos de questão administrativa centralizada. Inúmeras vezes, membros da diretoria chamaram a atenção do gerente para rupturas no sistema e/ou pequenos deslizes administrativos que já fugiam ao controle de um só homem. Aquele justificava-se que aos poucos as coisas iam sendo corrigidas e que dado o desenvolvimento da empresa nem tudo poderia sair perfeito.<sup>3</sup>

O crescimento da cooperativa, com o aumento de volume dos negócios e os novos empreendimentos diversificados e, espacialmente dispersos, visto o funcionamento dos entrepostos, justificavam em 1972 os estudos para uma reestruturação administrativa. Urgia a contratação de mais e mais técnicos.<sup>4</sup> Além disso, todo um discurso de convencimento da nova situação mostrava-se necessário: Temos pela frente uma reestruturação administrativa a fazer, as dependências de novos escritórios, um projeto de frigorífico de grande porte e, acreditem, é necessário mais do que somente capacidade de executá-los; é necessário a solidariedade e a compreensão dos senhores e, acima de tudo, a confiança total.<sup>5</sup>

De qualquer forma, as situações geradas pelo crescimento criavam novos desafios à administração, sendo endereçadas inúmeras críticas à cúpula dirigente, seja da parte de órgãos orientadores e fiscalizadores, seja da parte dos próprios associados. Aqui, uma constante: Vim de São Paulo e aqui na região eu tô há uns vinte e seis anos. Comprei terras de um fazendeiro de São Paulo. Eram grilada ... tive que comprá de novo. Desde o início, sô planto café - com todos os dano, o café continua sendo o melhô ... conservo o café no espigão e nas baixada ponho pasto. (...) Na cooperativa tô desde 1972 ... De lá prá cá ela embalou. Depois deu uma estabilizada. Ela

<sup>3</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 3 de fevereiro de 1973. Nova Londrina, 1973. Ata n. 126, Livro 2, verso f. 94.

<sup>4</sup>id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 2 de setembro de 1972. Nova Londrina, 1972. Ata n. 117, Livro 2, verso f. 76.

<sup>5</sup>id. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, 1972. n.p.

subiu ... ela evoluiu tanto ... mas a diretoria ... a diretoria não evoluiu, não acompanho. Tá se vendo em palpos de aranha. Agora... até uma empresa de organização de empresa foi contratada pra fazê a reestruturação.<sup>6</sup>

Dilui-se a fase do "líder necessário" dando lugar à fase dos dirigentes profissionalmente formados para administrar a máquina que se complexificou.

O cooperado passa a identificar a diretoria com a máquina administrativa e não mais com líderes próximos que com ele compartilhavam problemas idênticos. Por sua vez, a direção, por força do regulamento do cooperativismo, composta pelos associados eleitos, é, não raras vezes, influenciada em seu poder de decisão, diante da importância que adquiriu a administração gerencial treinada para negócios dessa natureza.\*

O novo organograma administrativo, aprovado em 1973, criou diversas gerências (comercial, administrativa, financeira, de produção) às quais ficaram subordinados os diversos departamentos e setores. Naquela ocasião, o presidente conclamava pela eficiência de cada um no seu setor, respeito à ordem hierárquica e compreensão das interligações necessárias entre os departamentos, a fim de que esta racionalização administrativa possa alcançar os objetivos de dar maior segurança e melhor rentabilidade aos cooperados.<sup>7</sup>

Em clima eufórico de expansão foi criado mais um cargo

\* Um exemplo de autonomização que vai ganhando o corpo administrativo em relação àqueles que, como cooperados estão em postos de direção, está na ocorrência em 1977: a diretoria viu-se obrigada a efetuar a demissão conjunta de sete funcionários do escritório, que ocupavam funções de comando, o que prejudicou inclusive o atendimento aos associados. COPAGRA. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, dezembro de 1977.

<sup>6</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 24 fev. 1979.

<sup>7</sup> COPAGRA. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 23 de maio de 1973. Nova Londrina, 1973. Ata n. 142, livro 3, p. 20.

- o de diretor superintendente - com atribuições de baixar ordens de serviço, expedir portarias e regulamentos, efetuar contratações e demissões de funcionários, bem como assinar documentos de crédito, juntamente com outros diretores. Face às elevadas despesas administrativas, ponderou-se a concessão de autonomia ao gerente para tomar medidas necessárias à contenção dos custos operacionais.<sup>8</sup>

Da exposição da política administrativa por parte da cúpula dirigente, os técnicos externos incumbidos de levantamento junto à cooperativa emitiram uma primeira impressão sobre os problemas da cooperativa em 1975 - residiam pura e simplesmente na falta de entrosamento, na falta de entendimento, na falta de união entre o pessoal da administração, e tão necessário para que o quadro associativo também venha a depositar maior confiança na administração, entendendo isso como ponto vital do desenvolvimento de uma organização, (...) não devendo haver exceções ou restrições nas medidas tomadas por uma administração com relação aos associados e, sim, todos devem ser tratados em igualdade de condições.<sup>9</sup>

Não faltavam explicações para o distanciamento que ia se criando entre a diretoria e os associados: Certamente quando os negócios não vão bem, uma administração recebe uma carga muito grande do corpo associativo, órgãos financeiros e a confiança recíproca se abala.<sup>10</sup>

Sabe-se que a hierarquização das classes em sociedade encontra clima para reproduzir-se na convivência dos agrupamentos sociais. Neste jogo de relações definem-se as posições: Óia, vim a reunião, eu venho sempre... eu escuto e aproveito o que é bom prá mim. Guardo nos'ovido e aprico o que acho miór. Eu num dô parpíte, num dô palavra. Afinar num tenho estúdo, num tenho leituras. Ficá na administra-

<sup>8</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 3 de julho de 1974. Nova Londrina, 1974. Ata n. 170, Livro 3, p. 64.

<sup>9</sup> id. *Reunião da diretoria e ...*, realizada em 9 de abril de 1975. Nova Londrina, 1975. Ata n. 185, Livro 3, p. 90.

<sup>10</sup> id. *Relatório da diretoria*. Nova Londrina, dezembro de 1975.



ção é pra quem tem preparo e sabe tocá isso aqui.<sup>11</sup>

As posições definidas são aceitas, apagando dois aspectos interessantes na experiência da cooperativa. Primeiro, não deixam emergir a situação de reais proprietários da cooperativa aos associados. Segundo, respondendo a um mecanismo social de diluição de oposições mais evidentes, superavalorizam o necessário aparato administrativo que a instituição requer para prosseguir como tal.

A aceitação de posições individualizadas como as mais competentes para o desempenho administrativo, encontra uma explicação sociológica mais oportuna na interpretação de STAVENHAGEN sobre a estratificação social, para quem ela não é um fenômeno que divide a sociedade, mas um fenômeno social, cuja função é a de integrar a sociedade.<sup>12</sup> Ou seja, as relações entre as classes propiciam a formação de "fixações" sociais, verdadeiras racionalizações do sistema econômico existente. Estas estratificações sedimentam justificações sociais e apresentam-se como fenômenos de superfície, aparências devidamente internalizadas pelos indivíduos em sociedade. Mesmo expostas à dinâmica das relações sociais, com sua carga de conflitos, as estratificações desempenham um papel altamente conservador, consolidando uma estrutura sócio-econômica determinada.

No dia-a-dia da cooperativa vão se delineando mundos

<sup>11</sup>ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 16 de junho de 1979.

<sup>12</sup>STAVENHAGEM, Rodolfo. *Estratificação social e estrutura de classe*. In: VELHO, Otávio Guilherme Velho et alli ... org. *Estrutura de classe e estratificação social*. 5.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 133-70.

distintos, que a autogestão, não-assumida por todos em igual medida de conscientização, não consegue esconder: O cooperado pensa que a cooperativa é só para benefícios. Quando ela deixa de oferecer tantas vantagens ou não tiver um bom lucro, os cooperados saem todos. Não entendem que a cooperativa é deles, são eles que a sustentam. (...) A cooperativa tem também uma política interna que diz respeito à administração e diretoria, que tem pequenas coisas ... que não podem chegar aos ouvidos do cooperado, senão fica desacreditada.<sup>13</sup>

O problema decisivo da autogestão não se situa, com certeza, tão somente a nível de participação de trabalho dos membros da cooperativa na administração, mas ao nível de planificação em unidades econômicas. A passagem do estágio de pequenas ao de grandes unidades econômicas, mais as transformações que afetam a economia geral, implicam também mudanças para as empresas cooperativas, forçando-as a adaptações.\*

Para tentar apreender esta adaptabilidade e o crescimento do poder de autogestão MEISTER traça quatro estágios baseados nas formas de participação e princípios democráticos dos grupos e suas condições de relações econômicas com o exterior. Estágios estes, genericamente coincidentes com fases

\*Em Nova Londrina, geograficamente, estamos mal situados como cooperativa. Estamos ilhados pelas pastagens. Em outras cooperativas o volume de produção, sendo grande, ele encobre os problemas de administração. (...) Cooperado não acredita em cooperativa pobre. Ela tem que crescer e a estrutura interna tem que acompanhar. (...) A questão confiança é muito importante - qualquer probleminha e os cooperados já se afastam. É difícil vencer o individualismo inalienável do ser humano." In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com técnico cooperativista, em 16 jun. 1979.

<sup>13</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...*, Palotina, 1975. Entrevista com dirigente cooperativista, em 18 jul. 1975.

da cooperativa focalizada.\*

No primeiro estágio, a conquista, predomina a crença nos ideais cooperativos, a colaboração igualitária de todos, o sacrifício dos membros e uma acumulação de capital que pode ser reinvestida.\*\*

O segundo estágio, o da consolidação econômica, resulta das inúmeras pressões exteriores que o movimento cooperativo recebe e, que o obriga a ajustar-se. Para aumentar a eficiência da organização e garantir o seu controle fortalece-se um núcleo central e impera a democracia delegada. É comum nesta fase muitas cooperativas sucumbirem.

No terceiro estágio, na coexistência, as formas de delegação de poder e de tomadas de decisão estendem-se a todas as atividades do grupo. O desenvolvimento da empresa e a organização racional da produção distanciam aqueles que dirigem dos que deveriam participar. A gestão que seria de todos fica

\* Restrito à análise genérica das transformações no interior das sociedades comunitárias e cooperativas; Meister aponta superficialmente para as modificações que se dão no próprio sistema econômico e que, em grande medida, vão condicionar a organização e funcionamento da própria empresa. Seu esquema é evolutivo, como se fosse possível pensar nas transformações sociais num contínuo. No entanto, os problemas que levanta são problemas estruturais, exteriores às empresas comunitárias e cooperativas. Neste ponto, a leitura de seu trabalho leva a reflexões perfeitamente aplicáveis a outros esquemas de análise, que procurem uma abrangência e explicações mais amplas e partam do empírico para testar hipóteses. MEISTER, Albert. *Problemas de la autogestión cooperativa y comunitaria. Comunidades*, Madrid, 2:188-51, ago.1966.

\*\* Spadini foi um guerreiro nesta cooperativa. Lutou com arma na mão. Morreu cedo, é uma pena. Ele nunca deixava o cara sem chumbo. Ajudou, ajudou mesmo. Fazia o máximo. In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado, em 15 jun. 1979.

restrita a um grupo.\*

No quarto estágio, o de poder dos administradores, tem-se o funcionamento da instituição nas mãos de especialistas, devido à complexidade da vida econômica e à ampliação dos aparatos administrativos. Neste estágio cessa o esquema democrático que deu origem ao movimento e embora não haja modificação nos estatutos jurídicos, o poder efetivo já não se encontra nas mãos dos sócios e seus representantes. O depoimento explicita o dilema: Enquanto há ainda os associados - fundadores, os cooperados têm mais confiança, o que deixa de existir quando estes diretores são substituídos por profissionais do cooperativismo. Está, então, criada uma barreira, acontece um distanciamento entre o associado e a diretoria. Eles não falam a mesma linguagem, não entendem o agricultor. Com o crescimento e a complexidade que as cooperativas atingiram ... sabe, elas cresceram muito, materialmente ... torna-se necessário uma administração de profissionais e isso pode ocasionar uma quebra no sistema cooperativista. Veja só, os agrônomos, o pessoal recém-formado, só tem teoria. Falta gênio pra lidar com o pessoal mais analfabeto. O agricultor ignorante sabe mais de agricultura que o agrônomo. O agrônomo não sabe aquilo que o agricultor quer saber. (...) O cooperado-colono é muito desconfiado ... e os técnicos não têm preparo para lidar com esse pessoal. 14

A questão da autogestão vem associada ao planejamento e como diz TOURAINE "contra ela articulada", porque é impossível conceber-se manifestações de autogestão em qualquer or-

\*"Muitos diretores não estão preparados para assumir a administração ... e ... é muito comum aproveitarem-se do posto. Dentro de uma cooperativa, dada a natureza e multiplicidade das operações, é fácil os diretores apropriarem-se dos mecanismos postos a serviço da cooperativa, como por exemplo: os financiamentos dados por bancos, a compra de insumos, a produção ampliada, pensando em vender para terceiros e ganhar". In: ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Mandaguari, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista em 15 jul.1977.

ganização fora do âmbito de um "planejamento democrático".<sup>15</sup> Assim, trazendo aspectos contraditórios dentro de si, mas que só desse modo se realiza, a autogestão atende às formas democráticas de planejar as ações, por um lado, e a reivindicações da coletividade, por outro. Enfrenta dificuldades - o formalismo democrático, as diferenças sociais, as facções ideológicas, os domínios de poder, os grupos de pressão - próprias de uma forma de desempenho institucional que tem de buscar em si a motivação para se reproduzir.

Compondo um quadro reflexivo da estrutura da sociedade, a cooperativa, em sua condição de autogestão democrática, subentende para seu funcionamento, a existência de um sistema de representação legítima de interesses, regido pelas regras da convivência social em seu interior. Se, mesmo dispondo dos mecanismos legais de participação cooperativa, deles nem todos os associados fazem uso e acabam por aceitar a ideologia dominante, desprovidos de qualquer sentido de mobilização: Sabe, eu participo, eu vou nas reuniões, eu voto aquelas coisas todas, mas nunca fui votado. Sabe, dona, eu não gosto de aparecê, não gosto de está na frente. Deixo isso pros mais competentes que a gente, aqueles mais sabidos e falantes.<sup>16</sup> Com uma tal postura fica, de certa forma, explicitada uma correspondência entre poder e saber, facilitando a acomodação de condutas e dificultando o reconhecimento da cooperação. Criam-se áreas de estranhezas, de não-identificação, de alienação cooperativista.

É opinião corrente e lugar-comum na literatura sobre cooperativismo imputar-se o fracasso cooperativista à falta de

<sup>15</sup> TOURAINE, A. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p. 143.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 24 fev.1979.

cultura dos elementos associados, à deficiente educação cooperativista, ao isolamento geográfico do produtor rural, quando semelhante estado de indiferença, pode também ser resultado de uma prática que não se completa, porque o contexto mais amplo a afoga. Como pensar em prática de cooperação em moldes democráticos e, porque não se dizer, idealistas, se esta mesma prática não é mais que uma parcela do exercício político mal exercitado, da prática econômica com todo o teor de racionalidade.

#### 14. ELES - A COOPERATIVA

Regida por princípios, leis e normas, que lhe dão caráter próprio - associação de pessoas formando uma empresa comum, gerida por essas mesmas pessoas, que assumem toda a carga de vantagens e riscos, com base na igualdade de direitos e obrigações - a cooperativa atua, por sua vez, em um meio presidido pela alta competitividade, impulsionado pelo lucro. Está, portanto, inserida em regras capitalistas de mercado.

Torna-se necessário suscitar então, formas de conciliar a organização interna com as solicitações exteriores que condicionam, inclusive, a sua sobrevivência. A ação cooperativa dá-se com a combinação das economias individuais na passagem para o mundo das trocas mais amplas. Assim, dispondo de uma cooperação formal, quase que exclusivamente apenas no momento da comercialização, a instituição traz a contradição dentro de si mesma. Ou rompe com o trabalho isolado na produção (mas, para tal, não dispõe de meios e nem a isso se propõe por constituição); ou, valendo-se do trabalho individualizado, cria mecanismos de viabilizar cada vez mais uma penetração no mercado em moldes empresariais, transformando-se em entidade-supra que paira além e sobre os indivíduos componentes. \*

\*A imagem evoca a concepção durkeimeniana de sociedade, fenômeno *sui generis*, irreduzível às manifestações individuais, porque "ela existe no todo e não nas partes." DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6.ed. São Paulo, Nacional, 1971. p. XXIII do prefácio da segunda edição.

Pela própria natureza solitária do trabalho agrícola, esse tipo de cooperação tenta fazer face a certos mecanismos de mercado, de difícil apreensão por parte do produtor isolado. Esta força que se forma em um ponto de todo o processo produtivo representa uma defesa de grupo, retorna porém, em benefício e fortalecimento da própria instituição, em grau maior que do elemento associado.

Paulatinamente, à medida que a cooperativa se fortalece para competir, ela vai alijando do processo de igualdade, proporcionalidade e equivalência social, os interesses dos cooperados, a ponto de poder dispensar, muitas vezes, a contribuição dos pequenos produtores: Nós, uns cinquenta cooperados com grande produção, garantimos o movimento desta cooperativa. Os outros milhares não contam muito.<sup>1</sup>

Tudo demonstra que a tendência da cooperativa é chegar, como empresa, a um sistema cada vez mais independente de finalidades. Existe, portanto, o perigo real de separação das economias membros - separação, distanciamento e até independência com relação a elas. Acompanhe-se o depoimento: Nos moldes atuais é impossível se pensar só no cooperado. Lógico que a cooperativa não deve ter lucro, mas ela deve programar seu crescimento como empresa. Ela deve extrair o máximo de rentabilidade em qualquer negócio - afinal, tem a concorrência das multinacionais. Veja ... este ano ... não fizemos mais adiantamentos, mas no ano passado já operamos com o que chamamos de "operação de fixação do preço ou fechamento" - a cooperativa compra a produção do cooperado. Ela não é mais só cooperativa, já é quase uma sociedade anônima.<sup>2</sup>

A cooperativa acaba exorbitando suas regras institu-

<sup>1</sup>ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais*; pesquisa. Maringá, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista em 17 jul.1977.

<sup>2</sup>ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com técnico cooperativista em 24 fev.1979.



cionais para se manter como instituição e servir de elo de ligação entre o mercado (lugar abstrato onde se efetuam as trocas) e o produtor (elemento agente-gerador do produto a ser trocado), amoldando-se (enquanto cria mecanismos para tal) ao processo de produção capitalista.

Não há qualquer incompatibilidade - as cooperativas funcionam integradas com o sistema que as criou, pois já lhes é quase impossível seguir com fidelidade os seus princípios. A ambigüidade revela-se na realidade do processo que lhe dá vida - a comparação apregoada no discurso de união das economias particulares conflita com a cooperação racional exigida pelo sistema capitalista.

Subentende-se muitas vezes que o poder emana das instituições e existem expressões, inclusive, que atribuem o poder a instituições. Ora, como diz POULANTZAS, as instituições, consideradas sob o ponto de vista do poder, não podem ser relacionadas senão às classes sociais que detêm o poder.\* E não são, cada instituição, para o seu funcionamento, tem uma estrutura que lhe é própria, que lhe garante organização independente dos representantes de classes sociais que atuam em seu meio. Isso porque, ela relaciona-se com outras instituições num conjunto estrutural, cujas articulações estão na dependência das diferentes organizações hierárquicas de cada uma, abrigando relações de força também de diferentes tensões.

Os associados dos primeiros anos da cooperativa em foco, acostumaram-se à ação do líder e defensor, num momento em que ocorriam relações pessoais muito mais face a face, este-

\* Para Poulantzas, poder é "a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos". Consultar de POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1970. p. 100, 111.

reotipando a igualdade social - todos estavam em processo de ascensão social. Fato esse, que não ocorre na atualidade, quando a estrutura social em rápida mudança, teve alargado o distanciamento entre pequenos e grandes proprietários dos meios de produção e também os não-proprietários.

No começo a cooperativa ajudou muito. Eu entreguei café durante muito tempo. Depois, foi diminuindo ... diminuindo ... o lucro foi diminuindo. E eu deixei de entregar também(...) No tempo do finado Spadini podia retirar renda, juro. Uns anos, no começo, dava muito lucro. De uns tempos prá cá, não sei porque ... não sei se é porque a gente entrega pouco ... eles não dão ajuda financeira. (...) a gente vendendo fora tem mais renda, ganha melhor em menos tempo. Se eu pudesse trabalhar como antigamente, eu tornava a por o café depositado na cooperativa. Agora já se vende o café na cooperativa. Não se deposita mais, esperando renda. Eu adoto que eles façam isso, acho bom.<sup>3</sup>

A cada passagem mais se afirma que a linguagem não suscita o que os homens têm a dizer. Não possui esse poder mágico, ou só o possui temporariamente, de maneira precária. O que os homens dizem vem da praxis: do trabalho, dos atos e das lutas reais.<sup>4</sup> Certo está que a linguagem mediatiza a ideologia e esta acaba ocultando as contradições sociais, já que sua função não é oferecer aos agentes um verdadeiro conhecimento da estrutura social, mas inseri-los de algum modo nas atividades práticas que suportam esta estru-

<sup>3</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 18 jun.1979.

<sup>4</sup> LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. São Paulo, Forense, 1968. p. 52.

tura.\* Comenta POULANTZAS que a ideologia dominante, correspondente à classe politicamente dominante nas sociedades divididas em classes, ao assegurar a inserção prática dos agentes na estrutura social, visa a manutenção, a coesão desta estrutura, o que quer dizer, a exploração e a dominação de classe.\*\* Portanto, é sob este prisma que se vai compreender também a ideologia dominada.

A estrutura da cooperativa no processo de desenvolvimento, determina também a natureza das relações entre os grupos sociais, seus componentes. Na abstração em que se envolve

\* Está ainda para ser traçado um paralelo entre historiadores e sociólogos sobre a concepção de estrutura. Braudel liga estrutura ao tempo, aos problemas da longa duração: "uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar". Para ele, as estruturas apresentam-se como limites para o homem e suas experiências (limites geográficos, biológicos, de produtividade, até espirituais, no sentido de enquadramentos mentais). V. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1972. p. 21. Para Vilar, por outro lado, "os problemas de estrutura, para o historiador, são os da composição orgânica dos grupos submetidos à sua observação". Consultar VILAR, Pierre. A noção de estrutura em História. In: BASTIDE, Roger. coord. *Usos e sentidos do termo "estrutura"*. São Paulo, Ed. Herder/Ed. USP. 1971. p. 135. Seriam as relações sociais duradouras e mutáveis ao mesmo tempo, a "composição orgânica dos grupos" a que se refere o autor? Do ponto de vista sociológico mais aceito e explicativo, o conceito de estrutura refere-se ao modo como se relacionam os homens entre si e com a natureza para produzir material e simbolicamente. Implica a totalidade social, isto é, a composição de níveis de uma estrutura em determinada formação social. Da articulação dos diferentes níveis e instâncias resulta a continuidade e também a transformação social. Torna-se difícil, portanto, dizer o que é uma realidade que perdura sem entrar na discussão do que seja infra e superestrutura, sendo que esta última abriga as ideologias. Para Miriam Limoeiro Cardoso a compreensão de ideologia depende essencialmente da compreensão que se adote de estrutura; porque acredita que a chave da diferenciação das interpretações da ideologia reside nas concepções de classe social. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil*; JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 51.

\*\* Poulantzas alerta para o caráter de opacidade da ideologia - não revelar os antagonismos em sociedade - bem como ao empregar o termo coesão, faz a aproximação com a metáfora "cimento" empregada por Gramsci para designar a função social da ideologia.

a instituição para o cooperado - necessariamente capitalista como empresa, mas não o suficiente para atendê-lo como produtor imerso em condições concretas de mercado - em suas representações sociais, paradoxalmente, ela se torna autônoma e independente, mascarando sua situação de co-proprietário, parte integrante e integrada para um funcionamento no mínimo compatível com seus princípios.

Já toquei lavora de mandioca e de algodão, mas só deu prejuízo. Hoje só cuido de café. (...) Plantei mandioca porque teve estímulo, a cooperativa só que recebia. Aquelas coisas ... havia retorno ... Um ano antes de eu entregã deu bom retorno. A gente ficou com aquilo. Aquela esperança de ganhã dinheiro. (...) Vantagem nenhuma ... foi prejuízo na venda. Não teve retorno. Na cooperativa, já fiquei uma vez na fila ... três dias, e acabei não entregando. O pessoal lá não colabora com o lavrador. Se tivê uma coisinha de nada, já recusam. Assim, os cooperado vai se enfezando. (...) Prã entregã na cooperativa é muito difícil ... eu mesmo, não entrego. Quando se entrega o produto diretamente pro dono é diferente ... parece que se tem mais confiança. Entrego nas máquinas. (...) É sempre assim, né ... um prã si, Deus por todos. Lá (na cooperativa) é descontado ... a gente paga. (...) Tudo é muito bom, desde que o tratamento seja correto. Mas ... não sei o que há ... sempre dá lucro e ... lá dentro, nunca.<sup>5</sup>

É por intermédio da troca dos produtos de seu trabalho, e só através desse intercâmbio, que se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados de produtores rurais. Como para os associados, a troca dos produtos na cooperativa, não se materializa imediatamente, não completa o outro lado da permuta, não lhes parece uma troca objetivada, tal qual aquela que ele estabelece com o dono da máquina de beneficiamento de café, por exemplo, com o ce-realista. Ou seja, a troca fica truncada. Ela não se efetiva

<sup>5</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 27 fev.1979.

por completo na e com a cooperativa, além de por a nu a sua condição de produtor categorizado - grande ou pequeno - ao receber posteriormente o retorno proporcional ao volume de sua entrega.

Como os dirigentes são também associados e/ou empregados da instituição, o cooperado não tem como identificar-se em termos de patrão, com o dono ou os donos do capital. Por isso, a contestação, o questionamento fica muito mais flúido a respeito dos lucros, do crescimento, da grandiosidade da entidade: Achei que era futuro ... prometia lucro. Um ano eu vi lucro na cooperativa ... foi em 1969. Mas, sempre, entregando. Daí, vi que a venda a vista é maior. Então, não entreguei na cooperativa. Então, eu tenho que cuidar o meu, eu mesmo. (...) Antes ... até o ano passado, eu cooperava ... mas de lá prá cá, tenho procurado a minha vantagem. O colono, como eu, tem que ganhar. Os colonos têm que ter lucro ... não dá, não dá. Não saio de lá. Prá mim, uma vez cooperado, sempre cooperado, não há nem vantagem em sair. Veja, eu entrei no início ... e ... hoje, ainda só tenho três mil quota-capital. Não cresceu, não cresceu nada. Onde é que está esse dinheiro? Todo negócio chega um momento que cresce sózinho. Na cooperativa, não ... ela está sempre segurando o dinheirinho da gente. Eles têm lucro, claro que têm ... Se a gente vê a máquina de café ter lucro ... imagine, a senhora, a cooperativa.<sup>6</sup>

A acusação se reveste de roupagem global - "A cooperativa não funciona". Concebem-na como uma máquina à parte, alheia, para em seguida a imagem ganhar contorno de uma direção responsabilizada pelos acertos e desacertos cometidos. Há um deslocamento e uma identificação, a cooperativa são eles - os diretores. É comum no discurso do cooperado a imputação "eles - a cooperativa".

Levando-se em conta que as manifestações ideológicas numa sociedade são determinadas pelas condições materiais de

<sup>6</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 26 fev.1979.

existência, o indivíduo ou o grupo posicionado no processo de produção de uma formação social, vai construindo o seu universo de significações significativas, pode-se dizer tautologicamente. Constitui-se dessa forma, um universo de representações,\* as quais evocam, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam) mas antes, a relação imaginária que o indivíduo ou o grupo mantém com as relações de produção.\*\*

Na verdade, as ideologias exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, política, moral, etc.), posições de classe, num jogo onde muito embora as condições econômicas sejam importantes, não são as únicas para definir as classes sociais, que mantêm entre si, relações fundamentais.\*\*\*

São participações desiguais, na proporção da representatividade material na sociedade, o que o gráfico 20 confirma.

\* O termo foi inicialmente utilizado por Durkheim, no sentido de que "a vida psíquica é um curso contínuo de representações, de tal forma que nunca se pode dizer onde uma começa e outra acaba." Considerando-as a trama dessa vida, Durkheim propunha serem as representações coletivas exteriores às consciências individuais, justamente por não derivarem dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, entendida, combinação. Remete-se a DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro, Forense, 1970. p. 22 e 34.

\*\* Poulantzas acredita que as ideologias, como um conjunto, num nível objetivo específico, de representações, de valores, crenças, fixam num universo relativamente coerente, não simplesmente uma relação real, mas também uma relação imaginária. Adverte que este imaginário social não é de modo algum redutível ou à problemática da alienação ou à da falsa consciência. Acrescente-se, descartando formulação de LUKÁCZ, Georg. *História e consciência de classe*. México, Grijalbo, 1968. Sobre a questão de que imbricada no funcionamento deste imaginário, a ideologia é necessariamente falseada, ver POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 201.

\*\*\* Para Althusser basta interpretar estas relações para reconstituir a própria realidade desse mundo. Esta é a sua tese número um, à qual se soma a segunda sobre a materialidade da ideologia, ou seja, a de que uma ideologia existe sempre num aparelho e na(s) sua(s) prática(s). Consultar ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Ed. Presença/Martins Fontes, s.d. p. 71, 77 e 84.



pende da diretoria, está nas mãos da diretoria."<sup>7</sup>

Assim, a nível de relações intercooperados, por mais que sejam aplicadas técnicas para personalizar estas relações na empresa e diminuir as tensões sociais, não conseguem, evidentemente, modificar as condições de composição e apresentação da estrutura social. Permanece a tentativa de atenuar a diferenciação que a necessária estruturação administrativa causou entre diretoria e associados. Ela está presente também no discurso do grande produtor-cooperado: No último ano estou desgostoso com a cooperativa. Levei prejuízo com o café e com o algodão também. Os culpados são lá cima, o governo, o IBC, os Ministérios, a administração da cooperativa. É verdade que a administração tem que saber como vender, não pode ter informação errada. Muita gente se afastou de lá e eu mesmo perdi a confiança e sei que não é questão de doutrinação. Hoje vou administrar o que é meu. Afinal, eles acham que a cooperativa não é de ninguém.<sup>8</sup>

O problema da falta de confiança dos cooperados na diretoria tem sido colocado com frequência pelos dirigentes e repetido pelos associados. Encobrem-se problemas mais sérios que o cooperativismo não tem dado conta - uma maior distribuição da riqueza.

Há uma nítida transferência de nível para a justificativa: do objetivo geral a ser atingido para a questão do crédito, a questão do voto de confiança naqueles que estão à testa dos negócios das cooperativas, etc. Aqueles, respondendo pela entidade, pela empresa - abstrata, complexa, pairando acima e sobre a cabeça dos cooperados. Estes, imputando à instituição, identificada com os diretores, as falhas, em geral administrativas, que revelam a importância de se manter uma en-

<sup>7</sup> ibid. Paranaíba, 1977. Entrevista com ex-cooperado, em 18 jul.1977.

<sup>8</sup> ibid. Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado em 17 nov.1978.



tidade próxima do cooperado, identificada com seus interesses; enquanto as exigências para sua manutenção são de ordem capitalista - de formar patrimônio para dar em garantia e obter financiamentos; de gerar capital para empreender operações cada vez mais complexas.

Concomitantemente, para chegar a uma posição decisiva para a vida da instituição, solapam-se aos poucos os meios de exercer democraticamente os seus direitos aos cooperados. A gente vai na assembléia ... participa. Eu mesmo participei já na administração. Mas hoje... hoje eu vejo que o colono vai na assembléia, fica quieto. Eles lá ... lêem uma página e do-  
bram a gente. Quando eles querem fazer uma coisa, o cooperado não impede nada.<sup>9</sup>

A força de uma assembléia soberana, capaz de destituir uma diretoria, mudar os rumos da política cooperativa, vai demonstrando importância frente a fenômenos de gigantismo empresarial e de conseqüente auto-exclusão do processo que a si se imputa a grande maioria dos cooperados: Eu mesmo não participo muito na cooperativa. Sô entrego o meu produto quando acho que vale esperã. (...) Venho pouco nas reunião e quando venho nas reunião eu fico quieto ... fico quieto, é. Não vou falã besteira, de coisa que não sei, né. Eles lá entendem do negócio da cooperativa. O que é que eu vô dã parpíte? Eles ... eles tão entrosado nos negócio da cooperativa. Tudo que eles fala, eu aceito porque não conheço. <sup>10</sup>

Para que os sujeitos sejam ativos na sociedade, faz-se necessária a existência de representações do mundo, sejam elas inconscientes, mecânicas ou parcialmente, conscientes e reflexivas. O fundamental é que estas representações ideológicas não se deixam perceber "ideologia", isto é, da mesma forma como a estrutura das relações de produção (...) não é imediatamente visível para os agen-

<sup>9</sup> ibid. Marilena, 1979. Entrevista com cooperado, em 25 fev. 1979.

<sup>10</sup> ibid. Nova Londrina, 1978. Entrevista com cooperado, em 16 nov. 1978.

tes, a estrutura e os mecanismos da ideologia não o são para os homens que lhe são submetidos: não percebem ideologia de sua representação do mundo como ideologia, não conhecem sua estrutura nem seus mecanismos. <sup>11</sup>

A partir da filiação à cooperativa, o grupo se reconhece como cooperado com toda a carga que a designação traz - cooperado - sujeito a ser auxiliado, ajudado pela entidade social. E não como um associado que contribui como parte de um todo, que só se faz todo, através do somatório das diversas partes. Este reconhecimento da existência da instituição como resultado da cooperação de todos, só acontece enquanto o sujeito vislumbra vantagens imediatas e concretas. Este é o reconhecimento que se dá de forma explícita no discurso dos dirigentes cooperativistas: Tem cooperado que só se aproxima da cooperativa pensando que vai lucrar, ganhar mais, que só vai receber benefícios. Poucos realmente cooperam. (...) O cooperado não está preparado, não entende que reunidos podem enfrentar as oscilações do mercado e valorizar os seus colegas produtores. Falta mentalidade cooperativista entre os produtores. Ainda há muito individualismo. Só procuram a cooperativa quando não estão bem. Quando tudo vai bem afastam-se, e é por isso que as cooperativas entram em crise. E as crises afetam mesmo. Os chefes têm que se virar, o cooperado não quer nem saber.<sup>12</sup>

O cooperativismo, como um sistema de idéias, cristaliza ideologias, e o primeiro sintoma dessa cristalização ideológica é a perda da faculdade crítica do próprio sistema: os que participam perdem, completamente, a capacidade crítica. Na fala dos dirigentes, por exemplo, reproduz-se o entendimento

<sup>11</sup> ALTHUSSER, Louis. Prática teórica y lucha ideológica. In: La filosofía como arma de la revolución. s.l., Cuadernos de pasado y presente, 1969. Apud. ESCOBAR, Carlos Henrique. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1978, p. 72.

<sup>12</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ... Paranaíba*, 1977. Entrevista com dirigente cooperativista, em 13 jul. 1977.

do cooperativismo oficializado, artificialmente estruturado, garantido como sistema graças ao apoio governamental maciço, às edificações e aparatos visíveis, as estatísticas que revelam as realizações. Um sistema vazio, entretanto, de participação efetiva, de trabalho conjunto de pequenos e grandes produtores, que não sejam apenas "número de associados" para divulgação, mas sejam sim, sujeitos de uma ação que os faz ainda mais sujeitos e não passivos "cooperados".

Ao auto-reconhecimento do associado como cooperado "uma vez cooperado, sempre cooperado, não há nem vantagem em sair"\* acopla-se o reverso da medalha: a existência da instituição, em nome da qual a ideologia cooperativista interpela os indivíduos a submeter-se às práticas que, voluntariamente, aceitaram. No caso do cooperativismo, essas práticas têm um campo de manobras, teoricamente, vigiado pelos participantes que, se não o fazem, se não cumprem esta cobrança, é porque não se integram completamente aos rituais, mas entregam-se, sim, às regras do jogo que o capitalismo define como as mais convenientes para o fortalecimento da instituição e não do grupo de produtores. Daí porque, a cooperativa cresce, capitaliza-se e, nem todos os associados experimentam igual ritmo de acumulação. Quando tenho boa produção eu entrego na cooperativa, senão, não. Se a gente tá um pouco apertado, não compensa entregã na cooperativa.(..) O sujeito faz o balanço da vida dele. Se deu prá entregã na cooperativa, entrega; senão, vende fora ... então ... então tem o dinheiro logo. Isso não acontece sempre... como se diz: quando não dá com machado, vai co'a foice.<sup>13</sup>

O cooperado não se identifica com a instituição que integra. Tende a agir e sentir-se como não-proprietário da coo-

\* Conforme nota nº 6 deste capítulo.

<sup>13</sup> ibid. Nova Londrina, 1979. Entrevista com cooperado em 24 fev.1979.

perativa, mas como um agente qualquer que aciona a instituição no momento econômico preciso, aquele que lhe convém.\*

O distanciamento que se instala entre o associado e a instituição - como se ele não fosse ela, na realidade - provoca a própria fetichização da entidade. A discussão se processa a partir dessa admissão em dois planos - da instituição e do cooperado, separadas as naturezas constitutivas de um e de outro.

O fetiche não se dá apenas enquanto produto agrícola-mercadoria, que se transmuda aos olhos do agricultor-cooperado. Como "a força fantasmagórica de uma relação entre coisas",<sup>14</sup> a própria entidade cooperativa é para ele um fetiche, já que não consegue apreender as complexas relações que se dão em seu interior e mais aquelas que ela mantém com o exterior.\*\*

Admitindo-se ser a forma acabada das mercadorias, a forma dinheiro, aquela que realmente dissimula o caráter social

\* MEISTER chama a atenção para o tipo de participação decorrente da evolução da participação voluntária e da transformação dos grupos voluntários em grandes organizações burocratizadas: "il s'agit d'une participation purement instrumentale, fonctionnelle, sans que l'adhésion (qui reste volontaire) au groupe crée un attachement de type émotionnel ou sentimental, (se rappeler à ce sujet les expressions - et les réalités qu'elles recouvrent - de 'fidélité coopérative', de 'grandeur militante', etc.)". Cf. MEISTER, A. *Vers une sociologie des associations*. Paris, Éditions Ouvrières, 1972. p. 19.

\*\* O conceito "fetiche" assume, neste estudo, sentido figurativamente aproximado àquele proposto por Marx - "relação entre coisas". Ele serve mais como recurso analítico para evocar uma imagem, do que para suscitar considerações acerca de sua origem na teoria marxista. Referindo-se à produção mercantil capitalista, que apresenta aos agentes econômicos uma relação social definida, o conceito atende, originalmente, à fórmula trinitária constituída de três pares: capital/lucro, terra/renda, trabalho/salário, que representa "a sistematização do que é percebido pelos agentes da produção, formas nas quais se inscreve a sua ação." Segundo ALTHUSSER, Louis et alii. *Ler o capital*. Rio de Janeiro, Zahar, v. 1, 1979. p. 148.

<sup>14</sup> MARX, Karl. *O capital*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, v. 1, Parte 1, p. 81.

dos trabalhos privados e, em conseqüência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de colocá-las em evidência, admite-se também que formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias.<sup>15</sup> Portanto, não há como esperar outra atitude, outra concepção das coisas, por parte do produtor-cooperado.

O aparente fetichismo ao nível do discurso exprime, de modo incongruente, um conhecimento intuitivo das condições reais do mercado, bem como revela a percepção que o associado tem da correlação de forças que ele mantém com a administração da cooperativa, e esta com seus concorrentes comerciais. A incorporação desse conhecimento, expresso nas atitudes e na prática econômica dos produtores agrícolas, mais do que na coerência e liquidez de seu discurso formal, refere-se a determinadas pressões materiais e constrangimentos objetivos a que estão submetidos - uns apenas para ganhar sua subsistência e outros para sobreviver mesmo no mercado.

Cultivo mamona e mandioca ... fiz financiamento. Arrumei uns arrendadô que não cuidaram de nada. Tã tudo no mato, dã té pena. Di contrato de um ano e me arrependo. Mas quando eu colho nem sempre entrego na cooperativa. Lã eu compro ... sempre faço minhas compra lã... mas entregã mercadoria ... é difícil. (...) A turma, você sabe comu é que é. A gente entrega e eles põe no nome do otro ... é difícil a gente entrã em acordo. (...) Em 76, eu fiz tudo: preparei a terra, fiz o financiamento, plantei e colhi. Na feccularia, o home cortô minhas cotas de mandioca, prá recebê dos otros. Ah ... o armazem, você sabe comu é que é ... te paga na hora. A gente entrega e eles acham ruim de pagã em sessenta dias.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> MARX, Karl. Op. cit. p. 84-5.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre ...* Marilena, 1979. Entrevista com cooperado em 17 jun.1979.

O mundo que se manifesta ao produtor-cooperado nesta prática fetichizada não é exatamente o mundo real, mas aquele da aparência das coisas. O seu conhecimento a nível de senso comum, como forma ideológica do agir cotidiano, projetando-se através das representações na familiaridade das categorias intelectuais que ele manipula, petrifica condições históricas determinadas.

Fato é que a instituição cooperativa reproduz com igual intensidade a estrutura de classes da sociedade onde se insere. Ao mesmo tempo, o seu crescimento, inevitavelmente, transmuta-a em empresa, face às pressões da concorrência. Assim, num segundo momento da história que se acompanhou neste estudo, presencia-se uma cooperativa que se sobrepõe ao associado e, a par disso, assiste-se em várias ocasiões a um discurso justificador dos novos encargos, na tentativa de transferir o mérito para o corpo de associados. A preocupação inicial, ainda romântica com a situação do lavrador, substituiu-se pela preocupação com a imagem da instituição. E esta, cada vez mais identificada com ELES - A COOPERATIVA.

## CONCLUSÕES

A história do noroeste paranaense não é algo particular e específico no sentido de história única, mas é significativa, na medida em que vive em curto lapso de tempo, os passos de penetração do capitalismo no campo. Do seu desbravamento nos anos 30, até a data-limite deste estudo, fim da década de 70, seu solo propiciou intensa relação homem/natureza, a ponto de exaurir-se para servir à exploração capitalista.

Da cultura do café à gradativa diversificação agrícola em substituição, as pastagens alastraram-se. Qual mancha de tintura no domínio de áreas, os rebanhos enxotaram o homem e sediaram-no nas aglomerações urbanas, quando não o fizeram avançar em busca de outras terras. Não bastou o determinismo das grandes geadas para "queimar" o café, o fogo nos planaltos passou a ser rito de iniciação e confirmação da presença do gado.

Conquistado metro a metro, cova por cova de café, o solo retalhado pelas companhias colonizadoras particulares foi apropriado juridicamente em pequenas parcelas. Na corrida para ganhar o mercado, os homens trataram de rearranjar-se e modificar a divisão da terra. Das pequenas e médias propriedades na região, o processo de incorporação encarregou-se de transformá-las em fazendas. Das pequenas e médias propriedades dedicadas com exclusividade à cafeicultura, assistiu-se à passagem por experiências com o cultivo da mandioca e do algodão.

Como um exército de conquista, os picaretas de terra, os formadores de cafezais, os reconstrutores de experiências agrícolas frustradas em outras regiões do país, os proprietários pela primeira vez, acorreram para o noroeste paranaense, reproduzindo com características peculiares a estrutura social. A propriedade da terra, uma vez mais, foi o passe para a circunscrição no mundo das trocas mais amplas.

O café no comando, imprimindo o seu ritmo de produto de exportação a todas as iniciativas, estigmatizou também ensaios de cooperação econômica. Marcados pela constante expectativa em torno da cafeicultura, os produtores reuniram-se em cooperativa. Ela encarnou a solução para fazer frente às máquinas particulares de beneficiamento de café e colocar mais diretamente em circulação, a produção. Nasceu a instituição, portanto, em função do café, e ao longo dos dezessete anos de estudos (1962 a 1979) despiu-se em parte da roupagem inicial para acompanhar as transformações na região.

Assim, as rupturas de modos de pensar e perceber o cooperativismo e as atividades econômicas, expressas nas representações dos entrevistados, não são meros frutos do acaso. São com certeza, determinadas de maneira complexa, assegurando uma função na formação social determinada. Constituem indicadores de mudanças infra-estruturais, que postulam novas formas ideológicas, para que a formação social reproduza-se em sua totalidade orgânica.

A compreensão do universo de representações sociais projetadas pelos produtores-associados ou não fez-se mais clara, por estar assentada na reconstituição histórica do mosaico cooperativista na região de Nova Londrina. Esta, por sua vez, prima por configurar uma "história do presente" ao com-



passo da curta duração, expondo-se à confrontação testemunhal do encontro entre duas ciências sociais - História e Sociologia. E só desse modo o debruçar-se sobre a janela de um estudo-de-caso tornou possível descortinar uma visão do conjunto.

Com a reunião de interesses individuais para atingir um objetivo comum - a colocação dos produtos a bom preço no mercado - o movimento cooperativista no noroeste paranaense caminhou de um espontaneísmo, principalmente de pequenos e médios agricultores; da atuação polivalente de uma liderança, plenamente identificada com os cooperadores nas primeiras etapas da organização; para fórmulas técnicas de estímulo à concorrência; para uma fase de constituição e preservação da imagem institucional; uma situação de atividades empresarialmente direcionadas. O primeiro momento da história da cooperativa esgota-se antes do término da década de 60 e o segundo, vem atrelado à reformulação da política cooperativista no país, a partir do início da década de 70, que permitiu às cooperativas crescerem em competitividade.

Como recurso inerente ao sistema capitalista, a cooperação econômica reafirma as contradições imanentes à lógica do processo produtivo. Daí que as formas que assume o cooperativismo amoldam-se às peculiaridades da formação social onde se insere. As cooperativas concorrem com as empresas de capital e não podem subtrair-se, sem graves riscos, às exigências gerais que regulam o mercado.

Somente a reflexão sobre a prática cooperativista esclarece condicionamentos estruturais muito mais fortes. Na dinâmica das adaptações - reestruturações administrativas, crescimento patrimonial, ampliação dos esquemas de comercializa-

ção, aplicação de um aparato legal de fiscalização - seus resultados vão ocorrendo improvisadamente, sem um apoio teórico coerente. Em consequência, tem-se um discurso meramente justificador de posições ideológicas assumidas, o que acaba por tornar o sistema cooperativo, presa fácil de manipulações por parte do Estado.

A relação com o Estado vem revelar o fenômeno da ampliação da instituição cooperativista, a um só tempo, protetora dos associados e disciplinante do mercado, maternal e burocrática. Através de um sentido integrado às diversas cooperativas, aquele discurso de legitimação, antes atado com fidelidade à doutrina, em nome dela ganha tonalidade de convencimento da necessidade de dirigismo para controle da máquina administrativa.

Por referência a um ideal de cooperativa que incorpora a própria essência da doutrina e, por ser este um padrão ideal e não concreto, é que se justifica a defasagem encontrada no discurso cooperativista, e aquela que se instala entre o aparato administrativo empresarial e o associado em sua capa de pequenez. Na medida em que a ênfase estabelece-se na não-identidade dos objetivos da empresa e do associado, na diferença entre dirigentes e dirigidos, os primeiros surgem como detentores de um poder coercitivo, exatamente como *eles - a cooperativa*.

As evidências levam a concluir sobre a participação desigual das diferentes categorias de associados nos processos de gestão, decisão e efetivo fruir dos bens e serviços prestados pela instituição. Estas diferenciações participativas entre os produtores emergem, apesar do discurso de igualdade, equidade e democracia. O controle da organização permanece nas

mãos de uma fração de classe, especialmente os grandes produtores e proprietários. As demais frações de classe, por não contribuírem com um fluxo mais denso de trocas participam, por sua vez, com certo grau de auto-exclusão.

Abrindo o círculo de entendimento da razão pela qual mesmo em empresas cooperativas, o exercício de autogestão termine por ficar embotado, cabe não apenas aventar a questão da dominação presente nas relações entre as classes e as frações de classe social, mas enfatizar o papel do Estado na gestão econômica. Também, porque a prática do cooperativismo requer o exercício democrático, e este fica prejudicado quando o contexto político mais abrangente é de tonalidade autoritária.

A cooperação econômica ganha então, um sentido normativo, tomando como referencial o homem, tratado abstratamente como uma categoria universal, despojada de relacionamento social intenso e condicionante.

Na verdade, os produtores rurais, provando condições de existência precárias e determinadas, expostos ao jogo instável da política agrícola, ao constituírem cooperativas, onde a incompatibilidade dos princípios ideais do cooperativismo esbarra com as exigências da prática econômica capitalista, aprendem a conviver, periodicamente, com crises institucionais que resultam, invariavelmente, em frustrações.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a história da cooperativa estudada reproduz a tendência das cooperativas brasileiras de produção agrícola, que vêm representando, nas condições históricas desta segunda metade de século, uma forma de atrelar o produtor rural à própria lógica de acumulação ampliada do capital.

## REFERÊNCIAS

## FONTES MANUSCRITAS

COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE NOVA LONDRINA LTDA.  
Nova Londrina. *Livros de atas de assembléias gerais ordinárias e extraordinárias*, 1962-1979.

\_\_\_\_\_. *Livros de atas de reuniões da diretoria e do conselho de administração*, 1964-1979.

\_\_\_\_\_. *Livros de presença de associados às assembléias*, 1962-1979.

\_\_\_\_\_. *Livros de matrícula de associados*, 1962-1979.

\_\_\_\_\_. *Fichas cadastrais dos associados*, 1962-1979.

\_\_\_\_\_. *Relatório das atividades da diretoria e balanços anuais*, 1963-1979.

\_\_\_\_\_. *Fichas de controle individual de entrega de produção*, 1966-1979.

\_\_\_\_\_. *Listagens do movimento no setor consumo: listagens de cálculos de retorno, etc*, 1963-1980.

SPADINI, Leonardo. *Correspondência expedida e recebida; arquivo particular*. Nova Londrina, 1965-1970.

ARAÚJO, Sílvia M. de. *Ação cooperativa entre produtores rurais; pesquisa. Entrevistas com produtores rurais cooperados ou não, ex-cooperados, dirigentes e técnicos cooperativistas, de municípios da área de ação da cooperativa e outras localidades do Paraná, realizadas de 1977 a 1979.*

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA. Nova Londrina. *Livros de atas das sessões ordinárias e solenes*, 1956-1978.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Curitiba. *Livros de registro de cooperativas*, 1916-1977.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Curitiba. *Arquivo de documentação de cooperativas de produção do Estado do Paraná. Coordenadoria Regional do Paraná, Grupo de Cooperativismo*, 1969-1978.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## OBRAS CITADAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977. 139 p.
- ALENCAR, Maria Helena. *Estudo de liderança e barreiras ao incremento de cooperativas em três municípios do Médio Jequitinhonha - 1966*. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1967. 92 p. Tese. Mestrado.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1970. 120 p. (Biblioteca de Ciências Humanas).
- ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. *Ler o capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. v. 1, 211 p.
- ARAÚJO, Braz José de. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 180 p. (Estudos Brasileiros 37).
- ARAÚJO, Sílvia Maria de. *O cooperativismo agrícola paranaense, segundo os arquivos da Junta Comercial do Paraná*. Curitiba, 1978. Inédito.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.
- BASTIDE, Roger. coord. *Usos e sentidos do termo "estrutura" nas ciências humanas e sociais*. São Paulo, Herder/USP, 1971. 197 p.
- BB vai instituir conta corrente para crédito rural. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 mar.1979, p. 32.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A intervenção do estado no período recente. *Ensaios de opinião*, Rio de Janeiro, 5:25-7, 1977.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade; tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1973. 247 p. (Antropologia, 5).
- BERTIN, Jacques. *Semiologie graphique; les diagrammes, les réseaux, les cartes*. 2.ed. Paris, Mouton/Gauthier-Villares, 1973. 431 p.

- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa, Europa-América, 1974. 179 p. (Saber, 59).
- BOGARDUS, Emoy Stephen. *Princípios de cooperação*. Rio de Janeiro, Lidador, 1964. 90 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. 361 p.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto-Lei n. 22.239 - 19 dez. 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. *Boletim informativo do Departamento de Assistência ao Cooperativismo*, Curitiba, (29/30):10-29 jan./abr.1954.
- \_\_\_\_\_. Leis, decretos, etc. Decreto-lei n. 581 - ago.1938. Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas, revoga os decretos n. 23.611, de 20 de dezembro de 1933; 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932. *Boletim Informativo do Departamento de Assistência ao Cooperativismo*, Curitiba, (29/30):4-10, jan./abr.1954.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 5.764 - 16 dez.1971. Define a política de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. *Diário Oficial*. Brasília, 16 dez.1971, Seção I, Parte I.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. 260 p.
- \_\_\_\_\_. Lucien Febvre e a história. *Revista de história*, São Paulo, 31(64):401-7, 1965.
- BRENES, Bolivar Cruz. Devemos capitalizar os excedentes das cooperativas? *Arco-íris*. Rio de Janeiro, (123):7, maio 1968.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 3. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1977, 211 p.
- CARDOSO, F.H. & MARTINS, C.E. *Política & Sociedade*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979. 433 p. (Biblioteca Universitária, 2; Ciências Sociais, 53).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 371 p. (Estudos Brasileiros, 14).
- CARVALHO, Horácio Martins de. Planejamento e estado nas sociedades capitalistas. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, 9:49-77, mar.1979.
- COLOMBAIN, Maurice. O estado e a cooperação. *Arco-íris*. Rio de Janeiro, (85):19-20, 22, mar.1965.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 33(55), maio.1979.

- COOPERATIVA Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda. *Estatutos sociais*. Nova Londrina, 1974. 38 p.
- COOPERATIVAS - estratégia para expansão do sistema; reformulação do BNCC e apoio oficial para desenvolver o cooperativismo. *Revista Visão*, São Paulo; 74-5, out.1975.
- CORREIA, Sêrvulo. *Cooperação, cooperativismo e doutrina cooperativa*. Lisboa, Ramos Afonso & Moita, 1965. 84 p.
- DESROCHE, Henri. El asociacionismo cooperativo como instrumento de desarrollo. *Comunidades*, Madrid, (9):141-55, dec.1968.
- \_\_\_\_\_. *Le projet coopératif; son utopie et sa pratique; ses appareils et ses réseaux; ses espérances et ses déconvenues*. Paris, Ouvrières, 1976. 461 p. (Développement et Civilisations).
- DURKHEIM, Emilio. *De la división del trabajo social*. Buenos Aires, Schapire, 1973. 346 p.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro, Forense, 1970. 99 p.
- FERRI, Franco. coord. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 257 p. (Perspectivas do Homem, 119).
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1972. 256 p.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959. v.31.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. (Perspectivas do Homem, 92).
- GAYOTTO, Adelaide Maria. *Formas primitivas de cooperação e precursoras*. 8.ed. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1976. 22 p.
- GRAHAM, Douglas & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1971. lv. mimeografado.
- HOLYOAKE, G.H. *Os 28 tecelões de Rochdale; história dos probos pioneiros de Rochdale*. Rio de Janeiro, Germinal, 1933. 124 p.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. (1930-1970). 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 316 p. (Retratos do Brasil, 83).
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p. (Rumos da cultura moderna, 26).

- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 187 p.
- LANGNESS, L. L. *História de vida na ciência antropológica*. São Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária, 1973. 120 p. (Antropologia e Sociologia).
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. São Paulo, Forense, 1968. 145 p.
- LINHAS de crédito cobrem só 20% das necessidades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 dez.1978.
- LIMA, Luiz Mendes de. Histórico do cooperativismo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (43):39-66, jul./ago.1974.
- LUZ FILHO, Fábio. *Direito cooperativo*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1962. 1 v.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia sistemática; uma introdução ao estudo da sociologia*. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1971, 211p.
- MARTINS, Araguaya F. Arregimentam-se cooperativamente os cafeicultores. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (62):9, 10, 18, maio/jun.1961.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975. 161 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- MARX, Karl. *O capital; crítica da economia política*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. v. 2, Livro 1. (Perspectivas do Homem, 38-A).
- \_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 136 p. (Pensamento Crítico, 3).
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. 351 p. (Novas Direções).
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, F. *Textos*. São Paulo, Ed. Sociais. 1977, v. 3, 381 p.
- MEISTER, Albert. *Participation, animation et développement*. Paris, Éditions Anthropos, 1969. 382 p.
- \_\_\_\_\_. Problemas de la autogestión cooperativa y comunitaria. *Comunidades*, Madrid, (2):118-51, mayo/ago.1966.
- MELLO, João Manuel Cardoso & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. *Escrita & Ensaio*. São Paulo, (2):1977.
- MIRANDA, Vera Mariza Henriques de. *Doutrina e empresa cooperativas: contribuição para o estudo do cooperativismo na "região de Araraquara"*. Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, 1973. 233 p. Tese. Doutorado.



- MONTEIRO, Alexandre Caminha C. Repasses através das cooperativas. *Rumos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1(6):36-7, jul./ago.1977.
- MOURA, Valdiki. Regras fundamentais na cooperativa de produção. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (46):15, jan./fev.1959.
- NUNES, Edson de Oliveira. org. *A aventura sociológica; objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 331 p. (Biblioteca de Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia).
- PARANAÍ 25 anos. *Diário do Noroeste*, Paranaí, 14 dez.1977. Caderno Especial. 36 p.
- PEREIRA, Luiz. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970. 158 p.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 368 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- \_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. 354 p.
- POULANTZAS, Nicos & MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o estado capitalista*. Porto, Afrontamento, 1975. 50 p. (Crítica e Sociedade, 2).
- (A) PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Artegráfica, 1973. 359 p.
- RAMA, Carlos M. *Las ideas socialistas en el siglo XIX*. Barcelona, Leia, 1976. 280 p.
- RANGEL, Ignácio M. Estrutura agrária, sociedade e Estado. *Reforma agrária*, Campinas, 8(6):25-33, nov./dez.1978.
- ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1973. 327 p.
- RIOS, Gilvando. Participação cooperativa e participação social; significado histórico da experiência Rochdale. *Cooperativismo e Nordeste*, Recife, 1(1):5-9, jan./jun.1966.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. 317 p. (Novas Direções).
- SIMONE, Célia Camargo de. Entrevista com Fernand Braudel; o historiador do cotidiano. *Revista de História*, São Paulo, 46, (93):231-42, jan./mar.1973.
- SMITH, T. Lynn. Observação sobre o estudo sociológico da cooperação. *Arco-íris*, Rio de Janeiro, (117):18-20, nov.1967.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Classes sociais rurais e cooperativismo agrícola; nota e pesquisa. *Revista Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, 9(1):68-77, jan./mar.1966.

- SONNTANG, Heinz Rudolf & VALECILLOS, Héctor. comp. *El estado en el capitalismo contemporáneo*. 2.ed. México, Siglo Veintiuno, 1979. 314 p. (Sociología y Política).
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Marginalidad, participación y estructura agrária en América Latina. *Demografía y economía*. México, 4(3):285, 1970.
- TOUCHARD, Jean. org. *História das idéias políticas*, Lisboa, Europa-América, 1959. 7 v., v. 5, 185.
- TOURAINÉ, Alain. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 208 p.
- VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G.S.; BERTELLI, Antonio R., org. *Estrutura de classes e estratificação social*. 5.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. 170 p.
- WARBASSE, J. P. *Democracia cooperativa*. Buenos Aires, Amé-ricalee, 1956. 376 p.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, Curitiba, (7):1-52, 1968.

## OBRAS CONSULTADAS

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *La sociedad; lecciones de sociología*. 2.ed. Buenos Aires, Proteo, 1971. 205 p. (Biblioteca Persona y Sociedad, 14).
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179 p. (Pensamento Crítico, 15).
- BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, (25):1-30, 1977.
- BENECKE, Dieter et alii. *Las cooperativas en America Latina*. Zaragoza, Instituto de Estudios Cooperativos, Universidad de Meinster, 1975. 335 p.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro; aspectos políticos*. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1977. 216 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- BERTIN, Jacques. Graphique. In: ENCICLOPÉDIA universalis. 10 p.
- BIRNBAUM, N., coord. et alii. *Las clases sociales en la sociedad capitalista avanzada*. Barcelona, Ediciones Península, 1976. 214 p.

- BORDA, Orlando Fals. Formação e deformação da política de cooperativismo na América Latina. *Cooperativismo e Nordeste*, Recife, 7(1):33-41, jan./abr.1972.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Análise econômica do projeto Iguazu de cooperativismo das regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná*. Brasília, 1976. 310 p. (Coopertécnico, 1).
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Departamento de Cadastro e Tributação. *Sistema nacional de cadastro rural. Cadastro de imóveis rurais - 1972. Estatísticas cadastrais; base: recadastramento 1972*. Brasília, 1976. 2 v.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Sinopse do cooperativismo no Paraná*. Brasília, 1970. 36 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, 1973. 85 p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Indústria e do Comércio. Instituto Brasileiro do Café. *Programa de diversificação econômica da região cafeeira do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro, 1976. 87 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *O café no Brasil; coletânea*. Brasília, 1978. 114 p.
- BULGARELLI, Waldírio. *Regime jurídico das sociedades cooperativas*. São Paulo, Pioneira, 1965. 235 p. (Biblioteca de Estudos Cooperativos).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história; introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 527 p. (Biblioteca de História, 5).
- COOPERATIVAS de produção agropecuária do Estado do Paraná; diagnóstico e análises. Curitiba, CPEC/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974. n.p.
- DENIZ, José A. Estructura social agraria y asalariados rurales en la costa del Peru. Cooperativas azucareras y algodoneras. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, 13(37): 125-54, set./dic. 1976.
- DOELLINGER, Carlos Von; FARIA, Hugo B. de C.; CAVALCANTI, Leonardo Caserta. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. 168 p. (Relatórios de pesquisa, 22).
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1971. 128 p. (Biblioteca Universitária; Ciências Sociais, 44).
- ESCOBAR, Carlos Henrique. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 168 p. (Biblioteca de História, 3).

- FOGEL, Ramon Bruno. Las cooperativas rurales; inserción en la estructura social, estructura de liderazgo y modalidades participativas. *Revista Paraguaya de Sociología*, Asunción, 13(37):157-212, set./dic.1976.
- FRANKE, Walmor. *Direito das sociedades cooperativas; direito cooperativo*. São Paulo, Saraiva, 1973. 157 p.
- \_\_\_\_\_. O conceito de justo preço nas cooperativas de produtores. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 108(3):69-75, set./dez.1973.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agrícola de 1960; VII recenseamento geral do Brasil, série regional*. Rio de Janeiro, 1975. v. 2, tomo 12, 1a. e 2a. parte.
- \_\_\_\_\_. *Censo agropecuário Paraná; VIII recenseamento geral 1970, série regional*. Rio de Janeiro, 1975. v. 3, tomo 19.
- \_\_\_\_\_. *Sinopse preliminar do censo agropecuário Paraná - Santa Catarina; censos econômicos de 1975*. Rio de Janeiro, 1977. v. 2.
- GODOY, Paulo Aguiar de. Política nacional de cooperativismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 6., Florianópolis, 1973. 42 p.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia; que é a Sociologia?* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, 118p.
- \_\_\_\_\_. *Dialética e ciências humanas*. Lisboa, Presença, 1973.
- GUIMARÃES, Mário Krueel & CUNHA, Antonio Luiz Matias da. *Crédito rural para cooperativas agrícolas; teoria, prática, legislação e normas*. Porto Alegre, Fecotrigo, 1977. 188 p.
- HAMMERSCHMIDT, Benjamin. *Eficiência econômica de comercialização de trigo em cooperativas agrícolas no Estado do Paraná*. Viçosa, Universidade Federal, 1973. 34 p. (Cooper-técnico, 2).
- (A) HISTÓRIA social; problemas, fontes e métodos. Lisboa, Cosmos, 1967. 348 p.
- IANNI, Octávio. O estado e a acumulação capitalista. *Revista Debate & Crítica*, São Paulo, (3):121-29, jul.1974.
- IPOLA, Emilio de. Critique de la théorie d'Althusser sur l'idéologie. *L'homme et la société*, Paris, (41/2):35-70, juil./dec.1976.
- KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968. 325 p.
- KESSELMAN, Ricardo. *Las estrategias de desarrollo como ideologías*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1973. 150 p.

- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. comp. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 193 p.
- LOPES, Sérgio. Ideologia e prática social. *Análise*, Lisboa, 10(40):656-78, out./dez.1973.
- MARTINS, Araguaya Feitosa. *Mutirão cafeeiro*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1962. 150 p.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1974. v. 35, p.329-410.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- MEISTER, Albert. *Vers une sociologie des associations*. Paris, Editions Ouvrieres, 1972. 220 p. (Relations Sociales).
- MÉSZAROS, István. comp. *Aspectos de la historia y la conciencia de clase*. México, Universidad Nacional Autónoma. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 1973. 243 p. (Estudios, 32).
- MIRANDA, Vera Mariza Henriques de. Produção e comercialização de café através de cooperativas. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 2., Araraquara, 1974. *Anais do...*, Araraquara, 1975. p. 117-33.
- MOSS, Willian. *Oral history program manual*. New York, Praeger Publishers, 1974. 109 p.
- NICHOLLS, William. Fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-1965. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, (26):19-53, 1971.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário estatístico do Paraná-1978*. Curitiba, 1979. 467 p.
- \_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Agricultura. *O Paraná e a economia cafeeira*. Curitiba, 1963, 247 p.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. coord. *Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1973. 578 p.
- PINHO, Diva Benevides. *Concentração de cooperativas; das fusões e incorporações ao controle acionário*. Curitiba, Associação de Orientação às Cooperativas, 1976. 81 p. Separata Assocep, Curitiba, (3), 1976.
- \_\_\_\_\_. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista; suas modificações e sua utilidade*. 2.ed. rev. amp. São Paulo, Pioneira, 1966. 161 p.
- \_\_\_\_\_. *Economia e cooperativismo*. São Paulo, Saraiva, 1977. 177 p.

- \_\_\_\_\_. O cooperativismo na cafeicultura brasileira. *Comunidades*, Madrid, (1):141-67, abr.1966.
- PUGH, R. et alii. *Estudios de la realidad campesiana; cooperación y cambio*. Ginebra, UNRISD, 1970. 421 p.
- RELAÇÕES de trabalho na cultura cafeeira de uma região típica do Paraná, norte velho e Jacarezinho. Convênio CODESUL/IPARDES, maio 1977.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1954 a 1887*. Paris, Université de Paris X, 1976. 362 p. Tese. Doutorado.
- SELIGER, Martin. *The marxism conception of ideology; a critical essay*. London, Cambridge University, 1977. 229 p. (International Studies).
- SILVA, José F. Graziano da, coord. et *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978. 267 p.
- \_\_\_\_\_. A estrutura agrária do Estado do Paraná. *Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, (64):11-41, jul./set.1978.
- STRACHAN, Lloyd W. *Estudo sócio-econômico da agricultura; parte de relatório sobre controle de erosão. Projeto para o controle de erosão no noroeste do Paraná*, Curitiba, MINTER/OEA, s.d. 221 p. inédito, mimeo.
- VELHO, Otávio G. A fronteira e o pequeno produtor. *Reforma Agrária*, Campinas, 8(6):18-24, nov./dez.1978.
- ZENTENO, Raúl Banítez. coord. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 286 p.

**A N E X O S**

















1. NCAD	2. 63/66			3. 67/70			4. 71/74			5. 75/78				
	A. CAFÉ	B. ALG.	C. MAND.	A. CAFÉ	B. ALG.	C. MAND.	A. CAFÉ	B. ALG.	C. MAND.	A. CAFÉ	B. ALG.	C. MAND.	D. ARROZ	E. MILHO
	63			67			71			75				
	64			68			72			76				
	65			69			73			77				
	66			70			74			78				
	63			67			71			75				
	64			68			72			76				
	65			69			73			77				
	66			70			74			78				
	63			67			71			75				
	64			68			72			76				
	65			69			73			77				
	66			70			74			78				
	63			67			71			75				
	64			68			72			76				
	65			69			73			77				
	66			70			74			78				





ANEXO 10. RELAÇÃO DOS LIVROS DE REGISTRO DE COOPERATIVAS.  
 ARQUIVOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ.  
 LEVANTAMENTO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO NO PARANÁ  
 jul./dez.1977

ANO	Nº VOLUMES	ESPECIFICAÇÕES	REGISTRO	OBSERVAÇÕES
1916-1930	01	-	-	-
1931-1936	01	-	-	-
1927-1938	01	-	-	Estatutos de diversas sociedades
1937-1941	01	-	-	-
1942	01	-	-	-
1943	01	-	-	-
1944	01	-	-	-
1946	01	-	-	-
1947	01	-	-	-
1948	02	-	-	1 livro referente a reforma de Estatutos
1949	02	-	-	1 livro referente a reforma de Estatutos
1950	02	-	-	1 livro referente a reforma de Estatutos
1951	01	-	-	-
1952	01	-	-	-
1953	01	-	-	-
1954	01	-	-	-
1955	01	-	-	-
1956	01	-	-	-
1957	01	-	-	-
1958	01	-	-	-
1959	01	-	-	-
1960	01	-	-	-
1961	01	-	-	-
1962	02	1º Volume 2º Volume	- -	- -

ANO	Nº VOLUMES	ESPECIFICAÇÕES	REGISTRO	OBSERVAÇÕES
1963	02	1º Semestre	376-400	A partir de 1963 há especificações do nº de registro.
	04	1º Volume- 1º Sem. 2º Volume- 1º Sem.	431-449 450-458	- -
1964	02	1º Volume- 2º Sem. 2º Volume- 2º Sem.	460-487 488-498	- -
1965	02	1º Semestre 2º Semestre	499-523 524-550	- -
1966	02	1º Volume 2º Volume	550-575 576-597	- -
1967	01	2º Volume	598-612	Embora prossigam os registros, o livro indica 2º volume.
1968	03		614-635 636-658 658A-669	- - -
1969	02	1º Volume- 1º Sem. 1º Volume- 1º Sem.	670-688 688-717	- -
1970	03	1º Volume- 1º Sem. 2º Volume- 1º Sem. 1º Volume- 2º Sem.	618-728 729-746 747-771	- - -
1971	02	1º Volume 2º Volume-3º Trim.	772-794 795-814	- -
1972	01	1º Volume- 1º Sem.	815-833	-
1973	01	1º Volume	834-860	-
1974	03	1º Volume 2º Volume 3º Volume	861-881 882-894 895-905	- - -
1975	04	1º Volume-1º/2º Tr. 2º Volume-2º/3º Tr. 3º Volume	906-926 927-946 947-971	- - -
1976	01	1º e 2º Volumes	-	-

ANEXO 11 - FICHA PARA COLETAS DE DADOS SOBRE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO - ARQUIVO DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Livro 19 \_\_\_\_\_

Coop. \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Data fundação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Contém:

Ofício   
 Requir.

Ata - Assembléia { Const.  \_\_\_\_\_  
 Dissol.  \_\_\_\_\_  
 Ref. Est.  \_\_\_\_\_  
 Extrord.  \_\_\_\_\_

Estatutos

Lista Nominativa   
 (qdo. fundada)

Nº assoc.	<input type="text"/>
Nome	<input type="radio"/>
Idade	<input type="radio"/>
Nacio.	<input type="radio"/>
Est. Civ.	<input type="radio"/>
Prof.	<input type="radio"/>
Resid.	<input type="radio"/>
Cotas	<input type="radio"/>
Import. \$	<input type="radio"/>
Prod.	<input type="radio"/>

Lavr  
 Agric.  
 Com,  
 Agron.  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Documentos: Form. Junta Com.   
 Taxa Exped.   
 Cert. Neg. S. Faz.   
 Certf. Reg. INPS   
 Publ. Diár. Ofic.   
 Outros \_\_\_\_\_

OBS:

ANEXO 12. COPAGRA. LISTA NOMINATIVA DOS ASSOCIADOS FUNDADORES

LISTA NOMINATIVA DOS ASSOCIADOS FUNDADORES DA COOPERATIVA AGRÁRIA DOS COLABORADORES DA CUBA LITORAL - SP. - EM NOVA LORDEIRA - SP. - CRIAÇÃO EM 1964

Capital mínimo		Valor das cotas		Valor das cotas		Valor das cotas	
R\$ 500,00		R\$ 500,00		R\$ 500,00		R\$ 500,00	
Nº	Nome	Profissão	Residência	Valor das cotas	Valor das cotas	Valor das cotas	Valor das cotas
01	FABRICA DE CIMENTO PORTLAND	Brasiliana	Curitiba	200.000	20.000	2.000.000,00	
02	Pierovante José Pentagone	"	n/ Município	60.000	3.000	300.000,00	
03	Josef Leitner	Austríaca	"	19.000	950	95.000,00	
04	Ilino Bender	Brasiliana	"	10.000	500	50.000,00	
05	Eugenio Schulz	"	"	7.000	350	35.000,00	
06	João Batista Carlesso	"	"	10.000	500	50.000,00	
07	Dr. Nelson Caribotti Postigo	"	"	20.000	1.000	100.000,00	
08	Amaurilino Ferreira Dornelles	"	"	15.000	750	75.000,00	
09	Vinícius Chalor	Austríaca	"	10.000	500	50.000,00	
10	Affonso Lango	Brasiliana	Paranaíba	50.000	2.500	250.000,00	
11	Arnaldo Valentin Chicanolera	"	n/ Município	60.000	3.000	300.000,00	
12	Leocádio Leivo Bender	"	"	10.000	500	50.000,00	
13	Antonio Mazzaroba	"	Luzerna-SC.	11.000	550	55.000,00	
14	Clinto Mazzaroba	"	" "	27.000	1.350	135.000,00	
15	Marin Gaudier	"	Joaquim "	50.000	2.500	250.000,00	
16	Sociedade Agrícola Sta. Rita Itaipava	"	Itaipava-MS.	100.000	5.000	500.000,00	
17	Luiz Jardim	"	n/ Município	40.000	2.000	200.000,00	
18	Antonio Gramacho	"	Curitiba	106.000	5.300	530.000,00	
19	Dr. Alexi Germano P. Alegre	"	Lages - SC.	21.000	1.050	105.000,00	
20	João Floriano de Gouveia	"	n. Prata-MS.	37.000	1.850	185.000,00	
21	Jaime José Bender	"	Curitiba	20.000	1.000	100.000,00	
22	Mauro de Souza	"	n/ Município	11.000	550	55.000,00	
23	João Pedro Fragoso	"	"	2.000	100	10.000,00	
24	Ivo Brasola Ilic	"	"	30.000	1.500	150.000,00	
25	Anselmo Nipo	"	"	10.000	500	50.000,00	
26	Dr. Cliver Gramacho	"	"	20.000	1.000	100.000,00	
27	Avalino Antonio Colla	"	"	55.000	2.750	275.000,00	
28	Albino Felix Rozen	"	"	10.000	500	50.000,00	
29	Joaquim Vieira	"	Sítio J. Paulo	50.000	2.500	250.000,00	
30	Theobaldo Augusto Vorlang	"	"	15.000	750	75.000,00	
31	José Alcirio E. Clemente	"	"	100.000	5.000	500.000,00	
32	João Caribotti	"	"	15.000	750	75.000,00	
33	Cláudio de Paoli	"	"	30.000	1.500	150.000,00	
34	Pierovante Afonso Possin	"	Veranópolis-MS.	20.000	1.000	100.000,00	
35	Marin Ernesto Tadini	"	"	21.000	1.050	105.000,00	
36	Vinícius Lango Montekant	"	n/ Município	20.000	500	50.000,00	
37	Armando Constantino Mazzotti	"	"	16.000	800	80.000,00	
38	Vicente Paulo Marini	"	"	8.000	400	40.000,00	
39	Luiz Carlos de Souza et al	"	"	10.000	500	50.000,00	
				1.319.000	65.950	6.595.000,00	

(cada cota equivale a dez reais e cinco mil cruzeiros)

continua no verso

## ANEXO 13. SPADINI, Leonardo

"SALVE 6 DE JULHO - DIA DO COOPERATIVISMO INTERNACIONAL

Nova Londrina, 6 de julho de 1968 por leonardo spadini

Para aqueles que vivem o sistema cooperativista, é hoje, dia de festa, e principalmente, de meditação.

De festa porque, no mundo inteiro, os aficionados do cooperativismo, hoje comemoram o SISTEMA COOPERATIVISTA.

De meditação porque, entendemos que o intermediário, (o nosso inexorável oponente), o intermediário rico, entrincheirado no poder, monopolizando, através de carteis e trustes, inegavelmente, a maior parte da produção, continua no firme propósito de conter o crescimento do sistema cooperativista, e, sabemos que tudo fará para, inclusive, eliminá-lo. Assim a sobrevivência do cooperativismo, dependerá, principalmente, da união cada vez mais estreita dos cooperativados em torno de suas cooperativas, formando, também, destarte a sua trincheira contra os seus poderosos oponentes, e salvar-se, poder sobreviver. Meditemos pois todos; é de nosso interesse máximo começar ainda hoje em fazer algo que, possa ser útil na defesa do nosso ideal.

A agricultura orientada pela sua cooperativa, além da defesa de preços da produção, pode aumentar e melhorar esta. Pode racionalizar o plantio, isto é, plantar mais e mais os produtos que deixam maior rentabilidade, e, apenas para o consumo da região, aqueles que, deixam baixa ou nenhuma rentabilidade.

A Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina, em seus cinco anos de atuação, já pode observar e recomendar:

19) Aconselha plantar em grande escala, - os produtos de óti-  
 ma rentabilidade: Algodão, procedendo-se ao cultivo ra-  
 cional, pode render até mais de 500 arrobas, que, comerciali-  
 zado a 7,00 rende ncr.\$3,500,00 por alqueire. Café, idem, po-  
 de render por alqueire 200 sacos a 17,00= 3.400,00. Mandioca,  
 idem por alqueire 130 toneladas a 25,00 por quilo = 3.250,00.

2) - Entende de boa rentabilidade: Amendoim, soja e mamona.

3) - Entende de rentabilidade sofrível, Milho, feijão e arroz,  
 aconselha plantar semente para o consumo da zona.

Dentre os produtos de rentabilidade sofrível, daremos co-  
 mo o exemplo o resultado do milho: Comercializando, hoje, o  
 produto, em São Paulo, alcançariamos ncr.\$8,00 por saco. Para  
 entregá-lo ao consumo de São Paulo, teríamos uma despêsa for-  
 çada de: ICM.  $(15\% \times 8,00) = 1,20$  + saco vazio 0,60 + frete, 50  
 cruzeiros velhos ao quilo  $(60 \times 50) = 3,00$ , somando-se um total  
 de despêsa em ncr.\$4,80. Isto posto teríamos de um saco de mi-  
 lho um resultado bruto de ncr.\$3,20 por saco. Ora, diante des-  
 te resultado bruto, se se acrescentar o custo do preparo da  
 terra, custo da semente, das carpas, da colheita e debulha,  
 chegaremos a conclusão de não convir o plantio em grande es-  
 cala. O mesmo ocorrendo com os dois outros produto, feijão e  
 arroz.

4) - Entende, o gado, como supra-super econômico:

O gado, em sendo nossa região, a que possui as melhores  
 pastagens do mundo, em se tendo possibilidades financeiras ,  
 recomenda - nada melhor que ser criador!"(sic)

## ANEXO 14. SPADINI, Leonardo.

## MENSAGENS, SEMPRE OPORTUNA, DE COOPERATIVISMO.--

O que, deve saber e fazer, para ser bom COOPERATIVISTA, um cooperado:

- 1º- Antes de mais nada, deve saber que, a - Cooperativa, à qual, associou-se, espontaneamente, passou a ser, também, sua propriedade. Assim, o cooperado agricultor, o cooperado funcionário, ou o cooperado trabalhador, deve dar à sua cooperativa, com amor, com interesse, com dedicação, todo seu apoio, todo seu trabalho, todo seu esforço, todo seu sacrifício; pois, sem essa cooperação total, a sua cooperativa, não poderá progredir, nem moral, nem materialmente, - do céu, gratuitamente, nada vem.
- 2º- O cooperado, deve saber que, para ser bom ~~uma~~ cooperativista, tem que conscientizar-se de sua co-responsabilidade pelo sempre crescente progresso moral e material de sua família e da - de sua cooperativa.--
- 3º- Os cooperados, todos, seja agricultor, funcionário, ou trabalhador, deve saber que, para que haja, continuamente, harmonia e progresso na sua cooperativa, é preciso que haja, antes e constantemente, completa ordem, absoluta disciplina e consciente tolerância. Cada cooperado, nas suas atribuições deve empenhar-se ao máximo - deve cumprir, integralmente, seu dever e, não negar esforços em ajudar seu colega, para que possa, também, fazer o mesmo. -
- 4º- Para cumprir seu dever, o cooperado agricultor, deve fazer entrega, à sua cooperativa, de toda a sua produção agrícola; fazer todas as compras, de que necessita, na sua casa de consumo; comparecer a todas as reuniões, eventualmente, convocadas, sejam elas ordinárias ou extra-ordinárias e seguir, rigorosamente, a orientação técnica, que lhe for dada, através de órgãos especializados ou de técnicos, propriamente ditos, subordinados, estes, a sua cooperativa ou ao IAO.
- 5º- Finalmente, para ser um bom cooperativista, é preciso saber e aceitar que, a UNIÃO é só a UNIÃO faz a força. Saber que, o indivíduo, por si só, por muito sábio que seja, tem poder muito limitado, mas, se, contra vontade, somar esforços, se todos forem por um, e um por todos, tal será seu poder, que terá o mundo nos seus pés.

-----  
 L. Spadini - ger. técn. da Coopagro  
 Nova Lorraina, 27 de agosto de 1970

ASSEMBLEIA

Vamos refletir juntos  
com muita liberdade  
o que é uma assembleia  
organizada de verdade  
comercada na base  
onde vive a sociedade

Me refiro a coop  
Mista dos vizinhos  
com seus três entre-postos  
que à esta sede pertence  
deste e outra praça  
E mais o povo luta-se

Se reuniram os comitês  
em março no dia três  
para escolher as chapas  
os sócios tiveram voz  
isto é um ponto positivo  
que eu descrevo pra vocês

Certo e outras pessoas  
debateram em harmonia  
e juntos escolheram os membros  
da nova diretoria  
com plena liberdade  
de expressar o que sentia

foi quase um fato inédito  
dentro do mesmo estado  
onde que as decisões  
partiram dos angustados  
graças a este trabalho  
muito bem elaborado

Assembleia geral  
pra fazer a votação  
foi no sábado seguinte  
na cidade sul, no sábado  
onde todos os projetos  
receberam aprovação

são anfitriões de elogios  
é verdade não invento  
houve a participação  
de mais de setenta por cento  
de quase 2 mil sócios  
existentes no momento

Esta grande assembleia  
trouxe mais uma lição  
que o sócio quer ser tratado  
com amor pelos irmãos  
e o devido respeito  
que merece um cidadão

mas é importante mesmo  
é sempre participaram  
e cada comunidade  
por um pra representar  
é uma empresa nossa  
não deve de fracassar

Vamos trabalhar juntos  
até o fim da caminhada  
pra que a diretoria eleita  
se sinta bem apoiada  
so assim assembleia ele eleger  
pra sempre será lembrada.